



DINÂMICAS DE PODER E PRÁTICAS POLÍTICAS

Fernanda Rios Petrarca
Wilson José Ferreira de Oliveira
Organizadores

COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS



Criação Editora

**DINÂMICAS
DE PODER
E PRÁTICAS
POLÍTICAS**

DINÂMICAS DE PODER E PRÁTICAS POLÍTICAS

n. 1

Organizadores
Fernanda Rios Petrarca
Wilson José Ferreira de Oliveira

ISBN
978-65-88593-65-3

EXPEDIENTE:
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFS
Coordenador Dr. Marcelo Alario Ennes

COLEÇÃO SOCIOLOGIAS NECESSÁRIAS

Coordenadores da Coleção
Dr. Frank Marcon
Dr. Marco Aurélio Dias de Souza
Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa

Revisão
Danielle de Noronha

EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

1

DINÂMICAS DE PODER E PRÁTICAS POLÍTICAS

Fernanda Rios Petrarca
Wilson José Ferreira de Oliveira
ORGANIZADORES



Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by Fernanda Rios Petrarca; Wilson José Ferreira de Oliveira

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

P493d Petrarca, Fernanda Rios; Oliveira, Wilson José Ferreira de (orgs.).
Dinâmicas de poder e práticas políticas / Organizadores:
Fernanda Rios Petrarca e Wilson José Ferreira de Oliveira. -- 1.
ed. -- Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.
162 p.; il. tabs.; quadros; fotografia.
(Coleção Sociologias Necessárias, n.1).
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-88593-65-3.

1. Ciências Sociais. 2. Poder. 3. Políticas Públicas.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 320
CDU 32

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Ciências sociais: Política.
2. Ciência política.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de (orgs.). **Dinâmicas de poder e práticas políticas**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v.1). E-Book (PDF). ISBN 978-65-88593-65-3.

Sumário

- 9 Dinâmicas de poder e práticas políticas
Fernanda Rios Petrarca
Wilson José Ferreira de Oliveira
- Parte I. Cruzadas jurídicas, conflitos políticos e protestos anticorrupção**
- 17 A Lava Jato e o complexo mecanismo da corrupção política no Brasil
Fernanda Rios Petrarca
- 45 Denúncias de ‘corrupção governamental’ e conflitos políticos no segundo governo Vargas (1951–1954)
Marcos Otavio Bezerra
Giuliana Monteiro da Silva
- 83 Protestos anticorrupção, sistema de alianças e polarização política
Wilson José Ferreira de Oliveira
- Parte II. Mídia, política e eleições**
- 111 Mídias sociais e eleições: primeiros impactos do uso das plataformas digitais nas eleições lagartense
Francielle Wilze Prata Almeida
Jair dos Santos Xavier

- 127 Verdade, política e fake news: reflexão à luz da obra de Hannah Arendt
Saulo Barbosa
- 145 Uma política de base familiar: a reconfiguração de grupos políticos locais em meio a campanhas eleitorais de 2018 e 2020
Fagner dos Santos Bomfim

Parte III. Redes de relações, agrupamentos e processos políticos

- 169 O pentecostalismo, poder e atuação política na região Norte do Brasil
César Maia
Maíra Bittencourt
- 185 Profissionais do cangaço: uma análise da cultura profissional no bando de Lampião
Felipe Trindade de Souza

Parte IV. Defesa de causas, engajamentos e Estado

- 211 A luta pelo transporte público e gratuito em Sergipe: a trajetória do Movimento Não Pago
Adriélma Silveira Fortuna dos Santos
- 235 “A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo
Jonatha Vasconcelos Santos
Wilson José Ferreira de Oliveira
- 257 Etnografia política e violência doméstica em Sergipe
Verônica de Barros Santos
Wilson José Ferreira de Oliveira

DINÂMICAS DE PODER E PRÁTICAS POLÍTICAS

 Fernanda Rios Petrarca¹

 Wilson José Ferreira de Oliveira²

ESTE LIVRO REÚNE um conjunto de trabalhos que tem como eixo comum a reflexão sobre os princípios de estruturação e as dinâmicas de funcionamento do poder e suas relações com gramáticas e práticas políticas diversificadas. Trata-se de forma mais específica de pesquisas que têm como preocupação central o exame dos processos de recrutamento e de seleção e das estratégias de reprodução e consagração social acionadas por atores e grupos diversificados (políticos, profissionais, militantes, culturais, religiosos, etc.), como também apreender as gramáticas políticas e as lógicas práticas de suas intervenções em diferentes espaços sociais.

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade e coordenadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP).

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade e coordenador adjunto do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP).



O debate em torno dessa problemática teve como base a realização do III Seminário Nacional de Sociologia da UFS (Universidade Federal de Sergipe) realizado de 08 a 16 de outubro de 2020. De um lado, através do GT 02, intitulado “Dinâmicas de poder e práticas políticas”; e, de outro, da mesa-redonda “Cruzadas jurídicas, conflitos políticos e luta contra a corrupção”. Ambos coordenados pelo Laboratório de Estudos do Poder e da Política da UFS (LEPP/UFS). Com base nisso, reunimos nesta publicação um conjunto de artigos a partir de quatro eixos principais. Na primeira parte, três trabalhos tomam o fenômeno da corrupção como objeto de análise, salientando as dinâmicas e os mecanismos de funcionamento do sistema de corrupção, as relações entre denúncias de corrupção e conflitos políticos, como também o papel das mobilizações, protestos anticorrupção e suas implicações para a democracia. Na segunda parte, artigos que analisam a relação entre mídia, política e eleições, com foco nas estratégias mobilizadas por diferentes atores nos processos de comunicação política. Na terceira, os que tratam das redes de relações sociais, da formação de grupos profissionais e agrupamentos políticos e suas relações com processos e investimentos políticos mais amplos. E, por fim, na quarta parte reunimos um conjunto de pesquisas que investiga as dinâmicas de construção de causas e de operacionalização de ações públicas, com o objetivo de apreender as condições, as atividades e as gramáticas políticas colocadas em prática: nos eventos de protesto; nas dinâmicas de engajamento e atuação profissional em partidos políticos; nas formas de interação do Estado com movimentos sociais diversificados; nos processos de elaboração e implementação de ações e políticas públicas.

Na primeira parte, contamos com o artigo de Fernanda Rios Petrarca, intitulado “A Lava Jato e o complexo mecanismo da corrupção política no Brasil”, que analisa a relação entre as estruturas de governança das redes de trocas ocultas e os mecanismos de regulação e proteção do sistema corrupto. Partindo de um extenso conjunto de dados jurídico e jornalístico produzido a partir da operação “Lava Jato”,



o artigo permite mostrar que se trata, de um lado, de uma corrupção sistêmica e, de outro, de redes cuja estrutura de governança é centrífuga. O segundo artigo é de Marcos Otávio Bezerra e Giuliana Monteiro cuja análise consiste na relação entre a emergência do fenômeno da corrupção no segundo governo Vargas e os conflitos políticos entre “getulistas” e “antigetulistas”. Os autores destacam que a chamada “corrupção no governo” não pode ser vista como um mero dado da administração, mas resulta de um produto político e pode ser visto como um exemplo histórico de representação da corrupção e de seu uso por partidários visando um projeto de transformação política. E, por fim, encerrando este bloco está o artigo de Wilson José Ferreira de Oliveira, cujo objetivo consiste na análise do surgimento e da disseminação de movimentos e protestos anticorrupção no Brasil, entre 2013 e 2018. O autor demonstra que a emergência e o desenrolar de protestos e mobilizações anticorrupção nesse período estão relacionados à crise e colapso do “sistema de alianças” entre as principais organizações e lideranças políticas, tornando-se um recurso político para recompor e alterar tais alinhamentos.

Na segunda parte destacamos o artigo de Francielle Wilze e Jair Xavier dos Santos, intitulado “Mídias sociais e eleições: primeiros impactos do uso das plataformas digitais nas eleições lagartense”. Tendo como foco a comunicação política e as mudanças no “fazer política” em período eleitoral, os autores analisam os impactos e os engajamentos das mídias sociais (plataformas digitais) e ativismo digital nas eleições para prefeito da cidade de Lagarto/SE no ano de 2020. Dentre os principais resultados, o estudo aponta para a forma como os usos das mídias sociais diversificam o cenário eleitoral, integrando-se às formas mais tradicionais de comunicação política e destacando-se pela configuração personalizada do candidato e do eleitor. O segundo artigo deste segundo bloco é de autoria de Saulo Barbosa, intitulado “Verdade, política e *fake news*: reflexão à luz da obra de Hannah Arendt”. O autor centra sua análise na relação entre mídias sociais e processos de



formação de notícias falsas, as chamadas *fake news*. Dentre as principais preocupações está a de demonstrar, a partir das reflexões contidas na obra de Hannah Arendt, as consequências da produção de *fake news* para o espaço público e para a política. E, fechando esta segunda parte, contamos com o estudo de Fagner Bomfim, o qual foca sua análise nas lógicas e processos de funcionamento, configuração e reconfiguração da política local no interior do estado de Sergipe. Um dos elementos centrais consiste na ênfase dada para a reconfiguração das alianças políticas realizadas na campanha eleitoral para o governo do estado em 2018 e seus reflexos nas eleições municipais de 2020.

Compondo a terceira parte deste livro estão os artigos de César Maia e Maíra Bittencourt e o de Felipe Trindade. O artigo de César Maia e Maíra Bittencourt, denominado “O pentecostalismo, poder e atuação política na região Norte do Brasil”, analisa o movimento pentecostal, destacando as suas principais mudanças e as relações estabelecidas com as estruturas de poder e a sua intersecção com a política. Para dar conta dessa relação, os autores analisam a atuação das lideranças políticas ligadas ao movimento pentecostal e de lideranças religiosas com influência política e suas consequências em contextos específicos. Já o artigo de Felipe Trindade examina o agrupamento que ficou conhecido como “bando de Lampião”, centrando sua análise na formação de uma cultura “profissional” e no exame do conjunto de conhecimentos necessários para o exercício das atividades cangaçueiras. Partindo de um extenso material documental, o texto demonstra que a inserção e ascensão no referido bando passa pela apreensão de um complexo de regras, códigos, atitudes, habilidades e saberes específico empregado e socializado durante a vida no cangaço.

Por fim, o quarto bloco deste livro compreende os artigos de Adrielma Fortuna dos Santos, Jonatha Vasconcelos, Veronica Santos e Wilson José Ferreira de Oliveira. O artigo de Adrielma dos Santos, chamado “A luta pelo transporte público e gratuito em Sergipe: a trajetória do Movimento Não Pago”, analisa o processo de construção de uma causa pública e sua relação com o Movimento Não Pago. Partindo de procedimentos metodológicos diversificados, como observação participante, entrevistas e pesquisa documental, a autora nos mostra

que a trajetória do movimento é marcada pela sua forte conexão com a causa do transporte público. Já o artigo de Jonatha Vasconcelos e Wilson de Oliveira, intitulado “A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo”, analisa o processo de construção do “Coletivo Debaixo” e sua atuação em torno da pauta do “direito à cidade” entre os anos de 2013 e 2016 em Aracaju. Partindo dos *fanzines* publicados pelo coletivo para a difusão da causa, o trabalho demonstra o processo de tradução local elaborado pelo grupo em torno da ideia de uma cidade enquanto problema social e um espaço político cuja disputa pode ser através do uso da ocupação cultural. Por fim, o artigo de Veronica Santos e Wilson de Oliveira analisou a política pública de enfrentamento da violência doméstica em Sergipe com o objetivo de identificar as dinâmicas de funcionamento e possíveis fissuras existentes. A partir da observação de grupos de discussões organizados por lideranças da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Sergipe, da consulta a documentos e do acesso a informações em sites oficiais, os autores destacam que – dentre as principais dificuldades de implementação desta política – está a dinâmica de articulação entre os principais órgãos estatais vinculados a ela.

Dessa forma, esperamos que este livro, que tem como base uma variedade de investigações empíricas, incentive novos pesquisadores com diferentes recortes, metodologias e abordagens teóricas a considerar a importância de se compreender o funcionamento do poder e da política nas diversas formas em que se manifesta e suas relações com gramáticas, organizações e práticas diversificadas.





COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

1

Parte I

**Cruzadas jurídicas, conflitos políticos e
protestos anticorrupção**



A LAVA JATO E O COMPLEXO MECANISMO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL¹

 Fernanda Rios Petrarca²

NOS ÚLTIMOS ANOS os brasileiros foram tomados por uma enxurrada de notícias, escândalos e inquéritos de natureza jurídica que contribuíram para apresentar a corrupção como um dos males centrais do Brasil. De forma semelhante ao que já fora observado no passado, as denúncias compuseram o cenário das disputas entre os grupos políticos pelo controle do Estado³. Contudo, o que se observa em tempos recentes é a construção de uma narrativa jurídica, capitaneada por membros do Ministério Público e do Judiciário, que se apresenta acima dos interesses políticos. Tal narrativa contribuiu não só para a construção de uma determinada concepção de corrupção, como também para seus possíveis usos políticos e jurídicos⁴.

¹ Este artigo foi originalmente publicado, em sua versão em inglês, na Revista Civitas, volume 20, número 3, 2020.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade e coordenadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política.

³ Sobre grandes escândalos de corrupção no Brasil e seus usos políticos ver Bezerra (1995) e Silva (2017). Sobre redes de corrupção ver, especialmente, Ribeiro (2018).

⁴ Uma análise mais detalhada sobre esse aspecto pode ser encontrada em Petrarca, 2019.



Com intuito de compreender – a partir de uma abordagem sociológica – a dinâmica da corrupção, este artigo⁵ analisa as redes de trocas ocultas da corrupção com o objetivo de identificar os códigos e os mecanismos complexos que a governam e que permitem, ao mesmo tempo, a circulação de determinados tipos de recursos entre corruptos e corruptores, dentre os quais podemos citar: recursos de autoridade, informações privilegiadas e redes de relações pessoais. Parte-se do princípio de que na corrupção política o Estado se torna o agente principal, uma vez que – enquanto organização – ele delega a um conjunto de agentes públicos (políticos e burocratas) o poder para tomar decisões e estabelecer contratos em prol do interesse coletivo (Della Porta & Vannucci, 1999, 2007, 2012; Vannucci, 1997). Para obter os benefícios que o Estado pode oferecer, emerge ainda um terceiro ator cuja função é provocar o agente público a mobilizar seus recursos, como o poder de decisão, a fim de conceder acesso a acordos e negociações. Em troca, ele oferece uma parte do valor, geralmente, em forma de suborno. O material empírico que serve de base para essa discussão constitui no extenso conjunto de dados jurídicos (delações premiadas, depoimentos, acordos de colaboração) e jornalísticos (entrevistas, matérias jornalísticas, livro reportagem) produzido a partir da operação “Lava Jato”.

Iniciada em março de 2014, a “Lava Jato” ficou conhecida como uma das maiores investigações jurídicas sobre a corrupção no Brasil, trazendo à tona um conjunto de conexões ilegais estabelecidas entre o mundo da política (os partidos e os políticos), o mundo econômico (empresas) e a administração pública (funcionários do Estado). E apesar de ter se concentrado na Petrobras⁶ e, mais especificamente,

⁵ Este artigo resulta de uma pesquisa mais ampla de pós-doutorado realizada na Itália sobre a comparação entre a operação “Lava Jato” e a operação “Mani Pulite” (Petarca, 2019). Agradeço ao CNPq por oferecer as condições materiais para a sua realização.

⁶ Empresa de capital aberto. É a maior petrolífera do Brasil e, segundo a edição de 2018 da revista Forbes, a 10ª maior do mundo.



nos partidos que formavam a base aliada dos governos Lula e Dilma, ela permitiu revelar um profundo esquema de propinas que envolvia políticos de todos os partidos e empresas públicas de diversos estados da federação. Ela ainda permitiu ao público o acesso a um amplo glossário de termos que compõem o mundo da corrupção: loteamento de cargos públicos, troca de favores, propinas, suborno, lavagem de dinheiro, câmbio ilegal, evasão de divisas.

A investigação jurídica revelou um esquema que envolvia: 1) operadores financeiros, os chamados “doleiros”, que atuavam no mercado clandestino lavando dinheiro por meio de um conjunto de empresas de fachada e contas no exterior para políticos, partidos, empresários e agentes públicos. Dentre outras funções estava a de distribuir e repassar o dinheiro da propina e indicar empresas que pudessem fazer parte do esquema; 2) agentes públicos, altos funcionários de carreira do Estado, com mais de 20 anos de atuação profissional em empresas públicas, diretores e gerentes executivos, principalmente da Petrobras, que atuavam por meio da concessão de obras públicas e fechando contratos com as empreiteiras. A função era a de garantir vantagens e atender os interesses arrecadatários dos partidos que indicavam ao cargo, numa espécie de compromisso com os “padrinhos políticos”; 3) políticos, que atuavam indicando agentes públicos para os cargos e negociando com as empreiteiras com o objetivo de captar propina para o Partido. A função do partido era a de indicar funcionários para compor os cargos de segundo escalão, garantindo assim sua posição no sistema de alianças do governo, assim como procurar os empresários para obter dinheiro para o partido, na forma de doações legal e ilegal para as campanhas. Além disso, os partidos colocavam as empresas em outras obras públicas estaduais, federais e municipais; 4) executivos de grandes empresas: um conjunto de empreiteiras que por meio de licitações conseguia contratos com a Petrobras e outras empresas e setores públicos. As investigações revelaram que as empreiteiras formavam um cartel para combinar



valores na execução de obras e terem suas propostas aprovadas. O cartel dividia as obras, permitindo que a empresa escolhida como vencedora da licitação fizesse uma proposta. Ao total 16 empresas formavam um conjunto das empreiteiras que disputavam contratos em grandes obras, numa espécie de “clube”. A circulação da propina possuía dois fins distintos: enriquecimento ilícito com as contas no exterior e financiamento ilegal de campanha por meio do chamado “caixa 2”. Desse modo, ela permitia a reeleição de políticos e a concessão de obras públicas para um conjunto determinado de empresas, garantindo os interesses arrecadatários de cada parte.

Redes de Corrupção

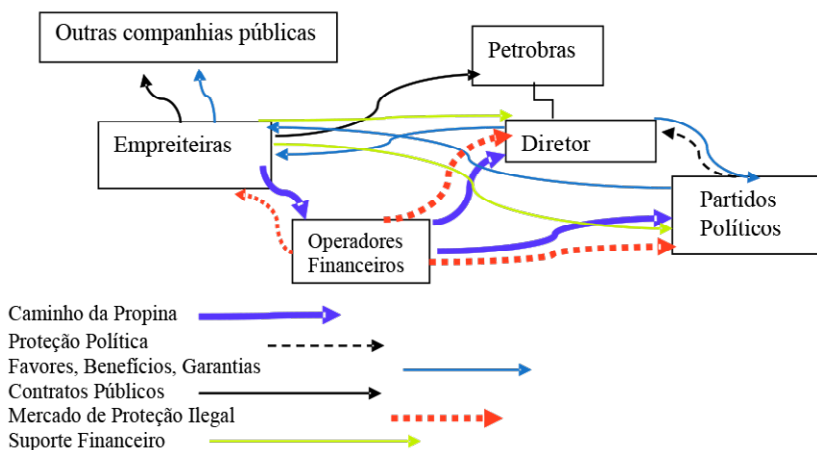


Figura 1: redes de trocas ilegais a partir da “Lava Jato”

O sistema observado na Petrobras, a partir da “Lava Jato”, era apenas uma parte de um difuso esquema que ocorria nos estados por meio de diversas obras públicas como concessão de rodovias e construção de viadutos. Mas apesar das delações revelarem uma dinâmica muito mais ampla e extensa, elas foram aos poucos sendo direcionadas, pelos procuradores, especificamente para o caso da Petrobras dentre

os períodos de 2003 até 2012 e envolvendo, sobretudo, as alianças políticas dos governos Lula e Dilma⁷. Com isso, elas permitiram a construção de uma narrativa jurídica particular que possui limitações na compreensão da dinâmica própria que assume a corrupção.

Para compreender como opera a lógica da corrupção e como se estrutura a governança em redes de corrupção sistêmica, é fundamental analisar a relação entre os atores envolvidos e os recursos por esses mobilizados. Trata-se, portanto, de apreender como as diferentes habilidades são convertidas para o mercado da corrupção com o intuito de garantir as trocas e viabilizar acordos, podendo ser ampliadas ou reduzidas quando necessário. Nessa dinâmica, a corrupção funciona como um mercado que vai se ajustando com o objetivo de manter a regulação e o funcionamento do sistema (Della Porta & Vannucci, 1999, 2007; Vannucci, 1997). Para dar conta dessas questões o artigo está dividido em três momentos fundamentais. Num primeiro momento, analisa-se o papel dos mediadores na troca corrupta e o lugar que ele ocupa. Num segundo momento, os agentes públicos e os recursos de que dispõem e, por fim, as empresas privadas, em especial, as empreiteiras.

A partir do material analisado, trata-se, portanto, de demonstrar duas questões fundamentais. De um lado, é possível identificar que a dinâmica da corrupção é sistêmica, uma vez que ela envolve vários atores inseridos numa complexa especialização das tarefas. Nesse tipo de corrupção há uma “inclinação” às práticas corruptas por grande parte dos membros da estrutura pública, que atua com o intuito de garantir e viabilizar as trocas (Della Porta & Vannucci, 2012). De outro lado, a análise permite evidenciar que a estrutura de governança dessa

⁷ O procurador Deltan Dallagnol afirmou, em entrevista concedida à Rádio Band News em 28/03/2017, que as apurações ficaram centradas na base aliada do governo federal uma vez que era essa base que controlava os postos na Petrobras e, portanto, a propina. Além dessas declarações, conversas entre os procuradores e outros integrantes da operação – recentemente disponibilizadas pelo site The Intercept por meio de vazamento de conteúdo do aplicativo Telegram – revelam as estratégias de investigação adotadas pelos procuradores.



rede de trocas corruptas é centrífuga e sem um centro de autoridade. Num sistema centrífugo os partidos perdem o papel de controle da troca corrupta e as empresas podem assumir, em contrapartida, um papel mais ativo, podendo, inclusive, a organizar-se em cartéis com capacidade de limitar a concorrência e definir a quota-parte, ou seja, o lugar de cada um na troca corrupta (Della Porta, Sberna & Vannucci, 2015).

Ao contrário do que ocorreu em escândalos precedentes, como o do “Mensalão”⁸ o que se observa a partir da “Lava Jato” é que o sistema se adaptou, reduzindo a capacidade dos partidos controlarem a dinâmica das redes de corrupção. Se no caso do “Mensalão” os partidos, por meio de sua estrutura burocrática, detinham um controle maior das trocas corruptas, garantindo a participação e a entrada, agora o sistema se expandiu e com isso se ampliaram também os recursos. Tal expansão é resultado dos efeitos das investigações jurídicas de corrupção num sistema político fragmentado e sustentado por amplas alianças⁹. Assim, a concorrência entre as redes de corrupção em um sistema político dessa natureza – e constantemente submetido a diferentes órgãos de controle – conduziu a ampliação e diversificação dos recursos e dos atores. Aos poucos os partidos transferiram a competência para uma rede mais ampla que passou a envolver empresas, políticos locais, operadores financeiros, agentes públicos. Essa dinâmica conduziu a um sistema policêntrico organizado a partir de diferentes centros de autoridade com relativa autonomia.

⁸ Escândalo descoberto em 2006, envolvendo lideranças de diferentes partidos, revelou um esquema de compra de votos de deputados para aprovar medidas e projetos do governo federal. Tal esquema era centralizado pelos partidos, cujas funções envolviam desde o controle no processo de cooptação de líderes partidários até a capacidade de definir o sistema de arrecadação e distribuição do pagamento da propina.

⁹ O Brasil possui um sistema multipartidário caracterizado por fortes dissidência internas e formação de facções partidárias concorrentes. Após a redemocratização do país (1988), associou-se a esse sistema um modelo de formação de governos caracterizado por amplas alianças e sem inclinação ideológica (Carreirão, 2014; Nobre, 2013). O “presidencialismo de coalizão”, como foi definido, caracteriza a necessidade de o presidente compor a base do governo a partir da formação de grande maioria no congresso com partidos que não fazem parte da aliança eleitoral (Abranches, 2018). Nesse modelo, muitos partidos se organizam apenas para garantir as alianças, numa pura troca de favores.



Essa estrutura centrífuga tem ainda um efeito nas investigações jurídicas e na reestruturação do sistema político após grandes operações de combate à corrupção. Sob um aspecto essa dinâmica dificulta o trabalho jurídico, tornando praticamente impossível que as investigações tenham um efeito em cadeia com capacidade para desestruturar o esquema. Em contrapartida, as operações jurídicas que enfocam em determinados elos das redes, como se observa no caso da “Lava Jato”, centrando apenas em alguns atores, não têm capacidade de dismantelar as estruturas de governança que organizam as trocas corruptas. Além disso, elas contribuem para consolidação, resistência e rápida rearticulação de determinados nichos de corrupção.

De doleiros a operadores financeiros: o papel dos intermediários

Um dos atores que se tornam centrais em casos de corrupção que envolvem grandes somas de propina são os chamados *brokers* ou intermediários. De modo geral, esses atores assumem funções de alto risco no mercado de trocas corruptas garantindo e possibilitando a realização dos negócios. Para isso, eles mobilizam um conjunto de habilidades adquiridas em determinados espaços profissionais diversificados, fornecendo vários recursos como informações, contatos, confiança. Dentre os ofícios com alta capacidade de se converter em mediadores de trocas corruptas estão advogados, corretores, ex-burocratas, ex-funcionários públicos, uma vez que suas atividades profissionais contribuem para construir relações de confiança com aqueles que podem se beneficiar das trocas corruptas (Della Porta & Vannucci, 2012; Pizzorno, 1992).

Dentre os mediadores que tiveram papel central no esquema de corrupção descoberto pela “Lava Jato” estão os “operadores financeiros”. Trata-se de agentes especializados em mercados ilegais e lavagem de dinheiro, cuja função é realizar a tarefa de operar a parte financeira



da troca corrupta, como transferência de dinheiro, entregas de valores, negociação financeira. Esses intermediários, que devem permanecer ocultos, mobilizam sua “competência de ilegalidade” (Pizzorno,1992) e entram em cena para garantir segurança e mecanismos de proteção, além de ter o papel de socializar os atores públicos e privados no mercado de normas ilegais. Sua função é peça central da engrenagem do sistema, o qual pode inclusive produzir um colapso em caso de inquéritos judiciais de grandes proporções (Della Porta & Vannucci, 1999).

No Brasil, os chamados “doleiros” se tornaram componentes centrais dessa rede, uma vez que suas habilidades em mercados ilegais de câmbio foram fundamentais para realização das operações financeiras. Foi assim que o doleiro Alberto Youssef, preso na primeira fase da “Lava Jato”, se tornou peça central no mecanismo da corrupção. Ele e seus sócios, também especialistas no mercado ilegal, atuavam transferindo elevadas somas de dinheiro para o exterior usando uma rede com mais de 100 empresas de fachada e centenas de contas bancárias. Dentre as inúmeras atividades estava a de importação e exportação, sem comércio algum de produtos ou serviços, além de empresas de consultoria que serviam apenas para emitir notas de serviços que nunca foram prestados e empresas de investimento com o objetivo de fazer remessas do dinheiro do exterior para o Brasil. As investigações mostraram que só uma das empresas de Youssef havia recebido, em um intervalo de um ano, pagamentos de nove empreiteiras na ordem de 5 milhões de reais. Mas o doleiro não tinha apenas empresas de fachada, ele também era sócio de empresas que haviam de fato prestado serviço a inúmeras empresas de construção civil, num misto de atividade legal com exercício financeiro ilegal.

Youssef começou sua carreira como contrabandista de eletrodomésticos na fronteira do Brasil com o Paraguai sendo, mais tarde, introduzido no comércio de câmbio pela sua irmã. Aos poucos incluiu tráfico de drogas e comércio ilegal de diamantes. Sua atuação profissional ganhou proporções inesperadas quando se associou ao



deputado federal José Janene, líder do Partido Progressista (PP) na Câmara de deputados. Foi através de José Janene que ele se tornou uma peça central na engrenagem da corrupção, expandindo consideravelmente seus negócios e ocupando níveis altos de intermediação. Inicialmente ele atuava especificamente para os negócios de Janene com as empresas estatais e privadas, mantendo suas relações nesse ciclo. Mas, logo depois, com a morte do deputado, ele ampliou suas atuações, seus clientes e partidos, tornando-se um profissional autônomo capaz de circular com facilidade entre diferentes siglas partidárias, múltiplas empresas privadas e várias estatais. De operador de um partido a mediador profissional, Youssef se tornou o que a literatura especializada (Della Porta & Vannucci, 2012; Pizzorno, 1992) denomina como *enablers*, cujos negócios envolvem múltiplos clientes e cuja função se torna central numa rede ampla de trocas corruptas.

Alberto Youssef¹⁰ verticalizou sua participação, atuando como uma verdadeira empresa, coordenando um conjunto de funcionários dentre outros doleiros e emissários (responsáveis pela entrega de dinheiro) a fim de atender ao conjunto diversificado de empresas e partidos para o qual prestava serviço. Suas conexões eram tão amplas que sua delação aos procuradores da “Lava Jato” prometia “derrubar a República”¹¹. Era Youssef que fazia as ligações, distribuía o dinheiro entre os operadores financeiros de outros partidos, efetuava pagamentos, entregava malas de dinheiro, negociava com empresas, cuidava dos agentes públicos, criava empresas de fachada, enviava dinheiro para o exterior e – se preciso fosse – fretava avião privado para transportar dinheiro. Aos poucos ele ganhou reconhecimento pelo seu trabalho e passou a ser visto como alguém que tinha bom

¹⁰ Nos tempos de maior atuação, Youssef chegou a movimentar 40 milhões de dólares por dia, segundo os próprios procuradores da “Lava Jato”. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2019/01/24/forum-de-combate-a-corrupcao-discute-mensalao-e-lava-jato>>.

¹¹ Em entrevista concedida à revista *Veja* em 2017, ele afirmou “Eu disse que derrubaria a República. E derrubei”.



relacionamento com os políticos e as empreiteiras. Para os policiais federais ele era o banco central do mercado paralelo, tornando-se um dos cinco principais doleiros do país¹². Nas palavras de um dos seus advogados: “Ele se movia como um peixe na água entre as empresas”¹³. Expressões como “tinha credibilidade boa”, “abria portas” e se relacionava com pessoas “tomadoras de decisão” foram utilizadas por sócios de Youssef nas delações e depoimentos. Tais expressões permitem demonstrar, pelo menos, três características essenciais dos mediadores: capital de relações sociais, confiança dos demais atores do jogo corrupto e reputação entre os clientes.

Uma das funções dos intermediários é justamente a de possibilitar acordos, criar oportunidades e conexões entre o mundo da política, da administração pública e do setor empresarial. Como mediador entre “mundos sociais”, a ele é dada a responsabilidade também de manter o sigilo das trocas ocultas e garantir proteção aos envolvidos (Della Porta & Vannucci, 1999, 2012; Pizzorno, 1992). Dentre as inúmeras atribuições envolvendo o “trabalho sujo” está a de controlar agentes da polícia com o objetivo de impedir investigações. Usando dessas estratégias, Youssef conseguiu continuar na ativa por muitos anos. Um dos documentos encontrados na busca e apreensão do escritório de Youssef foi uma planilha cujo conteúdo demonstrava que a atuação do doleiro extrapolava os limites da Petrobras e atingia outras estatais federais, estaduais, órgãos públicos estaduais, prefeituras e empresas privadas. Com 34 páginas, a planilha¹⁴ mostra 747 obras de infraestrutura, nem todas realizadas, vinculadas a diversos clientes diretos (as construtoras) e clientes finais (empresas públicas e privadas). O doleiro utilizava uma empresa para fechar contrato com construtoras em obras públicas

¹² Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2015/01/14/conheca-alberto-youssef-banqueiro-central-do-mercado-paralelo-do-brasil.htm>>.

¹³ Jornal GGN. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/quem-e-alberto-youssef-e-como-comecou-a-lava-jato>>.

¹⁴ Matéria publicada no jornal Correio Brasiliense em 06 de dezembro de 2014.



em todas as regiões do país. A Petrobras e suas subsidiárias aparecem como cliente final em cerca de 400 projetos exibidos na planilha. Youssef era considerado como alguém que tinha “tráfego bom junto as construtoras”, como dito em depoimento por um dos seus clientes¹⁵. Ele se tornou o grande articulador capaz de negociar e garantir recursos para partidos, políticos, diretores da estatal e vantagens para as empreiteiras. Sua conexão com as empreiteiras ocorria por meio do seu sócio e amigo Ricardo Pessoa, presidente da UTC Engenharia e considerado o coordenador do “clube das empreiteiras”.

Especialista em remessas ilegais de dólares para o exterior, Youssef já havia sido investigado pela Polícia Federal nos anos 1990 por ser o operador financeiro do PP no estado do Paraná, angariando recursos ilegais para financiamento das campanhas dos candidatos do partido no estado. Tornou-se ainda figura central no “escândalo do Banestado” por realizar transferência ilegal de dólares oriundos de recursos decorrentes das privatizações realizadas no governo “FHC”. Por ter fechado um acordo, foi posto em liberdade. Em 2014, quando a operação “Lava Jato” foi deflagrada, Youssef foi preso e, após fechar acordo de colaboração premiada, solto novamente. Essa última colaboração foi realizada com intuito de que Youssef contribuísse com a justiça revelando especificamente os personagens envolvidos no chamado “esquema Petrobras”. O “Petrolão”, como também ficou conhecido, tratava de um esquema de desvio de valores em contratos envolvendo a Refinaria Abreu e Lima no período de 2003-2012.

A colaboração foi feita em dezembro de 2014 e em março de 2015 Youssef pediu à justiça para revelar novos fatos.

Eu não sou o mentor nem o chefe desse esquema como vem se mencionando na mídia e na própria acusação diz que eu sou o mentor e o chefe da organização criminosa. Bom, eu não sou.

¹⁵ Matéria publicada na revista Carta Capital em 03 de dezembro de 2014, cujo título: “A Planilha de Youssef”.



Eu sou apenas uma engrenagem desse assunto que ocorria na Petrobras. Tinha gente muito mais elevada acima disso, inclusive acima do Paulo Roberto Costa, no caso agentes públicos. Esse assunto ocorria nas obras da Petrobras e eu era um dos operadores” (depoimento de Alberto Youssef).

A entrada de Youssef no “esquema Petrobras” ocorreu por meio do deputado José Janene, para o qual já trabalhava o doleiro, líder do PP na Câmara de Deputados no primeiro governo Lula. Com o intuito de participar da base de sustentação do governo, para com isso poder realizar indicações em estatais federais, o partido negociou sua entrada usando a câmara como forma de pressão. O Partido Progressista (PP), que elegia exclusivamente parlamentares (deputados e senadores), obstruiu a pauta trancando todas as votações¹⁶. O governo então negociou e incluiu o partido na base aliada. Assim, como parte do sistema de aliança, o partido conquistou o direito de disputar indicações de nomes para o segundo escalão e conseguiu a diretoria de abastecimento¹⁷ da Petrobras. Um dos nomes centrais do partido na indicação ao cargo foi o funcionário público, engenheiro da Petrobras, Paulo Roberto Costa, o qual se tornou outra peça importante no sistema, como veremos abaixo.

Agentes Públicos

A função do agente público numa rede de trocas corruptas é a de garantir que o sistema seja mantido oculto e preservar os benefícios para os partidos. A entrada de Paulo Roberto Costa na diretoria de abastecimento da Petrobras visava atingir esse fim. Engenheiro e funcionário de carreira da Petrobras, já havia ocupado vários cargos técnicos e gerenciais dentro da companhia. Mas havia uma espécie

¹⁶ Informação prestada pelo deputado federal Pedro Correia (PP) em depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, em 2016.

¹⁷ Setor responsável por abastecer todo o país de derivados do petróleo.



de barreira, teto de vidro, para cargos mais importante nos quais só se poderia conquistar por meio de indicação política. “Não se chega à diretoria da Petrobras sem apoio político (...). Desde o Governo Sarney, os diretores da Petrobras e de outras empresas se não tivessem apoio político não chegava a diretor¹⁸”.

Mas como “não tem almoço de graça”, como ele afirma na delação, quando um político indica alguém sempre requer uma contrapartida. E nessa direção sua função era a de ajudar o partido buscando apoio de empresas que poderiam participar contribuindo financeiramente. No início sua função era limitada à responsabilidade central do setor que era a de suprir o país de derivados (diesel e gasolina). Contudo, com o aumento do investimento do governo na estatal¹⁹, a área que antes não realizava projetos passou a desempenhar um papel fundamental na construção de novas refinarias. Com esse investimento o setor de Paulo passou a ter contato com as empresas na construção de grandes refinarias, o que possibilitou atingir os objetivos da sua indicação política. A regra estabelecida era a de que a cada contrato realizado com a área de abastecimento, da qual era diretor, as empresas participantes deveriam pagar 1% como propina à diretoria. Desses 1%, parte era destinada ao PP, outra parte para o operador financeiro e outra para o diretor como comissionamento. Segundo relata Paulo Costa em delação, em 2015, as empresas tinham interesse em atender os políticos porque elas também queriam garantir a participação não apenas na Petrobras, mas em outros ministérios importantes e grandes obras estaduais. Ele assim descreve parte da situação aos procuradores: “Eu sou a ponta do iceberg. Não se limitem a Petrobras. O que acontecia na

¹⁸ Informação prestada pelo engenheiro Paulo Roberto Costa em depoimento ao Ministério Público, em 2015.

¹⁹ A empresa que no ano de 1994 tinha o valor de mercado de 9 bilhões de dólares, em 2007, com a descoberta do Pré-Sal, a empresa chegou a 242,7 bilhões de dólares. Em 2010 a empresa foi classificada como a quarta empresa maior do mundo em valor de mercado.



Petrobras acontecia no Brasil inteiro: nas rodovias, nas ferrovias, nos aeroportos, nos portos”.

Inicialmente o PP ficava com 60% do 1%. Mais tarde a disputa entre os partidos pelo controle dos cargos de segundo escalão se intensificou e, para não perder, o PP precisou dividir o controle da diretoria com outros partidos, como o PMDB. Com o intuito de evitar que o PT controlasse todas as diretorias da estatal, PMDB e PP se uniram para garantir o setor de abastecimento. Assim, PP e PMDB dividiam os 60%, 20% para gastos operacionais (notas) e 20% divididos entre Janene e Paulo Roberto Costa.

Cada diretoria era controlada por um dos partidos da base aliada e tinha um percentual de propina a ser pago nos projetos. A propina era dividida entre os partidos e a chamada “casa”, que representava os funcionários da Petrobras envolvidos no recebimento. Quando a corrupção se torna sistêmica ela envolve funcionários que ocupam diferentes níveis de função até chegar aos cargos mais elevados²⁰.

Como pode ser visto na tabela abaixo, cada partido tinha seus operadores financeiros e um percentual de propina por projetos. A diretoria de abastecimento ficava com o PP e mais tarde com o PMDB; a diretoria de serviços era de indicação do PT; a diretoria de gás e energia do PT; exploração e produção, PT, e diretoria internacional do PMDB.

Quadro: Esquema de Propinas: Diretorias da Petrobras por Partido

| Partido | Diretoria | Percentual de Propina | Operadores Financeiros | Período |
|-----------|--|-----------------------|--|-----------|
| PT | Diretoria de Serviços - Renato Duque Pedro Barusco | 1 e 2% | José Dirceu Vaccari Neto Milton Pascowitch | 2003-2012 |
| PP e PMDB | Diretoria de Abastecimento - Paulo Roberto Costa | 1% | Alberto Youssef (PP) Fernando Soares (PMDB) Pedro Henry (PP) | 2004-2012 |
| PMDB | Diretoria Internacional- Nestor Cerveró Jorge Zelada Eduardo Musa | 3% | Fernando Soares | 2003-2008 |

²⁰ Dentre demissões, suspensões e advertências, após a “Lava Jato”, a Petrobras já responsabilizou mais de 300 funcionários envolvidos em irregularidades.



Com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) a atuação de algumas diretorias se tornou mais intensa, envolvendo mais recursos e mais licitações. Isso permitiu que o grupo de empresas tivesse uma atuação mais forte e mais organizada. A função dos diretores era garantir apoio aos partidos, mas a negociação ocorria entre as próprias empresas e os políticos, como revela um dos diretores.

Quando existia um contrato seja ele qual fosse que corria numa solicitação normal, o partido ou o tesoureiro do partido normalmente procurava a empresa pedindo contribuição. E a empresa normalmente dava porque isso era uma coisa institucionalizada dentro da companhia isso. Normalmente em cima de contrato. A empresa ganhava o contrato e era procurada (...). Nada me foi pedido. Era algo que era institucionalizado. Todos dos partidos sabiam, desde o presidente, secretário, deputados, senadores, todos sabiam que isso ocorria. Essa situação já havia (...). Não precisava chegar na empresa e dizer que eles tinham que contribuir. Isso já era institucionalizado. Envolvia os grandes contratos. Os menores não havia (depoimento de Renato Duque).

Quando a corrupção é sistêmica o pagamento da propina costuma obedecer a uma tabela de pagamento com taxas mais ou menos precisas, com o objetivo de evitar negociações intermináveis que possam colocar em risco a continuidade das práticas. Assim, a necessidade de estabelecer uma cota previamente definida entre as partes não só cria uma estrutura organizacional informal, como torna-se a estratégia mais conveniente para evitar os custos de constantes negociações num modelo de corrupção amplamente difundido e envolvendo uma diversidade de atores com funções distintas. Como resultado, emerge uma estrutura organizacional informal (Della Porta & Vannucci, 2012).

Além disso, nesse modelo a participação de funcionários não é meramente ocasional, individual e particular. Ao contrário, ela se



torna um padrão previsível, conformando a regra do jogo, e atingindo os funcionários do alto escalão. Num modelo de distribuição de propinas extremamente refinado, com regulares distribuição e cotas proporcionais, a corrupção sistêmica se torna regulada por regras informais de comportamento num padrão de aceitação tácita. Os valores são excessivamente altos e o sistema fiscal se torna complexo.

Eu sabia e permiti que isso ocorresse. Eu nunca solicitei valores nenhum. Nunca pedi benefício. Existia um esquema que Barusco conduzia. Ele providenciava a conversa com as empresas e os depósitos do dinheiro. (...). Depois que atingiu um determinado valor aquilo para mim era mais que suficiente. O que você vai querer juntar e juntar dinheiro? Eu nem usei esse dinheiro. Quanto atingiu 10 milhões de dólares era mais do eu preciso para viver e até minha terceira geração. A partir daí eu nem controlava mais.

A função dos agentes públicos na rede corrupta é a de permitir que as ilegalidades ocorram, garantindo assim a manutenção do sistema. É por conta disso que eles se tornam importantes para os partidos, sendo constantemente procurados para oferecer garantias em troca de proteção política no cargo.

Contudo, como esse acordo depende da posição de cada uma das partes no jogo corrupto e essa posição não é estável, muitas vezes o próprio agente público é quem estabelece as condições da troca numa posição de maior independência. Foi assim que Paulo Roberto Costa excedeu as redes partidárias e conquistou certa autonomia nas negociações diretas com os políticos, formando suas próprias alianças. Com a morte do deputado José Janene, para quem prestava ajuda, e com as constantes disputas entre os partidos pelo controle da diretoria, Paulo Roberto Costa identificou que não seria fácil manter-se no cargo e com o tempo passou a negociar sua permanência com outras lideranças partidárias. Para continuar na diretoria ele precisou



ampliar seu suporte político, investindo não apenas no “atacado” (ou seja, nos partidos), mas inserindo pontualmente alguns políticos de outros partidos no chamado “varejo”, construindo uma espécie de “bancada” própria.

O Paulo Roberto, inclusive, depois fez uma bancada para ele, botava gente, inclusive eu tinha conhecimento, não sabia quem era porque se soubesse ficava contra, mas até o PSDB, todos os partidos. Ele montou uma bancada para ele, onde ele então ajudava todos os partidos para que ele tivesse prestígio para continuar no cargo (Pedro Correa, ex-presidente do PP).

Outro elemento importante da atuação dos “agentes públicos” é que eles adquirem um importante capital social que pode ser mobilizado quando deixam o cargo. Esse é novamente o exemplo de Paulo Roberto Costa que ao deixar a Petrobras em 2012 construiu uma empresa de consultoria na área de petróleo. De posse de uma ampla rede de contatos com políticos e empreiteiras, Paulo Roberto passou de agente público para intermediário e operador financeiro do sistema de propinas. Sua empresa não só conectou construtoras a políticos com o objetivo de ter acesso a grandes obras públicas, como também aparece envolvida no repasse de propina em contas no exterior²¹. As empresas de consultoria se tornaram um dos principais caminhos para o pagamento da propina. Essas empresas recebiam pagamentos milionários e emitiam notas falsas, simulando prestação de serviços.

²¹ Conforme matéria publicada na página eletrônica do senado, um dos genros de Costa, Humberto Sampaio Mesquita, foi o operador do esquema envolvendo navios da Petrobras em nome do PP. Beto, como é conhecido, controlava pelo menos três contas no exterior e fazia a movimentação da propina na área naval para o sogro.



O Tripé: Partidos, Governos e Empresas

Nos governos anteriores se fazia a mesma coisa, indicação, se pedia tudo. E se procurava fazer eleição fazendo favor para o empresário para que o empresário pudesse ajudar o político para fazer eleição. Isso em todos os governos de que eu participei desde 1978 quando me elegi pela primeira vez (Pedro Correia, ex-deputado, ex-presidente do PP).

Esse sistema de relação triangular entre partido, governo e empresas não surgiu com o chamado “Petrolão”, esquema de corrupção desvelado pela “Lava Jato”. Ele é narrado pelos atores do jogo político como uma prática já estabelecida entre os partidos, os governos e o mundo empresarial, como “a regra do jogo”. E por vezes se confunde com a própria dinâmica de organização do sistema político²². Para se elegerem os políticos precisam de apoio financeiro em suas campanhas eleitorais, conquistado por meio de doações ilegais numa relação com as empresas. As doações empresariais garantem o funcionamento dos partidos em período eleitoral e, também, fora dele, contribuindo não só para pagar a campanha eleitoral de deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores, mas para pagar advogado, resolver pendências, pagar encontro do partido. “Por isso eu fui eleito sete vezes deputado federal”, afirma o presidente do PP em depoimento à “Lava Jato”.

Os políticos eram responsáveis por estabelecer as condições de troca com os empresários, negociando e barganhando. Geralmente feita por algum representante dos dois lados: partidos e empresas. Assim os cargos mais elevados tanto no mundo da política (como presidentes) como no mundo das empresas (proprietários) designavam seus representantes que negociavam entre si. Isso pode ser mais compreendido no relato de Emílio Odebrecht (proprietário da

²² Uma análise sobre a dinâmica da relação entre empresariado e a política pode ser encontrada em Petrarca, 2017.

Odebrecht) à operação “Lava Jato” quando questionado sobre a relação com os ex-presidentes no período democrático.

Eles me pediam. Todos eles me pediam: você pode me ajudar com os problemas da campanha? (...). Eu nunca tratei de valores. Eu delegava a alguém da minha confiança. Eu dizia que era para atender sempre que possível. (...). Meu pessoal queria minimizar e o lado de lá queria maximizar. Eles estavam lutando pelo mínimo porque eu sabia que o lado de lá queria obter o máximo (Emílio Odebrecht em depoimento à “Lava Jato”).

Na corrupção sistêmica os partidos desempenham um papel fundamental na relação entre as empresas e o mundo da política, “vendendo dificuldades para ganhar facilidades”, como afirmam os empresários. Num contexto de fragmentação partidária, como o observado no Brasil, o dinheiro é dado aos políticos que formam suas próprias alianças, não havendo assim centralização no controle dos recursos. No contexto brasileiro os estados têm autonomia para fazer suas próprias alianças que nem sempre correspondem as alianças em nível federal. Assim governadores, deputados estaduais e federais e senadores seguem as alianças dos estados. Enquanto a nível federal o partido pode adotar outra aliança.

Além disso, para obter apoio e conseguir governar, o presidente precisa conquistar uma maioria na câmara e no senado. Para ter apoio da maioria ele precisa negociar os cargos federais, num complicado equilíbrio de forças partidárias. Tal equilíbrio visa garantir o sistema de alianças necessários para manter a “governabilidade”. Se o presidente não souber manter esse sistema ele pode gerar uma profunda crise política capaz de inviabilizar seu governo e levar ao impeachment.

As empresas por sua vez investiam nos políticos com o intuito de obter acesso a obras públicas, sobretudo as de grande porte.

O que nós temos no Brasil não é um negócio de 5 anos. É de 30 anos. Tudo que está acontecendo é institucionalizado. É uma



coisa normal. Em função de todos esses nomes de partidos onde eles brigavam não era por cargos, mas por orçamentos gordos. Ali os partidos colocavam seus mandatários para angariar recursos para os partidos. E isso é há 30 anos que se faz isso. Em 30 anos é difícil as coisas não passarem a ser normais (Emílio Odebrecht em depoimento à “Lava Jato”).

As delações e depoimentos dos diretores das maiores empreiteiras do país revelaram uma estrutura de relação estabelecida em troca de vantagens. Empreiteiras e Estado se relacionam de maneira simbiótica e a ascensão de uma depende necessariamente da outra²³. Dentre as principais envolvidas na “Lava Jato”, podemos citar o caso da Camargo Correa, empresa que cresceu na época em que o cunhado de um dos acionistas, Adhemar de Barros, se tornou governador do estado. Outro caso é o da construtora Andrade Gutierrez, presente nas obras do presidente Juscelino Kubitschek nos anos 1950. E, talvez a mais importante delas, a ascensão da Odebrecht, nos anos 1950. Essa última não ascendeu exatamente por intermédio de um político, mas, sim, de uma empresa: a Petrobras. As duas cresceram juntas. Seu primeiro presidente, Juracy Magalhães, foi por duas ocasiões ministro dos governos militares nos períodos de 1964-1983. Com os governos militares e o investimento na Petrobras, a Odebrecht atingiu patamares empresariais ainda não explorados, passando de uma empresa regional para se tornar uma grande empresa nacional (Campos, 2014). Quando estourou a “Lava Jato”, em 2014, a Odebrecht já era a maior multinacional brasileira, presente em 27 países. A receita do grupo passou de R\$ 17,3 bilhões em 2003 para R\$ 107,7 bilhões em 2014²⁴.

²³ Uma análise detalhada da relação entre empresas, em especial a Odebrecht, os partidos políticos e o Estado pode ser encontrada em Bezerra, 2017.

²⁴ Matéria do Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/05/31/Por-que-a-dela%C3%A7%C3%A3o-de-Marcelo-Odebrecht-%C3%A9-uma-das-mais-importantes-da-Lava-Jato>>.



A chamada “lista da Odebrecht”, organizada pelo setor de “operações estruturadas” da empresa, foi obtida pela revelação do acordo de cooperação de Marcelo Odebrecht²⁵ (diretor) e um dos seus gerentes. Ela mostra uma ação organizada da empresa envolvendo 415 políticos de 26 partidos. PT, PMDB e PSDB lideraram a lista com 59% dos acusados. O PP é a quarta sigla mais afetada. As propinas eram destinadas a deputados federais e senadores e envolviam desde a aprovação de medidas provisórias até concessão de obras públicas. Outros políticos compunham a lista como: vereadores, governadores, prefeitos. A relação extrapolava o nível federal e chegava aos estados e municípios. Isso ocorria quando a empresa apoiava campanha eleitoral de políticos para os governos estaduais e então passava a ter vantagens na concessão de obras.

“Isso vem da época do meu pai”, relatou um dos patriarcas da Odebrecht sobre o chamado “departamento de propina”. Uma das orientações centrais na empresa era manter a equidade e evitar fazer discrepância entre os partidos para não haver ciúmes e problemas com os políticos. Conforme relatou Emílio Odebrecht, proprietário da empresa: “Ajuda de campanha eu sempre dei a todos eles. E com certeza teve ajuda de caixa oficial e não oficial. A norma da empresa era atender os políticos sempre que possível”. A construtora, assim como muitas outras, foi adquirindo habilidade no trato com a burocracia estatal e com os políticos, conseguindo ultrapassar as barreiras legais, e incluindo na sua agenda empresarial as disputas eleitorais.

Com o tempo, com o aumento de sua participação e intenso crescimento internacional, a Odebrecht adotou um modelo de repasse de propinas através de uma equipe específica, denominada “operações estruturadas”, através da qual se definiu que os pagamentos não contabilizados para políticos seriam feitos todos

²⁵ Considerado pela Revista Forbes em 2015 como o 9º homem mais rico do mundo numa lista de 10.



por meio de doleiros. Essa equipe tinha um funcionário especializado dentro da empresa que se responsabilizava por repassar os valores aos doleiros. Numa divisão do trabalho, havia a “geração” e a “distribuição”. A “geração” gerava os recursos não contabilizados e os disponibilizava em empresas *offshores* e contas no exterior. Os doleiros recebiam valores no exterior e repassavam os pagamentos no país. No modelo antigo, que funcionava até início dos anos de 1990, os pagamentos não contabilizados eram pagos no mesmo projeto através dos contratos fictícios. Mas por razão da crise do escândalo dos “anões do orçamento”²⁶ se decidiu que esse modelo era muito arriscado, uma vez que ele contaminava a contabilidade empresarial, gerando um descontrole fiscal. Esse núcleo de operações estruturadas também fazia pagamentos não relacionados diretamente a obras, mas na campanha eleitoral, num misto de doação legal (com valores fixados) e doação ilegal. A empresa tinha o cuidado de atender todos os partidos e não realizar doações legais com valores diferenciados entre os políticos, para não gerar desentendimento. É por meio das doações ilegais, conhecidas como “caixa 2”, que as diferenças eram estabelecidas por região e capacidade da candidatura. Muitas vezes as doações oficiais eram também propinas disfarçadas. Além disso, a empresa também pagava por medidas provisórias aprovadas no senado como o objetivo de ajudar a companhia.

Essa foi outra mudança importante adotada na relação da empresa com o Estado. A Medida Provisória (MPs) é um instrumento adotado pelo Presidente da República em casos de urgência. Ela precisa passar pela câmara e pelo senado para ser aprovada e tem força de lei. Segundo um dos delatores, das 1000 medidas provisórias adotadas no período de quatro anos do governo, 900 tiveram propina.

²⁶ Grupo de congressistas que no final dos anos 1980 ficou conhecido por fraudes nos recursos do orçamento da União. Dos 37 parlamentares envolvidos, seis perderam seus mandatos durante os processos de investigação na chamada CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Orçamento.



O investimento da construtora em MPs foi uma outra consequência do escândalo dos “anões do orçamento” em 1991. Era por meio do orçamento da União que os parlamentares (deputados e senadores) disputavam “cotas” que poderiam ser utilizadas em seus estados e municípios de origem para obras de infraestrutura. Assim a Odebrecht atuava investindo nos parlamentares para que houvesse previsão orçamentária e verbas para obra de interesse da empresa em estados e municípios²⁷. Com o escândalo, a Odebrecht deixou de investir no parlamentar e passou a investir no “dono da obra”, no caso governadores e prefeitos para que estes pressionassem os parlamentares. O investimento em parlamentares (deputados e senadores) foi direcionado para a aprovação de medidas provisórias. Essas últimas, a partir de 2009, passaram a ter mais valor para empresa²⁸.

O material jurídico, como as delações, dos executivos das diferentes construtoras permite apreender que as empresas agem nos diferentes níveis, estadual e federal, e nos poderes Legislativo e Executivo. Outro elemento fundamental é que a relação com o poder político, baseada no sistema de pagamento de propinas e “apoio político”, compõem a dinâmica de funcionamento do mundo empresarial. Conhecida como a “delação do fim do mundo”, os relatos dos executivos da Odebrecht prometiam virar de ponta cabeça o mundo político, visto que a construtora tinha tradição em investir amplamente na classe política.

Uma corrupção centrífuga numa narrativa jurídica centrípeta

A narrativa jurídica, construída pelos operadores da força tarefa “Lava Jato”, destacou que o esquema de corrupção observado no caso

²⁷ Uma análise mais detalhada da participação da Odebrecht no orçamento da união pode ser encontrada em Bezerra, 2017.

²⁸ De acordo com a delação de um dos gerentes da empresa, entre 2005 e 2014 a Odebrecht agiu para influenciar sete medidas provisórias. Juntas essas medidas permitiram concessão fiscal e benefícios para as empresas.



do chamado “Petrolão” tinha um chefe, “um comandante máximo”, um “grande general”. A narrativa jurídica se baseia fundamentalmente na figura da autoridade máxima do executivo que é o presidente da República. Como chefe do executivo ele não só poderia coibir o sistema, como também tinha plena consciência do seu funcionamento e poder de decisão suficiente para nomear e exonerar. “Sem o poder de decisão de Lula, esse esquema seria impossível” (Procurador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, em coletiva de imprensa).

O que a narrativa jurídica ignora é que a corrupção possui um mecanismo próprio de funcionamento. E isso equivale a dizer que o topo da pirâmide do poder executivo não significa necessariamente uma posição no topo do poder do sistema corrupto. Com base no conjunto de material analisado é possível afirmar que se trata de uma corrupção sistêmica cuja estrutura de governança é centrífuga e não centrípeta. Trata-se, portanto, de um modelo de regulação de práticas corruptas em larga escala, com forte fragmentação, certa autonomia das sub-redes e cuja estrutura é policêntrica.

Alguns aspectos que serão aqui destacados nos permitem concluir que se trata de uma dinâmica centrífuga. O primeiro aspecto é a característica do ambiente político. Num modelo centrípeta há relativa estabilidade e os partidos se organizam como “cartéis” para controlar o mercado político e o financiamento eleitoral, impedindo assim que outros partidos componham a concorrência (Della Porta & Vannucci, 2014). No caso brasileiro, o que se observa é, ao contrário, um ambiente político altamente competitivo, sustentado por frágeis alianças. Os próprios partidos políticos são internamente fragmentados e organizados segundo “facções” com autonomia para criar suas próprias redes.

O segundo aspecto é o mecanismo adotado para regulação e controle das práticas corruptas. Num modelo centrípeta há claramente um centro de autoridade reconhecido cujo papel é coercitivo e cuja função é garantir que a “regra do jogo” seja cumprida pelos atores



participantes. Há nessas condições uma hierarquia entre os atores e um centro que regula e pune. Os recursos de autoridade são essenciais na aplicação de sanções efetivas que garantam a cooperação. O que se observa no caso brasileiro é a inexistência de um centro de autoridade capaz de aplicar sanções. O principal mecanismo que garante a execução da corrupção num modelo centrífugo é a internalização dos valores e dos códigos de conduta, por meio da socialização, e os incentivos dados àqueles que participam do jogo. Assim, um funcionário que deseja chegar a diretor de uma grande empresa pública sabe que precisa fazer parte do jogo para receber os incentivos. Sua experiência dentro da empresa o fez internalizar o conjunto de regras e normas essenciais para ascensão profissional.

Um último aspecto que podemos aqui mencionar é a estrutura do poder. Numa dinâmica centrípeta ela é hierárquica e centralizada. Ao contrário, na dinâmica centrífuga ela é horizontal e fragmentada. Vários são os elementos, do caso brasileiro, que demonstram uma rede estruturada em uma dinâmica centrífuga. Um deles é a capacidade de autonomia das sub-redes. Esse é o caso, especialmente, dos agentes públicos que adquiriam autonomia e capacidade de negociar sua permanência em redes próprias. Sob condições de forte personalização e relativa autonomia das redes em relação às lógicas partidárias, as carreiras políticas não dependem diretamente do partido, mas da capacidade dos agentes públicos, especialmente, em criar redes pessoais (fundadas em laços de amizade, parentesco, profissionais) como fonte do seu poder. Nessa direção, a partir do caso brasileiro, é possível demonstrar a organização de um sistema corrupto policêntrico com alta capacidade de desenvolver redes autônomas.



Referências bibliográficas

Abranches, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro** - 1ª. edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Bezerra, Marcos Otávio. “Corrupção e Produção do Estado”. **Repocs**, v.14, n.27, jan/jun. 2017, p. 99-130.

Bezerra, M. O. **Corrupção: Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Carreirão, Yan. “O Sistema Partidário Brasileiro: um debate com a literatura recente”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº14. Brasília, maio - agosto de 2014, p. 255-295.

Della Porta, Donatella & Vannucci, Alberto. **Corrupt Exchange: actors, resources, and mechanisms of political corruption**. Aldine de Gruyter, New York, 1999.

Della Porta, Donatella & Vannucci, Alberto. **Mani Impunite. Vecchia e nuova corruzione in Italia**. Editori Laterza, 2007.

Della Porta, Donatella & Vannucci, Alberto. **The Hidden Order of Corruption: an institutional approach**. Ashgate, New York, 2012.

Della Porta, Donatella; Sberna, Salvatore & Vannucci, Alberto. “Centripetal and Centrifugal Corruption in post-democratic Italy”. **Italian Politics: The Year of the Bulldozer 30**. Berghahn Books, 2015, p. 198–217.

Della Porta, Donatella & Vannucci, Alberto. **Centripetal versus centrifugal corruption. A framework for the analysis of corrupt exchange and hidden governance structures**. European University Institute. EU Grant Agreement. Project acronym: ANTICORRP. 2014.

Nobre, Marcos. **Imobilismo em Movimento: da redemocratização ao governo Dilma**. São Paulo. Companhia das Letras, 2013.

Petrarca, Fernanda Rios. **O Judiciário e a Luta contra a Corrupção: as operações “Lava Jato” e “Mani Pulite” em perspectiva comparada**. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2019.

Petrarca, Fernanda Rios. “Redes de relações pessoais e prática empresarial: um estudo sobre as empresas de comunicação e a política no Rio Grande do Sul”. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 1, jan./jun. 2017, p. 247-270.

Pizzorno, Alessandro. “Lo Scambio Oscuro. Stato e mercato”, No. 34, **APRILE**, 1992, p. 3-34



Ribeiro, Haroldo et al. "The dynamical structure of political corruption networks". **Physics.soc-ph**, 5 jan, 2018.

Silva, Giuliana Monteiro. **Corrupção, narrativas de imprensa e moralidade pública nos anos 50: A conversão da corrupção em problema público no Brasil**. Niterói: PPGS/UFF. Dissertação de mestrado, 2017.

Vannucci, Alberto. **Il Mercato della Corruzione**. Milano, Società Aperta Edizioni, 1997.



DENÚNCIAS DE ‘CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL’ E CONFLITOS POLÍTICOS NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951–1954)¹

 Marcos Otavio Bezerra²

 Giuliana Monteiro da Silva³

ESTE TEXTO EXAMINA a emergência do fenômeno da corrupção – entendida como o produto de denúncias, de representações e da delimitação de práticas tidas como de corrupção, entre outros aspectos – durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954). O objetivo é demonstrar como o termo “corrupção” ganha relevância em detrimento de outras expressões de julgamento de transgressões políticas e administrativas disponíveis, bem como argumentar que a forma e o significado que a corrupção adquire nesse contexto é, especialmente,

¹ Este artigo foi originalmente publicado em Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Vol. 14, nº 1, JAN-ABR 2021, p. 1-26.

² Professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil) e pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). É doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) e tem graduação em ciências sociais pela UFF. E-mail: motavio.bezerra@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Brasil) e professora de história da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFF e licenciada em história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FFCLDC, Brasil). E-mail: giulianamonteiro@id.uff.br



um produto dos conflitos políticos da época. O acompanhamento em jornais de notícias e denúncias de corrupção atribuídas a autoridades governamentais permite identificar algumas acepções políticas do termo e a importância que o discurso sobre a corrupção adquire nessa conjuntura política.

Entre os momentos da história política do Brasil em que o tema da corrupção é identificado como um aspecto importante do desenrolar dos acontecimentos políticos, encontra-se o segundo governo do presidente Vargas. É nesse período, por exemplo, que a expressão “mar de lama” é consagrada como sinônimo de corrupção e torna-se parte do repertório de imagens brasileiras a respeito desse conceito. A expressão foi alçada à condição de verbete no Dicionário histórico-biográfico brasileiro: “utilizada pelos opositores do presidente Getúlio Vargas para designar a corrupção que teria caracterizado seu segundo governo” (Lamarão, 2001, p. 3545). No mesmo sentido, Motta (2012, p. 206-207) observa que “cunhou-se, na época, para representar a sensação de que o governo estava tomado pela corrupção, a expressão ‘mar de lama’, que seria usada em contextos semelhantes no futuro, sobretudo durante a gestão do presidente João Goulart”. Esses registros, como muitos outros a respeito da metáfora, apontam para a centralidade que o tema da corrupção assumiu nos acontecimentos políticos da época.

Para investigarmos a questão sobre a emergência da corrupção no citado período, optamos por uma perspectiva analítica, explorada sobretudo em trabalhos que se inscrevem na tradição antropológica (Blundo e Olivier de Sardan, 2001; Haller e Shore, 2005; Muir e Gupta, 2018), que defende o exame da corrupção em termos das práticas e representações que a constituem como um fenômeno social. Ao privilegiarmos questões relacionadas às representações e ao significado da corrupção, tomamos, portanto, uma via distinta daquela que domina boa parte da literatura recente sobre o tema — preocupada com a explicação das condições e dos estímulos institucionais (econômicos e políticos) que promovem o surgimento da corrupção (Rose-Ackerman,



1999; Geddes e Neto, 2000). Nos distanciamos também da análise do entrelaçamento entre práticas rotuladas como de corrupção e práticas e valores tidos como legítimos do ponto de vista das relações familiares, de formas de sociabilidade cotidiana, políticas ou estratégias econômicas de sobrevivência (Bezerra 1999, 2018; Granovetter, 2006; Smith, 2007).

A abordagem da corrupção a partir da atenção à sua representação e ao seu significado, por um lado, nos afasta de sua concepção como fenômeno único e imutável. Por outro, nos conduz a considerar como ela é utilizada, integrada às práticas cotidianas, incorporada às narrativas, representada em imagens, associada a sentimentos e valores. Ou seja, lhe é conferido um sentido (Hall, 2016, p. 21).

Uma das questões centrais da literatura sobre a corrupção diz respeito à sua definição como conceito analítico. Do ponto de vista de sua circulação e de seu uso ordinário, um dos riscos presentes no termo é a ilusão de que ele remete a um mesmo conjunto de fatos facilmente delimitáveis ou de que tem um mesmo significado a despeito dos contextos históricos e culturais nos quais é utilizado. Essa ilusão de seu valor descritivo e de consenso semântico parece ser reforçada pela utilização da palavra como princípio de explicação e recurso acusatório nas disputas políticas. De modo simplificado, um exemplo recorrente desse tipo de apropriação no caso brasileiro é a visão, encontrada mesmo na literatura especializada, da corrupção como uma herança colonial, ou sua inscrição como traço da cultura nacional (Barba, 2012). Não raramente, essa concepção é empregada como um meio para explicar problemas sociais como a desigualdade, a pobreza, a má qualidade dos serviços públicos ou privilégios. Alinhados com as discussões internacionais, autores brasileiros interessados no tema têm chamado a atenção para os riscos de anacronismo, essencialismo, normatização e fluidez, entre outros, presentes nas tentativas de definição conceitual (Figueiredo, 2012; Filgueiras, 2012; Romeiro, 2015; Bezerra, 2018).

Por conseguinte, em consonância com a abordagem analítica acima indicada, consideramos a corrupção não uma categoria de



análise, mas uma “categoria avaliativa”, por meio da qual as pessoas elaboram críticas e julgamentos performativos em termos de legalidade ou ilegalidade, legitimidade ou ilegitimidade, sobre um conjunto variado de práticas (Muir e Gupta, 2018). Pensando nesses termos, e nos limites do contexto delimitado, interessa-nos analisar como as denúncias de “corrupção no governo” emergem como uma questão de interesse público e se relacionam com as disputas políticas.

No período analisado, como demonstram as informações reunidas a partir da leitura dos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, as denúncias sobre condutas tidas como “ímorais” na política e na administração pública eram feitas por meio de uma lista ampla de termos, como “irregularidade”, da qual fazia parte, sem maior relevância, a ideia de corrupção. Essa, no entanto, vai progressivamente sendo vinculada ao governo de Getúlio Vargas como resultado do trabalho da imprensa e dos opositores políticos. Esta utilização do termo corrupção como meio de tecer críticas ao governo e às autoridades governamentais é algo que a nosso ver merece ser explicado. Nesse sentido, a partir da análise de três episódios que envolvem denúncias de “irregularidades” no Banco do Brasil – o “Inquérito do Banco do Brasil”, o “Escândalo da Cexim [Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil]” e o “Caso Última Hora” –, procuramos demonstrar a importância dos conflitos políticos na mobilização da ideia de corrupção como meio de acusação política e na constituição do fenômeno da corrupção no contexto tratado. Assim, em vez de pensar a corrupção como um dado da realidade, isto é, um conjunto de práticas que poderiam em si mesmas ser reconhecidas como corruptas a despeito do contexto e do momento, dirigimos a atenção para os processos políticos que produzem a corrupção como um fato político, isto é, estabelecem seus significados, suas fronteiras e seus efeitos (Johnston, 1996).



Imprensa e denúncias de transgressões políticas e administrativas

A análise do significado dos conflitos políticos na emergência das denúncias de corrupção no segundo governo Vargas se apoia, particularmente, em notícias, artigos e discursos publicados nos jornais Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa e Última Hora entre 1951 e 1954. Ao lado das rádios, a imprensa escrita tinha, nesse período, um papel central na formação da opinião pública e ocupava um lugar importante como ator político. Esses aspectos, entre outros, já foram analisados em trabalhos sobre a atuação da imprensa escrita nesse período e em estudos que a tomam como fonte para a compreensão de questões relacionadas a esse momento da história (Sodré, 1966; Abreu e Latman-Weltman, 1994; Ferreira, 1994; Leal, 2001; Losnack, 03/01/2012, Carvalho, 2012; Goldstein, 2017).

Além de fonte de informações sobre os eventos, inspirados em Gupta (2012), consideramos as matérias dos jornais como textos culturais, documentos sócio-históricos e meios de circulação de narrativas a respeito da corrupção. As histórias de corrupção, sejam elas orais, sejam escritas, como propõe o autor, participam da construção do Estado ao realizarem um trabalho analítico, quando servem para explicar falhas do serviço público, e ideológico, quando participam da concepção imaginada do Estado.

Tendo em mente os trabalhos acima mencionados sobre a imprensa no segundo governo Vargas, é importante situar nossa preocupação temática e temporal e a escolha dos jornais examinados. A interrogação sobre denúncias de corrupção no período de janeiro de 1951 a agosto de 1954 foi o critério utilizado para a reunião das informações examinadas neste texto. Nesse sentido, cobrimos um período mais amplo do que o delimitado por Abreu e Latman-Weltman (1994), que, preocupados com a análise da imprensa como ator político na “crise de agosto de 1954”, se concentram na atuação da imprensa em julho e agosto desse ano, e por Ferreira (1994), interessado, por sua vez, na análise das



revoltas populares urbanas que têm lugar em diferentes estados do país imediatamente após o anúncio do suicídio de Getúlio.

A despeito dos recortes efetuados, tomamos os dois trabalhos como referências centrais para o entendimento da atuação e do posicionamento nos conflitos políticos do momento. Se a questão da corrupção não é abordada por esses autores, ela, no entanto, é um tema central no trabalho de Goldstein (2017). A partir de uma comparação entre o governo Vargas (1951–1954) e o primeiro governo Lula (2003–2006), o autor examina o posicionamento de jornais da época nas chamadas “cruzadas morais”. Interessado mais especificamente na relação da imprensa com a política, o trabalho reúne, no entanto, diversas contribuições para a reflexão sobre a mobilização de denúncias de corrupção no período abordado neste texto. Observamos, no entanto, que, em razão dos “recortes conjunturais” efetuados por Goldstein, o “Caso Cexim” não é por ele abordado.

Tendo em mente os critérios utilizados por cada um desses textos na seleção dos jornais trabalhados, é importante acrescentar ainda alguns esclarecimentos sobre a escolha que fizemos dos três jornais. Ao justificarem suas escolhas, Abreu e Latman-Weltman (1994) informam sobre a exclusão, particularmente, da Tribuna da Imprensa, fundado por Carlos Lacerda, e da Última Hora, fundado por Samuel Wainer. Os autores alegam que os dois jornais tinham circulação restrita e expressavam, respectivamente, os interesses e posicionamentos políticos da oposição e do governo. Apesar dessas possíveis limitações, consideramos, porém, o fato de que são exatamente esses dois jornais que participam e expressam os conflitos políticos entre os “getulistas” e os “antigetulistas”, entendidos aqui como expressão das principais posições políticas que estruturavam o espaço político da época. Ademais, é por meio da Tribuna da Imprensa que Carlos Lacerda propaga as acusações de corrupção no governo de Getúlio Vargas. E, como revela Goldstein (2017), cujo trabalho toma como fonte exclusivamente os editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo, notícias publicadas na Tribuna eram replicadas pelo

Estadão e órgãos de comunicação d'O Globo acolhiam intervenções de Carlos Lacerda. Enfim, nossa escolha pelo Correio da Manhã deve-se à sua ampla circulação, à sua reputação como órgão tradicional e ao fato de ter liderado uma campanha contra a Cexim.

Os conflitos políticos nos quais esses jornais se inscreviam estavam estruturados em torno de dois projetos políticos que opunham as forças identificadas como “getulistas” e “antigetulistas”. O primeiro, “de caráter nacional-estadista, pautava-se no nacionalismo, na industrialização com base no capital nacional, na criação de empresas estatais em setores estratégicos” e na valorização de interesses populares (Ferreira, 2008, p. 303). O segundo, “de caráter liberal-conservador”, defendia a abertura da economia para empresas e capitais estrangeiros, se opunha à intervenção estatal e às demandas populares, em “especial do sindicalismo” (Idem, *ibid.*, p. 303-304). A chegada de Getúlio Vargas ao poder através de eleição e a adoção de uma postura nacionalista contrariavam os interesses conservadores da elite brasileira do período, que se posicionava a favor da redução do papel do Estado na economia e da participação popular na vida política (Benevides, 1981).

Esses projetos tinham expressão no campo partidário por meio, principalmente, da atuação de três partidos criados no fim do Estado Novo: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), ambos identificados com o projeto “getulista”, e a União Democrática Nacional (UDN), encarnação do “antigetulismo”.

A importância que adquiriu o tema da corrupção no segundo governo Vargas resultou, em grande medida, do modo como foi projetado no cenário público por meio das denúncias efetuadas sobretudo pela UDN (Benevides, 1981). O porta-voz principal das denúncias foi Carlos Lacerda, cuja atuação se notabilizou, primeiro, como jornalista e, depois, como político, pelos posicionamentos e discursos moralistas. Como informa Speck (1996), nas eleições presidenciais de 1945, Carlos Lacerda, jornalista do Correio da Manhã, ganha projeção ao acusar Iedo Daudt Fiuza, candidato do Partido Comunista, de “enriquecimento



ilícito”. Denúncias sobre a prática do uso de matérias pagas nos órgãos de imprensa, especialmente por órgãos públicos, como meio de obtenção de apoio a posições políticas é um dos temas explorados por Lacerda na campanha que promove em 1949 para a divulgação de seu novo jornal. A participação do jornalista no “Caso Última Hora” reforça sua imagem como defensor da moralidade pública e acaba por lhe garantir o título de “caça-corruptos” (Ibid., p. 4).

Em busca de informações sobre os usos da palavra “corrupção” no período delimitado, foram consultados cronologicamente 1.920 exemplares dos jornais Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa e Última Hora. Ao menos dois pontos merecem ser destacados quando se considera a questão do lugar da corrupção no segundo governo Vargas. Primeiro, é possível identificar no período um número significativo de notícias de práticas tidas como de transgressão na política e na administração pública e um conjunto amplo de palavras utilizadas para nomear essas práticas, como “irregularidades”, “nepotismo”, “favoritismo”, “suborno”, “propina”, “negócios escusos”, “peculato” e “corrupção”. No entanto, o termo mais frequente para descrever as diferentes formas de transgressão denunciadas é “irregularidade”. Segundo, se o termo “corrupção” integra esse vocabulário, ele, no entanto, é menos usual e utilizado, especialmente, para a descrição de práticas policiais.

Quando nos concentramos nas narrativas sobre irregularidades no universo político, observamos a preferência pelo uso de termos como “favoritismo”, “nepotismo” e outros. Isso, no entanto, muda ao longo do segundo mandato, quando a ideia de corrupção passa a designar integrantes do governo, o presidente Vargas e a natureza do funcionamento do próprio governo. Esse é um momento, como informa José Murilo de Carvalho (2012b), no qual se pode observar uma mudança semântica do termo. A corrupção deixa de designar uma propriedade do sistema político (seja ele monárquico, seja republicano) e passa a qualificar um comportamento individual, de natureza moral (Carvalho,

2012b, p. 201). Explicar como essa visão moralista da corrupção, que tem em Carlos Lacerda um de seus expoentes, tornou-se preponderante é um dos objetivos deste texto, e, nesse sentido, argumentamos que essa mudança resulta sobretudo do lugar que o tema passa a ocupar nas disputas políticas.

A incorporação da ideia de corrupção como transgressão de caráter individual e moral no contexto das disputas políticas ocorre, como argumentamos ao longo do texto, em detrimento de outros termos, como os mencionados acima, também utilizados nas disputas políticas. A atenção aos significados atribuídos à palavra “corrupção”, a seus usos sociais e ao campo semântico no qual ela se inscreve constitui em si uma frente importante de estudo sobre a corrupção, como demonstram, entre outras, as análises do significado do conceito de corrupção em textos normativos-legais na época moderna realizada por Romeiro (2015) e de termos populares que designam a corrupção em três países africanos estudados por Blundo e Sardan (2001). Atentos às contribuições desses textos, restringimo-nos aqui a mencionar rapidamente algumas das principais expressões e alguns termos do vocabulário utilizado no início dos anos 1950 para qualificar práticas concebidas como de transgressão na política e administração e a chamar atenção para a porosidade da ideia de corrupção e seus limites para cobrir outras práticas tidas como de transgressão.

O termo “irregularidades”, além de ser o mais recorrente, cobria um leque amplo de situações e práticas percebidas como condenáveis do ponto de vista da moralidade pública, como sugerem, entre outros, os exemplos a seguir: “O presidente Getúlio Vargas nomeia comissão para averiguar possíveis irregularidades havidas no Banco do Brasil durante a gestão do general Dutra” (Tribuna da Imprensa, 12/02/1951, p. 1); “A comissão do Vale do São Francisco vai apurar as denúncias de irregularidades na aplicação de verbas das obras daquele rio” (Idem, 10/07/1951, p. 3); “Irregularidades na exportação do Pinho e votação do orçamento” (Correio da Manhã, 10/11/1951, p. 8). Também de uso



frequente eram expressões como “negócios escusos”, “negociatas escusas” e “transações escusas”. Em agosto de 1952, a Tribuna da Imprensa publicou uma matéria sobre o desvio de material de uma obra realizada no Aeroporto do Galeão nos seguintes termos:

Há tempos, notou o coronel Scafa um grande desvio dos materiais destinados à estação do Galeão, desvio que vinha de longe e já era feito quase sem precauções que exigem os negócios escusos. (...) Submetido o inquérito à autoridade competente, ficou esclarecido que as obras eram da sogra de quem havia dado a ordem para o desvio dos materiais (Tribuna da Imprensa, 11/08/1952, p. 6).

Apesar de o destino do material e o agente público responsável por ordenar o desvio terem sido identificados, não houve punição do responsável e o inquérito foi arquivado.

Termos como “favores”, “favoritismo” e “favorecimento” eram mobilizados especialmente para a descrição de comportamentos identificados como fundados na lógica da reciprocidade e que envolviam interferências de natureza política. É o que se pode observar na matéria intitulada “Favores e escândalos”, publicada pelo Correio da Manhã em junho de 1952, na qual é questionado o critério utilizado por vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro para a nomeação de funcionários:

Anuncia-se nova reestruturação no quadro de funcionários da Câmara Municipal. Em duas legislaturas, assinalou-se a nossa Câmara pelos desatados favores pessoais, numa torrente de escândalos. Pagamos caríssima a nossa meia autonomia, pela qual uns tantos indivíduos se elegem vereadores e podem, no interesse próprio, assaltar impunemente as finanças da cidade, criando para a parentela, afilhados, eleitores, compadres, sócios, sinecuras ilimitadas (Correio da Manhã, 01/06/1952, p. 4).

A matéria denuncia a prática de vereadores criarem, em nome de interesse próprio e à custa de recursos municipais, cargos para



parentes, amigos e eleitores, que, no entanto, não são obrigados a exercer efetivamente suas atribuições.

Outra situação na qual a ideia de favorecimento é utilizada é relatada pela Tribuna da Imprensa. O jornal questiona a lisura de uma concorrência para a finalização da obra de uma sede do Banco do Brasil na cidade de São Paulo. Na matéria com o título “Escândalo no Banco do Brasil: Favorecida uma firma amiga na concorrência para a sede de São Paulo”, a firma Maia-Lelo é acusada de receber informações do setor de engenharia do Banco do Brasil e apresentar uma proposta depois do prazo. A firma pertencia a Arnaldo Maia-Lelo, irmão de Arlindo Maia-Lelo, que na gestão do prefeito Ademar de Barros foi presidente do Banco do Estado de São Paulo. Com o término das eleições, Arlindo Maia-Lelo almejava ser nomeado para a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, o que não ocorreu. Preterido na escolha, Arlindo, amigo de Ricardo Jaffet, presidente do Banco do Brasil, obteve, por meio da firma do irmão, o contrato de 70 milhões de cruzeiros para a execução da obra da sede. As relações pessoais entre os envolvidos são para o jornal o indicador de favorecimento da firma (Tribuna da Imprensa, 12/03/1951, p. 1-6).

Termos como “propina”, “suborno” e “corrupção” (policial, administrativa e política) integravam igualmente o vocabulário de denúncias. Uma das situações frequentes a que se aplicavam esses termos era a da relação da polícia com o jogo do bicho. Em matéria intitulada “Corrupção policial na repressão”, a Tribuna da Imprensa chamava atenção, em julho de 1951, para o modo como a propina se inscrevia nessa relação e era institucionalizada.

Um dos personagens mais importantes no “underground” do jogo do bicho é o “apanhador”. Apanhador é o recolhedor das propinas, das gratificações, na gíria policial “estia”. (...) Os apanhadores vão pacientemente, de ponto em ponto, onde os donos (pontos têm dono) já esperam os recolhedores. A entrega da propina é mais ou menos às escâncaras e ninguém da polícia ignora o fato.



DENÚNCIAS DE 'CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL' E CONFLITOS POLÍTICOS
NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951–1954)

(...) E não precisa fazer força para receber a propina. Recebe-se mesmo que não se peça, que não se exija. Cada um ganha a sua parte, infalivelmente e não precisa que se pertença à delegacia de costumes. Qualquer mau policial pode aproximar-se do ponto e estender a mão ou ficar em posição que indique sua profissão. A gorjeta vem certa e infalível (Idem, 05/07/1951, p. 8).

O termo corrupção se inscrevia nesse universo de palavras e expressões de denúncias de “irregularidades” administrativas e políticas e seu uso não era raro, como sugere o Quadro 1 abaixo, no qual apresentamos a frequência de utilização dos termos nos três jornais, excluídas as referências associadas ao “Inquérito do Banco do Brasil”, ao “Escândalo da Cexim” e ao “Caso Última Hora”.

Quadro 1: Frequência do uso do termo “corrupção” nos jornais analisados no período de 1951 a 1954*

| | Correio da Manhã | Última Hora | Tribuna da Imprensa |
|-------|------------------|-------------|---------------------|
| 1951 | 10 | 10 | 86 |
| 1952 | 17 | 17 | 90 |
| 1953 | 18 | 19 | 84 |
| 1954 | 91 | 06 | 119 |
| Total | 136 | 52 | 379 |

*Não foram incluídos os usos do termo quando aparecem no “Inquérito do Banco do Brasil”, no “Escândalo da Cexim” e no “Caso Última Hora”. Também não foram considerados os usos do termo na expressão “corrupção de menores”.

Observa-se que o termo é utilizado sobretudo pela Tribuna da Imprensa e sua frequência aumenta entre 1951 e 1954. Como informa Speck (1996), o tema da corrupção teve um lugar central na atuação dos liberais brasileiros nos anos 1950. O intervencionismo estatal, como evidencia a matéria intitulada “Carne e corrupção político-administrativa”, era um dos focos principais das denúncias de corrupção:

(...) O câmbio [negro] da carne não seria possível sem a cumplicidade direta de funcionários altamente colocados, os quais, por sua vez, não poderiam agir sem a proteção de políticos



situacionistas. Em outras palavras há uma estreita relação entre a interferência governamental no mercado de carne e a corrupção administrativa e política (Correio da Manhã, 26/10/1951, p. 3).

Apesar do uso frequente da palavra corrupção, constatamos, no entanto, que sua associação ao governo e ao presidente Vargas ocorreu no contexto das denúncias relativas ao “Escândalo da Cexim” e ao “Caso Última Hora”, e como efeito, particularmente, da atuação da UDN e de segmentos da imprensa.

Denúncias de ‘corrupção no governo’ e conflitos políticos

O ‘Inquérito do Banco do Brasil’

No início de seu segundo mandato, Getúlio Vargas determinou a criação de comissões de inquérito em ministérios, autarquias e órgãos subordinados para averiguar as medidas do governo antecessor, entre elas a Comissão de Inquérito do Banco do Brasil. A comissão era um dispositivo administrativo utilizado de forma regular, como demonstra o levantamento realizado por Speck (1996) sobre as comissões parlamentares de inquérito criadas entre 1946 e 1963 (169 abertas no período e 98 concluídas).

Notícias sobre o andamento do trabalho da comissão foram publicadas pelo jornal Última Hora em junho de 1951. Segundo a publicação, o relatório da comissão responsabilizava o ex-presidente do Banco do Brasil, Guilherme da Silveira, pelo uso de verbas do banco para “fins particulares e políticos” e informava que contra ele seria aberto um processo para a devolução das verbas. As práticas condenadas pela comissão, qualificadas como uma “verdadeira orgia de verbas”, diziam respeito às “grandes fortunas” utilizadas para custear a propaganda de desmoralização política e pessoal do presidente Getúlio Vargas em jornais e revistas do país e a promoção de indústrias particulares –



dentre elas, uma fábrica do ex-presidente do Banco do Brasil (Última Hora, 14/06/1951, p. 5). O fato de esse relatório oficial condenar o uso de verbas públicas para “fins pessoais e políticos” – ideias, por sua vez, difundidas pela imprensa – chama atenção para o reconhecimento da importância da distinção entre esses usos como princípio de atuação e julgamento da administração pública. A mobilização dessa distinção não está, porém, dissociada das medidas de enfrentamento dos adversários políticos pelo novo governo e pelo órgão de imprensa aliado. As acusações sobre a utilização pessoal ou política de verbas públicas, prevista no Código Penal de 1940, fazem parte, portanto, dos recursos sociais disponíveis para o confronto político. Se não há, sem dúvida, novidade nessa observação, insistimos em seu registro para ressaltar que as práticas condenadas pelo relatório e pelo jornal não são descritas, porém, por meio do termo “corrupção”⁴.

Com a falta de informações oficiais ao longo do ano sobre o andamento do inquérito e as apurações das irregularidades anunciadas no relatório, órgãos da imprensa e parlamentares da oposição passam a cobrar do governo os resultados do “Inquérito sobre o Banco do Brasil”. No início de 1952, a Tribuna da Imprensa publica na primeira página uma charge com Getúlio Vargas sentado sobre o inquérito com o irônico comentário: “Rigorous inquérito” (Tribuna da Imprensa, 22/01/1952, p. 1). O tema é retomado no dia seguinte pelo Correio da Manhã em matéria intitulada “Inquéritos administrativos”. Nela, o jornal sustenta que havia uma “farsa dos escândalos” e faz menção

⁴ Ao privilegiarmos a relação do fenômeno da corrupção com a dimensão política, é importante lembrar, não exploramos ao longo do artigo a dimensão jurídica do fenômeno. Ademais, cabe destacar que no material da imprensa reunido não encontramos menções explícitas ao enquadramento legal da corrupção ou ao Código Penal de 1940, em que estão definidos os “crimes contra a administração pública”. Esses são divididos em quatro capítulos: “Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração geral”, “Dos crimes praticados por particular contra a administração pública em geral”, “Dos crimes contra a administração da justiça” e “Dos crimes contra as finanças públicas”. No Código também são definidos os crimes de “corrupção ativa”, “corrupção passiva” e “peculato”.

aos requerimentos apresentados pelo deputado José Bonifácio (UDN) cobrando a divulgação das conclusões do inquérito (Correio da Manhã, 23/01/1952, p. 4).

Em seus discursos no parlamento, o deputado José Bonifácio, além de insistir na publicação dos resultados, transforma a ausência de informações sobre o inquérito numa fonte de denúncias do governo ao acusá-lo de “proteccionismo político”, e ao acusar o banco de conceder empréstimos em “virtude do eleitorado que eles podiam mobilizar” (Tribuna da Imprensa, 10-11/05/1952, p. 3). Em meados do ano, o deputado consegue ter acesso ao inquérito. Sem citar nomes, informa que no relatório constavam importantes nomes da política e da administração “que continuavam a gozar dos favores do Banco do Brasil” (Correio da Manhã, 12/07/1952, p. 8). As denúncias em termos de proteccionismo político e favores merecem ser destacadas, uma vez que remetem aos termos pelos quais práticas tidas como condenáveis eram nomeadas.

A partir das informações veiculadas pela imprensa, políticos do PSD, da base parlamentar do governo, mesmo antes da publicação do relatório, defendem publicamente a si mesmos e ao partido. É o caso do deputado federal Marino Machado (PSD-SP), ex-diretor da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que, da Tribuna da Câmara, afirma: “sintoma alarmante da nossa imaturidade política é, sem dúvida, a facilidade com que, neste país, se atassalha a reputação de um homem público. Aqui a dedicação à coisa pública, o ingresso na carreira política (...) é como que um desafio à calúnia” (Idem, 22/08/1952, p. 6). A referência à reputação remete, para além das questões legais, a um dos efeitos das denúncias, que era o de afetar a credibilidade do político, isto é, o capital pessoal do representante (cf. Bourdieu, 1989). Ao examinar a concepção de representação política vigente na época, Speck destaca que “os líderes populistas dependiam da confiança imediata e inquestionável na sua honestidade, na sua orientação para o bem comum” (Speck, 1996, p. 6). Acusações de irregularidades e de



imoralidade tinham, portanto, o potencial de abalar uma das fontes principais de legitimidade do político.

A defesa do partido em relação às acusações de parlamentares da UDN é realizada pelo deputado Carlos Cirilo Júnior (PSD-SP), citado no inquérito. Em seu discurso no parlamento, ele refuta as denúncias de que teria obtido “favores”. No entanto, o exame do conteúdo de seu argumento permite sugerir que a distribuição de “favores” era prática difundida âmbito da administração pública.

(...) Que eu nunca pedi nada ao Banco do Brasil ou dele recebi favores ou cortesias, que nunca invoquei favores de ministros, ou Ministérios, que nunca cortejei presidentes da República ou deles recebi favores, e servi a vários com lealdade, honra e patriotismo, por certo haveria de estranhar o arrolamento de meu nome na famosa sindicância em foco. (...) O Partido Social Democrático condena a prática reprovável e por seu conselho superior declara à nação ter sido vítima não de uma acusação séria, mas de uma acusação leviana e impertinente apreciação caluniosa. Ante ela não se amordaça, não se humilha e não se sente desmoralizado. O Partido Social Democrático não se teme de inquéritos ou devassas (Última Hora, 23/08/1952, p. 9).

Os debates suscitados sobre o inquérito remetem a duas questões levantadas pela oposição: a continuidade de realização dos “negócios irregulares” pelo Banco do Brasil e a responsabilização do presidente Vargas por omissão, uma vez que “de posse de toda documentação não agiu como devia contra os indicados” (Correio da Manhã, 02/08/1952, p. 4).

Com as acusações da oposição centradas no presidente, o inquérito inicialmente dirigido para investigações sobre “irregularidades” no governo anterior torna-se fonte de críticas ao governo Vargas. Assim, a imprensa passa a alimentar a ideia de que a recusa de publicação do inquérito deve-se ao envolvimento de pessoas ligadas ao governo nas supostas irregularidades.



Na Tribuna da Imprensa, Carlos Lacerda se posiciona em relação ao tema. Ao retomar as denúncias do deputado José Bonifácio (UDN), acusa o governo de utilizar o Inquérito do Banco do Brasil como instrumento de “chantagem”, de favorecer o PSD através do sigilo do relatório, de o PSD ter sido financiado com dinheiro público e de integrantes do governo estarem tendo facilidades para adquirir empresas a partir da utilização de informações que comprometiam o governo Dutra. Além disso, menciona os nomes do jornalista Samuel Wainer, dono da Última Hora, e de Lutero Vargas, filho do presidente, como beneficiários do dinheiro do banco. Assim, por meio de acusações de proteção, financiamento partidário e acesso a informações oficiais, Lacerda promove o envolvimento do círculo de aliados políticos e familiares do presidente nas denúncias (Tribuna da Imprensa, 01/08/1952, p. 4).

Apesar dos conflitos entre o governo e a oposição acerca da divulgação dos resultados do inquérito, a decisão que prevaleceu foi a da não publicação do relatório no Diário do Congresso. As conclusões do relatório são, no entanto, publicadas pelo Correio da Manhã nos primeiros meses de 1953. O presidente do Banco do Brasil “é considerado responsável pelos atos e operações irregulares, abusivos, de mera liberalidade, culposos ou dolosos, descritos no relatório” (Correio da Manhã, 05/02/1953, p. 12). Os casos analisados no relatório apontavam para a “publicidade estranha aos interesses do Banco; donativos a instituições inexistentes; cessão dos direitos creditórios do Banco contra a Eletroquímica Brasileira S.A”. A comissão de inquérito concluiu ainda que alguns dos casos relatados e apurados demandavam maior investigação policial e tornou público o volume total das sonegações e dos desvios apurados. As práticas condenadas pela comissão são qualificadas e nomeadas no relatório como “negociatas”, “sonegação”, “desvio”, “corretagem”, “intermediação” e “doações para instituições inexistentes” (Idem).

A questão do “Inquérito do Banco do Brasil” esteve presente na imprensa e nos debates políticos por um período de mais de 18 meses e



a divulgação de suas conclusões ocorreu um pouco antes das eleições municipais de 1953. Com as denúncias da oposição de que integrantes do governo estavam envolvidos nas irregularidades apuradas pela comissão de inquérito, jornais de oposição chegaram a descrever o caso como um “escândalo político”. Entre outras práticas denunciadas encontravam-se a distribuição de favores, o financiamento de campanhas eleitorais, o uso de verbas públicas para fins pessoais, o uso de informações oficiais para a realização de negócios e a concessão por um banco público de empréstimos para aliados do governo e familiares do presidente.

No acompanhamento dos debates públicos sobre o inquérito nota-se, particularmente, que não é dada à ideia de corrupção primazia no rol das acusações feitas pela oposição. Apesar de disponível, como mencionamos antes, no universo de termos utilizados para a descrever transgressões políticas e administrativas, “corrupção” não é o termo mobilizado, como também constatou Goldstein (2017) ao analisar os primeiros anos do segundo governo Vargas para descrever as práticas assim identificadas nessa situação. As considerações iniciais que propomos sobre o “Inquérito do Banco do Brasil” são importantes para nosso argumento na medida em que expõem a dissociação entre a existência de práticas políticas e administrativas tidas como irregulares e sua rotulação, a despeito de possíveis enquadramentos pelo Código Penal, como corrupção. Por conseguinte, cabe, portanto, compreender como a ideia de corrupção, com o significado específico que lhe é atribuído, emerge no período aqui delimitado como recurso acusatório nas lutas políticas.

Nos trabalhos sobre o segundo governo Vargas que abordam o tema da corrupção frequentemente é dado destaque aos debates em torno do “Caso Última Hora”. A mobilização dos agentes políticos, da imprensa e os desdobramentos políticos da polêmica em torno do caso justificam, sem dúvida, a sua importância para o entendimento dos acontecimentos no período. O exame dos três jornais nos quais nos



baseamos levou-nos, no entanto, a identificar a emergência da ideia de corrupção nas disputas políticas em outra controvérsia, o “Escândalo da Cexim”.

O ‘Escândalo da Cexim’

A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim) foi criada em maio de 1941 com a finalidade de “estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros” (Abreu et al., 2001, p. 1155-1156.). A partir de 1947, com a imposição de controle de importação, as atividades da Cexim adquiriram grande importância. O órgão era encarregado, por meio de licenciamento, da administração e do controle das importações.

As primeiras notícias sobre “fraude” na Cexim datam de novembro de 1951. A Última Hora publicou uma curta matéria com o título “Lesaram em milhões de cruzeiros: Descoberta pela polícia, vultosa fraude contra a Cexim” (Última Hora, 06/11/1951, p. 5). A denúncia mencionava a falsificação e a adulteração de guias de importação e exportação e o envolvimento de funcionários do Banco do Brasil e de firmas comerciais. Além da informação, o jornal se posicionou em favor de uma ação criminal e da abertura de um inquérito administrativo para averiguar a responsabilidade dos envolvidos.

Nos primeiros meses de 1952, o órgão volta às páginas dos jornais. A Cexim foi alvo de um “flagrante de suborno” acertado entre o Banco do Brasil e uma firma de importação. Um fiscal do órgão foi preso em flagrante quando recebia um cheque de 200 mil cruzeiros de um representante de uma firma paulista para se manifestar favoravelmente em um processo de importação (Tribuna da Imprensa, 20/03/1952, p. 7). Segundo a avaliação do comissário responsável pelo flagrante, a prática não configurou, no entanto, crime, apenas uma grave falta administrativa.



Novas denúncias sobre o órgão, dessa vez de “nepotismo” e “favoritismo”, foram feitas poucos meses depois. O Correio da Manhã, em matéria intitulada “Escândalo na Cexim. Regimes de arbítrio e boa vontade no feudo de Simões Lopes” (27/07/1952, p. 2), publica, para fundamentar as acusações de “favoritismo”, um documento do órgão. A ordem de serviço, datada de 9 de julho de 1952, trazia a seguinte recomendação:

Recomendamos aos diversos órgãos da carteira que, até instruções contrárias, passem a dispensar a firma em epígrafe tratamento rigoroso, estritamente dentro das disposições legais ou regulamentares em vigor, nenhuma concessão se lhe fazendo quando dependa apenas de arbítrio ou de boa vontade da carteira (Idem).

Luiz Simões Lopes era o presidente do órgão. A partir do teor do documento, a matéria denunciava que os critérios em vigor na Cexim para concessão de licenças seguiam duas lógicas distintas: a primeira estava referida aos regulamentos oficiais e a segunda ao “arbítrio de boa vontade” dos responsáveis pelo órgão. A caracterização do órgão como “feudo” chamava atenção para os critérios pessoais adotados em decisões e o controle do órgão por familiares de seu presidente: “onde se encontra a apregoada honestidade do Sr. Luiz Simões Lopes, que já possui quatro pessoas de sua família trabalhando na Cexim? (...) É a demonstração cabal da desordem e imoralidade que campeiam no setor da administração pública” (Idem). A matéria condenava, particularmente, duas práticas identificadas na administração pública: o “nepotismo” e o “favoritismo”. Mas essas práticas são entendidas também como provas da “imoralidade” presente na administração pública. As demandas de moralização política e administrativa, como demonstra Goldstein (2017), ganham a forma de “cruzada moral” com a ampliação de denúncias feitas pela oposição e pela imprensa contra o governo.



O Correio da Manhã passa a liderar, no início de 1953, uma campanha contra a Cexim. As matérias e denúncias publicadas pelo jornal encontram respostas, por sua vez, nos espaços reservados ao assunto pela Última Hora. Em janeiro de 1953, o presidente do Banco do Brasil pede exoneração do cargo. Um mês após, a Última Hora faz menção a um parecer de Coriolano de Góis – que em 1953 já era diretor da Cexim – no qual afirmava que não havia “interferência política” naquele órgão e que a comissão de inquérito⁵ poderia investigar suas atividades (Última Hora, 07/02/1953, p. 1).

A Cexim passa a ser sistematicamente acusada de conceder licenças de modo discricionário em um período de austera política de importação. Em nova reportagem, o órgão é acusando de não agir conforme a “moralidade administrativa” e de distribuir “generosidade”.

Costuma desculpar-se a direção da CEXIM dizendo que as licenças não eram novas, mas velhas e caducas, que haviam sido legalmente despachadas. A desculpa, pelo aspecto legal, pode servir porque a lei da CEXIM quem faz é ela própria. Pelo aspecto da moralidade administrativa, ou simplesmente moralidade, não há, porém, desculpa que sirva. (...) Das firmas contempladas pela estranha generosidade, recebeu segundo quinhão em grandeza uma do Rio Grande do Sul chamada CIREI. (...) Tudo isso foi feito em um período em que se negava licença até mesmo para a importação de medicamentos indispensáveis ao povo. (...) A CEXIM é isto aí que está escrito. E também é isto o governo Vargas (Correio da Manhã, 29/03/1953, p. 1).

O discurso da moralidade é mais uma vez mobilizado pelo jornal uma semana após as eleições municipais de 1953. Em São Paulo, Jânio Quadros (Partido Democrata Cristão, PDC), com 36 anos, acabava de ser eleito com uma campanha de denúncia de desperdício de dinheiro

⁵ Trata-se da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as atividades da Carteira de Redescoto e da Caixa de Imobilização Bancária do Banco do Brasil.



público e “moralização do serviço público”. Ao assumir a prefeitura, “um de seus primeiros atos foi promover demissões em massa de funcionários, iniciando uma cruzada moralizadora que marcou sua gestão” (Mayer e Xavier, 2001, p. 4820). A vitória de Jânio contribui, certamente, para a promoção da questão da “moralidade pública” no debate político nacional; questão que ganha força, por exemplo, nos editoriais d'O Estado de S. Paulo (Goldstein, 2017, p. 400).

A matéria também investe em uma nova direção. As denúncias não ficam restritas aos limites do órgão, mas são apresentadas como retrato do conjunto do governo Vargas. As práticas nele identificadas como as decisões baseadas na amizade e a concessão de privilégios deixam de ser vistas como pontuais e passam a ser apresentadas como constitutivas do próprio governo.

Somente dois meses depois, o Correio da Manhã passa a utilizar a palavra “corrupção” para se referir às práticas atribuídas ao órgão. Em maio de 1953, o jornal publica uma matéria com o seguinte título: “A CEXIM trouxe a corrupção nos negócios de importação e exportação” (Correio da Manhã, 09/05/1953, p.1). O termo não constava no corpo da matéria que, porém, mais uma vez, chamou atenção para o “favoritismo”, os prejuízos à economia promovidos pelo órgão e a facilidade de obtenção de licenças para alguns e a dificuldade para outros. Para o jornal, a Cexim era um instrumento de distribuição de “favores”.

A ideia de corrupção foi novamente utilizada para dar título a outra matéria: “CEXIM é a responsável direta pela imoralidade e corrupção” (Idem, 03/07/1953, p. 10). Nesse momento, o órgão é descrito como agente ativo da “corrupção” e as “classes econômicas” como vítimas das condutas dos agentes públicos: “É ela [Cexim] quem provoca e estimula as práticas condenáveis nos licenciamentos e as classes econômicas precisam curvar-se a ela se quiserem sobreviver” (Idem). O mesmo raciocínio é retomado no título de nova matéria publicada alguns dias depois: “A CEXIM não é vítima de uma crise moral, mas um agente da

corrupção” (Idem, 23/07/1953, p. 10). Em poucos meses, as denúncias sobre a Cexim promoveram não só a vinculação do órgão à “corrupção”, mas o próprio governo Vargas, ao construir a imagem de que as práticas ali identificadas eram apenas uma manifestação do que se passava na totalidade da administração federal.

O Correio da Manhã passou, então, a cobrar um posicionamento do governo em relação ao que se tornou conhecido como o “Escândalo da Cexim” e pedidos de extinção do órgão tornaram-se frequentes no jornal: “Aceitar a CEXIM é aceitar a manutenção de um órgão de corrupção e de esbanjamento de divisas” (Idem, 24/07/1953, p. 10), “A lei de licença prévia é um incentivo à corrupção” (Idem, 16/09/1953, p. 10), “A CEXIM prejudica material e moralmente o país” (Idem, 02/10/1953, p. 10), “CEXIM, o maior escândalo deste país” (Idem, *ibid.*, p. 10).

É importante salientar que críticas ao órgão vinham se acumulando desde o início dos anos 1950 em razão da crise cambial criada pelo aumento das importações, comparativamente às exportações. A alternativa apresentada pelos industriais para superação da crise cambial, apoiados pela UDN e por setores liberais, era o controle mais rigoroso das importações de produtos supérfluos, incentivos à exportação, maior controle dos pagamentos feitos ao exterior e participação dos industriais na formulação de tratados comerciais (Leopoldi, 1994). Em dezembro de 1953, a Cexim é extinta e substituída pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil.

O “Escândalo da Cexim” nos parece central para nosso argumento sobre o fenômeno da corrupção no segundo governo Vargas particularmente porque podemos identificar no contexto das denúncias públicas a seu respeito tanto a introdução da ideia de corrupção para descrevê-lo quanto a vinculação da corrupção ao próprio governo Vargas. Os discursos sobre a corrupção e a defesa da moralidade são retomados, como destaca a literatura especializada sobre o período, no “Caso Última Hora”, cuja Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada alguns meses antes da extinção da Cexim.



O 'Caso Última Hora'

Fundado em 1951, o jornal Última Hora surge como um concorrente da Tribuna da Imprensa. O primeiro desafio apresentado por seu fundador, Samuel Wainer, era encontrar instalações para abrigar o vespertino. Esse processo foi facilitado pela crise financeira do Diário Carioca, cujos diretores tinham interesse em vender a Editora de Revistas e Publicações (Erica). A Erica havia construído um prédio de quatro andares na Avenida Presidente Vargas para a publicação do Diário Carioca e encontrava-se seriamente endividada com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A venda do prédio para o novo jornal foi feita a um grupo ligado a Samuel Wainer: Walther Moreira Salles (superintendente da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil), o deputado Euvaldo Lodi e Ricardo Jafet (presidente do Banco do Brasil), todos eles alvos de suspeitas divulgadas pela Tribuna no passado. Após a transferência da Erica, foi preciso financiar o lançamento do novo jornal. Parte desse dinheiro originou-se de um empréstimo inicial de 63 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil. Em abril e maio de 1951, Ricardo Jafet e o deputado Lutero Vargas ajudaram o grupo Wainer a assumir o controle de uma companhia de radiodifusão em dificuldades financeiras, a Rádio Clube Brasil, cujas dívidas incluíam 54 milhões de cruzeiros ao Banco do Brasil (Dulles, 1992).

As primeiras denúncias envolvendo a relação entre a Última Hora e o governo datam do início de 1952. Em matéria de capa da Tribuna da Imprensa, Lacerda questionou a participação do Banco do Brasil na importação de papel para o jornal (Tribuna da Imprensa, 10/03/1952, p. 1-9). Nesse período, a imprensa dependia da importação de papel para confecção dos jornais. Segundo a narrativa de Lacerda, a imprensa teve dificuldade para importar papel na primeira gestão de Vargas e a importação estava condicionada às boas relações com o governo. Na matéria, Lacerda lembrava que, de acordo com a legislação sobre a importação de papel, o processo deveria ter sido conduzido por órgãos da imprensa e não pelo Banco do Brasil.



O empréstimo de 160 milhões de cruzeiros para a Erica e a Última Hora foi questionado na Câmara pelo deputado Olavo Pinto (UDN) e pela Tribuna da Imprensa quando ainda estavam em curso as discussões sobre o Inquérito do Banco do Brasil (Idem, 27/08/1952, p. 1). Por meio da Tribuna da Imprensa, Lacerda argumentava que a Última Hora foi montada por Getúlio Vargas para apoiar os comunistas e silenciar a imprensa. Em artigo de agosto de 1952, Lacerda questionou os empréstimos e os interesses do governo a partir de documentos arrolados no Inquérito do Banco do Brasil. A partir deles, sustentou que “demonstraram que o governo por intermédio do Banco do Brasil forneceu dinheiro a um grupo de amigos e parentes para compra e instalação de um jornal. A seguir forneceu mais dinheiro para ampliá-lo e dar a esse jornal proporções nababescas” (Idem, *ibid.*, p. 4).

Dois aspectos principais sustentavam as acusações: primeiro, a ideia do patrocínio de negócios de amigos e parentes com recursos públicos e, segundo, o financiamento de um órgão de imprensa que atuava como uma agência de propaganda do governo. Do ponto de vista dos liberais e da imprensa liberal na época, a participação do governo no mercado jornalístico através do apoio econômico a um órgão específico era entendida como uma forma de “corrupção da opinião pública” (Speck, 1996, p. 2) e, por conseguinte, uma ameaça à democracia.

As frequentes denúncias a respeito da Última Hora fomentaram a criação de uma CPI para investigar transações financeiras entre o Banco do Brasil e as empresas jornalísticas, tendo como alvo principal o jornal de Samuel Wainer. Criada em junho de 1953, a comissão ficou conhecida como a “CPI da Última Hora”.

Lacerda foi inquerido como um dos autores da denúncia que deu origem às investigações. Em seu depoimento à CPI, Lacerda defendeu o ponto de vista de que a criação do jornal foi viabilizada graças aos negócios garantidos pelos empréstimos do Banco do Brasil, que, no seu entender, caracterizavam mais um lance de “imoralidade” do governo (Correio da Manhã, 10/06/1953, p. 10).



Samuel Wainer, por sua vez, alegou em seu depoimento que as organizações gráficas e jornalísticas de que fazia parte foram constituídas exclusivamente com capital particular, aumentando em pouco mais de 75 milhões de cruzeiros o débito das mesmas com o Banco do Brasil. Contestou que o valor dessa dívida fosse superior a 250 milhões de cruzeiros, declarando que a renda da empresa, da qual era um dos diretores, lhe assegurava completa solvabilidade financeira (Idem, 24/06/1953, p. 12). No mesmo dia do depoimento, Lacerda foi à televisão refutar as declarações de Wainer: reiterou a versão de que a criação da Última Hora visou atender Getúlio Vargas, de que houve favorecimento para sua fundação e de que o jornal obteve proteção na aquisição de papel. O jornalista mobilizou, como já mencionado antes, dois termos importantes do repertório de acusações políticas: “favorecimento” e “protecionismo”.

Após cinco meses de trabalho e da campanha que a Tribuna da Imprensa promoveu junto a canais de rádio e TV, a CPI foi finalizada sem que tenha sido comprovada a participação do presidente nos negócios entre o Banco do Brasil e a Última Hora. O jornal de Samuel Wainer, no entanto, tornou-se a expressão da “corrupção no governo”. A vinculação do jornal à corrupção foi explorada por Carlos Lacerda, que defendeu através de frequentes manifestações o fechamento do jornal, como demonstra a matéria reproduzida a seguir, intitulada “Deve desaparecer a Bastilha da corrupção”:

Nosso objetivo não é, não pode ser apenas o afastamento de Samuel Wainer da direção da “Última Hora”. Nós pretendemos conseguir para decoro da nação e garantia do regime democrático, que se extinga do Brasil a intervenção do poder econômico do Estado na liberdade de informação e opinião. (...) Atingimos com a “Última Hora”, o próprio centro da corrupção. O conluio dos negociastas do Estado, para sufocar a imprensa e impedir o funcionamento da democracia no Brasil, ficou agora evidenciado. Não há, portanto, motivo para recuar ou hesitar. (...) Além disto, a “Última Hora”



tomou o significado de uma Bastilha da corrupção, e como tal deve ser encarada e desaparecer. (...) O país espera que o governo cumpra seu papel (Tribuna da Imprensa, 27/07/1953, p. 1-4).

Cabe destacar na matéria o próprio relevo dado no título à denúncia de corrupção, entendida, no caso, como a intervenção econômica do Estado em favor de um órgão da imprensa e, por conseguinte, do comprometimento de sua liberdade como órgão de produção de informações imparciais, visão defendida publicamente pela imprensa liberal. A Última Hora torna-se, dessa perspectiva, o símbolo da “corrupção” e uma ameaça à democracia.

Com o andamento das investigações, Carlos Lacerda renova as acusações publicadas em agosto de 1952 no contexto dos debates sobre o “Inquérito do Banco do Brasil”. Por meio de novas denúncias, ele envolve Lutero Vargas nas negociações do financiamento do Banco do Brasil à Última Hora. Cabe ressaltar, no entanto, que se o termo corrupção não foi utilizado naquele momento, agora o jornalista associa a corrupção diretamente ao filho do presidente. Assim, em matéria com o título “A corrupção de Lutero Vargas”, este é descrito como um dos principais “agentes da corrupção”:

Confirma-se o que afirmamos: Lutero Vargas era com Samuel Wainer o avalista de financiamentos do Banco do Brasil a “Última Hora”. (...) Condições que tinha ele para esse aval? Uma só condição: Filho do presidente da República. (...) No cadastro do Banco do Brasil, figura Lutero ligado, comercialmente, à ‘Última Hora’. Deputado, ele recebeu de seu pai concessão de canal para emissora, propriedade da União. Foi ele, portanto no governo um dos beneficiários e um dos principais agentes da corrupção (Tribuna da Imprensa, 19/08/1953, p. 4).

No relato do jornal são destacadas a ligação comercial e a condição de avalista de Lutero Vargas ao empréstimo feito à Última Hora. Ao chamar atenção para esses vínculos, a Tribuna da Imprensa



não só atribui à Última Hora o rótulo de “Bastilha da corrupção”, como desloca as acusações de “corrupção” para o círculo íntimo do presidente e atribui a seu filho a condição de beneficiário e “agente da corrupção”.

A associação da “corrupção” ao Palácio do Catete passou a ocupar as páginas de jornais e os eventos públicos. Em função de sua campanha pelo fechamento da Última Hora, em setembro de 1953, Carlos Lacerda é homenageado em Campinas (SP) com o título de sócio honorário do Centro de Ciências, Letras e Artes. Em seu discurso, o vice-prefeito João Sousa Coelho destacou a “corrupção” no governo e a atuação de Lacerda:

Dois grandes fenômenos sacudiram este ano a democracia brasileira, numa tentativa em favor da moralidade e contra a corrupção – a vitória de Jânio Quadros e a campanha de Carlos Lacerda. (...) Saudando o conferencista, disse o jornalista Luso Ventura que há atualmente no Brasil, uma ilha da corrupção: o palácio do Catete (Tribuna da Imprensa, 08/09/1953, p. 4).

Os discursos sobre a moralização da administração pública e as denúncias de “corrupção no governo” são indicações de como esses temas passaram a ter lugar naquele momento na agenda de preocupações públicas. A eleição de candidatos e a glorificação de políticos que empunharam a bandeira da moralidade pública e do combate à “corrupção” demonstram como o tema fazia sentido e mobilizava segmentos da população. A consagração da corrupção como parte do vocabulário de acusações e denúncias políticas é resumida em discurso do deputado Aliomar Baleeiro (UDN), em setembro de 1953, reproduzido pela Tribuna da Imprensa com o título: “[Francisco] Matarazzo corrompeu um governo corrupto e corruptível”:

Não acreditava que o deputado Lutero Vargas fosse desonesto, ele apenas caiu como um patinho levado por Matarazzo. (...) Condenou o Sr. Getúlio Vargas que assistiu impassível ao envolvimento de seu próprio filho numa negociata desta ordem. E que agora mais

impassível ainda, assiste a essa maré de lama que sujando a nação, ameaça sujar sua família (Idem, 15/09/1953, p. 4).

Em seu discurso, o deputado atualizou a narrativa sobre a participação de Lutero Vargas no lançamento da Última Hora e, desse modo, defendeu que seu comportamento comprometia não só a “nação” como o próprio presidente. Nesse contexto, a expressão “maré de lama” passa a designar também a suposta onda de “corrupção” no governo. A imagem volta a ser utilizada em outras ocasiões, como o título de outra matéria da Tribuna da Imprensa sobre a Última Hora: “Última Hora: mar de lama que envergonha o país” (Idem, 07/12/1953, p. 1).

A importância atribuída ao tema estava expressa também em um longo editorial publicado, ainda em setembro, na Tribuna da Imprensa com o título: “Corrupção”. De modo geral, o texto atribuía ao que define como corrupção a “desordem” que acreditava reinar no país:

Uma onda de desordem avassala o país. Desordens administrativas, desordens de ideias, desordens morais. Procedimentos os mais desconhecidos atingem a coletividade brasileira, que estarecida, tonta, perplexa e temerosa pergunta que é que há? Que vírus é esse que altera, modifica, transtorna, inverte, perturba e contraria os mais elementares princípios da vida em sociedade? Por que tudo isso? Qual a causa cujos efeitos aparecem tão visíveis e sensíveis em nossos dias? A corrupção, em seus aspectos os mais profundos e variados, é a grande responsável pelo drama que estamos vivendo.

Corrupção dos princípios de direção pública houve quando, há cerca de 15 anos, se inaugurou neste país uma era de força, de mando de poucos exigindo a obediência de todos. Corrupção do respeito pela palavra oficial houve quando foi estabelecido, como brasão do regime, o ‘golpismo’, a arte de dizer uma coisa para executá-la totalmente diferente.

Corrupção dos sentimentos de lealdade e respeito ao próximo houve quando estabeleceram como norma, como índice de ‘elevadíssima inteligência’, a rasteira, o convite a um cidadão



para ocupar um cargo público e alijá-lo do mesmo sem a menor consideração (...).

Corrupção da formação cultural e artística de um povo houve quando preencheram os cargos de direção, nesses importantíssimos setores, por protegidos, sem lhes exigir que fossem cultos e tivessem moral (...).

(...) A corrupção desenvolveu-se, pois, em nosso país de forma assustadora e se alastra em quase todos os setores da vida nacional.

(...) O mal está generalizado. Temos de combatê-lo com energia e já o estamos felizmente combatendo. (...) Ninguém afirmaria em poucos meses, que homens que se julgavam 'donos do Brasil' teriam de dar satisfações públicas dos atos praticados. Mas já estão sendo compelidos a dá-las, e o melhor: vão ser punidos pelo que de errado fizeram. Com os meios que as leis facultam (Idem, 30/09/1953, p. 4).

O ponto de partida do editorial era a afirmação de que o país vivia uma espécie de anomia social e sofria de um “mal generalizado”. O problema, segundo ele, afetava tanto a administração pública como a sociedade. Ao colocar a questão sobre a causa dessa situação, a resposta é atribuída à “corrupção”, concebida como um vírus que se espalha de modo descontrolado e como uma patologia a ser combatida. O sentido do termo é amplo o bastante para caber diferentes coisas: “a corrupção da administração pública”, “a corrupção do respeito pela palavra”, “a corrupção da lealdade” e “a corrupção da formação cultural e artística”. Nesse contexto, o termo remetia, particularmente, a um de seus sentidos reconhecidos que é o de deturpação e adulteração de princípios administrativos e morais. Enfim, pode-se observar no texto uma das apropriações comuns da palavra corrupção: seu uso como categoria interpretativa capaz de explicar a origem de inúmeros problemas públicos e nacionais.

A difusão da corrupção como tema de mobilização de interesse público e de arma nas lutas políticas passa a contar, nos primeiros meses



de 1954, com iniciativas efetuadas para a mobilização de estudantes. Nelas ocupavam um lugar de destaque integrantes da UDN. Em abril, a Tribuna da Imprensa noticiava a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em eventos de mobilização contra a corrupção: “No Rio, haverá grande reunião na sede da UNE. Os deputados Raimundo Padilha e José Bonifácio falarão aos estudantes e ao povo sobre os escândalos da CEXIM e do Banco do Brasil. Dirão quais foram os responsáveis, os beneficiários e as consequências” (Idem, 19/04/1954, p. 1).

Considerando que em julho de 1954 vivia-se o clima de novas eleições, o tema da corrupção foi incorporado às disputas eleitorais. Segundo a Tribuna da Imprensa, ele foi abordado no encontro nacional de estudantes no qual foram discutidos os casos da Cexim, Última Hora, a organização de uma campanha de esclarecimento público para as novas eleições e a “formação, em todo o país, de uma união contra Vargas” (Idem, 28/07/1954, p. 2). Em Nova Iguaçu (RJ), em um comício de candidatos a deputados e vereadores, Lacerda foi, segundo a Tribuna da Imprensa, recebido e ovacionado pela população. O evento ganhou a matéria de capa com o título: “Levanta-se o povo contra a corrupção” (Idem, 12/07/1954, p. 2).

Às denúncias de corrupção no governo se somam, em agosto de 1954, as suspeitas de participação do governo e pessoalmente de Getúlio Vargas no atentado a Carlos Lacerda na entrada de sua residência na Rua Toneleros, em Copacabana. Lacerda foi baleado, mas sua segurança, o major da aeronáutica Rubens Vaz, morreu no atentado. Na ocasião, Vargas já enfrentava a campanha pelo impeachment que desde junho era sustentada pelo Tribuna da Imprensa. As investigações constataram que o responsável pela guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato, estava diretamente envolvido no atentado. Nesse momento, a imagem do “mar de lama” é mais uma vez mobilizada pelo líder da UDN, deputado Afonso Arinos, no duro discurso proferido na Câmara Federal, em 13 de agosto de 1954: “Tenha a coragem de perceber que o seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue”



(Melo Franco, 1979, p. 704). Com a divulgação das informações sobre o envolvimento de sua guarda pessoal na morte do major, as pressões para a renúncia originadas da elite conservadora, da oposição e das forças armadas crescem e, em 24 de agosto de 1954, o desfecho político de Getúlio Vargas foi selado por seu suicídio.

Conclusões

Uma das imagens cristalizadas do segundo governo de Getúlio Vargas na literatura e no imaginário popular é a da importância do fenômeno da corrupção nos desdobramentos políticos que resultaram no suicídio do presidente. Discursos sobre a corrupção promovidos, sobretudo, por agentes políticos e pela imprensa passaram a fazer parte dos debates públicos no período e tornaram-se um idioma de acusações políticas, reivindicações de ilegitimidade e moralidade (Muir e Gupta, 2018). Tendo esse contexto como referência, em vez de tomarmos a chamada “corrupção no governo” como um dado da organização administrativa e política da época, concebemos o fenômeno da corrupção como um produto político e, por conseguinte, o interrogamos a respeito de sua emergência como uma questão de interesse público.

As representações sobre a corrupção difundidas por meio das denúncias e narrativas dos jornais examinados constituem, a nosso ver, uma dimensão essencial da corrupção como fenômeno social no contexto examinado. Como mostra a literatura sobre o tema, os discursos sobre a corrupção e as práticas identificadas nesses termos variam no tempo e de uma sociedade para outra. Assim, ao olharmos para as denúncias no segundo governo Vargas, procuramos examinar alguns dos elementos que conformam a corrupção como um fenômeno, ou seja, o significado atribuído ao termo, as práticas rotuladas como corrupção, os agentes cujas atividades são associadas à corrupção, os promotores das denúncias de corrupção, a circulação das denúncias e seus efeitos, entre outros.



A identificação inicial de algumas palavras e expressões do vocabulário disponível para o julgamento de transgressões administrativas e políticas revela que o termo “corrupção” era apenas mais um em um leque amplo de alternativas, que, porém, ganha relevância ao longo do mandato. Se outros autores já chamaram a atenção para esse aspecto (Goldstein, 2017), é importante, porém, ressaltar suas implicações em termos da recusa de certa naturalização da utilização do termo “corrupção” como item do repertório de crítica política.

Tendo em conta as informações reunidas no trabalho, propomos que a emergência do fenômeno da corrupção nesse momento resulta, sobretudo, de uma combinação de fatores relacionados às disputas políticas. Primeiro, a recusa dos opositores de Getúlio Vargas de aceitarem a derrota eleitoral em 1950 e, com ela, a derrota da possibilidade de implementação das propostas liberais na economia. Diante da defesa da ampliação da atuação do Estado, as denúncias contra a ineficiência dos órgãos públicos, o desperdício de recursos públicos e as sinecuras constituíam uma frente importante de atuação dos políticos liberais. Nesse contexto, a ideia de corrupção parece encontrar um terreno fértil como meio de crítica ao governo eleito. Diretamente relacionada a esse ponto, e esse nos parece outro aspecto importante, é a eleição de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo. Sua campanha não só demonstrou que as propostas de combate ao desperdício público e de defesa da moralidade pública mobilizavam eleitores, como também contribuiu para dar maior visibilidade ao tema. A adesão da imprensa liberal paulista ao seu mandato, o que ocorre após a eleição para a prefeitura, e à sua campanha vitoriosa para o governo do estado assegurou uma maior divulgação do tema.

Enfim, o terceiro fator mencionado é a incorporação por políticos da UDN – especialmente pelo jornalista Carlos Lacerda – das acusações de corrupção nas estratégias de confronto político com o “getulismo”.

O conflito político, como narrado pelos três jornais examinados, entre “getulistas” e “antigetulistas” constitui uma dimensão essencial



do fenômeno da corrupção nesse momento e de sua natureza como produto político. São indissociáveis dos acontecimentos que dão conteúdo a esse conflito as medidas administrativas e os sentidos associados à corrupção: as comissões de inquérito, a delimitação das práticas tidas como de corrupção, a circulação das denúncias de corrupção ou o questionamento da legitimidade do governo e do presidente.

É pela referência a esse conflito que também se pode compreender o significado específico que nesse contexto adquire a ideia de corrupção como desvio moral das autoridades administrativas e governamentais e, por conseguinte, como algo capaz de comprometer a credibilidade dos acusados e a legitimidade do governo. Assim, as acusações de que verbas públicas estariam sendo utilizadas para beneficiar aliados políticos, membros do governo e o filho do presidente são interpretadas pelos opositores não como fatos circunscritos, mas como expressão da totalidade do governo, isto é, da “corrupção do governo”.

As observações sobre a relação entre a corrupção como construto político e os conflitos entre “getulistas” e “antigetulistas”, entendidos como expressão das principais posições políticas durante o segundo governo Vargas, nos estimula a propor uma explicação alternativa à oferecida por Goldstein acerca do significado das denúncias de corrupção quando consideradas do ponto de vista da estrutura social. Nos termos do autor, “a *moralização da política* contribuiria nesse contexto para a *naturalização da ordem social*, garantindo a exclusão de outras problemáticas [como a desigualdade] da agenda pública” (Goldstein, 2017, p. 412). Segundo nossa perspectiva, o uso das denúncias de corrupção por parte dos “antigetulistas” faz mais sentido se entendido como um meio de viabilização de um projeto de transformação política e de luta pelo poder governamental.



Referências bibliográficas

Abreu, Alzira Alves de; Beloch, Israel; Latman-Weltman, Fernando; Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer (orgs.). “Cexim”. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro (vol. I)**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1155-1156.

Abreu, Alzira Alves de e Latman-Weltman, Fernando. “A imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 23-60.

Benevides, Maria Victoria de Mesquita. **A UDNe o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Bezerra, Marcos Otavio. **Em nome das “bases”: Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP, 1999.

Bezerra, Marcos Otavio. **Corrupção: Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Bourdieu, Pierre. “A representação política: Elementos para uma teoria do campo político”. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 163-207.

Carvalho, Aloysio Castelo de. **O Caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas**. Niterói: Eduff, 2012.

Carvalho, José Murilo de. “Passado, presente e futuro da corrupção brasileira”. In: Avritzer, Leonardo et al. (orgs). **Corrupção: Ensaio e críticas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012b, p. 200-2005.

Ferreira, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília De Almeida Neves (Orgs). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 301-342.

Ferreira, Jorge. “O carnaval da tristeza: Os motins urbanos do 24 de agosto”. In: Gomes, Ângela de Castro. (org). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 61-96.

Figueiredo, Luciano Raposo. “A corrupção no Brasil Colônia”. In: Avritzer, Leonardo et al. (orgs). **Corrupção: Ensaio e críticas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 174-182.

Filgueiras, Fernando. “Marcos teóricos da corrupção”. In: Avritzer, Leonardo et al. (orgs). **Corrupção: Ensaio e críticas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 299-306.



Geddes, Barbara; Neto, Artur Ribeiro. “Fontes institucionais da corrupção no Brasil”. In: Rosenn, Keith S. e Downes, Richard. **Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 47-79.

Goldstein, Ariel. “La prensa brasileña y sus ‘cruzadas morales’: Un análisis de los casos del segundo gobierno de Lula da Silva”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, vol. 60, nº 2, 2017, p. 395-435.

Granovetter, Mark. “A construção social da corrupção”. **Política & Sociedade**, nº 9, 2006, p. 11-37.

Gupta, Akhil. “Corruption, Politics, and the Imagined State”. In: **Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India**. Durham and London: Duke University Press, 2012, p. 75-110.

Hall, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Apicuri, 2016.

Haller, Dieter; Shore, Cris. **Corruption: Anthropological Perspectives**. Londres/MI: Pluto Press/Ann Arbor, 2005.

Johnston, Michael. “A la recherche de définitions: Vitalité politique et corruption”. **Revue internationale des sciences sociales**, nº 149, 1996, p. 371-387.

Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer. “Mar de lama”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. (orgs). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro (vol. III)**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 3545-3546.

Leal, Carlos Eduardo. “Correio da Manhã”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. (orgs). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro (vol. II)**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1625-1632.

Leopoldi, Maria Antonieta. “O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)”. In: Gomes, Ângela de Castro. (org). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 161-203.

Losnack, Célio. “Programete 12 – O jornal Última Hora”. **História da Imprensa no Brasil**, 3 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://historiadaimpressanobrasil.blogspot.com.br/2012/01/programete-12-o-jornal-ultima-hora.html>>.

Mayer, Jorge Miguel; Xavier, Libânia. “Quadros, Jânio”. In: Abreu, Alzira Alves de et al. (orgs). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro (vol. IV)**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 4819-4829.



Melo Franco, Afonso Arinos de. **A alma do tempo: Memórias**. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Instituto Nacional do Livro, 1979.

Motta, Rodrigo Patto Sá. “Corrupção no Brasil republicano, 1954-1964”. In: AVRITZER, Leonardo et al. (orgs). **Corrupção: Ensaio e críticas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 206-212.

Muir, Sara; Gupta, Akhil. “Rethinking the Anthropology of Corruption”. **Current Anthropology**, vol. 59, suppl. 18, 2018, p. S4-S15.

Romeiro, Adriana. “A corrupção na Época Moderna: Conceitos e desafios metodológicos”. **Revista Tempo**, vol. 21, nº 38, 2015, p. 216-237.

Rose-Ackerman, Susan. **Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform**. Nova York: Cambridge University Press, 1999.

Smith, Daniel Jordan. **A Culture of Corruption: Everyday Deception and Popular Discontent in Nigeria**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

Sodré, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Speck, Bruno Wilhelm. “A corrupção no pensamento político-social dos anos 50”. **20º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 1996.

FONTES DE IMPRENSA

Barba, Mariana Della. “Corrupção no Brasil tem origem no período colonial, diz historiadora”. **BBC Brasil**, Brasil, 4 de novembro de 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121026_corrupcao_origens_mdb.shtml>.



PROTESTOS ANTICORRUPÇÃO, SISTEMA DE ALIANÇAS E POLARIZAÇÃO POLÍTICA¹

 Wilson J. F. de Oliveira²

A MAIORIA DOS TRABALHOS que investiga o fenômeno da corrupção parte de um “discurso anticorrupção” que toma como dada a sua existência e até mesmo sua recorrência em determinados países e que a usa como uma espécie de explicação para a “pobreza”, o “atraso” e a “instabilidade” política e econômica de tais países (Heidenheimer, Johnston e LeVine, 1989; Eigen, 2008; Bukovansky, 2006; Bratsis, 2014). Neste sentido, muitos estudos têm sido feitos sobre os efeitos e consequências das práticas corruptas e corruptoras para o sistema político e para a sociedade geral. Perspectiva semelhante está na base daquelas abordagens que buscam as causas históricas, políticas e culturais da existência da corrupção em determinadas nações e suas consequências e efeitos para o funcionamento do Estado e das instituições políticas e econômicas, como também do próprio sistema político e da sociedade mais ampla (Briquet, 2009; Avritzer, 2012; Andersson e Heywood, 2010). Também, naqueles trabalhos que utilizam

¹ Este artigo foi originalmente publicado, em sua versão em inglês, na Revista Civitas, volume 20, número 3, 2020.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade e coordenador adjunto do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP).



uma abordagem etnográfica do fenômeno, no sentido de apreender as concepções e práticas políticas e culturais que o sustentam, a existência da corrupção como um “fato”, como uma “realidade”, não é colocada em questão, salientando-se, ao invés disso, como ela se insere em um conjunto de gramáticas e práticas nativas próprias daquela sociedade. Tal pressuposto está presente mesmo naquelas análises que evidenciam os problemas e efeitos das formas de combate à corrupção através de “grandes operações midiáticas” e que mostram o quanto tais “operações” conduzem a uma maior diversificação e disseminação dos atores e práticas corruptas e corruptoras, ao invés de concorrer para sua diminuição ou mesmo eliminação.

Como bem salienta Bratsis (2013), “A ideia da corrupção tornou-se tão universal e inquestionável, tão parte de vários sentidos comuns, que suas determinações, especificidades históricas e funções sociais permanecem ocultas”. Diante disso, pode-se entender por que ainda são poucos os trabalhos que tomam como objeto primeiro de análise a própria construção social e política da corrupção como um problema público e que se dedicam à análise das condições e dinâmicas de sua emergência como uma causa pública e internacional, como também de seus desdobramentos e impactos sobre os sistemas políticos nacionais (Bratsis, 2013, 2014; Sampson, 2010, 2015). Talvez, por isso, pesquisas e teorizações sobre movimentos sociais têm dado pouca atenção aos movimentos anticorrupção, do mesmo modo que os estudos sobre a corrupção raramente são interligados às análises das mobilizações contra a corrupção (Della Porta, 2017b).

Assim, um dos problemas que ainda merece maior aprofundamento nos estudos da corrupção consiste na restituição das práticas corruptas e corruptoras a essa dinâmica de imposição internacional e universal do combate à corrupção. No intuito de adentrar nesse tipo de preocupação, este artigo pretende compreender as relações existentes entre esse processo de internacionalização da corrupção como uma causa pública internacional e a emergência de mobilizações, eventos e protestos contra



a corrupção no âmbito nacional e local. Em que momento e a partir de quais condições sociais e políticas, as práticas corruptas e corruptoras emergem como um problema para a organização e o funcionamento do sistema político nacional? Quais as condições e os processos sociais, políticos e culturais que relacionam concretamente as denúncias de corrupção no âmbito nacional e a difusão de campanhas anticorrupção no nível internacional? De que modo tais relações têm como base mudanças em curso tanto no sistema político nacional quanto no das relações internacionais? Quais suas consequências para a dinâmica de organização e de funcionamento do sistema político nacional e de suas relações com a esfera internacional? Quais os efeitos disso para a transformação das concepções, dos significados e do entendimento das práticas corruptas e corruptoras e dos procedimentos e medidas para combatê-la?

Para dar conta de questões como essas, tomamos como objeto primeiro de análise o próprio processo de construção social da luta contra a corrupção como uma causa pública, tomando como referencial de análise o surgimento e a disseminação de movimentos e protestos anticorrupção no Brasil, entre 2013 e 2018³. Contrariamente às versões que predefinem a corrupção como resultado de uma disfunção política e institucional, tratou-se de colocar no centro da análise “as dinâmicas de emergência e de configuração da própria ação coletiva” (Cefaï, 1996) de combate à corrupção: apreender suas formas de emergência e de desenvolvimento, em vez de explicá-la por alguma coisa que lhe é preexistente, que a antecede ou a ultrapassa.

Trata-se, portanto, de tomar a própria definição de práticas corruptas e corruptoras em suas relações com o processo de construção

³ Este artigo está baseado em uma série de pesquisas que já venho desenvolvendo há um bom tempo sobre as transformações da ação coletiva, do associativismo e das dinâmicas de participação política na defesa de causas públicas diversificadas. Mais especificamente, ele é o primeiro resultado de uma pesquisa comparativa entre Brasil e Itália sobre o movimento anticorrupção que iniciei no meu pós-doutorado na Scuola Normale Superiore de Firenze sob a tutoria da Profa. Donatella Della Porta.



social da luta anticorrupção como uma causa pública internacional e, conseqüentemente, com as próprias condições e dinâmicas nacionais de emergência e de configuração da ação política de combate à corrupção. Nesse sentido, pretende-se demonstrar que a emergência e o desenrolar de protestos e mobilizações anticorrupção naquele período estão relacionados à crise e ao colapso do “sistema de alianças” entre as principais organizações e lideranças políticas, tornando-se um importante recurso político para alterar e recompor tais alinhamentos.

Para dar conta disso, o artigo está dividido em duas partes principais. Primeiramente, pretende-se mostrar que os protestos de junho de 2013 constituem um importante marco na articulação de uma série de demandas relacionadas à própria dinâmica do sistema político brasileiro com uma onda global de protestos anticorrupção. Num segundo momento, trata-se de examinar os desdobramentos dos protestos anticorrupção sobre a emergência e a consolidação de agendas, grupos e lideranças “conservadoras”, “liberais” e “autoritárias” no espectro político.

Esse tipo de abordagem pretende demonstrar a relevância da dimensão política para compreender o processo de emergência e de desenvolvimento de protestos e mobilizações contra a corrupção e seus impactos sobre o sistema político. Nesse sentido, esta análise das condições e das dinâmicas de emergência e de difusão de protestos e mobilizações anticorrupção constituiu uma via pertinente para uma melhor compreensão de certas transformações em curso na própria sociedade e política brasileiras.

O Movimento Anticorrupção Internacional, as “Jornadas de Junho” e a Luta por “Mais”

A luta contra a corrupção tem uma longa história na política brasileira, remontando aos anos 1950 do século XX (Silva, 2017), quando o presidente Getúlio Vargas se tornou alvo de queixas políticas



na mídia jornalística (rádio e jornais impressos), desdobrando-se em uma grave crise institucional e no suicídio do próprio presidente. A partir daí, são recorrentes os casos que vieram a público e foram objeto de comissões parlamentares durante os anos 1970-90 (Bezerra, 1995). Nos anos de 1990, denúncias de corrupção levaram ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo. Em 2005, foi a vez do presidente Luiz Inácio Lula da Silva cujas denúncias de corrupção ocuparam a maioria das notícias nos meios de comunicação, em um longo processo também conhecido como “mensalão” (que se estendeu até 2012). E em 2015 e 2016 a presidente Dilma Rousseff, que também foi objeto de processo de impeachment. Em meio a esses casos mais notórios, há milhares de situações envolvendo políticos e empresários tanto na esfera federal quanto estadual e municipal.

Em meio às diferenças e continuidades entre essas situações, a onda de protestos que iniciou em 2011, em diversos países, constituiu um importante marco na emergência e difusão de um novo paradigma anticorrupção (Della Porta, 2017a, 2017b). No Brasil, foram os protestos massivos durante as “jornadas de junho” de 2013 que possibilitaram uma maior articulação entre essa nova definição da corrupção e uma série de demandas e descontentamentos que estavam em curso no âmbito nacional (Nobre, 2013a, Mendes, 2017; Alonso e Mische, 2017; Tatagiba e Galvão, 2019). Sem dúvida, essa constitui uma das principais características que diferenciam as recentes mobilizações e ações de combate à corrupção das anteriores: sua maior articulação com o movimento internacional anticorrupção (Della Porta, 2017b).

Por isso, a onda de protesto que teve início em 2013 pode ser tomada como uma espécie de catalisador das recentes mudanças nas condições e dinâmicas de utilização da luta contra a corrupção como uma causa pública no Brasil. Os eventos de protesto de 2013 e seus desdobramentos nas mobilizações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff e nas eleições de 2018 constituem uma via pertinente para apreensão de como a corrupção, que se apresenta atualmente



como uma categoria transcultural, é apreendida e traduzida no âmbito doméstico ou nacional. Nesse sentido, eles trazem à tona elementos relevantes para a compreensão das concepções e gramáticas nativas da política e da democracia, dos princípios e dinâmicas de organização do próprio sistema político, como também dos contextos e das lógicas de ação política postos em prática por diferentes atores sociais.

Os anos de 1990 constituem um marco do surgimento de um discurso anticorrupção centrado nas noções de “boa governança” que pregava “a desregulação e a redução dos gastos estatais” [...], “a privatização, a desregulamentação e a liberalização”, como as “principais curas para a doença da corrupção” (Della Porta, 2017b, p. 663). Tal discurso foi sustentado e difundido por organismos, instituições financeiras, agências e organizações transnacionais através de comissões, conferências, campanhas e tratados internacionais de combate a tal ameaça (De Sousa, Hindess e Larmour, 2010; Sampson, 2010). Quanto a isso, vale observar que foi após a eclosão e difusão internacional do caso italiano do caso “Mani Pulite” (1992) que a luta contra a corrupção alcançou visibilidade internacional e teve início a estruturação de uma verdadeira “indústria internacional anticorrupção”: o surgimento de um conjunto de decisões, de atores e de instituições transnacionais anticorrupção (Favarel-Garrigues, 2009; De Sousa, Hindess e Larmour, 2010; Sampson, 2010, 2015; Bratsis, 2014; Della Porta, 2017b). “Pacotes Anticorrupção” têm sido indicados como uma das “últimas inovações do capitalismo global”, constituindo-se como uma plataforma para a imposição de nova moralidade global, ao mesmo tempo em que serve como um canal para constantes reajustes do capitalismo global ao tornar a ética e o “gerenciamento da reputação” uma prioridade corporativa tão valiosa quanto a contabilidade dos custos (Sampson, 2015; Della Porta, 2017b).

A onda de protestos que surgiu em 2011 traz à tona um outro paradigma anticorrupção. Contrariamente à dominação do livre mercado, do neoliberalismo e da desregulamentação correlatas às



noções anteriores de “boa governança”, a crítica agora dirige-se à “corrupção da democracia” produzida pelo próprio neoliberalismo devido ao crescente conluio entre o poder das oligarquias, o mundo financeiro e dos negócios e os políticos (Della Porta, 2017b). Denunciando a corrupção das elites no poder, a imoralidade e corrupção do sistema, o monopólio dos políticos e homem de negócios gananciosos, etc., tais protestos apresentam a corrupção como um “exemplo flagrante e causa de desigualdade”: os altos níveis de enriquecimento dos “1%” em detrimento do sofrimento dos “99%” é um sinal claro da corrupção, injustiça e imoralidade do sistema. Diante disso, clamam por “mais” transparência, democracia e liberdade, através de políticas anticorrupção participativas e horizontais e da criação de mecanismos de controle pelos próprios cidadãos (Id., Ibid).

As “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil possibilitaram uma maior articulação de entre uma série de descontentamentos e insatisfações e este novo paradigma anticorrupção: tanto de setores que apoiavam o então governo do PT, mas que queriam avançar nas reformas e na qualidade dos serviços públicos, quanto daqueles mais conservadores e autoritários que invocavam um retorno ao “nacionalismo”, a agendas conservadoras e à “ética na política” e que clamavam pelo fim da “corrupção do PT” (Alonso e Mische, 2017; Mendes, 2017; Tatagiba e Galvão, 2019). Por isso, tais protestos foram apoiados por um público diversificado e heterogêneo. Muitos desses, sem ativismo prévio, tinham como base o recrutamento via redes de amizade, trabalho e família, agora associadas a redes virtuais como Facebook, YouTube, Blogs, etc., alcançando uma grande repercussão na mídia impressa, televisiva e digital (Alonso, 2017; Mendes, 2017; Oliveira e Santos, 2017; Tatagiba e Galvão, 2019).

No que pese essa heterogeneidade de demandas, de organizações e de atores vinculados aos protestos de 2013, o problema da “corrupção” emerge como um dos ingredientes principais. De um lado, aquela antiga noção latina de “corrupção do poder” (Bratsis, 2013) aparecia



associada à denúncia de que o PT “se vendeu” ao sistema ao aderir a políticas neoliberais e ao aliar-se às elites do mundo dos negócios e da política, traindo sua própria base (Della Porta, 2017a; Mendes, 2017). De outro, a noção mais recente de “corrupção política” (Bratsis, 2013; De Sousa, Hindess e Larmour, 2010; Sampson, 2010), fundada numa crítica à “opacidade” nos gastos e serviços públicos e nos superfaturamentos para a realização de grandes obras. Assim, os descontentamentos se dirigiam à qualidade dos serviços públicos, como saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, transporte público, etc., e aos superfaturamentos das obras para a realização da Copa das Confederações (2013), da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016) (Alonso e Mische, 2017; Alonso, 2017).

Diferentes análises têm insistido na pluralidade, na “cacofonia”, no “mosaico” etc., das demandas presentes nos protestos e na coexistência de argumentos e sentimentos contraditórios e difusos (Alonso e Mische, 2017; Mendes, 2017; Tatagiba e Galvão, 2019). O slogan “não é só por 0,20 centavos” explicita o quanto o descontentamento e a insatisfação são generalizados contra o próprio “sistema”, contra sua “imoralidade” e “opacidade”, enfim, contra “tudo o que está aí” (Nobre, 2013a). Esse sentimento “antissistema” vai predominar durante todo o ciclo de protesto anticorrupção, desembocando inclusive em uma série de mobilizações e protestos contra a própria política, os partidos, as instituições, etc. Tal slogan explicita também certa centralidade da demanda por “mais” transparência, democracia, participação. Era isso que permitia agregar os mais diferentes tipos de descontentamentos e insatisfações em torno de uma espécie de causa comum: é por “mais” qualidade na infraestrutura, na saúde, na educação, no transporte público, na democracia, na participação, etc. Em meio a isso é possível diferenciar três conjuntos principais de redes e grupos de ativistas vinculados aos protestos: os autonomistas, os patriotas e os socialistas (Alonso e Mische, 2017).

Um dos principais protagonistas dos protestos de 2013 foi o Movimento Passe Livre (MPL) (Mendes, 2017; Alonso e Mische, 2017).



Sua atuação está ligada a um contexto mais amplo de disputas e transformações que resultaram numa significativa diversificação da defesa de causas estudantis, a partir dos anos 2000: mudanças na participação da juventude, nas organizações representativas estudantis e nas relações entre partidos políticos, movimentos estudantis e movimentos sociais (Oliveira e Santos, 2017). Isso foi acompanhado, também, pela emergência de várias organizações promovendo e apoiando as manifestações contra o aumento das passagens do transporte público, bem anteriores ao ano de 2013 (Vainer, 2013; Oliveira e Santos, 2017; Tatagiba e Galvão, 2019). Mais do que uma simples reivindicação para evitar o aumento de R\$ 0,20 centavos na passagem do transporte coletivo, as mobilizações e protestos do MPL faziam parte de um conjunto de gramáticas, repertórios de ação e formas de organização que tinha por base redes de militância autonomista (Alonso e Mische, 2017; Alonso, 2017; Mendes, 2017).

Os grupos autonomistas, ainda que muito diversificados, têm sua origem nos protestos de 2003 em Salvador/BA e de 2004 em Florianópolis, que ficaram conhecidos respectivamente como “Revolta do Buzu” e “Revolta da Catraca Livre”. Essas tinham na reivindicação pelo transporte público e gratuito seu mote principal, como também estavam articuladas com a participação no Fórum Social Mundial que ocorria em Porto Alegre desde 2003 e que mobilizou organizações e movimentos sociais bastante heterogêneos, tais como: grupos socialistas, coletivos anarquistas, movimentos gay e feminista, ecologistas, o movimento estudantil independente e grupos defensores de direitos humanos variados (Oliveira e Santos, 2017). Eles fazem parte do surgimento de novas organizações de defesa dos estudantes e da ampliação das fissuras no âmbito das próprias organizações de representação, como também no interior das organizações e lideranças que apoiavam os governos do PT. São eles os que mais se aproximam do novo paradigma anticorrupção surgido na onda de protesto de 2011, levantando bandeiras e repertórios como: apartidarismo, independência e autonomia em relação aos



partidos políticos e aos agentes do Estado; recusa das organizações estudantis tradicionais frente a sua proximidade com os governos do PT; rejeição de centralização pelas lideranças e autoridades do Estado e das hierarquias de gênero; performances cênicas, vestuário preto, queima de catracas, etc. (Alonso e Mische, 2017; Alonso, 2017).

Os grupos denominados de “patriotas” constituem um outro conjunto igualmente relevante da “tradução” desse novo paradigma anticorrupção em demandas e pautas políticas nacionais. Fazem parte dele organizações e atores igualmente diversificados cuja origem é bem anterior aos protestos de 2013, ou mais precisamente ao início dos anos 2000, sendo, contudo, fortemente impulsionados em 2005 pela ampla e onipresente cobertura de jornais, revistas impressas e televisivas, blogs, páginas e mídias digitais, etc., do escândalo do “Mensalão” que era apresentado como “o maior escândalo de corrupção do país” (Alonso, 2019). Têm como base, também, a articulação de redes de ativismo cívico, empresarial, religioso e militar, crescentemente insatisfeitas com programas e ações das administrações petistas, com um intenso associativismo liberal, conservador e autoritário, com a participação e apoio de partidos de oposição ao PT e com a presença em eventos regulares internacionais como o Fórum da Liberdade e vínculos com organizações e grupos transnacionais “antiglobalização” e de extrema-direita (Alonso, 2019). Como mostram Alonso (2019) e Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), entre 2003 e 2015, houve uma imensa proliferação de protestos, manifestações, organizações, movimentos, marchas, frentes, campanhas, atos, etc., que tinham como mote a defesa de pautas e agendas liberais, conservadoras e autoritárias como contraponto à corrupção diretamente associada à administração do Partido dos Trabalhadores (PT) e aos sucessivos “escândalos” de corrupção que a atingiu: “Mensalão”, “Petrolão”, etc. Nesse sentido, eles associaram a recusa das instituições políticas, dos políticos, dos partidos e da própria “elite como corrupta” com gramáticas e repertórios de ação fundados em símbolos, cores e slogans nacionais, com a retomada da mobilização



nas ruas e dos eventos e locais canônicos de mobilização e com a definição de “corrupção” como associada diretamente ao PT (Alonso e Mische, 2017; Alonso, 2017, 2019; Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015).

Por fim, estão as redes de organizações e grupos de ativistas “socialistas”. Trata-se aqui de um conjunto de organizações e lideranças de movimentos, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, cuja atuação tem origem nos protestos dos anos de 1980 e 1990, centrada na crítica à exploração capitalista, às desigualdades sociais e à exclusão de classe e à defesa de uma agenda redistributiva e de políticas públicas (Alonso e Mische, 2017). Durante os governos do PT eles foram incluídos na administração pública ou se tornaram influentes na formulação de políticas, como as relativas a questões étnicas, de gênero, educacionais e fundiárias, como também ganharam voz com a instituição de conselhos e instâncias participativas (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014). Tiveram uma maior expansão internacional com tentativas de articulações com governos latino-americanos de orientação esquerdista (Alonso, 2019; Santos Jr, 2016). Tendo à frente organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros, manifestaram uma postura crítica ao governo da então presidente Dilma Rousseff através de grandes mobilizações por “reformas populares”, dois dias antes da explosão de “junho de 2013”: “reforma urbana, reforma tributária, democratização das comunicações, desmilitarização da polícia e reforma política via constituinte exclusiva” (Alonso, 2017, p. 54). Com bandeiras e faixas vermelhas, camisetas e bottons com símbolos dos movimentos ou dos partidos, esse repertório e demandas das comunidades de ativistas socialistas foram amplamente partilhados em graus variados pelos movimentos popular, estudantil, trabalhista e dos sem-terra.

Dessa forma, a multidão de reivindicações, frustrações e aspirações presentes nos protestos de 2013 expressam uma série de contradições, de tensões, de descontentamentos e de demandas que há muito já estava pressionando o sistema político, dando origem a uma



grande diversificação tanto das redes de organizações e de militantes que davam suporte ao então governo do PT quanto das que desde o início lhe fizeram oposição. Contribuiu para isso o fato de que um dos principais partidos, o PT, que nasceu e se construiu como reação a esse tipo de lógica política e partidária, em 2013 já tinha se tornado establishment há muito tempo, realizado o pacto com o “peemedebismo” e alcançado, inclusive, maior sucesso que o antecessor na ampliação de uma coalizão “de A a Z” (Nobre, 2013a). Todavia, entre redes de atores e demandas tão diferentes, observa-se alguns traços comuns: certo desencanto, inconformidade e descontentamento contra um sistema político fundado em “esmagadoras maiorias suprapartidárias”, para o qual não existe nem situação, nem oposição, fechando todas as forças de transformação e os canais possíveis de representação e se transformando numa massa “homogênea, amorfa e indistinta” (Id., Ibid.).

É neste sentido, de uma rejeição do próprio sistema como um todo, que se pode melhor compreender por que se tratava de uma revolta contra “tudo o que está aí”. A própria intensificação do uso da internet e das redes sociais na mobilização e recrutamento para os eventos de protesto pode ser mais bem compreendida quando se considera que tais ferramentas deram início ao rompimento da “blindagem” do sistema político que funcionava sob a lógica do “peemedebismo”, represando descontentamentos, insatisfações e demandas por transformação (Nobre, 2013a). Por um lado, porque tais usos expressavam certo descontentamento com o “monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações” pela mídia tradicional, de modo que a própria mídia foi alvo de constantes ataques e palavras de ordem nos protestos. E, de outro lado, porque criaram seus próprios canais de participação e de enfrentamento do sistema, mobilizando, recrutando e levando o desencanto, o descontentamento e as insatisfações para as ruas.

Assim, em torno da luta contra a “opacidade do sistema” (Della Porta, 2017) encontram-se atores tão diversos quanto as demandas, os repertórios de ação e as lógicas de atuação que lhe dão suporte. Todavia,



no caso brasileiro, mais do que uma revolta contra a “imoralidade do sistema econômico e capitalista”, trata-se de uma reação à continuidade de um sistema político que tem como base um “modelo de polarização e conflito” centrado na persistência de um “sistema de cooptação política” (Schwartzman, 1988).

Uma juventude que cresceu vendo uma política de acordos de bastidores, em que figuras políticas adversárias se acertam sempre em um grande e único condomínio de poder, não tem modelos em que basear uma posição própria, a não ser o da rejeição em bloco da política. Quem nasceu da década de 1990 em diante, por exemplo, não assistiu a qualquer polarização política real, mas somente a polarizações postizas, de objetivos estritamente eleitorais (Nobre, 2013a, p. 12).

A Força do “Anti”, o Colapso do Sistema de Alianças e a Polarização

Se a revolta “contra tudo que está aí” constituiu a tônica principal dos protestos de “Junho de 2013”, nos anos seguintes o combate à corrupção voltar-se-á contra uma parte bem mais restrita do sistema político, que já apareceu nos protestos de 2013, mas que depois adquirirá centralidade: o Partido dos Trabalhadores e o sistema de alianças que o conduziu à vitória eleitoral. Tal conversão dessa revolta contra “o sistema como um todo”, contra sua “imoralidade” e “opacidade”, numa mobilização e luta contra a “corrupção do PT” não foi automática, nem direta. Ela envolveu um longo trabalho político de articulação e de mobilização para tornar o desencanto e o descontentamento “contra tudo” que estava aí em uma indignação contra um partido específico e o sistema de alianças que o mantinha no poder. Esse trabalho foi realizado, basicamente, por organizações e grupos “antipetistas”, mas contou com aliados institucionais importantes na grande mídia, nas instituições jurídicas, empresariais, religiosas e militares e no próprio



sistema político-partidário (Tatagiba, Trindade, Teixeira, 2015; Alonso, 2019), como também com uma ampla utilização da internet e das redes sociais como “canais de enfrentamento do sistema” para recrutamento e participação nos protestos e mobilizações (Nobre, 2013a, Mendes, 2017). Essa combinação de rede antiga de atores contrários ao PT e de recursos de recrutamento e de mobilização relativamente novos possibilitou, aos poucos, a conversão de “Junho de 2013” num legado de “combate ao PT”, como também a confluência e o realinhamento de atores e organizações diversificadas em torno de grupos, agendas e políticas “liberais”, “conservadores” e “autoritárias” e de “direita” (Miguel, 2018).

Nesse sentido, pode-se distinguir uma segunda fase do ciclo de protestos, que se inicia em 2014 e se estende até o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, centrada nas denúncias de corrupção envolvendo o PT (“Mensalão”, “Petrolão”) e seus aliados e no “mau uso da máquina pública” dos governos petistas e que tinha na linha de frente a rede de organizações e lideranças “antipetistas”, que articulou várias organizações e grupos “patriotas” (“liberais”, “conservadores” e “autoritários”) (Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015; Alonso, 2019). Se no primeiro momento do ciclo estava em jogo a inclusão de demandas que haviam sido esquecidas e a luta por **MAIS** democracia, participação, transparência, liberdade, etc., neste segundo momento o tom é claramente contrário e de forte antagonismo, pois o que emerge com maior força é o **ANTI**: “petismo”, “partidarismo”, “esquerdismo”, “Estado”, “establishment”, “aliança”, “política”, etc., que conduziu, por vezes, a uma concepção antagonista ou contrária à própria democracia.

Esse momento foi caracterizado pela crise e o colapso do sistema de alianças que sustentava o PT, pela emergência de novos tipos de organizações e lideranças e por uma forte polarização ideológica entre “esquerda” e “direita”. Tal polarização emergiu inicialmente como uma oposição entre “socialistas” e “patriotas”, através das campanhas “Não Vai Ter golpe” e “Fora Dilma” (Alonso e Mische, 2017). Posteriormente, ela foi associada a um forte antagonismo ideológico entre “PT” e



“anti-PT” sendo, depois, generalizada como parte de uma polarização mais geral entre “esquerda” e “direita”. O “antipetismo” constituiu um dos ingredientes principais na fabricação e generalização desse antagonismo: por um lado, ao possibilitar a confluência dos diversos grupos “patriotas” com base na numa definição clara e pragmática do “inimigo comum”; e, por outro, ao permitir a consolidação e a generalização de tal antagonismo numa polarização mais geral entre “esquerda” e “direita”.

Unidos pela crença comum de que é preciso tirar o Partido dos Trabalhadores do poder para resolver os problemas do Brasil, estes agentes definem os petistas como terroristas, quadrilha, usurpadores, comunistas e ditadores. Estes canais se diferenciam pelos modos de atuação e diversas agendas subjacentes ao antipetismo, dentre as quais figuram: resistência a políticas de redução à desigualdade, crítica aos direitos humanos, redução da maioria penal, combate à corrupção, descrença no sistema político-democrático, modificação do estatuto do armamento, aumento da repressão ao crime, defesa da família tradicional, dissolução do Congresso Nacional, impeachment, intervenção militar, diretrizes econômicas independentes do Estado, e muitas outras (Santos Jr, 2016, p. 82).

Foi o “antipetismo”, ao congrega diferentes antagonismos, que possibilitou articular em um discurso comum princípios políticos diversificados e heterogêneos: o do “antipartidarismo”, o do “antiesquerdismo”, o do “antiestablishment” (Santos Jr, 2016). São tais princípios que estão na base de frases e slogans tais como: “O povo unido não precisa de partido!”, “Fora CorruPTos”, “Minoria não pode calar maioria”, “Chega de impunidade! Chega de bandidos”, “Intervenção militar já!”, “Bandeira, aqui, só do Brasil!”, “Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha”, entre muitos outros (Alonso, 2019, p. 98).

A emergência da “Operação Lava Jato” em 17 de março de 2014 e o acirramento do processo eleitoral que conduziu à eleição de Dilma



Rousseff nesse mesmo ano constituíram os dois principais fatores para a expansão dos grupos “antipetistas” e para a ampliação de sua articulação com aliados institucionais importantes para a mobilização e protesto contra o governo federal, os quais culminaram no processo de impeachment da própria presidenta Dilma Rousseff. Os depoimentos e as cotidianas exposições na grande mídia dos escândalos envolvendo a Petrobras, empresas privadas, partidos aliados do PT e o próprio governo impulsionaram os grupos e lideranças “antipetistas”, como também os atos de rua e os protestos anticorrupção centrados agora na “corrupção do PT” e na defesa do impeachment da presidenta. Isso ocorreu com base na divulgação de dados, análises e resultados da Operação Lava Jato, através da deflagração de sucessivas fases da operação que eram apresentadas por meio de entrevistas coletivas dos procuradores com o intuito claro de mobilizar e manter o apoio da população, às quais eram transmitidas ao vivo nos meios de comunicação (Petrarca, 2019). Nesse sentido, observa-se que durante os nove meses de existência da operação no ano de 2014 foram deflagradas sete fases, enquanto em 2015 esse número se elevou para 14 e para 21 em 2016 (ano do impeachment de Dilma Rousseff). Foram justamente nos anos de maior número de deflagração de fases da Operação Lava Jato (2015 e 2016) que ocorreram as maiores manifestações e protestos contra a “corrupção do PT” e o governo de Dilma Rousseff⁴. Além de suscitarem a mobilização e o apoio da população, o desenrolar das investigações da “operação” através da exposição e divulgação diária, na grande mídia (rádios, imprensa escrita, tevês) e redes sociais, das delações dos envolvidos com os escândalos da Petrobras teve uma função política igualmente importante: fomentar diariamente ameaças, conflitos e crises entre as principais lideranças e partidos que constituíam a base de apoio do governo do PT, ao ponto de provocar a quebra e o colapso do próprio sistema de alianças que

⁴ Vale a pena observar que nos anos posteriores ao impeachment houve uma clara redução do número de fases deflagradas pela “Lava Jato”: 10 em 2017, 10 em 2018 e 12 em 2019.

sustentava o partido no governo (Bezerra, 2018). Nesse sentido, pode-se dizer que a Operação Lava Jato desempenhou um papel estruturador no surgimento e na aceleração da crise do próprio sistema político, tanto ao oferecer oportunidades de protestos e mobilizações “anti-PT” quanto ao fragilizar e provocar o rompimento do sistema de alianças vigente.

Esse apoio e sustentação que as organizações e grupos antipetistas encontraram nas instituições jurídicas e midiáticas foram reforçados e ampliados com a acirrada polarização política que marcou a disputa entre PT e PSDB durante o processo eleitoral de 2014. Primeiramente, ao favorecer a união de todos os grupos “antipetistas”, principalmente no segundo turno das eleições, em torno da campanha do candidato do PSDB Aécio Neves com o intuito de evitar a vitória de Dilma Rousseff do PT. Em segundo, após a reeleição da então presidenta Dilma Rousseff, ao receber financiamento de empresários e de opositores ao PT dentro do próprio sistema político-partidário, bem como o apoio da grande mídia, de personalidades, de líderes de opinião, de microblogueiros, de colunistas, de comentaristas políticos de oposição ao governo e de alguns políticos radicais com base na divulgação massiva dos escândalos revelados pela “Lava Jato” (Santos Jr, 2016; Rocha, 2018). É expressivo dessa articulação dos grupos anticorrupção com o processo eleitoral, o fato de que durante as eleições de 2014 os principais grupos e organizações, que depois estiveram à frente dos protestos pelo impeachment da presidenta em 2016, já convocarem atos e protestos embalados pelas denúncias de corrupção e em apoio à candidatura do tucano Aécio Neves (Tatagiba, Trindade, Teixeira, 2015).

A forte polarização política que marcou a disputa eleitoral, estimulada pelas denúncias de corrupção na Petrobras que eram divulgadas pela “Lava Jato” e recebiam ampla repercussão da grande mídia, possibilitou aglutinar não apenas as forças oposicionistas ao governo, mas, principalmente, serviu de base e de novo incentivo para as organizações e grupos “antipetistas” investirem fortemente num inimigo comum: a associação entre corrupção e “PT”, colocando



o “Fora PT” e o “Fora Dilma” como única forma de acabar, a curto prazo, com a corrupção no Brasil. Por isso, imediatamente após a divulgação do resultado que conduziu à reeleição de Dilma Rousseff, recomeçaram os protestos contra “a presidenta eleita” e “o governo do PT”, convocados por organizações “liberais”, “conservadoras” e “autoritárias” e contando com a importante presença de “figuras da oposição” (Tatagiba, Trindade, Teixeira, 2015; Santos Jr, 2016). Assim, em 2015, após sucessivas mobilizações e protestos massivos, a defesa do impeachment se tornou a principal bandeira de tais grupos e organizações. Tais protestos demonstraram a força da mobilização do “antipetismo” que passou também a ser associado a “antiesquerdismo”, “antipartidarismo”, “antiestatismo”, “rejeição da classe política”, etc. Desse modo, é em torno da polarização entre “esquerda” e “direita” que, nessa fase, se articulam os diversos antagonismos entre os diferentes grupos em conflito. Em decorrência disso, é também nesse momento que emerge com mais força nas discussões e embates políticos a utilização de tais categorias como forma de identificação, de expressão e de acusação política (Miguel, 2018).

Também no tocante aos recursos utilizados para mobilização e recrutamento para os protestos, pode-se dizer que tais organizações, grupos e lideranças se apropriaram de um dos principais legados da onda de protestos que emergiu em 2013: o uso das mídias sociais como ferramenta de mobilização e de recrutamento para os eventos de protesto (Nobre, 2013a; Santos Jr, 2016; Mendes, 2017; Alonso e Mische, 2017). Desse modo, se em 2013 esse uso era mais difuso e generalizado contra o sistema como um todo, nesta segunda fase as mídias sociais tornaram-se um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças antipetistas a partir de uma agenda comum (Santos Jr, 2016). Assim, a utilização das mídias passa a se concentrar nos grupos contrários ao PT e ao governo de Dilma Rousseff, demonstrando uma grande capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de pessoas para protestar contra governos “do



PT” e “da esquerda”. No entanto, essa forte habilidade no uso intensivo das mídias sociais (YouTube, Facebook, Twitter, Instagram, etc.) na militância desses grupos não é recente. Pelo contrário, ela foi, desde o início, um dos elementos principais do ativismo colocado em prática por eles, na medida em que muito antes de 2013 e da reeleição de Dilma, ou mais exatamente entre o final do primeiro governo Lula e o início do segundo, eles já tinham começado a se organizar, tendo como recursos principais fóruns de discussão, blogs, sites e comunidades na internet, aglutinando grupos e lideranças que não encontravam “expressão” na política oficial, nem “representação” nos canais institucionais (Santos Jr, 2016; Rocha, 2018).

Por fim, pode-se distinguir ainda uma terceira fase nessa onda de protestos anticorrupção iniciada no Brasil em 2013, tendo como marco inicial o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e se estendendo até o processo eleitoral de 2018. Suas características principais são a consolidação e a expansão das organizações e lideranças “antipetistas”, a emergência de novos movimentos e organizações sociais centradas na defesa de mudança e “renovação” do sistema político e partidário (Renovabr, Movimento Acredito, Movimento Agora, etc.), como também a recomposição e o realinhamento de forças em torno da figura do candidato à presidência da República Jair Bolsonaro. Se a articulação dos movimentos anticorrupção com o processo político eleitoral e partidário já era visível na fase anterior, neste terceiro momento do ciclo de protesto isso tornar-se-á uma constante: líderes de organizações e movimentos que lutavam contra a “corrupção do PT” concorrendo a cargos nas eleições municipais e membros da Operação Lava Jato usando as redes sociais para pedir aos cidadãos que não votassem em “candidatos e políticos corruptos” e apoiando candidatos “antipetistas”.

Uma nova fase, sem dúvida, emerge com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, sua posse e exercício do governo, no qual muitos dos que estavam à frente da luta anticorrupção, inclusive na esfera



jurídica e que faziam parte da própria Operação Lava Jato, passam a integrar os quadros, enquanto outros são eleitos e passam a compor a sua base, seja no senado, seja na câmara federal. Um dos exemplos mais emblemático é do próprio ex-juiz Sérgio Moro. Ele foi a principal liderança da Operação Lava Jato e responsável pela prisão em 2018 do principal líder do PT, o ex-presidente Lula. Com a vitória de Jair Bolsonaro ele deixa a magistratura para compor o novo governo como Ministro da Justiça e Segurança Pública. Assim, fica cada vez mais claro que o antipetismo, associado à luta anticorrupção, tornou-se o motor-chave das mobilizações apoiadas pelas organizações e lideranças que dão suporte ao atual presidente.

Em linhas gerais, no caso italiano a luta contra a corrupção teve como base principal certa “independência”, crescimento de uma “cultura profissional da magistratura” e “missão” do judiciário (Pederzoli e Guarneri, 2010), ainda que através da mobilização de redes de relações informais com políticos e a mídia (Della Porta, 2001). Diferentemente, no caso brasileiro, foi a intensa articulação entre rede de movimentos e organizações “antipetistas”, redes de lideranças de instituições jurídicas, midiáticas e político-partidárias e a forte mobilização político-eleitoral que possibilitou a conversão, a consolidação e a difusão da “luta contra a corrupção” como uma “luta contra o PT” (Santos Jr, 2016). Desse modo, as mobilizações e protestos contra a corrupção no Brasil, inicialmente voltados contra o “crescimento das desigualdades” e por maior “transparência”, converteram-se aos poucos em recursos políticos e eleitorais decisivos para a substituição dos partidos e das lideranças que ocupavam uma posição dominante no âmbito do sistema político e do Estado por organizações, grupos e lideranças “antipetistas” e por políticas e programas governamentais implementadas vinculadas a agendas e pautas de tais grupos. Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento anticorrupção no Brasil tornou-se um movimento voltado basicamente para a modificação político-eleitoral dos grupos e lideranças e das políticas que ocupavam uma posição dominante



no sistema político e governamental. Este teor político-partidário e eleitoral teve no “antipetismo” um dos catalisadores principais, na medida em que a “justaposição corrupção petismo” possibilitou a solidificação de organizações, grupos e lideranças heterogêneas (“patriotas”, “liberais”, “conservadores”, “autoritários”, etc.) contrários ao Partido dos Trabalhadores em torno do que poderíamos chamar, inicialmente, de um “movimento de direita” (Alonso, 2019).

Conclusão

A onda de protestos que teve início em 2011 em diversos países teve como um dos traços principais a denúncia da corrupção como algo que tem um peso negativo sobre decisões e processos políticos e econômicos. Tais protestos constituem o ponto de partida para a compreensão de como emergiu e se transformou a luta contra a corrupção no Brasil recentemente que, por uma série de características políticas nacionais, ocorre somente em 2013 através das chamadas “Jornadas de Junho”, ainda que desde os anos de 2011 já se observe um contínuo crescimento dos protestos e manifestações de rua no país. Poucos trabalhos têm dado a devida importância para esta relação entre a onda de protestos que se iniciou em 2011 e a difusão da corrupção como um problema mundial. Este artigo está entre os que procuram dar maior evidência a tal relação. Todavia, ele pretendeu demonstrar que a compreensão dessa relação passa necessariamente pelo exame do próprio sistema político nacional: de seus princípios e dinâmicas de organização.

Nesse sentido, demonstrou-se que os protestos de junho de 2013 foram um importante marco na articulação entre uma série de desencantos, descontentamentos e insatisfações relacionados à própria dinâmica do sistema político brasileiro e um novo paradigma anticorrupção internacional que emergiu na onda de protestos de 2011. Diferentemente do discurso anticorrupção centrado nas noções de “boa governança” que emergiu nos anos 1990, o novo paradigma internacional



anticorrupção estava orientado para a crítica à opacidade do sistema econômico e capitalista e à “corrupção da democracia” produzidas pelo próprio neoliberalismo, clamando por mais transparência, democracia e liberdade. Já no caso brasileiro, mais do que uma reação contra a “imoralidade” e a “corrupção” do sistema econômico e capitalista, tais categorias são utilizadas para expressar uma revolta contra a persistência de um sistema político que funcionava sob a base da “cooptação política” e de “esmagadoras maiorias suprapartidárias”, que acabavam por fechar os canais possíveis de transformação e de representação e assumiam a forma de “massa homogênea, amorfa e indistinta”. Essa centralidade da revolta no sistema político constitui uma via importante para a compreensão dos significados que adquiriu a luta contra a corrupção no Brasil, das ações colocadas em práticas pelas organizações e lideranças do movimento anticorrupção, como também dos desdobramentos e impactos de tais mobilizações sobre o próprio sistema político.

A intersecção das organizações e lideranças que lutavam contra a corrupção com redes diversificadas de atores e instituições vinculadas ao próprio sistema político e eleitoral apresenta-se, desde o início, como um dos traços principais do movimento anticorrupção no Brasil. Esse teor político-partidário e eleitoral da luta contra a corrupção no Brasil teve, por um lado, no “antipetismo” um dos catalisadores principais, na medida em que a justaposição “corrupção-petismo” possibilitou a solidificação de organizações, grupos e lideranças heterogêneas, contrárias ao Partido dos Trabalhadores, em torno de um “movimento de direita”. E, por outro, conduziu à crise e ao colapso do sistema de alianças entre as principais organizações e lideranças políticas, tornando-se um recurso político para recompor e alterar tais alinhamentos. Tais aspectos possibilitaram entender como mobilizações e protestos inicialmente contra as desigualdades e injustiças do sistema e das elites no poder e por mais transparência, liberdade e democracia converteram-se, aos poucos, em recursos



políticos e eleitorais decisivos para a substituição dos partidos e das lideranças que ocupavam uma posição dominante no âmbito do sistema político, eleitoral e governamental por organizações, grupos e lideranças “patriotas”, “liberais”, “conservadores” e “autoritários” e por suas pautas, políticas e programas governamentais.

Esta análise demonstrou a relevância da “dimensão política” para compreender os processos de emergência e de difusão de manifestações e de protestos públicos. As características e as dinâmicas de funcionamento do sistema político não são aspectos secundários em relação à dimensão econômica que seria a prioritária. Pelo contrário, o caso brasileiro exemplifica justamente o quanto foi a própria “crise” do sistema político que desencadeou uma “crise” sobre o sistema econômico. Por outro lado, é em relação estreita com o sistema político e com o processo eleitoral que melhor compreenderemos com surge e se transforma as próprias demandas e lógicas de atuação dos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

Abers, Rebecca; Serafim, Lizandra; Tatagiba, Luciana. “Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula”. **Dados**, v. 57, n. 2, 2014, p. 325–357. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>>.

Alonso, Angela. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, 2017, p. 49–58. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>>.

Alonso, Angela; Mische, Ann. “Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests: June 2013 in Brazil”. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, 2017, p. 144–159. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/blur.12470>>.

Alonso, Angela. “A gênese de 2013: formação do campo patriota”. **Journal of Democracy em Português**, 1. v. 8, 2019.

Andersson, Staffan; Heywood, Paul M. ‘Anti-Corruption as a Risk to Democracy: on the unintended consequences of international anti-corruption campaigns.



In: Luís De Sousa; Barry Hindess; Peter Larmour”. **Governments, Ngos and Anti-corruption The New Integrity Warriors**. [S.l.]: Routledge, 2010.

Avritzer, Leonardo. **Corrupção: ensaios e críticas**. [S.l.: s.n.], 2012.

Bezerra, Marcos Otavio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995.

Bezerra, Marcos Otavio. **Combate à corrupção, conflitos políticos e a tecedura do impeachment de Dilma Rousseff**. 2018.

Bratsis, Peter. “La construcción de la corrupción o las reglas de separación y las ilusiones de la pureza en las sociedades burguesas”. **Ciencia Política**, v. 15, n. 1, 2013, p. 4–35.

Bratsis, Peter. “Political Corruption in the Age of Transnational Capitalism: From the Relative Autonomy of the State to the White Man’s Burden”. **Historical Materialism**, v. 22, n. 1, 2014, p. 105–128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/1569206X-12341334>>.

Briquet, Jean-Louis. **Les conditions de félicité d’une croisade morale. Lutte anticorruption et conflits politiques dans l’Italie des années 1990**. 72. [S.l.: s.n.], 2009.

Bukovansky, Mlada. “The hollowness of anti-corruption discourse”. **Review of International Political Economy**, v. 13, n. 2, 2006, p. 181–209. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09692290600625413>>.

Cefaï, Daniel. “La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques”. **Réseaux**, v. 14, n. 75, 1996, p. 43–66.

De Sousa, Luís; Hindess, Barry; Larmour, Peter. **Governments, Ngos and Anti-corruption The New Integrity Warriors**. [S.l.]: Routledge, 2010.

Della Porta, Donatella (org.). **Global diffusion of protest: riding the protest wave in the neoliberal crisis**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017a. (Protest and social movements, 11).

Della Porta, Donatella. **Anti-Corruption from Below. Social Movements Against Corruption in Late Neoliberalism. Partecipazione e Conflitto**, 3. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1285/i20356609v10i3p661>>. 2017b.

Della Porta, Donatella. “A judges’ revolution? Political corruption and the judiciary in Italy”. **European Journal of Political Research**, v. 39, n. 1, 2001, p. 1–21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1475-6765.00567>>.

Eigen, Peter. “Removing a Roadblock to Development: Transparency International Mobilizes Coalitions Against Corruption”. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, v. 3, n. 2, 2008, p. 19–33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1162/itgg.2008.3.2.19>>.



Favarel-Garrigues, Gilles. La lutte anticorruption dossier: de l'unanimisme international aux priorités intérieures. **La lutte anticorruption dossier: de l'unanimisme international aux priorités intérieures**. 72. 1. ed. Paris: LGDJ; Lextenso éd., 2009.

Heidenheimer, Arnold J.; Johnston, Michael; Le Vine, Victor T. (orgs.). **Political corruption: a handbook**. New Brunswick, U.S.A: Transaction Publishers, 1989.

Mendes, Mariana S. Brazil's Popular Awakening - June 2013. "Accounting for the onset of a new cycle of contention". In: Donatella Della Porta (org.). **Global diffusion of protest: riding the protest wave in the neoliberal crisis**. Protest and social movements. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017, p. 59–84.

Miguel, Luis Felipe. "A Reemergência da Direita Brasileira". In: Esther Solano; Camila Rocha (orgs.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Coleção Tinta vermelha. 1a edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018. v. 1. p. 17–26.

Nobre, Marcos. **Choque de democracia: Razões da revolta**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2013a.

Oliveira, Wilson José F. De; Santos, Adrielma Silveira F. Dos. "Eventos de protesto, repertórios organizacionais e dinâmicas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública". **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, 2017, p. 599–620.

Pederzoli, Patrizia; Guarnieri, Carlo. "Italy: a case of judicial democracy?". **International Social Science Journal**, v. 49, n. 152, 2010, p. 253–270. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.1997.tb00020.x>>.

Petrarca, Fernanda Rios. **As Operações "Lava-Jato" e "Mani Pulite" em Perspectiva Comparada**. Relatório de Pós-doutorado. São Cristóvão: UFS, 2019.

Rocha, Camila. "O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?" In: Esther Solano; Camila Rocha (orgs.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Coleção Tinta vermelha. 1a edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018. v. 1. p. 15–20.

Sampson, Steven. "The anti-corruption industry: from movement to institution". **Global Crime**, v. 11, n. 2, p. 261–278, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17440571003669258>>.

Sampson, Steven. The anticorruption package. **Ephemera: Theory and Politics in Organization**, v. 15, n. 2, 2015.

Santos JR, Marcelo Alves Dos. **Vai Pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014**. 197 p. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016



Schwartzman, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

Silva, Giuliana Monteiro Da. **Corrupção, narrativas de imprensa e moralidade pública nos anos 50: a conversão da corrupção em problema público no Brasil**. 133 p. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017

Tatagiba, Luciana; Galvão, Andreia. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)”. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63–96, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>>.

Tatagiba, Luciana; Trindade, Thiago; Teixeira, Ana Cláudia Chaves. “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”. In: Sebastião Velasco Cruz; André Kaysel; Gustavo Cudas (orgs.). **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. 1. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197–212.

Vainer, Carlos B. (org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1a edição ed. [São Paulo, Brazil]: São Paulo, SP: Carta Maior ; Boitempo Editorial, 2013. (Coleção Tinta vermelha).





COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

1

Parte II

Mídia, política e eleições



MÍDIAS SOCIAIS E ELEIÇÕES: PRIMEIROS IMPACTOS DO USO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NAS ELEIÇÕES LAGARTENSE¹

 Francielle Wilze Prata Almeida²

 Jair dos Santos Xavier³

O ARTIGO AQUI APRESENTADO surge das inquietações advindas de leituras envolvendo o tema da política a partir das dinâmicas das eleições enquanto manifestação das disputas de poder, além das contribuições propostas para a compreensão do fenômeno político do ativismo digital (Karpf, 2018) e suas várias implicações.

Vale destacar o fato que este artigo está sendo produzido durante o tempo presente do tido “tempo da política”, no qual ocorrem as campanhas eleitorais, que aumenta enormemente a incidência de representações do fenômeno. Ou seja, é importante salientar que as hipóteses e apontamentos aqui colocados foram produzidos e apresentados quase que simultaneamente ao próprio surgimento de alguns dados, o que deve ser levado em consideração, visto as quase

¹ Trabalho apresentado no GT 02 – Dinâmicas de poder e práticas políticas do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS. E-mail: francielle_wilze@hotmail.com.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS. E-mail: xaviersociologia@outlook.com.



que infinitas possibilidades de análises e interpretações, que datadas da temporalidade síncrona ao fato podem e devem ser revistas e acompanhadas posteriormente em outras produções.

A “digitalização da política”, dinâmicas velhas e novas disputas

Compreender algumas perspectivas da pesquisa etnográfica à luz do universo político digital, suas transformações e impactos, tanto no próprio campo da política como também nas formas de compreender etnograficamente tais fenômenos, leva o pesquisador a assumir uma postura atenta aos dados obtidos e à própria relação de proximidade com a constância dos dados virtuais. É muito comum a visão errônea de que o mundo digital se trata de um mundo paralelo ao mundo real ou offline e que tais universos interagem exclusivamente a partir dos dispositivos e plataformas tecnológicas. Outro fatídico erro nesse sentido é a visão muito comum, nas análises políticas, de que essa nova era não tenha sido de fato afetada por tais relações e que elas não sejam nada mais, nada menos, do que reflexos de uma política antiga, agora atualizada. Ambas as visões são insustentáveis, visto que para compreender o cosmos gigantesco da política, à luz do mundo digital, é fundamental garantir uma visão tão reflexiva e ampliada da realidade quanto o próprio empírico sugere.

O que se compreende desse modo é que tal conjunto de fatores virtuais tem sim influências no mundo da política, mas sem necessariamente comprometer a estrutura das relações, ou seja, a política não é outra após o digital, ao mesmo tempo que ela não é mais a mesma, existe um meio termo, uma relação de interdependência. Com a internet o mundo da política passa a agregar um conjunto de recursos inovadores, processo alavancado pela globalização do acesso tecnológico (mesmo com as ressalvas de desigualdades sociais), além dos avanços tecnológicos dos dispositivos e softwares da própria rede mundial de computadores. Os impactos desse universo



tecnologicamente compartilhado chegam as grandes massas, tornando possível conectar-se com o outro e compartilhar linguagem, vivências e ideias, em tempo real, de modo que é evidente que em algum momento esse processo de transformação chegasse ao mundo político

Tal dimensão online deve ser compreendida e refletida em sua complexidade quando observada a partir de um olhar etnográfico, principalmente pelo fato de considerar os limites de cada plataforma, rede, ferramenta e linguagem que estão inseridos nessa dimensão. Porém, tal conjunto de aspectos necessários à atenção exige que o pesquisador etnográfico, ao observar um fenômeno político, esteja atrelado à compreensão de que boa parte das categorias possíveis em sua observação possui também seus paralelos no contexto offline. Quanto à dimensão política tratada enquanto digital deve sempre se ressaltar de que não se trata de uma sobreposição ao “mundo real”, mas, sim, uma cosmovisão de um mundo que agora ganha outra camada de relações e fenômenos sociais, o virtual.

Desse modo, os dados veiculados nas redes, desde fotos, vídeos, textos e disparos de mensagens, acabam sendo algumas das estratégias de mobilização no universo da política, fazendo, assim, com que tais repertórios possam impactar diretamente na tomada de decisão tanto daqueles que detêm poder direto sobre as instituições, como também da própria sociedade civil em se posicionar ideologicamente. Observando as dinâmicas políticas atuais fica cada vez mais evidente o potencial desse tipo de ativismo frente ao funcionamento “tradicional” da política. A partir do momento que um determinado grupo político consegue de modo mais amplo direcionar uma cultura de dados, em torno de objetivos específicos próprios, o modo como são tomadas as decisões e a forma como são articulados os repertórios de mobilização são significativamente modificados.

Todos esses novos adventos demonstrados no mundo virtual são acompanhados pela sociedade, desse modo, a esfera política também acompanha tais mudanças, da mesma forma que foi feito e



implementado o uso da mídia tradicional para difusão de ideias e informações. A esfera política enxergou as mídias sociais (“mídias alternativas”) como mais um campo a ser apropriado, tornando-a um importante vetor para o engajamento, tanto dos políticos quanto dos seus “seguidores”, eleitores, participantes, integrantes, dentre outros. A força do uso das “mídias alternativas” tem sido demonstrada desde as eleições do Barack Obama nos Estados Unidos (Eleito em 2008 e empossado em 2009), que usou a rede social virtual Facebook para absorver e observar as preferências dos americanos, personalizando a sua campanha ao eleitorado. É possível apontar que esse foi um dos primeiros experimentos do uso das mídias sociais para as eleições. Essa ferramenta não vem sendo usada apenas nas eleições democráticas ocorridas mundo afora, o uso tem sido também direcionado em ações coletivas e protestos públicos e massivos

Após esses primeiros usos coletivos, as mídias sociais tomam maiores dimensões e maiores acessos, crescendo concomitantemente. Seu uso é feito cotidianamente, ou seja, torna-se comum na vida dos que têm acesso. Nas eleições de Donald Trump (2012) para presidente dos Estados Unidos, o uso dessa ferramenta toma frentes decisivas, tendo em vista a característica que o Trump e sua equipe empregam, ou seja, os usos das “mídias alternativas” tornam-se ponto central na campanha eleitoral americana. O que acontece em outros países também, a campanha de Jair Bolsonaro (2018) no Brasil desdobra-se no exemplo americano, principalmente com o centralismo na personalização das causas/pautas, logo a busca da aproximação da política com o eleitorado.

Ao mesmo tempo que essas questões são evidenciadas no uso das “mídias alternativas”, pontos contra são levantados, as edições e manipulações que podem ser feitas, a falta de acesso, o personalismo exacerbado, dado as irregularidades e proporções desiguais que o mundo virtual oferece, dentre outros (Silva, Sales, Luft, 2013). Outro ponto a ser elencado é que o uso dessa ferramenta interfere nas campanhas



eleitorais, inclusive nas leis eleitorais, que precisam equiparar-se ao uso desenfreado dos candidatos das mídias. No Brasil, esse contexto apareceu principalmente nas últimas eleições presidenciais, mas teve como ponto de partida o uso direcionado a ações coletivas das “mídias alternativas”, as jornadas de junho de 2013.

A popularização desses meios no mundo contribuiu para essa ocorrência, o uso em campanhas eleitorais, sejam em campanhas maiores, sejam menores, como campanhas municipais e/ou nacionais. Na pesquisa realizada numa cidade do interior brasileiro, em 2012, os cientistas levantaram dados para compreender o uso dos instrumentos de comunicação política na campanha eleitoral municipal, com o propósito de identificação dos reais espaços da internet nas eleições. Após a análise dos dados nas redes sociais pesquisadas e comparadas (Orkut, Twitter e Facebook), comparando as formas de uso de cada candidato, a pesquisa concluiu que no ano de 2012 “a internet está longe de ser uma ágora pública digital” (Silva, Sales, Luft, 2013, p. 136), ou seja, no âmbito das eleições municipais daquele ano a internet não tornou-se recurso decisivo (Silva, Sales, Luft, 2013).

Outro ponto importante, mostrado nos estudos comparativos em 18 países, é que a comunicação utilizada com o recurso das redes sociais (evidenciando o Facebook) durante as campanhas eleitorais demonstra o aumento do uso efetivo das redes, suas atualizações e como este uso carrega uma personalização e envolvimento da comunicação política, ao mesmo tempo que o recurso das redes sociais também é impulsionado com o uso de outros recursos de comunicação, já usados na política (Ceccobeli, 2018).

Outrossim, ao observar e analisar o uso das mídias sociais por 53 candidatos nas eleições regionais da Itália em 2010, Mascheroni e Matton (2013) explanam os diversos pontos abordados por esse uso em eleições regionais, seja a apropriação, negociação, resistência, seja o uso dos candidatos e seus desdobramentos. As características do ativismo digital apontadas por Karpf (2018) se sobressaem a partir dos



recursos que tais ferramentas apresentam, seja na velocidade, no poder de mobilização de curto prazo, seja na hibridização com outros meios midiáticos (Treré, 2018).

Há inúmeras questões que podem ser levantadas com o uso das mídias sociais, desde a sua verdadeira força aos impactos causados. Além das possibilidades de veracidade, questionamentos, visibilidade, velocidade e relevância eleitoral, o fato é que atualmente não se vê campanhas exclusivamente offline, talvez porque esse seja um ponto principal ofertado, e a lógica de hibridismo desses universos seja muito mais coerente dentro das disputas de poder.

Saramandaia e Bole-Bole, a política em Lagarto-SE

Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto político da cidade estudada. Lagarto é considerada a maior cidade do interior do estado de Sergipe, e é conhecida por sua cultura, sua população e, também, por suas tradições políticas, a este último ponto destaca-se o bipartidarismo expresso em grupos familiares tradicionais locais que se enfrentam politicamente em âmbito local e nacional.

Trata-se dos agrupamentos Saramandaia e Bole-Bole. Esses dois grupos são representados por famílias tradicionais que se destacam política, social e economicamente, com um histórico relacional extenso. A título de curiosidade, a nomeação dos grupos está ligada ao imaginário local e faz referência à novela Saramandaia, exibida na rede globo na década de 1970. Foi dessa trama televisiva que surgiram os nomes das duas correntes políticas, na trama Lagartense diferenciar mocinhos e vilões é quase impossível, ambos exercem papéis nos dois campos e sustentam em comum o ódio e a rivalidade entre os agrupamentos, estabelecendo a polarização política, simbolicamente exercidas por seus líderes, componentes familiares e seguidores dos grupos.

Os Bole Bole, em sua composição, têm origem na família Ribeiro, com a sua liderança centrada no senhor Rosendo Ribeiro Filho,



popularmente conhecido por Ribeirinho, que exerceu cargos de vereador e prefeito da cidade, além de ter sido por algumas vezes deputado estadual por Sergipe. É importante a ressalva que com o adoecimento e morte de Ribeirinho, a representação individual do grupo passa a ser do seu neto, herdeiro de sangue da família e da carreira política, Gustinho Ribeiro, que exerce posicionamento e cargos políticos dentro da linhagem fiel dos Bole Bole, foi vereador pela cidade, logo depois assumiu cargos de deputado estadual e, atualmente, é deputado federal. O grupo nas eleições de 2020 estava enfrentando o pleito eleitoral com a representação de Hilda Ribeiro, esposa de Gustinho.

Os Saramandaias tem entre seus integrantes principais a família Reis, com a liderança do grupo ligada ao senhor Arthur de Oliveira Reis, conhecido popularmente como Gavião. Foi prefeito da cidade e deputado estadual, hoje, devido à idade avançada e problemas de saúde, o seu posto de liderança foi passado ao seu filho Jerônimo Reis, que também foi prefeito da cidade e deputado federal. Jerônimo, atualmente sem mandato, agora vê em seu filho, o deputado federal Fábio Reis, candidato a prefeito nas eleições de 2020, a continuação da liderança familiar. Sobre os grupos Modesto evidencia:

Denominações circunscritas aos dois grupos locais, inspirados nas novelas O Bem Amado e Saramandaia, de autoria do dramaturgo Dias Gomes exibidas pela Rede Globo de Televisão em meados da década de 70. Tais denominações simbólicas, já que não consta registro legal, têm validade no imaginário coletivo para substituir as siglas partidárias que ora possam ser integrados. Mas, no entanto, esse hábito de dar nomes a grupos políticos, não é uma característica apenas do município de Lagarto, em outros municípios sergipanos, tal peculiaridade também se evidencia [...]. De qualquer maneira, é em Lagarto que a denominação simbólica é muito forte e Bole Bole e Saramandaia são símbolos de identificação, tão forte quanto o partido, muitos moradores, inclusive, não sabem qual o partido do seu líder político, identificando, apenas, por



essa denominação simbólica. Por outro lado, ao passo que são tomados pela população como ícones de identificação fica mais fácil para os detentores do mando dessas agremiações se perpetuarem na representação política, pois torna-se muito mais difícil um elemento externo tirar-lhe no voto essa representação, já que esse elemento não está inteiramente identificado com o Bole Bole ou Saramandaia. Talvez, aí se justifique a polarização política local. (MODESTO, 2008, p. 46).

O objetivo deste artigo, além de enfatizar o papel das mídias sociais digitais, é demonstrar o desenrolar da política Lagartense e como os novos recursos e estratégias de campanha eleitoral são incorporados. O contexto político não apresenta desdobramentos longe dessa realidade estabelecida de polarização política local.

No pleito eleitoral do ano de 2020 foram apresentadas cinco candidaturas à prefeitura, apesar de aparentemente parecer uma fuga à polarização, os principais candidatos estão vinculados aos grupos Saramandaia e Bole Bole. Os candidatos são:

- Fábio Reis (MDB - Saramandaia),
- Hilda Ribeiro (SOLIDARIEDADE - Bole Bole),
- Ibrain Monteiro (PSC),
- Jorge Prata (PODEMOS),
- Nininho da Bolo Bom (CIDADANIA).

Na configuração política atual, essas candidaturas surgem inicialmente com o Fábio Reis assumindo a candidatura do irmão Sérgio Reis que foi impedido judicialmente de ser candidato, mesmo tendo sido anunciado como candidato na convenção oficial do partido. A candidata Hilda Ribeiro surge no contexto de reeleição, pois ocupava o cargo de vice-prefeita e assumiu a prefeitura da cidade interinamente em março de 2019, por conta da cassação do prefeito Valmir Monteiro, e em dezembro de 2019 é empossada em definitivo até dezembro do ano de 2020 (G1 Sergipe, 2019).



As candidaturas que fogem ao contexto tradicional familiar surgem nas pessoas de Ibrain Monteiro Filho, do ex-prefeito Valmir Monteiro, que anteriormente foi um representante do grupo Bole Bole, mas que agora surge como oposição por sustentar a narrativa de traição pela atual prefeita; Jorge Prata, que se dispõe como candidato com a defesa de um projeto de renovação e contra a corrupção; e o candidato Nininho da Bolo Bom, que surge com um histórico de envolvimento empresarial na cidade e que no ano de 2020 se dispõe ao pleito, defendendo a pauta de renovação política, com críticas incisivas a perpetuação dos grupos Saramandaia e Bole Bole no poder e contra a corrupção.

Vale ressaltar que até aqui todos os dados apresentados dialogam tanto com aspectos históricos do próprio município como também com o processo de observação, por parte dos pesquisadores, das movimentações, notícias e informações sobre o cotidiano da política durante o período supracitado.

Online e tradicional: o uso dos recursos e repertórios políticos

Apresentado o contexto eleitoral, o intuito do artigo é a compreensão do impacto do uso das plataformas digitais, para tanto, foram observadas suas interações e usos da plataforma Instagram, que foi o aplicativo mais utilizado durante as campanhas eleitorais municipais e, por conta disso, escolhido aqui como recorte. Todos os cinco candidatos apresentaram perfis nessa plataforma e os direcionaram para suas campanhas, utilizando como um recurso importante. Ao mesmo tempo, faz-se necessária a ressalva de que o uso desse recurso não anulou ferramentas de campanhas tidas como tradicionais, como passeatas, carreatas, adesivos, camisas, pesquisas boca de urna, dentre outros, o que demonstra um hibridismo (Treré, 2018) entre o espaço físico e o espaço virtual.

O fato é que a campanha aconteceu em meio a uma pandemia, quando aglomerações deveriam ser evitadas. Nesse sentido, mesmo



que tenha sido necessário o acionamento da justiça para proibições de carreatas, por exemplo, os espaços virtuais assumiram dimensão expressiva para divulgação e debate das campanhas. Os perfis dos candidatos durante a campanha foram alimentados constantemente, o que manteve uma interação entre os eleitores, indecisos e oposição, expressa em comentários, replicação de postagens, vídeos, fotos e os memes. O direcionamento dos cinco perfis para a campanha deixa claro que o uso do recurso virtual é mais uma via importante de campanha.

Outro fator que deve ser elencado foi o uso de blogueiros e influenciadores digitais durante toda a campanha, esses tinham o papel de replicarem as postagens oficiais dos candidatos e também de se posicionarem publicamente sobre o seu voto e a quem eles apoiaram, alguns inclusive saíram enquanto candidatos, mas não conseguiram ter êxito em suas campanhas individuais, o que demonstra que a influência virtual não está ligada à quantidade expressiva de seguidores. Esse ativismo digital não pode ser visto como espontâneo, como também o uso da plataforma, pois muitos dos envolvidos nas campanhas receberam pagamentos para a replicação das postagens e pelo engajamento.

Os dados coletados dos perfis foram a quantidade de seguidores e postagens, foi também observado a interação nos comentários e a forma que as ferramentas que esse recurso apresenta foram utilizadas, como vídeos e fotos adequadas ao formato da plataforma, demonstrando um trabalho de adaptação à mídia, retirando as vantagens e também conhecendo as desvantagens, afinal um dos diferenciais do recurso digital é a velocidade e publicização dos fatos, para o bem e para o mal, como no caso do uso das *fake news* e de comportamentos dos próprios candidatos tidos como desaprovados.

Dentre os candidatos, o Fábio Reis foi o que apresentou o maior número de seguidores e publicações com 31,4 mil e 2,659 publicações, já a Hilda Ribeiro fica em segundo com 23,4 mil seguidores e 428 publicações, seguida de Ibraim Monteiro, 16,1 mil seguidores e 891



publicações, na quarta colocação está Nininho da Bolo Bom com 8,380 seguidores e 519 publicações e em quinto está Jorge Prata com 1,732 e 101 publicações. É importante evidenciar que os perfis já eram utilizados anteriormente à campanha, porém durante ela é que foram direcionadas à divulgação, engajamento e visibilidade.

O destaque no uso do recurso digital cabe a adaptação no uso de vídeos, fotos, paródias, danças e memes, formatos oferecidos pela plataforma para as publicações. O impacto foi mensurado nas replicações, comentários, que resultaram em engajamentos diferentes a cada candidato. Os candidatos também se mostraram dispostos à interação e adaptação à plataforma, e divulgaram seus ideais, causas e posturas. As junções dos diferentes recursos nas campanhas eleitorais demonstraram uma hibridização (Treré, 2018) no uso entre as novas e tradicionais ferramentas. É importante a ressalva que o uso do espaço virtual nas campanhas eleitorais vem sendo regulamentado pela justiça eleitoral e práticas como a disseminação de informações falsas têm sido duramente punidas.

Nas figuras abaixo podemos observar os dados supracitados⁴ e também as formas com as quais foram utilizados os recursos da plataforma, a padronização das cores usadas, o uso de imagens também padronizadas, junto com legendas, o uso da biografia do perfil para expor seus posicionamentos mais significativos, cargos que ocuparam e que ocupam, demonstrando relevância pessoal, o uso dos destaques para apresentar as propostas e as obras que já realizaram, além dos números de seguidores e publicações que não necessariamente apontam um vencedor, mas demonstram como cada candidato lidou com as interações e também o tamanho do engajamento virtual.

Na figura 01 é possível observar o uso dos dois candidatos Nininho da Bolo Bom e Jorge Prata. Eles fizeram uso significativo da plataforma

⁴ Imagens de campanha, eleições de 2020 na cidade de Lagarto/SE (Fonte: Arquivo dos autores, 2020).



Instagram, porém é perceptível que o desempenho no recurso digital foi menor do que dos outros candidatos. É importante a ressalva de que esses dois candidatos também se encontram como vias distantes da política tradicional lagartense, inclusive fogem dos dois grupos tradicionais.

Figura 01 – Recurso virtual com pouco desempenho



Já a figura 02 apresenta os três candidatos que mais se destacaram durante a campanha e as formas que estes usaram os seus perfis. É possível perceber o grande número de seguidores e publicações, juntamente com uma padronização das páginas, nas quais utilizaram as cores dos seus partidos, usaram todos os recursos apresentados pela ferramenta Instagram, como vídeos e imagens, e adequaram formatos da campanha tradicional para o meio virtual, como no caso das cores, dos números dos partidos, dentre outros.



É importante evidenciar também que os envolvimento desses três candidatos estão relacionados às famílias tradicionais Saramandaia e Bole Bole, Fábio Reis e Hilda Ribeiro, respectivamente, e Ibrain Monteiro surge como filho do ex-prefeito Valmir Monteiro, ou seja, o uso das ferramentas digitais surge como mais um espaço a ser apropriado pelos candidatos e não necessariamente é uma revolução no meio político. Além de ser mesclado o tempo todo com outros tipos de mídias, como o rádio, por exemplo, e outras formas de campanha.

Figura 02 – Recurso virtual com grande desempenho



Para tanto, como apresentado na figura abaixo (figura 3), os usos dos recursos tradicionais continuam a acontecer simultaneamente aos usos dos recursos digitais, tais como as bandeiras no centro da cidade, a distribuição durante a campanha e derrame de santinhos eleitorais no dia do pleito em frente a colégios eleitorais (prática ilegal). Outros usos tradicionais também estão presentes, como adesivos, camisas, carreatas, caminhadas, uso de divulgação em rádio, pesquisas encomendadas e divulgação delas, dentre outros.



Figura 03 – Recursos tradicionais



Considerações Finais

Os resultados apontam que os usos das mídias sociais trazem um cenário diverso e montado com todos os recursos que tais ferramentas apresentam, um novo espaço ocupado e sendo visto como oportunidade de divulgação e engajamento, que demonstra uma configuração personalizada do candidato e também do eleitor, visto no engajamento digital e correlacionado com todas as formas de se fazer política em período eleitoral.

Um ponto em comum, importante a ser levantado, é a adesão dos candidatos, que construíram páginas, tornaram-se usuários das redes e adaptaram as formas das “campanhas tradicionais” a “campanhas virtuais” que, apesar de não serem a única via, mantiveram a presença dos principais candidatos, que garantiram ao menos a exposição também nesse campo. No caso estudado fica visível a aceitação desse novo espaço, seu aproveitamento e adaptação, já que as campanhas o utilizaram simultaneamente aos recursos tradicionais e os resultados do pleito eleitoral acompanharam também os candidatos que mais investiram e se destacaram nos dois espaços, tanto no virtual quanto no tradicional, levando em consideração também o seu peso político na cidade.

Tratando o resultado do pleito⁵, a candidata à reeleição Hilda Ribeiro foi eleita com 28,041 mil votos, com 48,80%, e tornou-se a primeira mulher eleita diretamente da cidade de Lagarto, visto que ela assumiu a prefeitura após a cassação do prefeito anterior; seguida do Fábio Reis, que obteve 22,963 mil votos, com 39,96%; em terceiro ficou Ibrain Monteiro com 4,630 mil votos, com 8,06 %; em quarto Nininho da Bolo Bom com 1660 mil votos, com 2,89%, e, em quinto lugar, Jorge Prata com 164 votos, com 0,29%. É possível fazer a correlação do engajamento nas plataformas digitais com o resultado, não necessariamente numericamente, mas no aproveitamento dos recursos.

Um ponto importante a se ressaltar é que a fuga da polarização na cidade não foi expressa nessas eleições. Mesmo em um contexto adverso, os grupos tradicionais Saramandaia e Bole Bole continuaram nas primeiras posições e assumiram o poder. Como diria o poeta Lagartense Alessandro Silva⁶:

Agora o rio ribeirinho
Tentava novamente transbordar.
“– E os coronéis?”
– Um assedia com a família
Rindo na fossa,
O outro assobia Com a cara na bosta.
ou seja, o cenário político lagartense aproveita e apropria-se
dos novos recursos e pautas, mas não necessariamente mostra
mudanças significativas no contexto da cidade que continua
– Reis, rios ribeirinhos;
Recheados de sujeira fétida
Dos coronéis de lá do centro.[...].

⁵ Informações retiradas do aplicativo Resultados eleições 2020 – tribunal superior eleitoral versão 5.0.1.

⁶ Trechos do poema SARAMAMBOLE, Alessandro Silva, poeta, professor e filósofo lagartense (09/07/2002).



Referências bibliográficas

Ceccobelli, Diego. “Not every day is Election Day: a comparative analysis of eighteen election campaigns on Facebook”. **Journal of Information Technology & Politics**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2018, p. 122-141. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19331681.2018.1449701>>.

Hilda Ribeiro é empossada em definitivo como prefeita de Lagarto. **G1 Sergipe**, 2019, Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/12/05/hilda-ribeiro-e-empossada-em-definitivo-como-prefeita-de-lagarto.ghtml>>. Acesso em 14/11/2020.

Karpf, D. “Analytic Activism and Its Limitations”. **Social Media + Society**, v. 4, n. 1, p. 205630511775071, jan. 2018.

Mascheroni, Giovanna; Mattoni, Alice. “Electoral Campaigning 2.0—The Case of Italian Regional Elections”. **Journal of Information Technology & Politics**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2013, p. 223-240. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19331681.2012.758073>>.

Modesto, A. Monteiro, P. Santos, R. **Uma Cidade em Pé de Guerra: SARAMANDAIA x BOLE-BOLE**. In: Santos, Claudfranklin Monteiro (org.). Gráfica Editora J. Andrade Ltda. Aracaju-SE, 2008.

Silva, Tiara Camera Da; Sales, Jefferson David Araujo; Luft, Maria Conceição Melo Silva. “E-leições: novas mídias e política na sucupira digital”. **Revista Brasileira de Administração Científica**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.6008/ESS2179-684X.2013.002.0009>>.

Treré, E. “The Sublime of Digital Activism: Hybrid Media Ecologies and the New Grammar of Protest”. **Journalism & Communication Monographs**, v. 20, n. 2, jun. 2018, p. 137-148.



VERDADE, POLÍTICA E *FAKE NEWS*: REFLEXÃO À LUZ DA OBRA DE HANNAH ARENDT¹

 Saulo Barbosa²

DESDE AS ELEIÇÕES AMERICANAS DE 2016 e do plebiscito pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia (BREXIT) no mesmo ano, a expressão *fake news* vem, cada vez mais, tornando-se corriqueira na linguagem comum. Indício disso é a capacidade de muitas pessoas reconhecerem o significado do termo, sem muitas dificuldades, mesmo em países como o Brasil, que não são anglófonos.

Na mesma proporção, cresce a preocupação com esse fenômeno. Diversos estudiosos da política discutem como a proliferação desse tipo de conteúdo, principalmente através das mídias sociais, pode afetar o funcionamento de uma sociedade democrática, na medida em que fomenta a desinformação e, por vezes, destrói a reputação de pessoas e instituições. Nesses debates evidencia-se, com frequência, o papel das mídias sociais e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC's), de modo geral, na propagação de boatos e notícias falsas (Gomes, 2005a, 2005b).

¹ Este texto foi publicado, originalmente, em Boletim Historiar (Vol. 7, n. 2, 2020).

² Doutorando em Sociologia (PPGS/UFS). Mestre em Sociologia (PPGS/UFS) e graduado em História (DHI/UFS). É pesquisador no Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Áreas de interesse: Sociologia da Política e das Elites; Cidadania e Democracia; Política e Internet, com foco em mídias sociais. E-mail: saulo.vinicius93@gmail.com



Por outro lado, não são poucas as iniciativas destinadas a combater as *fake news* nas mídias sociais e na web de modo geral. No âmbito internacional, por exemplo, o projeto First Draft, desenvolvido em parceria pela Universidade de Havard e pela escola de governo Jhon F. Kennedy, é, talvez, a iniciativa de combate a *fake news* que mais se destaca. No Brasil, o projeto Comprova, que conta com a colaboração de mais de vinte veículos de mídias, foi criado com a missão de combater as *fake news* durante as eleições presidenciais de 2018. Também o Facebook, como consequência das eleições estadunidenses de 2016, se comprometeu a enfrentar o problema e hoje já é possível perceber seus resultados aqui no Brasil: uma rede de páginas e perfis falsos ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL) foi retirada do ar por propagar sistematicamente notícias falsas e boatos em 2018 (G1, 2018). Vale mencionar, ainda, o grupo de ciberativistas Sleeping Giants, que promove campanhas, nas redes sociais, para persuadir empresas a removerem suas propagandas de veículos de comunicação que publicam notícias falsas. Esse grupo foi fundado nos EUA, em 2016, após a vitória de Trump, e hoje atua em diversos países, inclusive no Brasil.

Ainda em 2018, as *fake news* se fizeram presentes nas eleições presidenciais brasileiras. Foi notável o número de notícias falsas e boatos espalhados pelas mídias sociais, em especial através do aplicativo de smartphone Whatsapp Messenger. À época, diversos veículos da mídia brasileira apontaram que o candidato de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro (PSL), beneficiou-se eleitoralmente de *fake news*, disseminadas por uma rede de robôs e perfis falsos no Twitter, Facebook e Whatsapp. Inclusive, o próprio Whatsapp reconheceu que operações de disseminação massiva de mensagens foram levadas a cabo no período eleitoral brasileiro.

Esses fatos levaram a investigações que descobriram fortes indícios de que a campanha do atual presidente do Brasil foi responsável pela disseminação massiva de *fake news* nas redes sociais. Hoje, a suprema corte brasileira conduz um inquérito sobre esse esquema de propagação



de notícias falsas ou deturpadas com fins eleitorais. Os principais acusados nesse processo compõem o chamado “gabinete de ódio”, um grupo de políticos e empresários apoiadores de Jair Bolsonaro (O Globo, 2020).

Pesquisas apontam a forte relação, no contexto contemporâneo, entre a extrema direita e as *fakes news*. Para se ter uma ideia, uma pesquisa feita pelo jornal britânico The Guardian, em parceria com pesquisadores da UFMG, mostrou que cerca de 48% das mensagens virais da direita brasileira continham informações falsas. 19% dessas mensagens promoviam desinformação a respeito do atentado com faca sofrido pelo candidato Bolsonaro durante sua campanha. 16% dessas mensagens tratavam do sistema político democrático e a mídia – elementos-chave da retórica bolsonarista anti-establishment. Por fim, 14% delas tinham como alvo políticos de esquerda e frequentemente recorriam a ofensas homofóbicas ou antifeministas (The Guardian, 2019).

Pensando nesse contexto, este capítulo discute, no plano teórico, a dinâmica contemporânea de produção de *fake news* nas mídias sociais e suas consequências para o espaço público e para a política. A discussão aqui proposta parte das reflexões contidas na obra da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) sobre as consequências da produção sistemática de mentiras para a vida política das sociedades contemporâneas.

Arendt, que escreveu sobre a questão da mentira na política no final dos anos 1960, não conheceu as mídias sociais e nem refletiu sobre o processo de produção de mentiras que nelas se desenvolve. Contudo, este texto quer mostrar como a obra de Hannah Arendt, que tratava da questão no contexto do Pós-Segunda Guerra e da Guerra Fria, ainda assim, lança perguntas e hipóteses de pesquisa relevantes ao estudo do uso da mentira como arma política nas mídias sociais digitais, tão difundidas em nossa sociedade.

Para isso, o trabalho parte dos ensaios “Verdade e Política” (1967) e “A mentira na política” (1969) para pensar a produção e usos de notícias falsas, boatos e especulações por movimentos sociais e partidos no mundo atual.



Breve história das *fake news*

O uso de mentiras e boatos como armas políticas não é exatamente nenhuma novidade do ponto de vista histórico. Robert Darnton, historiador norte-americano, faz um interessante relato da história das *fake news*, mesmo quando elas ainda não eram assim chamadas: no séc. VI, o historiador bizantino Procopius escreveu um livro para atacar a reputação do imperador Justiniano; alguns séculos mais tarde, em 1522, Pietro Arentino escreveu sonetos satíricos sobre os adversários de seus patronos, os Médici, para tentar manipular a eleição papal; por fim, durante a Revolução Francesa, circularam panfletos, chamados *canárd*, que espalhavam, dentre outras coisas, boatos a respeito de Maria Antonieta. Segundo Darnton, isso contribuiu diretamente para a execução da rainha na Guilhotina. Os exemplos se multiplicam, todavia, o essencial é que o uso de histórias falsas e calúnias para detratir inimigos políticos não é uma exclusividade de nossos tempos (Darnton, 2017).

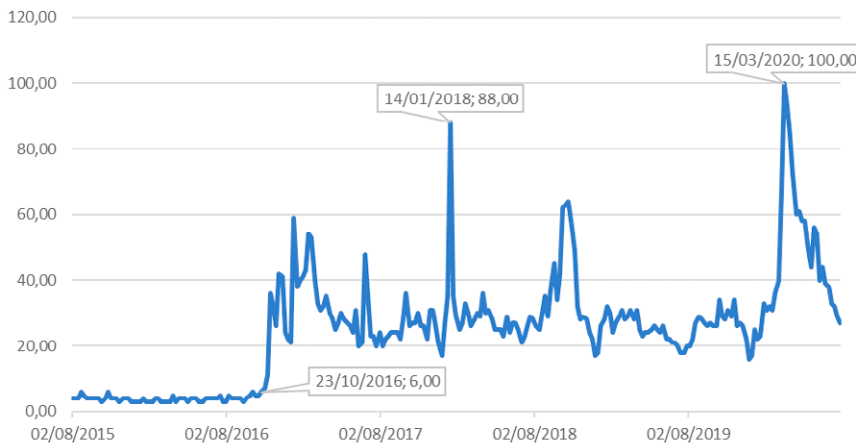
Se é assim, por que, nos últimos anos, o fenômeno das *fake news* tem se tornado assunto de tantos artigos que alertam para os perigos de sua disseminação e de tantas iniciativas que visam combater notícias falsas e boatos na internet e, sobretudo, nas mídias sociais? Em suma, qual a novidade das *fake news* hoje? Para responder a essa questão é preciso recompor, brevemente, a história da expressão *fake news*.

A despeito do que declarou o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não foi ele o criador do termo *fake news* (O Globo, 2017). Essa palavra remonta ao final do século XIX, conforme indica uma pesquisa realizada pelo famoso dicionário de língua inglesa Merriam-Webster (2017). Em princípio, o termo parece ter significado quase óbvio – literalmente “notícia falsa”. Conforme indica o estudo do dicionário, o termo é utilizado para indicar uma história ou reportagem de cunho político, inventada para prejudicar a imagem de uma pessoa, organização ou coletividade. Por considerá-lo autoevidente, o Merriam-



Webster decidiu, em 2017, não incluir *fake news* na lista de seus verbetes. Outros dicionários da língua inglesa, contudo, tomaram decisão diversa. Afinal, o significado da expressão não é tão óbvio assim. Ou melhor, deixou de sê-lo desde que emergiu como uma categoria dos debates políticos contemporâneos, como tentaremos mostrar adiante.

Gráfico 01 - Nível de interesse, ao longo do tempo, pelo termo *fake news* no Google.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Trends.

A expressão se popularizou bastante a partir do final de 2016, após diversas notícias falsas envolvendo os candidatos à presidência dos Estados Unidos terem circulado pelas redes sociais no país. No gráfico 01, gerado a partir do Google Trends, é possível visualizar como, em outubro daquele ano, a frequência de buscas pelo termo no Google dispara, indicando claro aumento de interesse dos internautas pelo assunto. Alguns meses depois, Donald Trump, em sua primeira entrevista coletiva como presidente, acusou a rede de comunicação CNN de ser produtora de notícias falsas. “*You are Fake news*”, disse Trump a um repórter dessa rede. A frase viralizou produzindo milhares de vídeos e imagens que faziam referência ao episódio. Nos meses seguintes Trump passou a repetir o termo em suas publicações no Twitter, em



uma guerra contra a grande mídia norte-americana (Wedling, 2018). Tudo isso certamente contribuiu para o assunto entrar em evidência e, é claro, para a consolidação do uso do termo no vocabulário político contemporâneo.

Se, por um lado, essa disseminação do uso do termo pôs o fenômeno no interesse de estudiosos e do público em geral, por outro, provocou um alargamento do sentido da palavra que tornou *fake news* um termo altamente polissêmico. Inicialmente o termo denotava simplesmente uma notícia falsa, todavia, hoje há um espectro de sentidos que a palavra pode abarcar (Bounegru et al., 2017; Tandoc et al., 2017). Por isso, conforme Bounegru (2017), há pesquisadores que se opõem ao uso da palavra, pois a consideram extremamente vaga, indistinguível de outras formas de desinformação existentes no passado e, sobretudo, porque carrega em si uma ideia simplista de que a verdade corresponde diretamente à realidade. Existem, ainda, estudiosos que consideram que as *fake news* são apenas vinho velho em uma garrafa nova. Entendem, dessa forma, que elas são similares a outras modalidades de desinformação que surgiram com a invenção da prensa de Gutemberg e outras tecnologias da comunicação. O historiador Robert Darnton (2017) é um exemplo dos que ocupam tal posição.

Sem nenhuma intenção de pôr um ponto final nesse debate, discordo, neste artigo, de ambas as posições. Da última, especificamente, porque entendo que traçar uma linha de continuidade entre todas as formas históricas de mentiras políticas é cair na simplificação de um fenômeno complexo e, assim, desprezar os diferentes contextos sociais, culturais, políticos e técnicos nos quais a calúnia e a difamação foram acionadas como táticas políticas. Todos esses fatores são sim capazes de particularizar o fenômeno. Portanto, dizer que as *fake news* são vinho velho em garrafa nova é abrir mão de pensá-las e compreendê-las na contemporaneidade.

Já da primeira posição, discordo, pois a palavra não tem um significado tão abrangente assim, de modo que não queira dizer nada.



Fake news pode até se referir a um conjunto relativamente amplo de coisas, mas está longe de ser um termo vazio. Afinal, cidadãos e pesquisadores do mundo inteiros não fariam nisto se assim fosse. Nesse sentido, Tandoc Jr. e seus colaboradores (2017), em um estudo sobre os diferentes significados do termo *fake news* em trabalhos acadêmicos, apresentam uma classificação bastante esclarecedora sobre esse nuançado quadro de sentidos da expressão *fake news*. Esses autores propõem uma tipologia de *fake news* construída a partir de duas variáveis: facticidade do conteúdo e intencionalidade da notícia³. A primeira se refere ao lastro factual de uma notícia, se ela se refere ou não a fatos verdadeiros. A segunda diz respeito à intenção do autor da notícia de provocar desinformação com sua publicação. A partir dessas duas variáveis, os autores apresentam uma tipologia de *fake news* composta por seis posições: (1) sátira de notícias, (2) paródias, (3) fabricações (4), manipulação (5), publicidade e (6) propaganda.

Além disso, a própria dicionarização do termo é uma evidência contrária a essa tese, como já sugerimos. Enquanto fato linguístico e social, ela sugere que, em nossa época, a palavra *fake news* adquiriu um significado mais ou menos delimitado, do qual podemos mesmo isolar alguns traços que podem até ser operacionalizados em uma pesquisa.

Diferentemente do Merriam-Webster, dois outros dicionários de língua inglesa, o Lexico (organizado pela Universidade de Oxford) e o Cambridge Dictionary, incluem essa palavra no rol de seus verbetes. O Lexico (2020, tradução nossa) define *fake news* como uma “informação falsa que é transmitida ou publicada como uma notícia e que possui propósitos fraudulentos ou politicamente motivados”. A partir disso, podemos perceber dois elementos importantes desse fenômeno, a finalidade política e a mimetização do gênero textual notícia (*news*),

³ É importante frisar que essa classificação não se pretende final, uma vez que considera o termo em um meio particular, no caso, o ambiente acadêmico. É preciso levar em conta, e os autores têm ciência disso, outros usos mais comuns do termo. Todavia, o estudo de Tandoc Jr. et al. (2017) serve como um ponto de partida esclarecedor a respeito da questão.



que se caracterizam por veicular fatos tidos por verdadeiros. Não se trata de qualquer história falsa, portanto, mas de uma que imite uma notícia “verdadeira” e que tenha propósitos políticos em sua disseminação. O Cambridge Dictionary (2020, tradução nossa), por sua vez, traz uma definição muito próxima a essa: “história falsa que aparenta ser uma notícia, disseminada na internet ou usando outra mídia, usualmente para influenciar a visão política ou como uma piada”. Assim, ele acrescenta outro elemento importante em sua definição: a internet como meio usual de propagação das *fake news*. É nessa última acepção que a palavra é dicionarizada no português do Brasil: “notícias falsas; quaisquer notícias e informações falsas ou mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens [WhatsApp, Telegram]” (Dicio, 2020).

O fato de serem as plataformas digitais o principal veículo de disseminação das *fake news* já coloca uma nova dimensão do fenômeno para se pensar. Como aponta Bounegru (2017), um conjunto de pesquisadores, no qual ele se inclui, defende que as novas plataformas de comunicação online, sobretudo as mídias sociais digitais, aceleram o fluxo de circulação desse tipo de conteúdo de modo sem precedentes na história. Para esses, é justamente essa supercapacidade de se espalhar (*spreadability*), possibilitada pela internet, que caracteriza as *fake news* contemporâneas – é esse, também, seu traço mais perigoso. A questão das lógicas de disseminação das *fake news* é considerada fundamental por Bounegru e colaboradores. Para eles, o que define o fenômeno em tela são as redes de disseminação nas quais essas notícias e boatos se inserem. Assim, para compreendê-las plenamente é preciso abordá-las em seu sistema de circulação e não somente em seu conteúdo e forma. Conforme esse entendimento, as redes de circulação são essenciais para que uma mensagem seja considerada *fake*, tanto quanto o conteúdo e a forma propriamente ditos (Bournegru et al., 2017).



Isso tudo não esgota o debate. A controvérsia na própria definição do termo, daquilo que caracteriza as *fake news*, é um dos maiores obstáculos para se tratar a temática. Contudo isso não deve ser visto como um impasse, mas como o primeiro desafio a ser superado em uma questão que é urgente. Nesse sentido, a obra de Hannah Arendt pode ajudar a vislumbrar um caminho possível.

***Fake news*, pós-verdade e esfera pública**

Em “Verdade e Política”, Hannah Arendt reflete sobre as consequências da produção sistemática de mentiras para a esfera pública de uma sociedade. Arendt parte de uma reflexão epistemológica a respeito da natureza da verdade dos fatos para chegar a conclusões a respeito das implicações políticas de sua negação, isto é, a mentira deliberada. Ela distingue, assim, dois tipos de verdades: as que são racionais e as que são factuais. As primeiras são as verdades científicas, filosóficas e matemáticas – a teoria da relatividade ou a filosofia platônica, por exemplo. As últimas se referem a fatos e eventos, que são “resultado invariável de homens que vivem e agem conjuntamente” (Arendt, 1997, p. 287).

Por serem produtos da reflexão humana, do pensamento, as verdades racionais são mais resistentes ao assédio do poder. Isso se deve ao fato de que, enquanto fruto do trabalho da mente humana, as verdades racionais podem ser reproduzidas no tempo, caso seus autores fossem impedidos de lhes transmitir a posteridade. Imaginemos, a título de esclarecimento dessa ideia, que Isaac Newton tivesse sido impedido pela Igreja Anglicana, sob acusação de heresia, de divulgar suas descobertas científicas. Estaria a humanidade fadada a jamais conhecer a gravidade? Ou o cálculo diferencial? Ou suas descobertas no campo da ótica? Não! É perfeitamente possível que outras pessoas, em épocas e lugares diferente dos de Newton, chegassem por si só a essas descobertas. Aliás, foi exatamente o que aconteceu em relação ao



cálculo diferencial, desenvolvido de modo independente e paralelo por Newton e Leibniz. É evidente que isso não acontece a todo momento, mas a história da ciência mostra que é perfeitamente possível.

Ainda que essa possibilidade seja ínfima, Hannah Arendt alega que ela é infinitamente maior no caso das verdades racionais do que no das verdades factuais. Pensem em todos os fatos da história humana que são inacessíveis ao presente, que não deixaram nenhum rastro, nenhum registro histórico. Pensem, também, em todos os documentos destruídos por motivações políticas, em guerras, em disputas entre grupos étnicos ou religiosos. Com a destruição desses registros, as verdades factuais que eles continham também são destruídas. Os fatos da história humana, como mostra Arendt, são frágeis. Além de destruídos materialmente, eles podem ser deturpados por falsificações. O que é a palavra de um cidadão, por mais verdadeira que seja, contra um conjunto de documentos falsificados por um Estado interessado em sua condenação? Qual versão ficará para posteridade? Por isso, a filósofa diz que a “probabilidade de um fato de importância, esquecido ou, mais provavelmente, dissimulado pela mentira, ser algum dia redescoberto” é nula. “Uma vez perdido”, diz Arendt (1997, p. 288), “nenhum esforço racional os trará jamais de volta”. Nisso reside o que ela chama de fragilidade das verdades factuais.

Por isso, a autora argumenta que quando o poder político ataca a verdade dos fatos, ele o faz em seu domínio, pois são os fatos e eventos, conforme a autora, a “verdadeira textura” do âmbito político. Ao passo que quando ataca verdades racionais, ele o faz de fora de seu âmbito. São as verdades factuais, portanto, o objeto dessa reflexão arendtiana.

Negar fatos, segundo Arendt, só é possível porque, em primeiro lugar, eles são contingentes: embora tenham ocorrido da forma que ocorreram, eles poderiam ter ocorrido de qualquer outro modo. Assim, não havendo necessidade nos atos e eventos produzidos pela ação humana, torna-se possível que qualquer versão deturpada dos fatos possa soar tão verossímil quanto a verdade. Em segundo lugar, porque



os seres humanos são livres em relação à realidade dos fatos, isto é, são capazes de negar um fato apesar de todas as evidências em contrário. Por exemplo, é possível afirmar que o dia está chuvoso ainda que ele esteja completamente ensolarado. A autora vê, aliás, nessa capacidade de mentir, de negar a realidade mesma, uma confirmação da liberdade humana (Arendt, 1997, p. 310).

Disso, Arendt (1997, p. 309) conclui que negar um fato é necessariamente produto da vontade e da liberdade humanas, pois se constitui como uma “nítida tentativa de alterar o registro histórico”. É, portanto, uma ação sobre o mundo e, enquanto tal, é um ato político. Nisso, segundo a autora, difere do ato de enunciar uma verdade factual, que só encarna implicações políticas se posta em um contexto interpretativo ao qual tal verdade se refere. Também se constitui ato político, para Arendt, quando o mentiroso, incapaz de convencer com sua mentira, em vez de insistir na veracidade de sua história, alega que essa é somente sua “opinião” e, em seguida, reclama seu direito constitucional de proferi-la. A consequência desse tipo de procedimento é o apagamento da distinção entre o que é fato e o que é opinião.

Tendo consciência de que o uso da mentira como arma política não é nenhuma novidade na história, Hannah Arendt aponta para um conjunto de características que ela considera como um diferencial da mentira política em sua época – e, por extensão, na nossa. Arendt (1997, p. 311-312) considera, inicialmente, que diferente da mentira política tradicional, que lidava com fatos ou intenções realmente secretas, a mentira política moderna lida com fatos que são conhecidos publicamente por qualquer um ou, ao menos, que podem ser conhecidos facilmente através de uma pesquisa. Nisso, Arendt parece antecipar uma característica das *fake news*: a maioria delas pode ser desmentida por uma simples busca no Google.

Talvez isso ocorra porque a mentira política atual se constitui como uma manipulação massiva e sistemática de fatos e opiniões. Tal manipulação, conforme Arendt (1997, p. 311-312), visa não negar ou omitir



um fato isolado, mas produzir um substituto pra realidade, uma imagem “na qual todo fato conhecido e estabelecido pode do mesmo modo ser negado ou negligenciado caso possa vir a prejudicar [essa] imagem”. Isso torna-se possível, segundo a autora, a partir das técnicas e meios de comunicação de massa que emergem em meados do século XX. Nesse sentido, a internet e as NTIC’s podem contribuir mais ainda para a produção e disseminação de uma versão “alternativa” da realidade.

Contudo, para produzir tais imagens gigantescas que almejam subsumir a realidade mesma, Arendt mostra que é preciso que o mentiroso engane a si mesmo. Na “velha arte de mentir”, segundo a autora, era possível enganar aos outros sem enganar a si mesmo: não havia a necessidade de ser “vítima” de sua própria falsidade uma vez que a mentira se referia a fatos isolados e visava iludir apenas ao inimigo político e não a todos. Não havia aqui a pretensão de se substituir a trama factual. Hoje, essas desmesuradas versões alternativas da realidade exigem “um rearranjo completo da realidade, por assim dizer, na qual elas se encaixem sem remendos, falhas ou rachaduras, exatamente como os fatos se encaixam em seu próprio contexto original” (Arendt, 1997, p. 313). Tal operação exige um comprometimento do mentiroso com sua mentira que leva, inevitavelmente, ao que Arendt (1997) chama de autoengano ou autoilusão.

Em suma, Arendt distingue a moderna mentira política por quatro características. Primeiro, por seu caráter sistemático e massivo, possibilitado pelos modernos meios de comunicação. E aqui eu acrescento a internet como fator de ampliação dessa possibilidade. Segundo, porque se refere não a segredos, mas a fatos publicamente conhecidos – ou que possam ser facilmente verificados. Terceiro, porque agora o próprio emissor da mentira precisa estar convencido da veracidade de sua história. Finalmente, porque a moderna mentira política intenciona criar um substituto para a realidade, que rejeita não um fato isolado, mas toda uma parcela da realidade que contradiga a “imagem” que se quer impor (Idem).



Nesse ponto, cabe indagar: é realmente possível que uma mentira, “repetida mil vezes”, se torne verdade? São capazes essas imagens, sistematicamente produzidas, de lograr sucesso e usurparem o lugar de realidade?

Arendt considera que, por mais poderoso que seja um regime político e por mais que ele disponha de meios – violentos e propagandísticos – para difundir uma mentira de tal tipo, ele jamais conseguirá fazer com que a mentira substitua os fatos passados, pois qualquer fato que venha à tona, por menor que seja, poderá pôr em xeque toda a imagem por ele construída. E isso se dá mesmo em casos extremos como os de um regime totalitário ou uma ditadura de partido único, por exemplo. Arendt (1997, p. 317) cita propositalmente esses casos pois considera que eles “são claramente, com grande dianteira, [em relação às democracias liberais] os [que possuem] órgãos mais eficientes quanto ao abrigo das ideologias e imagens do impacto da realidade e da verdade”.

Para dar um exemplo, Arendt considera a tentativa da União Soviética de apagar o papel que tiveram alguns de seus dissidentes na revolução de 1917⁴. Arendt cita um memorando soviético que relata as dificuldades para destruir os incontáveis discursos registrados desses dissidentes, as inumeráveis atas de reunião que citam seus nomes e as coletâneas de textos existentes nas quais essas pessoas aparecem como autores. Os indícios dos fatos passados, por serem extremamente numerosos nas sociedades contemporâneas, são, portanto, quase impossíveis de serem eliminados⁵.

Por ser a mentira organizada tão frágil em relação aos fatos que a contradizem, seus produtores, como mostra Arendt, precisam constantemente alterar e adaptar suas imagens falsas da realidade. A longo prazo, o que esse processo contínuo de sobreposição de mentiras

⁴ Dentre eles, Léon Trotsky é o mais famoso.

⁵ É claro que as provas dos acontecimentos passados são mais numerosas quando se trata de uma sociedade que detém a escrita e quando se trata de eventos e personagens que impactaram profundamente essa sociedade.



produz não é uma situação na qual as mentiras tomam o lugar da verdade, mas, conduzem a uma “espécie de cinismo” generalizado, que se caracteriza por “uma absoluta recusa a acreditar em qualquer coisa, por mais bem estabelecida que ela possa ser” (Arendt, 1997, p. 317).

Desse modo, a autora conclui que, embora a mentira organizada e disseminada em massa não possa substituir a verdade, ela é capaz de destruí-la, na medida em que tal recusa em aceitar a verdade leva, então, ao aniquilamento da capacidade do público de distinguir entre o que é verdade e o que não é. Assim, se por um lado, a verdade dos fatos existe e está disponível para ser conhecida, por outro, o público é incapaz de percebê-la enquanto tal, uma vez que está saturado por versões e mais versões falseadas da realidade factual. Arendt conclui então que

o resultado de uma substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem estas a serem aceitas como verdade, e a verdade ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a capacidade de oposição entre verdade e falsidade (Arendt, 1997, p. 317-318).

Uma tal situação é problemática, segundo Arendt, pois é apenas o futuro que está de fato aberto à ação, uma vez que existe somente como potencialidade. Somente nele o agir político pode resultar em algo concreto. Quando o presente e o passado se tornam alvos de atos que visam modificar e falsear os eventos passados ou em curso, isto é, são levados de volta ao estado de potencialidades, “o âmbito político priva-se não só de sua principal força estabilizadora [que é a realidade dos fatos] como do ponto de partida para transformar, para iniciar algo novo” (Arendt, 1997, p. 319). As mentiras organizadas – e as *fake news* como uma de suas espécies – levam à perda da capacidade do espaço da ação política (espaço público) de transformar a sociedade (Arendt, 1997).



Arendt entende que existe uma forte dependência do pensamento e do agir políticos da verdade factual. “A liberdade de opinião é uma farsa” quando se há uma situação na qual inexista informação factual e a garantia de que os próprios fatos não sejam negados ou questionados. Ou seja, sem o respeito a realidade factual não se é possível construir uma opinião política válida e capaz de transformação social. Sem isso, a sociedade civil perde sua capacidade de regular o Estado por meio de uma opinião pública crítica (Arendt, 1997, p. 295).

Conclusão

Arendt, como já foi dito, considera o fenômeno aqui em tela a partir da propaganda ideológica estatal, seja no âmbito de regimes totalitários, seja em sociedades liberais-democráticas (Cf. Arendt, 1972, 1989, p. 340-314). Contudo, argumentamos aqui que suas reflexões são úteis também para se pensar a mentira na era da internet, as tão famigeradas *fake news*. Se no passado somente Estados, totalitários ou não, detinham meios de produzir a mentira em massa, a negação sistemática da realidade através da propaganda e a alteração deliberada do registro histórico, hoje, com a internet, esse poder está ao alcance de diversas organizações e atores com os mais variados propósitos.

Veja-se, por exemplo, o caso das eleições norte-americanas de 2016. Um grupo de jovens programadores de um pequeno país do leste-europeu inundou a esfera pública norte-americana com notícias falsas a respeito dos dois principais candidatos (a senadora Hillary Clinton e o empresário Donald Trump). As motivações desse grupo não eram, ao que parece, primordialmente políticas. Eles visavam, simplesmente, atrair visitantes para seus sites e, com isso, lucrar com a venda de anúncios em suas páginas. Para isso, utilizaram-se de notícias falsas, mas com títulos chamativos, de modo que induzissem as pessoas a clicarem no link (*clickbait*).

Pode-se citar, ainda, o escândalo protagonizado pela candidatura de Donald Trump no Facebook. Baseada da ideologia anti-establishment



e claramente autoritária de Steve Bannon (Alexander, 2018), primeiro líder da extrema-direita a ganhar influência nacional nos EUA desde 1930, a campanha de Trump disseminou propaganda eleitoral customizada, a partir de algoritmos criados com informações sobre os usos e preferências de usuários do Facebook, de modo a alimentar cada grupo da direita americana com aquilo que ele está mais propício a acreditar. No Brasil, as eleições presidenciais de 2018, como já apontamos, foi influenciada pela atuação de redes de disseminação de *fake news* vinculadas ao presidente eleito, Jair Bolsonaro – fato esse que levou a um inquérito conduzido pela suprema corte brasileira, o STF.

Finalmente, apesar de escritas nos anos 1960, as reflexões arendtianas se mostram verdadeiramente contemporâneas. Hannah Arendt inaugura, de certo modo, o debate acerca da Pós-Verdade, que em sua época ainda não recebia esse nome. Essa é, hoje, uma das preocupações que estão no horizonte do pensamento político, a ponto de o termo pós-verdade ter sido eleito a palavra do ano em 2016 pelo dicionário Oxford. O termo se refere a “uma circunstância na qual fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelo as emoções a crenças pessoais”. O prefixo pós, aqui, indica não a ideia de posterioridade (pós-verdade como o que é posterior à verdade), mas indica uma época na qual um certo conceito se tornou irrelevante ou menos influente (Oxford Dictionary, 2016). Não é para essa direção que aponta Hannah Arendt em “Verdade e Política”?

Referências bibliográficas

Alexander, Jeffrey C. “Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon”. **Sociologia & Antropologia**, v. 8 (3), 2018.

Arendt, Hannah. “A propaganda totalitária”. **Os Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 390-413

_____. “A mentira na política”. **Crisis da República**. São Paulo: Contexto, 1972.



_____. “Verdade e Política”. **Entre o passado e o futuro**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

Bounegru et al. **A field guide to “fake news” and other information disorder**. Public Data Lab: Amsterdam, 2017.

Darnton, Robert. “The true history of *Fake news*”. **The New York Review of Book**, 13 de fevereiro de 2017. Disponível em <<http://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news>>. Acesso em 16/07/2018.

G1. “Facebook exclui páginas de ‘rede de desinformação’; MBL fala em ‘censura’”. **Portal G1**, 25 de julho de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml>>. Acesso em 29/09/2020.

Gomes, Wilson. “Internet e participação política em sociedades democráticas”. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, 2005a.

_____. “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, 2005b.

Merriam-Webster. “The real story of ‘*Fake news*’”. **Merriam-Webster**, 2017. Disponível em <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>>. Acesso em 16/07/2017.

O Globo. “Trump diz que criou expressão ‘*fake news*’ e é desmentido por dicionário”. **O Globo**, 09 de outubro de 2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/trump-diz-que-criou-expressao-fake-news-e-desmentido-por-dicionario-21926348>>. Acesso em 16/07/2018.

_____. “O que pesa contra o ‘Gabinete do Ódio’ no inquérito do STF?” **OGlobo**. 28 de maio de 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/podcast/o-que-pesa-contra-gabinete-do-odio-no-inquerito-do-stf-24449577>>. Acesso em 29/09/2020.

Oxford Dictionary. “Word of the year 2016 is”. **Oxford Dictionary**. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em 23/07/18.

Tandoc et al. “Defining *fake news*: A typology of scholarly definitions”. **Digital Journalism**, 2017.

Wendling, Mike. “Como o termo ‘*fake news*’ virou arma nos dois lados da batalha política mundial”. **BBC**, 27 de janeiro de 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796>>. Acesso em 16/07/2018.



UMA POLÍTICA DE BASE FAMILIAR: A RECONFIGURAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS LOCAIS EM MEIO A CAMPANHAS ELEITORAIS DE 2018 E 2020¹

 Fagner dos Santos Bomfim²

ESTE ARTIGO APRESENTA uma análise sobre as lógicas e os processos de funcionamento, configuração e reconfiguração da política local no interior do estado de Sergipe. Para tal propósito, foram analisadas as dinâmicas de estruturação e reconfiguração dos grupos políticos locais, levando-se em consideração as dissidências e reconciliações decorrentes dos acordos e alianças políticas realizadas na campanha eleitoral para o governo do estado em 2018 e os reflexos dessa para as eleições municipais de 2020.

Contudo, neste estudo, optamos pelo nome fictício de Três Rios para o município, como também para os atores políticos que compõem os grupos locais, mantendo-se apenas as suas filiações partidárias. Essa escolha se dá a fim de manter o anonimato dos atores e a segurança

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no ano de 2019, através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), a qual teve como objetivo central a análise dos recursos sociais, as redes de relações e dominação utilizadas para a construção do cargo de vereador no interior do estado de Sergipe.

² Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Mestre em Sociologia (UFS); Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFS); Membro do Laboratório dos Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: bsfg19@hotmail.com; fasanbom@gmail.com.



deles; contudo, é importante mencionar que o nome do governador e dos candidatos ao governo e senado federal são mantidos, como também as suas filiações partidárias.

Sobre a ótica de uma dinâmica política local estruturada através da composição de grupos alicerçados na valoração consanguínea da parentalidade e das afinidades – na qual o peso de permanência e continuidade de vinculação a um tronco familiar de expressão local é a forma significativa de se obter o recrutamento, a inserção e sucesso na política local – a análise abordada por este artigo questiona-se, então, como esses grupos locais ‘aparentados’ se estruturam e se reconfiguram em meio às influências das dinâmicas das campanhas eleitorais? Ora, tendo-se em vista que são nas campanhas eleitorais que os acordos e alianças subjetivas e partidárias são acionados, ‘cobrados’ e ‘valorados’ como substratos para a manutenção das carreiras políticas e na formatação dos grupos políticos, então, como se potencializa os pesos dos acordos e alianças em detrimentos das relações familiares e de alianças na formação dos grupos políticos locais?

Assim, utilizando-se do conceito de parentela e de ‘política de base familiar’ (Queiroz, 1976; Lewin, 1993) como arcabouço teórico e metodológico, foi possível obter uma compreensão e interpretação sobre a formação dos grupos políticos locais, os quais são formados por atores políticos que utilizam o recurso familiar (aqui são entendidos como os familiares consanguíneos e os familiares por afinidade e apadrinhamentos) como um instrumento valorativo para o sucesso eleitoral e para a sua consagração como líderes políticos locais, bem como na construção, composição e recomposição dos grupos políticos no município.

Nesse sentido, metodologicamente, fizemos uso da sócio-história da carreira política dos três principais líderes políticos no município, além do uso das campanhas e eleições estaduais e municipais nos anos de 2018 e 2020 como pontos empíricos de análise interpretativa, principalmente observando-se os contornos decorrentes do uso efetivo



dos recursos de consanguinidade e afinidade na política municipal e na composição dos seus grupos.

Assim sendo, o presente artigo está dividido em três etapas: primeiramente apresenta uma sócio-história das lideranças históricas do município – provenientes das famílias Pintos, Andrade e Azevedo –, demonstrando como as suas carreiras políticas foram estruturadas e como esses atores na condição de líderes políticos estabeleceram posições significativas na composição dos grupos e no fortalecimento do domínio político de ‘base familiar’ no município; por conseguinte, demonstra como a influência da campanha eleitoral estadual de 2018 influenciou na dinâmica da política municipal, acentuando as rupturas e contribuindo para a recomposição dos grupos locais; e, por fim, evidencia como os resultados dessas eleições influenciaram no rompimento e configuração de ‘novos’ grupos locais, como também oportunizou demonstrar como os atores políticos no município conseguiram manter e preservar o prestígio político da sua herança familiar na recomposição de suas carreiras e no fortalecimento dos seus grupos políticos.

Nesse sentido, analisar o jogo político municipal perpassa tanto por questões específicas da política partidária, a exemplo das campanhas e eleições, como também das suas intercessões na vida comunitária municipal, ou seja, desde a ‘construção’ das lideranças políticas locais, quanto na estruturação e no funcionamento das redes de relações e dominação estabelecidas pelos atores políticos locais e seus prestígios familiares. Assim sendo, tomando a conjuntura nativa e analisando essas campanhas eleitorais tornou-se possível compreender as lógicas de formação dos grupos políticos locais, bem como entender o processo de recrutamento, formação e consagração dos atores políticos em lideranças locais.



A conjuntura nativa da política de base familiar no município de Três Rios

Historicamente, a política do município de Três Rios tem sido fortemente marcada por uma dinâmica de formação de redes de alianças e acordos respaldada numa espécie de ‘domínio de base familiar’ (Lewin, 1993). Afirmar a existência desse domínio perpassa principalmente pelo nexo local em que os grupos políticos no município são construídos e arregimentados tomando como via de estruturação a valoração do peso familiar na política.

Sendo assim, a política local é embasada, principalmente, pelo recurso familiar como condição valorativa eleitoral. Nesse sentido, para se obter um entendimento a respeito da composição dos grupos políticos e da própria dinâmica da política local em Três Rios, é preciso analisar as carreiras políticas de alguns líderes locais, os quais estão inseridos nos três principais troncos familiares da política municipal: os Mesquitas, os Andrades e os Azevedos.

Para compreender esse ‘domínio de base familiar’, que identificamos existir no município de Três Rios, é significativo tomar como ponto de partida o conceito de parentela (Queiroz, 1976; Lewin, 1993), tendo em vista que esse nos permite interpretar as lógicas de estruturação, construção e recrutamentos dos chefes políticos na política local, a qual se dá por meio de uma dinâmica de recomposição dos seus grupos através de um recrutamento dos seus familiares consanguíneos, apadrinhados e afins. Dessa forma, a parentela pode ser estruturada da seguinte maneira: os parentes – que podem ser lineares (pais, filhos, avós e netos), colaterais (tios, sobrinhos e primos), integrados (sogro, genro, cunhado, concunhado e afilhado), e os afins (que compreende os que são somados à família por meio de amizades, da política e aliados). Ou seja, o conceito de parentela é utilizado para apreender o papel central que desempenharam os laços sociais e os sistemas de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição dos grupos dirigentes.



Por parentela se compreende a afiliação organizacional de caráter quase-corporativo, que apresenta em sua estruturação um núcleo de membros aparentados, o qual comporta também membros fundamentais que não são parentes, daí o termo parentela. Ou seja, estabelece-se como princípio básico a inclusão de uma rede de parentes, afilhados e amigos, isto é, tanto parentes sanguíneos como os ‘parentes’ por vínculos de afinidade e/ou por objetivos políticos e de alianças. Envolve-se uma ancestralidade bilateral, sem hierarquia rígida, que considera como parentes aqueles com quem se tem laços sanguíneos, aqueles que ingressaram na família pelo casamento e aqueles cuja entrada se deu pelo apadrinhamento ou adoção (Petrarca, Lima & Bomfim, 2016).

Portanto, tomando a política do município de Três Rios como uma ‘política de base familiar’, conseguimos empreender entendimentos a respeito das lógicas de funcionamento e os processos de construção e reconstrução dos grupos políticos locais, onde a perpetuação do recurso familiar é condicionante significativo para o sucesso eleitoral. Fato esse que fica fortemente demonstrado através da análise das carreiras políticas de três líderes políticos históricos do município, os quais alicerçam até os dias atuais o poderio de três grandes famílias no poder local. São eles: Pedro Mesquita Filho (Pedro Mesquita), Paulo de Andrade (Paulão Andrade) e José de Azevedo (Zé Azevedo).

Pedro Mesquita Filho (1902-1983), ou apenas Pedro Mesquita, é uma das lideranças históricas mais significativas no município de Três Rios, levando-se em consideração o poderio familiar de sua família no município, desde o período açucareiro até os dias atuais. A importância valorativa dada a família Mesquita se dá em virtude da sua condição econômica e pelo fato de seus membros, em virtude dessa condição, se tornarem significativos nomes na política municipal. Filho de Baltazar Góes Mesquita (o Velho Mesquita, antigo senhor de engenho e coronel no município), Pedro Mesquita entrou na política principalmente acionando a sua descendência, e, assim, se tornou um dos políticos de



maior reconhecimento e com maior número de mandatos no executivo municipal, além de ter se tornado deputado estadual quando o seu filho Jânio Alves Mesquita tornou-se prefeito.

O poderio político de Pedro Mesquita no município se demarca principalmente em virtude da presença de seus familiares e descendentes diretos na política local, como é o caso do seu filho, Jânio Alves Mesquita (1935-2002), e do seu neto Alberto Mesquita, que também foi prefeito no município por dois mandatos (1997-2000 / 2001-2004) e que hoje é considerado na política local como um dos principais ‘chefes políticos’ do município. Também se associa ao poderio da família Mesquita no poder municipal a gestão da esposa de Alberto Mesquita, Maria Clara Mesquita, que também se tornou prefeita do município (2013-2016 / 2017-2020) por força do poderio familiar de seu marido.

O poderio político e força de liderança de Pedro Mesquita também se objetivaram através dos apadrinhamentos e recrutamentos dos seus afins, os quais eram recrutados com o objetivo de potencializar o seu domínio e fortalecer as suas redes de relações na política. A exemplo disso, as carreiras políticas de Paulo de Andrade e José de Azevedo, os quais foram inseridos e apadrinhados por Pedro Mesquita a se tornarem políticos no município. Acionados por Pedro Mesquita, eles passaram a construir suas carreiras, primeiro como discípulos diretos dos Mesquitas, assumindo, então, os cargos de vereadores e presidentes da Câmara de Vereadores. Recrutados com o objetivo de facilitar as transações e os acordos de alianças e a continuidade do poderio da família Mesquita no poder executivo municipal, Paulo de Andrade e José de Azevedo passaram a ser os novos nomes ‘apadrinhados’ dos Mesquitas no poder local. Entretanto, é a partir desse recrutamento que temos a formação dos outros dois importantes troncos familiares na política de Três Rios, conforme se pode perceber através do recorte das carreiras políticas dos dois atores políticos supracitados.

Paulo de Andrade (1938-1995), Paulão, foi recrutado para política municipal quando exercia o cargo de motorista de Pedro Mesquita. Inicial-



mente foi eleito para o cargo de vereador, posteriormente o de Presidente da Câmara de Vereadores – cargos esses que o potencializaram como político e o fez conhecer e arregimentar alianças na política local. Ao perceber-se alicerçado e tendo então utilizado o seu cargo para a construção de suas redes de relações e alianças, Paulo Andrade decidiu encabeçar um novo grupo político no município. Grupo esse que era composto pelos vereadores desgostosos da política ditatorial empreendida por Pedro Mesquita no município, além do seu colega e vereador José Azevedo.

A partir dessa dissidência, Paulo de Andrade lançou-se ao cargo de prefeito, enfrentando o seu mentor político Pedro Mesquita. Disputa essa em que saiu vencedor, e, a partir de então, com o efetivo cargo de prefeito municipal, formou um novo grupo político, completamente desprendido da família Mesquita, e se tornou uma das principais personalidades políticas no município de Três Rios. Paulo Andrade teve dois mandatos, o primeiro no período de 1973 a 1976 e outro em 1983-1988 (de seis anos em virtude dos adiamentos e extensões das eleições no período da tutela militar).

O poderio político de Paulo Andrade na política municipal pode ser observado através da valoração representativa e familiar que os municípios destacam as gestões de ‘Paulão’, como carinhosamente o chamam, mas também em virtude da continuidade de seus descendentes diretos na política local. Por exemplo, o seu filho, Paulo Andrade Filho, que se tornou vereador (1993-1996 / 2005-2008), a sua filha Margarida Andrade Santos, que também exerceu o cargo de vereadora (2013-2016), e, atualmente, o seu neto, Bruno de Andrade Matos, o Bruno de ‘Paulão’, que também foi vereador (2017-2020) e disputou a campanha eleitoral de 2020 para o cargo de prefeito no município.

Com semelhante carreira política, José de Azevedo (1930-2018), o popularmente conhecido como Zé Azevedo, entrou também na política municipal apadrinhado por seu líder político, Pedro Mesquita, quando era funcionário público na prefeitura municipal. Também foi recrutado para exercer o cargo de vereador e assumiu o cargo de Presidente da



Câmara de Vereadores, além de disputar o cargo de prefeito da cidade contra o seu antigo mentor político, vencendo e tornando-se prefeito por dois mandatos (1977-1982 e 1989-1992).

Vale ressaltar que durante o período em que o seu colega Paulo de Andrade esteve no cargo de prefeito, José Azevedo assumiu o cargo de Presidente da Câmara, além de se observar que os períodos de mandatos dos dois políticos no executivo municipal compreenderam aproximadamente 20 anos, o que ficou conhecido na política municipal com a era 'Paulão-Zé Azedo'. Assim estava instituía a composição de um novo grupo político local, e a consagração de duas lideranças políticas locais.

Contudo, a carreira política de José de Azevedo continuou fortemente estabelecida no final dos anos 1990, quando decidiu se tornar candidato a vice-prefeito do município por meio de uma chapa encabeçada pelo neto de seu antigo mentor e rival político, Pedro Mesquita. Ao aceitar o convite de Alberto Mesquita, o Zé Azevedo se tornou vice-prefeito por dois mandatos consecutivos (1997-2000 / 2001-2004) e assim aposentou-se da vida pública. Entretanto, deixou na política municipal a sua continuidade através do seu filho Augusto Azevedo que, repetindo os passos de seu pai, tornou-se vereador por três legislaturas e Presidente da Câmara de Vereadores por três biênios (2009-2010 / 2011-2012 e 2016-2017). Nas eleições municipais de 2020, Augusto Azevedo, o Augustinho de Zé Azevedo, disputou o cargo de prefeito contra o neto de Paulo Andrade, Bruno Andrade, sendo que dessa disputa saiu vencedor.

Dessa forma, reconstruir sinteticamente as carreias políticas desses líderes locais 'aparentados' torna-se um importante campo de análise sociológica da política municipal. Visto que nos permite compreender como foram compostos e de que maneira se reconfiguraram os grupos políticos locais, bem como os atores políticos se constroem em líderes locais, os quais, mesmo tendo o recurso familiar como elemento qualitativo para o seu sucesso eleitoral, têm em meio a própria dinâmica da política eletiva os encontros e desencontros provenientes das campanhas e eleições.



É nesse sentido que são apresentadas as configurações da campanha eleitoral de 2018 e como essa repercutiu na composição dos grupos locais e potencializaram os acirramentos e composição de novos grupos políticos no município, principalmente observados a partir da campanha eleitoral de 2020, conforme demonstra os subitens a seguir.

A campanha eleitoral de 2018: dissidências e reconciliações dos grupos políticos locais

A eleição municipal de 2016 foi marcada pela formação de dois grupos políticos. Sendo um composto pelas lideranças políticas dos três principais troncos familiares do município – Mesquitas, Azevedos e Andrades –; e um outro grupo formado principalmente pelos opositores direto desses líderes locais.

O grupo majoritário, representado pelos políticos ‘aparentados’, é liderado pelo chefe político Alberto Mesquita, que objetivava a manutenção da sua dominação política local através da reeleição de sua esposa para o cargo de prefeita, a senhora Maria Clara Mesquita. Esse grupo se fortalecia principalmente pelo poderio valorativos das famílias Azevedo e Andrade que se somavam ao Mesquitas em virtude dos acordos e alianças políticas costuradas. Esse grupo também contava com o maior número de atores políticos locais que contavam com relativos prestígios eleitorais. No outro lado, estava o grupo minoritário, o qual tinha como líder o ex-vereador, Carlos Vieira Céus (o Carlinhos dos Céus), que não representa uma significativa ameaça ao poderio dos Mesquitas na política municipal.

Divididos em chapas partidárias, os grupos estavam assim instituídas: o grupo majoritário intitulado “Três Rios Segue Feliz” (representado por mais duas outras coligações – “Com a força do Povo” e a “Três Rios Forte”), que somava oito partidos políticos: PSD, PEN, PSB, PV, PRP, PDT, PT e MDB; todos pela reeleição de Maria Clara Mesquita para o cargo de prefeita e para vice o ex-vereador Danilo Campos. A outra cha-



pa, do grupo minoritário, foi composta por quatro partidos: PRB, PTB, PTN e SD; intitulada “Todos Por Três Rios”, sendo o candidato a prefeito o ex-vereador Carlos Vieira Céus (Carlinhos dos Céus) e o seu vice o advogado Matheus Souto.

Somava-se ao grupo majoritário o apoio do então governador do estado, Jackson Barreto (MDB), e do seu vice, Belivaldo Chagas (PSD), o que favoreceu significativamente a reeleição da então prefeita Maria Clara Mesquita. Sua vitória foi principalmente creditada tanto através da sua vinculação familiar com o chefe político local, Alberto Mesquita (esposo de Maria Clara Mesquita), como também com o apoio recebido das empresas locais, que também pertencem a um grupo empresarial de forte poder político e aquisitivo no Estado. Assim se formou a composição de um grupo majoritário dentro da política municipal, pois o grupo majoritário passou a liderar o executivo, como também o legislativo municipal, tendo-se em vista que a grande maioria dos vereadores era aliada do executivo municipal.

Contudo, foi com o advento da campanha eleitoral de 2018 e o lançamento das frentes partidárias e políticas para a disputa do executivo estadual, para o Senado federal e os legislativos estadual e federal que o grupo majoritário, liderado por Alberto Mesquita e sua esposa, a prefeita Maria Clara Mesquita, passou a apresentar algumas rupturas, principalmente por parte do quadro de vereadores, em virtude das escolhas dos apoios e das alianças. Isso se deu, pois o líder do grupo majoritário resolveu apoiar os candidatos concorrentes ao então governador do estado Belivaldo Chagas (PSD) e se formou um bloco de apoio ao seu principal opositor, Eduardo Amorim (PSDB).

Assim sendo, e por meio da configuração política estabelecida com a campanha estadual de 2018, os grupos políticos locais passaram a apresentar uma nova configuração, isso principalmente em virtude dos acordos, apoios e alianças políticas que foram sendo desenhados desde a campanha eleitoral de 2016. Isso porque os financiamentos de campanha, os acordos e alianças passaram a ser cobrados e



muitos dos políticos que conseguiram eleger-se em 2016 tinham “seus compromissos” com alguns desses políticos. Ora, então se fazia valer-se o peso dos acordos, mesmo que em detrimento dos rompimentos locais. Assim, funcionando numa espécie de ‘acordo com as bases’, os grupos políticos locais passaram a traçar as novas estratégias e lógicas políticas, como, por exemplo, a definição de quem apoiariam, para quem eles deveriam cumprir os ‘favores recebidos em troca de apoios’, ou seja, quem eles poderiam apoiar para ter sucesso eleitoral na campanha municipal de 2020.

Envolto nessa perspectiva, os grupos políticos passaram a se reconfigurar. Tanto o majoritário quanto o minoritário, que via na disputa eleitoral do Estado uma oportunidade de ascensão político-partidária e legitimação representativa no município. Contudo, em meio a essas reconfigurações, forçadas pelo peso das alianças e escolhas para o futuro sucesso eleitoral, alguns atores políticos decidiram romper com o grupo majoritário e somar aos atores políticos do grupo minoritário. Essa estratégia tinha objetivos claros: sucesso eleitoral representativo e formação de alianças.

Dessa forma, os grupos foram assim configurados: **(i) o grupo 1**, definido como majoritário, liderado pelo executivo municipal e pelo chefe político local, Alberto Mesquita, conta com cinco dos vereadores locais – Remo Silva (PRP), Rômulo Silva (PDT), Bruno Andrade (Bruno de ‘Seu Andrade’) (MDB), Guiminho (PSD) e Josué da Clínica (SD) –, os quais decidiram apoiar majoritariamente a candidatura de Eduardo Amorim (PSDB) para governo e de André Moura (PSC) para o senado; o **(ii) grupo 2**, o grupo minoritário, encabeçado sobre a liderança do ex-deputado estadual Marcos Franco, ganhou corpo com a adesão de outros quatro vereadores – Augusto Azevedo (Augustinho de Zé Azevedo’) (PEN), Virgínia da Associação (PT), Benedito do Povoado Varjão (PSD) e Luiza da Saúde (PTB) –, os quais decidiram apoiar a candidatura de Belivaldo Chagas (PSD) para governador e Jackson Barreto (MDB) junto com Rogério Carvalho (PT) para o senado federal. Além de contar com



o apoio do ex-vereador Carlos Vieira Céus (Carlinhos Céus), que tinha intensificado a sua valoração eleitoral pós-disputa com a então prefeita Maria Clara Mesquita em 2018.

De tal modo, a disputa dos grupos políticos no município de Três Rios ficou dividida entre um duelo de forças – principalmente de privilégios e de valoração político-partidária – os quais eram entendidos e medidos popularmente e entre os políticos como uma espécie de campo de guerra. Tendo-se em vista que, de um lado, estava o **grupo 1**, que tinha o poder executivo e todo o seu poderio familiar ao seu favor; e, no outro lado, o **grupo 2**, que apresentava principalmente a força representativa do ex-governador Jackson Barreto (MDB) e do seu candidato à reeleição, Belivaldo Chagas (PSD), além da sua candidata a vice, Eliane Aquino (PT), que trazia consigo o recurso familiar de seu esposo, o ex-governador Marcelo Déda (PT) e que era significativamente aclamado no município. Soma-se ao grupo minoritário, o poderio representativo do então Presidente da Câmara de Vereadores, Augustinho de ‘Zé Azevedo’. Augustinho decidiu romper com o grupo majoritário em detrimento da obtenção do apoio a sua futura candidatura para prefeito municipal em 2020, formatando assim um novo grupo político no município: o grupo dos dissidentes e rivais da junção Mesquita e Andrade.

A disputa entre os grupos foi sentida durante toda a campanha, principalmente através dos rompimentos, perseguições e até mesmo as típicas desavenças características da política local. Efetivamente, a campanha eleitoral estadual ganhou ares e contornos de campanha municipal, em que as pequenas diferenças entre populares e vereadores foram acentuadas, demonstrando principalmente a força do grupo majoritário em detrimento do grupo minoritário. Fato esse que se pode observar até nas disputas internas nos poderes locais, a exemplo do legislativo, na campanha para a Presidência da Câmara para o biênio de 2019-2020.

Durante a eleição para a Presidência da Câmara, Augustinho de ‘Zé Azevedo’ lançou a sua reeleição para presidente e, em chapa concorrente,



o vereador Remo Silva, líder do executivo na Câmara, também lançou a sua candidatura. Sem efetivos votos para o seu sucesso de reeleição, Augustinho margou a sua derrota, pois nem chegou a lançar a chapa. Remo Silva tornou-se o Presidente da Câmara com o apoio da maioria dos vereadores. Essa derrota demarcava significativamente o poderio das famílias Mesquita e Andrade na política local, pois agora, além do executivo municipal, o legislativo também era liderado por um dos seus representados.

A rivalidade entre os dois grupos se estendeu até o resultado do 1º turno das eleições, quando saiu vitorioso o candidato ao governo apoiado pelo grupo minoritário – Belivaldo Chagas (PSD). Com esse resultado, e principalmente pela derrota geral do candidato opositor – Eduardo Amorim (PSDB) – sobretudo dentro do município, a liderança da gestão municipal ficou um tanto quanto desgastada. Esse fato se observava principalmente nas ruas do município, efetivamente demonstrada através da forma em que a população passou a aderir aos candidatos e aos vereadores do grupo minoritário.

Em meio a essas ‘afetivas’ demonstrações de apoio aos candidatos do grupo minoritário e com o avanço das transações para o 2º turno, todos os vereadores componentes do primeiro bloco juntaram-se, temporariamente, ao grupo minoritário, numa tentativa de reconstruir alianças e possíveis acordos e benesses para suas carreiras políticas. Assim, eles compunham um só grupo, contudo, cheio de reservas e ressalvas, principalmente porque aqui já se desenhavam os possíveis candidatos para a futura eleição municipal de 2020. Vale ressaltar que, timidamente, a liderança do grupo majoritário, em virtude da perda no primeiro turno, também direcionou os seus aliados políticos para a composição de uma frente em prol da reeleição de Belivaldo, embora que não de forma declarada.

Com a vitória no segundo turno do candidato à reeleição, Belivaldo Chagas (PSD), a atuação dos vereadores que desde o início compuseram o grupo minoritário foi amplamente comentada e a política que antes era apenas debatida nas tribunas e nos grupos e agrupamentos políticos



locais se transmutou para além dos gabinetes oficiais e dos acordos “em sete chaves”. Nas ruas as conversas eram inclinadas em um mesmo tom: a formação de uma possível nova liderança política, “[...] agora existe a chance de termos um novo prefeito de dentro da casa, filho da casa, pois com o apoio do governo do estado ele pode ganhar [...]”, “[...] essa derrota demonstra um novo período na política municipal, agora é a vez dos jovens [...]”, “[...] se não conseguiu nem eleger dentro do município o seu candidato a governador e senador, imagina um novo candidato para prefeito[...]”, “[...] mas a vitória aqui foi por causa do chefão, e agora não vai ter mais pros ‘Mesquitas’ não[...]”³.

Contudo, embora a campanha estadual de 2018 tenha despertado na população um “novo” direcionamento para a política municipal, o que essa descortinou foi à contínua reprodução das mesmas lideranças, as quais ora estão abrilhantadas pelos cargos eletivos de destaque, ora estavam ofuscadas em oposição ao brilho de ‘algumas outras lideranças’. O que por certo ficou claro é que o jogo de articulações e alianças que estrutura as lógicas da política local estava demarcado por um único objetivo: a manutenção do poder familiar na política municipal.

Efetivamente os reflexos das reconfigurações dos grupos políticos locais foi percebida ao longo dos anos de 2019 e principalmente nos meses que antecederam a campanha eleitoral municipal de 2020, inclusive potencializando a formação de novos atores políticos como líderes locais.

Pandemia e eleições municipais: as ‘novas’ reconfigurações dos grupos políticos locais

Com o passar dos dias pós-eleição governamental, a política local começou a ganhar normalidade. Pouco ou quase nada se falava

³ Relatos obtidos através de conversas informais com os munícipes logo após o resultado das eleições de 2018.



sobre os últimos acontecimentos provenientes da campanha eleitoral. Quase não se falava sobre as disputas aquecidas e valoradas com as perdas e os ganhos provenientes de cada lado. Por certo, os murmurinhos eram sobre a provável formação de novos nomes para a futura disputa eleitoral de 2020.

Em meio a esses murmurinhos, o grupo que anteriormente se demonstrava tímido começou a construir as suas articulações e alianças político-partidárias, principalmente envaidecido pelo sabor da vitória eleitoral de 2018. Um dos primeiros passos do grupo minoritário – composto pelos vereadores Augustinho de ‘Zé Azevedo’, Luiza da Saúde e Virgínia da Associação e pelo ex-deputado estadual Marcos Franco – foi estabelecer um convite para que o ex-governador Jackson Barreto (MDB) fizesse uma visita diplomática ao município, em que pudesse agradecer os munícipes e políticos locais pelos votos que obteve no município, mesmo não sendo eleito para o cargo de senador. Após essa visita os arranjos políticos e as alianças partidárias começaram a ser construídas, principalmente privilegiando os apoios que foram traçados como prerrogativas para a campanha eleitoral de 2018.

Com a política municipal ‘em estado de pacificação’, o município acabou passando por um forte abalo climático, em julho de 2019, sofrendo com forte enchente que atingiu vários bairros periféricos da cidade. Mesmo não demonstrando ligações diretas com a política, os contornos que esse desastre ambiental ocasionou despertaram nos políticos locais uma oportunidade de redesenharem as suas frentes partidárias e aqueles que estavam ainda negativados por conta da campanha estadual de 2018 lançaram as suas campanhas antecipadamente, como uma espécie de ‘cuidado e atenção com a população municipal’, objetivando sucesso eleitoral.

Em decorrência desse desastre ambiental e fortalecidos pelo desejo de construção de novos grupos políticos locais, ‘novos’ nomes se demonstravam direcionados à corrida eleitoral no município,



como por exemplo o filho do ex-prefeito José Azevedo, o vereador Augustinho de ‘Zé Azevedo’, e o vereador Bruno de ‘Seu Andrade’ tornaram-se os nomes mais comentados no município. Nas ruas da cidade esses nomes tornaram-se os principais pontos de discussão da política local, mas ainda de forma tímida, pois nada ainda era oficial, apenas as especulações comunitárias e dos vereadores presentes nos dois grupos.

Nesse mesmo período, em virtude dos apoios, acordos e alianças, o grupo minoritário obteve uma perda significativa, que foi a ruptura com a vereadora Virgínia da Associação, que deixou o grupo e aliou-se ao grupo majoritário. Convidada pelo então chefe político local, Alberto Mesquita, para voltar a fazer parte do grupo e possivelmente liderar uma campanha eleitoral.

Em meio aos murmurinhos dessa ruptura, o município se preparou para as eleições dos conselheiros tutelares, em 06 de outubro de 2019. A ‘eleição de conselheiros’, como ficou conhecida, deu ao município uma espécie de ‘mostra’ de como estavam se alinhavando as diretrizes e as composições dos grupos políticos locais, pois grande parte dos candidatos dos conselheiros estava sendo apadrinhado por algum vereador e, por consequência, também estava sendo correlacionado à liderança de algum dos grupos. Um fato importante é que essa eleição pôde demonstrar que alguns dos candidatos a conselheiros apadrinhados ‘indiretamente’ pelo executivo municipal não obtiveram sucesso, como também outros conselheiros que estavam vinculados às lideranças do outro grupo. Contudo, a ‘eleição dos conselheiros’ ressoou como uma surpresa, pois os que pensavam já estarem eleitos por conta dos seus apadrinhamentos não obtiveram sucesso, mas, sim, novos conselheiros foram eleitos, positivando dessa forma alguns novos nomes para o legislativo municipal.

Os reflexos por hora ainda ‘silenciosos’ da campanha de 2018 se somaram com a campanha dos conselheiros tutelares e os atores políticos locais começaram a construir os seus grupos políticos. Deu-



se início então a ‘caça’ dos prováveis nomes que poderiam compor o principal cargo do cenário político municipal – o prefeito. Assim, curiosamente, uma grande maioria de nomes passou a ser lançada nas ruas. Eram os nomes de prováveis políticos e possíveis apadrinhamentos que mudavam de hora em hora; a cada semana um novo nome começava a surgir. Mas alguns nomes eram oficializados: Augustinho Azevedo, Bruno de ‘Seu Andrade’, Virgínia da Associação e Luiza da Saúde eram os principais pré-candidatos.

No entanto, com o advento da pandemia de coronavírus, e os primeiros decretos estaduais de março de 2020, a política local começou a ganhar novos contornos, principalmente partidários. Embora pareça estranho pensar que a pandemia pudesse de certa maneira agitar a dinâmica e lógica política municipal, de certa maneira, a pandemia potencializou as discussões, inclusive as filiações e formação dos grupos. Visto que, em meados do mês de março, os pré-candidatos já se direcionavam ativamente para a campanha, que só ocorreria em novembro do corrente ano. Em meio aos índices significativos da Covid-19 (Coronavírus) no estado e no município, um dos possíveis candidatos à disputa eleitoral para a prefeitura municipal faleceu. Carlos Vieira Céus, o Carlinhos dos Céus, que estava sendo cogitado como o possível vice-prefeito na chapa com o vereador Augusto Azevedo, o Augustinho de ‘Zé Azevedo’, faleceu em decorrência das complicações da Covid-19. Esse fato mexeu significativamente com toda a política local, pois agora ficava incerto como seria composto o bloco político liderado pelo Augusto Azevedo.

Assim sendo, a política local, ainda influenciada pela morte de Carlinhos Céus, apresentou efetivamente três pré-candidaturas: a de (i) Bruno de ‘Seu Andrade’ (PDT) candidato a prefeito e ao seu lado, como vice-prefeita, a vereadora Virgínia da Associação (PT); (ii) a de Luiza da Saúde (PL), tendo como vice um famoso médico do município, o Dr. Gonçalo (PL); e a de (iii) Augustinho de ‘Zé Azevedo’ (MDB) para prefeito, que até então não tinha definido o seu novo vice-prefeito.



Tendo-se as efetivas convenções partidárias e fechado os acordos e alianças, a política no município de Três Rios se reconfigurou em dois grupos:

1. O grupo de Bruno de 'Seu Andrade' (PDT) e Virgínia da Associação (PT), coligação intitulada "Um novo tempo começa agora", composta pelos partidos: PDT e PT. Coligação que tinha como liderança principal o chefe político local, Alberto Mesquita e sua esposa, Maria Clara Mesquita, além da grande maioria dos vereadores em reeleição.
2. E o grupo de Augustinho de 'Zé Azevedo' (MDB), tendo como sua vice Luiza da Saúde (PL), na coligação intitulada "Juntos vamos reconstruir Três Rios", composta pelos partidos: MDB, PL, PSB e PSDB. Coligação essa que teve como líder principal o diretor executivo e ex-deputado estadual, Marcos Franco, além do apoio do ex-governador Jackson Barreto (MDB) e do apoio indireto do governador Belivaldo Chagas (PSD), como também de apenas um único vereador em mandato, o Benedito do Povoado Varjão (MDB).

Com a formação desses dois grupos representados através dessas duas chapas para a disputa eleitoral de 2020, a política municipal se resenhou e acirrou-se, pois tinha-se em questão a disputa de um grupo formado pelas famílias Mesquita e Andrade e o outro grupo formado apenas pela família Azevedo. Em meio às divergências entre os grupos que novamente se acentuaram e ganharam novas diretrizes, principalmente em relação aos partidos, vale ressaltar que no município a disputa política sempre foi caracterizada por força da disputa entre lideranças políticas e ou chefes políticos locais, numa espécie de 'gente de quem', mas que nessa eleição apresentava para além desse condicionante o peso das legendas partidárias.

Outro ponto que se validava nessa eleição era o carisma dos candidatos, pois tinha-se de cada lado um dos representantes das



tradicionais famílias políticas do município, as quais ainda traziam consigo o peso representativo e valorativos de seus históricos líderes, tanto Paulo de Andrade, o Paulão, como também o José Azevedo, o Zé Azevedo. Somando-se a interferência de liderança do neto de Pedro Mesquita, o Alberto Mesquita. Ou seja, o município estava dividido entre as principais lideranças históricas locais.

De um lado, Bruno de 'Seu Andrade' (PDT), neto do ex-prefeito Paulo de Andrade, que trazia como recurso eletivo o peso da consanguinidade, além da representação política de seus tios que já tinham sido políticos no município. Como também trazia ao seu lado a vereadora Virgínia da Associação (PT) que na política municipal era identificada como uma das principais atoras políticas de atuação junto aos moradores da área rural do município, além de acionar para a campanha o recurso do gênero feminino como bandeira eleitoral. Soma-se a isso o apoio direto do ex-prefeito e chefe político local, Alberto Mesquita (PDT), neto de Pedro Mesquita e da então prefeita Maria Clara Mesquita (PDT). Nesse desenho político de alianças e acordos entorno da candidatura de Bruno e Virgínia observa-se, quando relacionamos aos princípios estabelecidos pelo conceito de parentela, uma típica configuração de um domínio de base familiar, em que a reconstrução e recomposição dos grupos, afins e consanguíneos são acionadas para a formatação de uma rede de relações e de dominação política.

No outro lado, Augusto Azevedo, o Augustinho de 'Zé Azevedo' (MDB), que como seu pai entrou para a política no cargo de vereador e posteriormente Presidente da Câmara de Vereadores e tinha ao seu favor o peso da consanguinidade e dos acordos e alianças políticas 'costurados' na campanha eleitoral de 2018. Outro ponto que fortaleceu a sua candidatura foi a sua união com Luiza da Saúde (PL), que sempre se identificou no município como oposição direta dos Mesquitas, inclusive em todas as gestões em que os Mesquitas lideraram a política do município.

Esse fato potencializou a campanha de Augustinho de 'Zé Azevedo', pois percebia-se na comunidade local o desejo pela troca das



lideranças políticas atuais, principalmente aos Mesquitas, que estavam comandando a política local há aproximadamente 30 anos. Contudo, vale ressaltar que o Augustinho sempre foi um dos aliados do grupo da família Mesquita, principalmente nas eleições para a reeleição de Maria Clara Mesquita. Seu rompimento foi especialmente ocasionado em virtude da oposição a escolha desse grupo na campanha eleitoral para governo em 2018, contrariando assim os interesses dos Mesquitas.

Analisando-se a construção da formação do grupo liderado por Augustinho, e também relacionando-se com os princípios da política de parentelas, percebemos as fragilidades ocasionadas em virtude da cooptação de alianças de maneira subjetiva, ou seja, as coligações por afinidades – os afins –, tendo-se em vista que mesmo que apesar de servirem de potencializadores de uma diversificação na política, pois permitem a inserção de novos aparentados para a composição de seus grupos, também demonstram a fragilidade dessas cooptações. Ou seja, mesmo que diversifique a formatação dos grupos, também potencializa o surgimento de novas lideranças. É o que aconteceu com os Mesquitas, que recrutaram os Azevedos e Andrades, que depois, por conta dos diversos interesses políticos, tiveram suas relações rompidas

Em meio a esse cenário, em 15 de novembro a disputa eleitoral foi concluída, saindo vencedores Augustinho de ‘Zé Azevedo’ (MDB) e sua vice Luiza da Saúde (PL). A vitória de Augustinho e Luiza foi comemorada de maneira significativa entre os munícipes, principalmente evidenciando a fragilidade dos grupos Mesquita e Andrade.

Por certo, segundo os munícipes, a principal causa potencializadora da vitória do que poderíamos chamar de grupo Azevedo, em detrimento dos grupos Mesquita e Andrade, é a significativa rejeição direta ao líder dos Mesquitas, o ex-prefeito Alberto Mesquita. Pois, demarcava-se uma oposição direta ao seu ‘reinado’ na política municipal.

O que estava em xeque não era efetivamente a construção de ‘novas’ lideranças, pois conforme demonstrou-se ao longo do texto, as alianças e acordos entre as três famílias sempre foram moedas



significativas para as redes de dominações da política local. Mas, sim, a possibilidade de reconstrução de uma política que não estivesse de ‘frente’, ou diretamente vinculada, à família Mesquita, pois a vitória do Augustinho Azedo, que estava rompido com os Mesquitas e os Andrade, poderia potencializar a construção de novos cenários políticos para a política local.

Por certo, mas ainda incerto, tendo-se em vista a dinâmica dos apadrinhamentos e acordos parentais na política local de Três Rios, com a vitória de Augustinho e Luiza da Saúde, alguns quadros do poder local foram recompostos, principalmente quando se observa o legislativo municipal, que apenas elegeu quatro vereadores ligados às famílias Mesquita e Andrade.

Considerações possíveis...

Por ser um objeto completamente ativo e fortemente influenciado pelos acordos e direcionamentos políticos traçados pela subjetividade das alianças construídas pelos atores políticos locais, a construção dos grupos políticos em Três Rios se estrutura e se reconfigura de acordo com a dinâmica dos ‘domínios de base familiar’ estabelecida pelos chefes locais.

No município de Três Rios o aparentar-se pelas famílias de poder é o primordial recurso de inserção, recrutamento e consagração na política local. “- Aqui em Três Rios o sucesso e a fortificação dos grupos se dão pela vinculação a uma das grandes famílias locais, qualquer uma delas! [...]”, ou seja, a construção dos espaços de disputa e a formação dos grupos e atores políticos locais estão diretamente condicionadas aos acessos e permissibilidades dos blocos familiares que lideram a política local, seja Mesquita, Azevedo, seja Andrade. O que importa é fazer parte de um desses troncos familiares.

Ao utilizar a parentela como conceito analítico e tomando as campanhas eleitorais de 2018 e 2020 como objetos empíricos dessa



disputa de líderes e grupos políticos aparentados, podemos perceber que nesse município a possibilidade de ‘novas lideranças’ e, por conseguinte, ‘novos líderes’ está diretamente relacionada com a vinculação direta aos troncos familiares de elites e poder no município, seja qual for. Mesmo que ocasionalmente ocorram rupturas e/ou a recomposição desses grupos, eles, de maneira completamente fluida e sem nenhuma vinculação ideológica, passam a se recompor apenas sendo movidos pela força dos desejos subjetivos de seus atores e das lideranças políticas familiares.

Dessa feita, compreender e interpretar a formação dos grupos políticos locais no município de Três Rios e as dinâmicas ocasionadas na política local em detrimento das campanhas eleitorais apenas endossam as mais variadas discussões que potencializam as situações de permanência e dominação dos mesmos quadros políticos – principalmente atores políticos – na política municipal brasileira, apenas demonstrando como de maneiras variadas as bases locais estão recompondo os seus espaços de poder e dominação.

Referências bibliográficas

Lewin, L. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: RJ, Record, 1993.

Petrarca, F. R.; Lima, A. I. N. Da M.; Bomfim, F. dos S. “Parentela e política na medicina no século XIX em Sergipe”. In: **V Congresso Sergipano de História & V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE** – O Brasil na historiografia de Felisbello Freire: reflexos na pesquisa e no ensino de história. 24 a 27 de outubro de 2016. Aracaju/SE. Disponível em: <http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486560093_ARQUIVO_PARENTELAEPOLITICANAMEDICINANOSECULOXIXEMSERGIPE.pdf>. Acesso em: 27/01/2018.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil”. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.





COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

1

Parte III

**Redes de relações, agrupamentos
e processos políticos**



O PENTECOSTALISMO, PODER E ATUAÇÃO POLÍTICA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

 César Maia¹

 Maíra Bittencourt²

QUANDO OLHAMOS PARA O CONTEXTO sócio-político brasileiro, não é difícil encontrarmos manifestações nas quais o papel de lideranças políticas e religiosas se confunde ocorrendo intersecções entre elas. Exemplo disso tem sido a atuação de membros dos poderes legislativo e executivo pautados por discursos religiosos, bem como a presença de lideranças religiosas, pastores e missionários nas estruturas de poder do Estado.

Muito embora a “confusão” de papéis entre o religioso e o político não seja um tema novo no Brasil, haja vista o nosso período monárquico marcado pelo regime do padroado, e, posteriormente, a república com uma forte conexão com a Igreja Católica, nas últimas décadas essa relação entrou em evidência e tem ganhado cada vez mais publicidade.

Situações como as polêmicas levantadas nos debates sobre gênero e a legalização do aborto, bem como a atuação das lideranças religiosas nos processos eleitorais candidatando-se ou patrocinando candidaturas, são exemplos de situações que demonstram a forte presença dos atores religiosos na cena política.

¹ Doutorando em Sociologia – Universidade da Beira Interior, Portugal, em cotutela na UFS.

² Doutora em comunicação – professora do curso de jornalismo da UFS.



Um elemento que difere o momento atual dos anteriores é a orientação religiosa dos atores, se nos séculos e décadas passadas eles eram predominantemente católicos, atualmente essa predominância alterou-se para uma matriz denominada de pentecostalismo. Esse movimento religioso é recente no Brasil, se comparado com a Igreja Católica, mas tem atuado com muita expertise e foco quando o assunto é a defesa dos seus interesses perante o Estado.

Se olharmos a história do pentecostalismo brasileiro, de pouco mais de 110 anos, perceberemos o quanto essa busca pelo poder político é recente e marca especialmente as últimas três décadas de sua história.

Nesse sentido, este trabalho apresenta o percurso do movimento pentecostal na região Norte do Brasil em seus mais de 110 anos de história, destacando as mudanças de perspectivas que ocorreram nas práticas do movimento, no que tange as relações que ele estabeleceu com as estruturas de poder e a sua intersecção com a política. Faremos uma rápida apresentação do movimento pentecostal e, posteriormente, analisaremos a atuação de lideranças políticas ligadas a ele e de lideranças religiosas com influência política. Buscaremos demonstrar de que forma essas relações se estabelecem, e quais as suas consequências em contextos específicos.

Primeiros passos

Antes de falarmos sobre o início do pentecostalismo em terras brasileiras, falaremos brevemente sobre a ação de alguns protestantes que atuaram como seus predecessores em terras brasileiras. Quanto aos protestantes na Amazônia, os seus primeiros registros datam das primeiras décadas do século XIX, ainda sob o governo monárquico e o padroado, o que gerou conflitos com a hierarquia da Igreja Católica na época. De acordo com Raymundo Maués (2000), as primeiras investidas protestantes na região não resultaram no estabelecimento de novas instituições religiosas, pois teriam se dado a partir da ação de



particulares, num trabalho de propagandear pressupostos religiosos. Nesse sentido, destacaram-se Daniel Parish Kider, no ano de 1839, e Robert Nesbt em 1857, que atuaram distribuindo bíblias e folhetos de evangelização.

Todas as investidas que visaram a inserção protestante numa região religiosamente dominada pelo catolicismo, religião oficial do Estado brasileiro até a Proclamação da República em 1889, foram acompanhadas de reações dos bispos da região. De acordo com Vanda Pantoja (2011), dois bispos diocesanos do estado do Pará atuaram de forma direta nos embates com os protestantes, D. José Afonso de Moraes Torres (1844 a 1859) e D. Antonio de Macedo Costa (1861 a 1890). Esses embates teriam se dado não somente pela similitude temporal dos bispos com os protestantes, mas pela posição que esses ocupavam na Igreja Católica da época, que fazia um movimento de “voltar-se para Roma”, em que buscava fortalecer sua organização interna afastando-se do poder civil. Esse movimento ficou conhecido como questão religiosa, pois assinala a busca por um purismo da fé católica perante as diferentes influências a que estava submetida (Pantoja, 2011).

A chegada dos primeiros protestantes à região amazônica foi marcada pela disputa de poder com a Igreja Católica, o que levou os missionários a adotarem diferentes táticas em seus intentos proselitistas. Em 1860, Richard Holden empreendeu suas ações missionárias com intensa presença na vida social da cidade de Belém/PA, onde escreveu artigos para os jornais locais e travou embates públicos com lideranças católicas locais (Maués, 2000).

Richard Holden foi quem mais se destacou pela publicização da sua missão e embates com o bispo diocesano, pois, para além do trabalho missionário clássico de distribuição de panfletos e bíblias, escrevia para o Jornal do Amazonas e, em seus textos, colocava em questão os preceitos da fé católica e a atuação do bispo D. Macedo. Ao que tudo indica, essa posição de afrontamento rendeu sua saída da cidade de Belém em maio de 1862, mudando-se para o estado da Bahia (Pantoja, 2011).



Após o trabalho desses missionários, começou a ganhar forma a presença de instituições religiosas protestantes na Amazônia. Raymundo Maués (2000) destaca que essas teriam se fixado a partir de 1880, através da instalação da Igreja Metodista, pelo reverendo Justus H. Nelson. Posteriormente instalou-se a Igreja Episcopal, no ano de 1890, a Igreja Presbiteriana em 1894 e a Igreja Batista, fundada por Eurico Alfredo Nelson, em 1897 (Maués, 2000).

Foi nesse terreno, com caminhos já abertos pelas Igrejas protestantes, que em 19 de novembro de 1910 desembarcaram no porto de Belém/PA os suecos Adolph Gunnar Vingren e Daniel Gustav Höberg, que ficou conhecido no Brasil como “Berg”. Os dois pertenciam à Igreja Batista e tiveram a experiência do batismo no Espírito Santo em Chicago, nos EUA, antes de embarcarem para o Brasil (Araujo, 2016).

Quando chegaram a Belém, Vingren e Berg tinham dois objetivos, primeiro, encontrar pessoas com quem pudessem se comunicar, ou seja, que falassem a mesma língua que eles, pois nenhum dos dois dominava o português, e, segundo, ter contato com outros protestantes já instalados na cidade a fim de começarem o trabalho missionário. Uma das primeiras lideranças protestantes com quem tiveram contato foi com Justus H. Nelson, reverendo metodista e que sabia falar inglês (Araujo, 2016). Quando soube que pertenciam à Igreja Batista, Justus os apresentou ao pastor dessa denominação, Jerônimo Teixeira de Souza, com quem alugaram um cômodo para morar durante os primeiros meses (Araujo, 2016).

De acordo com a narrativa de Isael de Araujo (2016), o quarto alugado por Vingren e Berg apresentava condições pouco agradáveis de habitação, era quente, sem janelas e com muitos insetos, mas, mesmo com todo o desconforto, eles “sentiam-se entusiasmados e felizes” (Araujo, 2016, p. 33). Além disso, os dois não possuíam nenhum tipo de financiamento para o trabalho missionário que empreendiam, o que fazia com que tivessem que se dividir entre a atividade religiosa, o estudo da nova língua e o exercício de alguma atividade remunerada. De



acordo com o mesmo autor, Berg conseguiu emprego numa fundição, na qual passava o dia todo trabalhando, enquanto Vingren estudava a nova língua, que ensinava ao amigo quando ele chegava do trabalho, à noite (Araujo, 2016).

Esse período inicial, de poucos recursos e de dificuldades para se estabelecerem na nova terra, marcou a integração dos novos missionários à Igreja Batista, pois tiveram a oportunidade de conviver com os membros e de participar das atividades da comunidade. Algo que foi muito importante para o estabelecimento futuro da nova igreja, que viria a se chamar Assembleia de Deus e se tornaria uma das principais instituições pentecostais do Brasil.

Conforme destaca Elder Monteiro de Araújo (2012), os missionários recém-chegados na comunidade Batista conduziam momentos de orações nos quais pregavam sobre o Espírito Santo, porém, esses se davam no porão da Igreja, pois a pregação dos dois gerava algum estranhamento na comunidade ao ponto de não ser realizada no espaço reservado aos cultos e reuniões comunitárias, fazendo com que ocupassem uma posição marginal entre os membros, não podendo conduzir suas orações no espaço reservado para tal. Demonstra-se, assim, um aspecto importante para entendermos o início do pentecostalismo no Brasil, a ocupação de espaços pouco privilegiados e sem destaque, algo que mais de 100 anos depois teve muitas transformações.

Apesar de ficar claro que Vingren e Berg suscitavam desconfianças na comunidade, permaneceram vinculados a ela por alguns meses, enquanto conquistavam adeptos para as suas reuniões de oração. No entanto, o “batismo no Espírito Santo” de Celina Albuquerque, membra da Igreja Batista, ocorrido em 2 de junho de 1911, teria sido o estopim para a expulsão dos missionários e 13 membros da Igreja no dia 13 do mesmo mês (Araujo, 2016). Tal fato evidencia mais uma característica da maioria dos pentecostais, que permanece até a atualidade de forma cada vez mais acentuada, a tendência à divisão e à formação de novas igrejas.



A saída dos missionários da Igreja Batista teria sido bastante traumática, pois levaram consigo 18 membros da comunidade, algo que desagradou o pastor que passou a denunciar a ação de Vingren e Berg, inclusive através de publicações (Panjota, 2011). A partir daí as reuniões por eles conduzidas passaram a acontecer nas casas dos novos membros daquele protótipo de igreja que se formava, a casa de Celina Albuquerque era o ponto principal dos encontros. Uma sede própria só foi adquirida em 1917 e o registro da Igreja como pessoa jurídica ocorreu em janeiro de 1918 (Panjota, 2011).

De acordo com Pantoja (2011), ainda em 1911 começaram as primeiras viagens de missão, sendo Bragança e Marajó, duas localidades do estado do Pará, os primeiros destinos dos missionários. Em 1914 a missão começou a ser propagada para os estados do nordeste do Brasil e, em 1920, para os estados do Sul, começando pelo Rio de Janeiro.

Mais do que criar uma nova igreja, Vingren e Berg inauguraram um modelo de missão, pois com poucos recursos financeiros e sem reconhecimento social iam chegando em locais de gente humilde e se aproximando das pessoas, a fim de convertê-las. Os relatos apontam uma vida muito simples e o envolvimento profundo com a comunidade, pois os dilemas cotidianos de todo cidadão que frequentava a igreja, como arrumar um emprego e ter meios de sobrevivência, faziam parte das suas preocupações, diferente dos missionários das igrejas protestantes históricas ou dos padres católicos que tinham meios de subsistência garantidos pelas instituições. Isso os colocava em situação de igualdade com aqueles que receberiam a mensagem religiosa, criava empatia e despertava a confiança da população simples nos locais onde instalavam a missão.

Outro elemento que demonstra essa característica do trabalho missionário por eles empreendido é o fato narrado por Pantoja (2011), no qual a autora relata que Vingren, durante o seu trabalho missionário no município de Afuá, morava em uma casa de madeira onde em cima era o seu dormitório e embaixo eram realizadas as reuniões. Ou seja, os



missionários não exigiam conforto, suas residências e igrejas estavam no mesmo nível da maioria da população, características que marcaram o modelo inicial da missão pentecostal no Norte do Brasil.

Diferentes perspectivas pentecostais

Nesse sentido, é importante considerarmos as contribuições de Paul Freston, com sua clássica tese de doutorado publicada em 1993 pela Universidade de Campinas – Unicamp. Nela o autor fala de forma detalhada sobre o que ele chama de “ethos” inicial da Assembleia de Deus, que teria como marcas a “marginalização social” e a “negação à intelectualidade”.

Essas características estariam relacionadas à origem sueca dos dois missionários. Nesse país escandinavo, o luteranismo era a religião oficial no final do século XIX e as demais igrejas eram marginalizadas. Berg e Vingren estavam nessa condição, pois os dois pertenciam à Igreja Batista. Freston (1993) destaca que, de forma análoga ao catolicismo no Brasil, o luteranismo sueco era uma religião tradicional, com muitos adeptos e com poucos praticantes, ou seja, embora muitas pessoas se declarassem luteranas, poucas frequentavam os ritos e viviam a doutrina.

O luteranismo dominante era intelectualmente erudito, o que o afastava das classes excluídas a que pertenciam Berg e Vingren, operários que habitavam a periferia numa Suécia que pouco tinha a ver com o estado que bem-estar social que estabeleceu em meados do século XX. A Suécia do final do século XIX, ao contrário, era desigual e a pobreza era uma realidade para parcela significativa da sua população (Freston, 1993).

Essa realidade de operários e religiosos marginalizados marcou a formação e influenciou de forma significativa a missão empreendida por Berg e Vingren no Brasil, levando-os a optarem por um modelo de ação religiosa totalmente integrado à realidade da maioria da população e incorporando às suas práticas um estilo que dialogava de



forma muito direta com as populações marginalizadas. Nesse sentido, para além do estilo de vida humilde, os missionários tinham como base da sua ação uma matriz intelectual sedimentada na “livre interpretação da bíblia”, negando qualquer tipo de formação acadêmica, toda a hermenêutica deveria se dar a partir das experiências quotidianas e do diálogo pessoal e direto do crente com Deus. Se reestabelece assim um dos pressupostos que foi a base da ruptura de Lutero com a Igreja Católica e das posteriores ficções do protestantismo, a autonomia do fiel para interpretar a bíblia e dialogar com Deus.

Assim, se uma das marcas do luteranismo tradicional sueco era a erudição de suas lideranças, e isso o afastava da população mais humilde, a opção foi por utilizar um modelo totalmente oposto a esse em que qualquer atitude que pudesse sugerir o distanciamento dos excluídos socialmente fosse totalmente refutada. Nesse sentido, cursar graduação, por exemplo, era algo proibido para as lideranças da Assembleia de Deus até meados do século XX e até os dias atuais não é exigida a formação superior, nem mesmo para os que exercem as funções de pastor (Freston, 1993).

É importante trazeremos a contribuição de Ismael Ferreira (2014) que, analisando especificamente a doutrina pentecostal, identifica a forte valorização do porvir, a “parúsia” cristã, aquilo que ocorrerá no futuro. O autor destaca a importância desse aspecto das crenças dos pentecostais, principalmente em sua vertente assembleiana das primeiras décadas, para entendermos as posturas desse grupo perante as realidades social e econômica, bem como os seus comportamentos nos contextos em que estavam inseridos.

Em prol de uma experiência transcendente, que teria como ápice a redenção dos fiéis deste mundo e de tudo o que ele proporciona, o pentecostalismo clássico manteve em seus primórdios um ideal de práticas e comportamentos austeros, embasado em uma doutrina (escatologia) que defendia a efemeridade do mundo diante da volta iminente



de Jesus Cristo. Esta convicção acarretava um sentimento de desvalorização do mundo, estando incluídas aí todas as relações pertinentes a ele. O fiel pentecostal “estava no mundo, mas não era do mundo” e, conseqüentemente, não podia se deixar levar pelos valores deste, já que almejava um lugar cujos valores excediam quaisquer riquezas materiais (Ferreira, 2014, p. 48).

No entanto, este é um modelo muito específico de pentecostalismo que predominou nos primórdios do movimento no Brasil e que ainda se faz presente em alguns grupos específicos, isto é, não permaneceu como modelo hegemônico e foi aos poucos sendo substituído por outras vertentes.

A fim de demonstrarmos claramente as características basilares desse movimento religioso que se instalou no Norte do Brasil, é importante destacarmos a diferenciação cunhada por Freston (1993) entre os modelos norte-americano e sueco de pentecostalismo.

... não somente por causa da disponibilidade de recursos, mas também em função da experiência histórica o princípio de *institution-bulding* entre os americanos foi muito maior. Os pentecostais suecos, por outro lado, em vez da ousadia de conquistadores, tinham uma postura de sofrimento, martírio e marginalização cultural (Freston, 1993, p. 69).

Assim, haveria uma diferença fundamental entre o pentecostalismo da América do Norte e o que efetivamente se instalou na Amazônia, o dos escandinavos. Enquanto o primeiro teria um perfil mais arrojado em relação às finanças, à formação intelectual e à institucionalização, o segundo teria uma postura totalmente reticente a esses aspectos, optando pela pobreza material, pela negação à intelectualidade e pela ausência de modelos institucionalizados na condução doutrinária. Essa diferença marcará profundamente as primeiras décadas do pentecostalismo amazônico.



Essencialmente o que podemos identificar é que tivemos um pentecostalismo amazônico “marginal”, ou seja, as lideranças do movimento estavam preocupadas em viver um cristianismo baseado em princípios como simplicidade na linguagem, livre interpretação da bíblia, vida simples sem conforto ou luxo, com pouco dinheiro e inseridas na realidade das populações. Assim, aspectos que passaram a marcar o movimento posteriormente, como o seu envolvimento no sistema de poder econômico, político e social do Brasil, não faziam parte dessa gênese sueca e foram sendo aquilatados posteriormente, principalmente a partir da década de 1950 e mais acentuadamente 1970, no que Freston (1993) chama de segunda e terceira ondas do pentecostalismo.

Um exemplo dessa transformação pode ser percebido a partir do trecho abaixo.

No Marajó, como nos demais lugares, pertencer a uma denominação pentecostal não é uma questão religiosa apenas, e constitui um lugar de hierarquias sociais que varia de acordo com o prestígio da denominação em questão, assim como daqueles que a frequentam. Portanto, dizer que se pertence a esta ou àquela denominação revela um pouco da classe social a que se pertence ou para a qual se almeja transitar, assim como os gostos referentes a essa classe. Quanto mais tradição a denominação tiver, mais prestígio ela agrega a seu membro. E o contrário também procede (Panjota, 2013, p. 268).

A partir do texto de Vanda Pantoja (2013), fica evidente a relação direta que se estabeleceu entre o pentecostalismo e o poder, pois o pertencimento a uma ou outra denominação pentecostal pode indicar maior ou menor status. Ou seja, a disputa por influência ultrapassa os limites da política e transita no plano das relações quotidianas.



Extrapolando fronteiras

Conforme o trabalho da Assembleia de Deus foi se tornando mais consistente e mais pessoas foram aderindo à proposta religiosa, a AD foi se expandindo para outros territórios. Num primeiro momento a região Nordeste do Brasil e posteriormente para os demais estados da região Norte

Em 1924 a expansão protestante na região, hoje compreendida pelo estado de Rondônia, já era uma preocupação para a Igreja Católica. De acordo com uma carta escrita por D. Joffily à nunciatura, era necessária a criação de novas prelazias na região, a fim de dar atendimento espiritual católico na região e conter a expansão maçom, espírita e protestante (Hugo, 1991). Tal fato demonstra que a inserção dos evangélicos nesse espaço geográfico já era algo preocupante para a hierarquia católica, pelo menos no que tange a concorrência com esses grupos religiosos pela captação de novos adeptos.

Um dos argumentos destacados na referida carta de D. Joffily diz respeito ao baixo número de visitas do clero católico às comunidades da região, que não atingia a frequência de, pelo menos, uma por ano. Ou seja, percebe-se que a presença católica, quando ocorria, se dava muito mais pela expectativa da visita de um membro da hierarquia e pelas práticas religiosas tradicionais, do que pela efetiva frequência aos sacramentos. Tal aspecto pode explicar, em parte, o exponencial crescimento dos adeptos ao pentecostalismo na região.

Um dos poucos trabalhos acadêmicos que aborda a chegada do pentecostalismo nas terras que hoje compreendem o estado de Rondônia foi publicado por Jusué Passos de Melo (2014). Nessa pesquisa o autor destaca que tal processo se deu com o pr. Paul John Aenis. Estadunidense, ele não possuía vínculo institucional, era tido como um pastor independente, porém, a partir da sua atuação foram lançadas as primeiras bases da AD em Porto Velho. A chegada do pastor Paul nas novas terras ocorreu em 1921, porém, a primeira sede da Igreja seria instalada no ano seguinte.



Algumas características dos primeiros passos da AD em Porto Velho, destacadas por Melo (2014), demonstram o caráter periférico dessa chegada. Em termos de estrutura física, a instalação era um dos modelos mais simples para a época, pois a Igreja consistia numa “casa de taipa” que se valia dos materiais mais acessíveis e baratos para ser construída. Essa sede foi instalada na divisa entre o centro, onde residiam as elites da cidade, e o bairro Mocambo, periferia que abrigava as pessoas mais pobres, trabalhadores assalariados e desempregados, lá estavam, também, os bares e as zonas de prostituição. Todos aqueles que não pertenciam ao grupo das pessoas com condições financeiras favoráveis ocupavam essa região periférica em companhia da primeira Igreja pentecostal da cidade.

Outro elemento destacado pelo autor, que indica o espaço do pentecostalismo em sua chegada às novas terras, remete à ambiência política com a qual se deparou. O prefeito da cidade, naquele período, era o padre católico Raymundo Oliveira, portanto, dadas as características sociais dessa região do país, no início do século XX, podemos deduzir que o pastor Paul teve de conter muito o carisma e o ímpeto evangelizador pentecostal, a fim de não ser expulso da cidade.

Assim, totalmente diferente da chegada do catolicismo no interior do Brasil, que foi sempre acompanhado pelo reconhecimento do Estado, os primeiros contatos dos pentecostais assembleianos com as novas terras a serem evangelizadas não se deram da mesma forma. Esses, conforme podemos constatar a partir da literatura, tiveram de buscar nas periferias o apoio e o sufrágio aos seus projetos religiosos numa espécie de negociação com as elites locais, na qual o espaço e a condição que dispunham para transitar era aquele que nenhum dos atores que possuem reconhecimento queriam para si.

Com o passar do tempo, esse movimento que se iniciava na periferia da cidade de Porto Velho foi se expandindo para as demais regiões do estado e atualmente, de acordo com os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, 333.305 pessoas



pertencem ao pentecostalismo, correspondendo a aproximadamente 20% da população do estado.

Conforme foi se dando a expansão numérica, a busca por poder e influência social e política também passou a ocorrer, ao ponto de as lideranças pentecostais atuarem em diferentes movimentos civis e buscarem participação nos processos políticos. Alguns exemplos que apresentaremos abaixo demonstram claramente esse caminho que vem sendo trilhado em busca de poder pelos pentecostais no estado de Rondônia.

No ano de 2017 a cidade de Ariquemes, localizada ao norte do estado, ficou conhecida nacionalmente por uma polêmica envolvendo os evangélicos e os livros didáticos. Na ocasião, após uma reunião do prefeito Thiago Flores e mais 11 vereadores, em que foi analisada petição apresentada por lideranças religiosas, foi tomada a polêmica decisão de arrancar dos livros didáticos as páginas que fizessem menção à “ideologia de gênero”³ (UOL, 2020).

A influência no poder do Estado que esses grupos têm adquirido também merece destaque, pois, atualmente, dos oito deputados federais que o estado possui, quatro se declaram vinculados ao pentecostalismo, sendo eles o Coronel Chrisóstomo (PSL), Expedito neto (PSD), Leo Moraes (PODE) e Lúcio Mosquini (MDB). Entre os senadores, Marcos Rogério (DEM) pertence à Igreja Assembleia de Deus e o próprio governador do estado, Coronel Marcos (sem partido), também possui vínculos com a Assembleia de Deus e em seu mandato tem atuado em defesa das pautas conservadoras.

Um dos eventos que ficou nacionalmente conhecido, envolvendo o governador e sua equipe, se deu no ano de 2019 e consistiu na formação de uma listagem de títulos de livros e autores que não deveriam

³ Essa categoria passou a ser articulada com frequência nos últimos cinco anos por lideranças conservadoras e se constituiu basicamente em uma categoria ampla e acusatória que engloba qualquer manifestação que proponha a igualdade de direitos aos homossexuais, a educação de gênero ou a educação sexual nas escolas.



circular entre as escolas (El País, 2020). De acordo com reportagem do jornal El País, o secretário de educação do estado de Rondônia, Suamy Vivecananda Lacerda Abreu, teria dado ordens para que uma remessa de livros adquiridos pela secretaria, que seriam distribuídos às bibliotecas, fosse recolhida e os livros fossem substituídos por outros, com conteúdo “mais adequado”. Entre esses estariam obras assinadas por Rubem Alves, Mário de Andrade, Machado de Assis, Franz Kafka e Euclides da Cunha, que somariam 43 títulos.

Para além dos políticos citados acima, existem em Rondônia muitos prefeitos e vereadores que são eleitos com uma pauta marcada por elementos religiosos e a partir do vínculo declarado com as igrejas pentecostais. No município de Cacoal que possui 39% de evangélicos, um dos maiores percentuais do estado, a ex-prefeita, Glaucione Rodrigues (MDB), foi eleita para o cargo em 2016 sendo publicamente reconhecida como uma liderança da Assembleia de Deus.

Conclusão

Assim, muitos exemplos demonstram que o crescimento exponencial dos adeptos ao pentecostalismo em Rondônia se converteu no aumento do poder desse grupo religioso, refletindo-se em ações que visam influenciar diferentes âmbitos da vida social como a cultura, a educação e a política.

Um movimento que começou pequeno e sem influência numa Belém do início do século XX passou por profundas transformações, mudando a sua essência.

Com o passar dos anos o *ethos* marginal, pobre, excluído e desprezioso de poder trazido pelos fundadores suecos, Berg e Vingren, foi sendo substituído por outro, o norte-americano, que trazia consigo a busca pela presença e influência nos diferentes espaços da vida social. Nesse sentido, o acúmulo financeiro, a formação acadêmica e a influência política que eram, até então, desprezados por serem



considerados elementos mundanos e que não deveriam interessar aos crentes, se tornaram almeçados e perseguidos como objetivos do “bom cristão” a fim de transformar o mundo.

Nesse processo se insere o estado de Rondônia, que é um típico exemplo dessa transformação, onde o pentecostalismo começa como um movimento periférico e sem espaço na sociedade estabelecida e vai ganhando adeptos e expandindo a sua influência com o passar dos anos. Esse crescimento contingencial deu aos pentecostais a base necessária para buscarem o poder social e político que almejavam, ao passo que atualmente possuem muitos vereadores, prefeitos, deputados e, até mesmo, o governador do estado ligado a eles e suas pautas.

Referências bibliográficas

Araujo, Helder Monteiro de. **Religião e identidades sociais: o pentecostalismo na comunidade de Bom Jesus**, Macapuru (AM). Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

Araujo, Isael de. **História do movimento pentecostal no Brasil: o caminho do pentecostalismo brasileiro até os dias de hoje**. CPAD. Rio de Janeiro, 2016.

El País. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>>. Acesso em: 20/09/2020.

Ferreira, Ismael de Vasconcelos. **Neopentecotalização do pentecostalismo clássico: mudanças nas concepções escatológicas das Assembleias de Deus**. Dissertação. Univesidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

Freston, Paul. **Protestantes e potítica no Brasil: da constituinte ao inpeachment**. Tese. Unicamp, 1993.

Hugo, Vitor. **Desbravadores**. 2ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 1991.

Maués, Raymundo Heraldo. “Cristianismo Amazônicos e Liberdade Religiosa: uma abordagem histórico-antropológica”. **Revista Antropolítica**, Petrópolis, n. 9, p. 77-100, 2. sem. 2000. Disponível em: <www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_09.pdf>. Acesso em 14/06/2020.



Melo, Josué Passos de. “Caldeira em chamas: A igreja pentecostal na formação de Porto Velho - 1922”. **Veredas Amazônicas**. Porto Velho, vol. 3, nº 1, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/1050/1133>>. Acesso em: 11/08/2020.

Pantoja, Vanda. **Santos e Espírito Santo, ou Católicos e Evangélicos na Amazônia Marajoara**. Tese. Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

UOL. RO: **Prefeito vai tirar páginas de livros que falem de ideologia de gênero**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/01/24/prefeito-decide-tirar-paginas-de-livros-que-falem-sobre-ideologia-de-genero.htm>>. Acesso em 10/08/2020.



PROFISSIONAIS DO CANGAÇO: UMA ANÁLISE DA CULTURA PROFISSIONAL NO BANDO DE LAMPIÃO

 Felipe Trindade de Souza¹

ESTE TRABALHO EXAMINA a cultura “profissional” do bando de Lampião, entendendo-a como um conjunto de conhecimentos necessários para o exercício das atividades cangaceiras. O domínio dessa cultura “profissional” permitia ao cangaceiro manter-se no grupo e quiçá ascender a postos na hierarquia. Para que isso ocorresse, a interação, ou o que denominamos de socialização “profissional”, desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento da cultura entre os integrantes do bando. Portanto, ressaltamos que para realização dessas tarefas analisamos um extenso material documental. Buscando compreender as práticas e concepções dos cangaceiros, captando o seu complexo de regras, códigos, atitudes, habilidades e saberes específicos empregados e socializados durante a vida no cangaço.

Destacamos, assim, o papel da interação social no aprendizado da cultura “profissional” do bando. Como revelou o cangaceiro mirim Volta Seca, seus companheiros de bando foram seus “mestres” e “professores” da “escola do cangaço” (Gomes, 1952). Logo, como explica Howard Becker (2009), após o ingresso de um “iniciado” em um grupo

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS. E-mail: piatrindade@hotmail.com



“desviante” ele aprende maneiras de lidar com suas atividades com o mínimo de contratempo. Já que todo problema enfrentado para escapar da imposição de regras já foi enfrentado por outros membros mais experientes. Desse modo, o “desviante” iniciado aprende a evitar problemas e assimilar uma fundamentação que o ajuda a continuar em sua carreira (p. 48-49).

Regulamento

Ao examinar os relatos sobre o bando de Lampião notamos que ele possuía um conjunto de regras que orientava a conduta dos seus integrantes em diversas circunstâncias enfrentadas no cotidiano. Esse regulamento conferia coesão e uma identidade “profissional” aos membros do grupo. E, os cangaceiros neófitos, isto é, os cangaceiros recém-admitidos, tinham contato com as regras assim que ingressavam no bando. Segundo Volta Seca, um dia após entrar no grupo, Lampião já estava tratando de explicar o regulamento a ele. O rei do cangaço foi objetivo e esclareceu que “o regimento é duro” (Gomes, 1958).

Durante a conversa Lampião também explicou a Volta Seca que os cangaceiros eram proibidos de “andar com paisanos”². Visto que, para o rei do cangaço, isso evitava os “paisanos” de “terem gosto” de se relacionar com cangaceiro (Gomes, 1958). Assim, o cangaceiro neófito deveria compreender logo nos primeiros dias após seu ingresso no bando que ele integrava um grupo que possuía atitudes, sentimentos e ações distintas dos considerados “paisanos”.

Entretanto, cangaceiros abriam uma exceção quando precisavam dos “serviços” dos “paisanos”. Isso acontecia, geralmente, quando os cangaceiros estavam numa região desconhecida e decidiam usar os moradores das caatingas como guias. Se os sertanejos se negassem a realizar

² Os cangaceiros denominavam assim todas as pessoas que não estavam no grupo e não eram nem policiais, nem coiteiros.

o “serviço” eram coagidos a ajudar. Por isso, como apontou o testemunho do oficial de volantes Optato Gueiros (1956), não havia no sertão coiteiro na proporção que muitos afirmavam (p. 51). Ao contrário do que alguns estudos apontam, nem todos os homens ajudavam cangaceiros. Conforme repórter Victor Espírito Santo, no “povoado” Queimadas, em Paripiranga, Bahia: “todos os homens do lugar estão sempre aptos a uma resistência. Mantêm em seu poder armas e munição para prevenir-se contra possíveis ataques de Lampeão e seu bando” (Santo, 1932). Em função desse clima beligerante na localidade, Volta Seca contou que o bando quando esteve de passagem pelo lugar forçou dois moradores a serem guias (Gomes, 1958). O “coronel” Antônio Gurgel (2006), sequestrado pelo bando em 1927³, enquanto refém presenciou dois episódios desse tipo. Contou ele que durante a fuga do bando do Rio Grande do Norte um fazendeiro chamado Otacílio Diógenes serviu voluntariamente de guia do grupo. Dias depois, um vaqueiro se recusou a fazer o mesmo, mas “aceitou” conduzir o grupo após sofrer ameaças de morte.

Retornemos a conversa entre Lampeão e Volta Seca. Nela, o rei do cangaço afirmou ainda que exigia respeito dos seus subordinados (Gomes, 1958). E, para obter isso, Lampeão poderia, por vezes, recorrer ao uso da força. Se alguém o desrespeitasse poderia até ser executado, como foi o caso do cangaceiro Antônio Rosas (Gueiros, 1956, p. 223). Ou poderia ainda ser punido de uma forma considerada exemplar, como foi a ocasião em que Volta Seca passou um dia inteiro amarrado a um animal enquanto o restante do grupo descansava no coito (O Pasquim, 1973). O fotógrafo Benjamin Abrahão, que fotografou e conviveu alguns meses com o bando, contou ao oficial Optato Gueiros (1956) que a harmonia, a união e a disciplina no bando eram “invejável” (p. 174). Entretanto, esse testemunho possui um caráter demasiadamente celebrativo, visto

³ Lampeão e seu bando é creditado por Marilourdes Ferraz como o primeiro cangaceiro a se utilizar do sequestro mediante pagamento do resgate no sertão pernambucano. Tendo, inclusive, realizado sequestro de trabalhadores de multinacionais que atuavam no sertão, como Standard Oil Company e Souza e Cruz (apud Mello, 2004, p. 330).



que havia entre os homens discussões e disputas. Antônio Gurgel (2006) contou que presenciou troca de ofensas entre os cangaceiros, embora eles nunca chegassem a luta corporal. Porém, nos combates eram muito unidos e obedeciam “cegamente” ao comando de Lampião (p. 89-90).

Lampião para obter essa harmonia entre os membros do seu grupo instituiu várias prescrições. Uma delas orientava que os cangaceiros respeitassem as companheiras dos outros cangaceiros. O cangaceiro Labareda disse que Lampião não admitia a falta de respeito dos cangaceiros com mulheres de companheiros (Oliveira, 1970, p. 265). Ilda Ribeiro de Souza (1997), a Sila, contou que, poucos dias após sua entrada no cangaço, a cangaceira Neném a chamou para tomar banho numa fonte de água no meio da caatinga. Naquele momento Sila ficou um pouco desconfiada e perguntou: “Vosmicê num tem medo de ser espiada no banho por um desses home, não?”. Neném respondeu: “Ó xente, e eles são doidos? [...] Só se quiserem perder a cabeça. Luís atira no meio dos óio do cabra da peste para gastá uma bala só”. Neném contou a Sila também que a relação entre homens e mulheres no bando era sempre de respeito mútuo (p. 32). Ademais, também se cobrava da mulher o respeito. Dadá, companheira do célebre chefe de subgrupo de Lampião, Corisco, confessou que a primeira coisa que a cangaceira deveria aprender ao entrar no bando era o respeito ao marido⁴.

Porém, houve episódios de traição que transgrediram a determinação de Lampião. Só para citarmos dois exemplos: Lili traiu Moita Brava com o jovem Pó Corante e Lídia traiu Zé Baiano com o também jovem Bem-te-vi. Nos dois casos as cangaceiras foram punidas com a morte. Enquanto isso, nada foi feito com os cangaceiros amantes. Isso porque os homens do bando exigiam fidelidade e submissão das mulheres (Negreiros, 2018)⁵.

⁴ Depoimento presente no documentário “Feminino no cangaço”.

⁵ Dos homens não se esperava fidelidade. Como confessou Labareda, cangaceiros frequentavam zonas quando não estavam com as companheiras (Lima, 1965, p. 234).



Lampião se preocupava também com a harmonia entre os cangaceiros e determinados atores extra-grupo. Determinava que os cangaceiros respeitassem as mulheres – filhas, esposas e agregadas – dos seus amigos e, também, os padres. Ao estabelecer essa determinação Lampião buscava não indispor seus amigos. Entendia que era necessário manter boas relações com quem ele dependia. E, afinal de contas, era melhor ter um coiteiro amigo do que alguém que só o servia por medo. Como afirmou o memorialista Luiz Luna (1963), muitas vezes o bando sangrou e fuzilou inimigos dos seus amigos. Bastava apenas que esse amigo solicitasse uma surra ou o assassinato do infeliz (p. 62). Nesse sentido, como bem notou Amaury de Souza (1973), o cangaço se organizava de acordo com a ordem patriarcal, protegendo e consolidando sua própria clientela (p. 99).

Por essa razão, o cangaceiro que transgredia a norma de Lampião e desrespeitava as mulheres dos seus amigos era sentenciado à morte. Segundo Labareda, após uma festa de São João em uma fazenda da Bahia, ele encontrou-se com um homem que o informou chorando que a filha de “Juão Cabrêro”, um protetor do bando, fora estuprada pelo cangaceiro Sabiá. Prontamente, Labareda montou no cavalo e foi atrás do deflorador. Ao encontra-se com Sabiá, Labareda inquiriu o rapaz, mas nem aguardou a chegada de Lampião para ordenar a sentença, resolveu ele mesmo executar o estuprador⁶ (Lima, 1965).

Labareda revelou que o bando respeitava “as igreja i us pade” (Lima, 1965, p. 227). Ao ponto de Lampião ter tanta admiração pelo padre Cícero que decidiu não atacar o Ceará. Para Volta Seca, foi o próprio religioso quem pediu para não “tocar” no estado (Gomes, 1958). Segundo

⁶ Entretanto, o próprio Labareda confessa que o ato não era reprimido quando realizado em mulheres que não eram companheiras, filhas ou agregadas de amigos do bando. Um desses casos ocorreu no final de 1929 quando Lampião ficou indignado ao saber que um senhor de 80 anos estava casado com uma mulher bem mais nova. Resolveu dar uma surra no homem e depois praticar um estupro coletivo na jovem (Lima, 1965).



o cangaceiro mirim, isso fazia com que a polícia não os perseguisse⁷, pois ali “estava em casa” (Jornal do Brasil, 1962). Conforme a reportagem de Victor do Espírito Santo, publicada em 5 de março de 1932 na revista *O Cruzeiro*, o rei do cangaço poupava as igrejas dos saques, doava dinheiro aos vigários para os templos e para o batismo de crianças. A mesma reportagem informa que Lampião gozava de simpatia e colaboração entre os religiosos nordestinos. O padre Matto Grosso, de Uauá, por exemplo, chegou a afirmar em um sermão que “o bandido [era] um enviado de Deus, em missão divina!”.

Outra determinação presente no depoimento de vários cangaceiros era a proibição do ingresso de “ladrões” no bando. Volta Seca contou que Lampião não gostava de “ladrão” (O Pasquim, 1973). Zabelê, por sua vez, complementa que: “o capitão num queria quarqué um no bando” (Oliveira, 1970, p. 116). E Jararaca evidenciou em curto diálogo com o “coronel” Sabóia, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, que cangaceiro não roubava, mas “tomava pelas armas”. Jararaca, assim, até aceitava ser chamado de assassino, mas não de “ladrão” (Macedo, 1975, p. 148). Embora pareça contraditório, para os cangaceiros do bando fazia total sentido essa postura, já que eles não queriam ser confundidos com “ladrões”. E isso fica evidente ao tomarmos conhecimento de algumas falas de cangaceiros. Volta Seca defende que Lampião era “um pioneiro das lutas contra as injustiças dos poderosos, um caboclo que dava esmolas aos pobres e distribuía entre eles as mercadorias que roubava dos grandes comerciantes” (Lourenço, 1995). O “paisano” Antônio Gurgel (2006), enquanto refém do bando, percebeu que os cangaceiros gostavam de quem os inocentava e atribuía aquela condição de vida “às injustiças que o governo comete para com os pobres” (p. 37).

Com isso, percebemos que o processo de imersão em uma cultura “profissional” implicava uma conversão identitária (Dubar, 2012, p.

⁷ Na verdade, Lampião era protegido por poderosos chefes políticos do estado que consequentemente atrapalhavam o trabalho da polícia.



357), isto é, a entrada em um grupo “desviante” leva os indivíduos a racionalizarem suas posições, desenvolvendo justificativas históricas, legais e psicológicas para legitimar a atividade “desviante”. Construindo uma “filosofia operacional” ou uma “ideologia auto justificadora” (Becker, 2009, p. 48). Os crimes de pistolagem, por exemplo, são justificados pelos seus executores a partir da construção de uma imagem negativa das vítimas. Com isso, os crimes saem da lógica comercial da pistolagem para se inserirem no contexto moral (Barreira, 1998, p. 29-30).

Além disso, como pondera Fernanda Petrarca (2015), o prestígio social de um ofício afeta a forma como os atores sociais falam sobre suas atividades (p. 164-165). Os cangaceiros recorriam ao que Mello (2004) denomina de escudo ético. Segundo ele, o recurso baseava-se no fato de que a vingança era entendida como uma forma de justiça legítima na sociedade sertaneja. Por isso, cangaceiros não queriam ser confundidos com ladrões. Assim, justificavam sua presença no cangaço afirmando que estavam ali para realizar uma vingança, mesmo que sua biografia fosse incompatível com o discurso do escudo ético.

Retornemos a discutir o regulamento do bando. Durante as perseguições os cangaceiros eram proibidos de largar os companheiros baleados. Segundo o testemunho do oficial de volante João Bezerra (1940), alguns grupos de cangaceiros para se verem livres da perseguição das volantes deixavam o companheiro para ser preso ou executado. Entretanto, essa prática era proibida e não ocorria nos grupos de Lampião. Quando alguém era baleado, “embrulhava” o ferido em uma coberta de chita e quando ela estava bastante ensopada de sangue, o grupo dividia-se em dois; para um lado seguiam os cangaceiros com o baleado, para outro marchava alguém com a coberta ensanguentada. Sua missão era despistar o paradeiro do ferido, sempre deixando sinais de sangue por onde passava, de preferência em terreno acidentado para facilitar sua fuga (p. 31).

Outra ordem imposta era que os cangaceiros fizessem uso racional de munição e conseqüentemente não gastassem ela atoa. Visto



que não era fácil achar fornecedores do suprimento. Um dos grandes coiteiros de Lampião no Ceará, Antônio da Piçarra, contou que certa vez o rei do cangaço confessou que estava tendo sérios problemas com munição. Tinha homens que possuíam apenas dez munições. Por isso, Zabelê conta que quando algum companheiro era abatido eles eram orientados a retirar a arma e os arreios do morto (Oliveira, 1970). Além disso, provavelmente, para evitar o desperdício de munição, Lampião cobrava dos seus grupos o dobro do valor que comprava o produto. O oficial Optato Gueiros (1956) conta que “Lampião comprava munições a r\$ 5000 a bala e redistribuía a seus homens a r\$ 10000” (p. 158).

No bando de Lampião havia também um conjunto variado de normas que orientava práticas cotidianas. Uma delas estabelecia que o bando só podia acampar em local previamente estudado. De modo que dever-se-ia conferir o seu entorno e avaliar a possibilidade de resistência ou fuga em caso de ataque das forças policiais (Oliveira, 1970, p. 110).

Quando acampados, os cangaceiros deveriam evitar o barulho. Certa vez, Lampião interrompeu um diálogo entre sua companheira, Maria de Déa⁸, e Sila, companheira de Zé Sereno, porque Maria estaria rindo muito alto. Reprendeu ela e alertou que: “cada pranta dessa caatinga pode ter ouvido” (Souza, 1997, p. 52). Porém, segundo Benjamin Abrahão, quando Lampião tinha certeza de que o lugar era seguro, o rei do cangaço tocava sanfona (Gueiros, 1956, p. 175). Nesses momentos, organizava-se até bailes nas caatingas (Júnior, 1950).

Cangaceiros deveriam evitar andar nas estradas para não serem surpreendidos pelas volantes. Só fazendo quando se queria andar com rapidez para alcançar um determinado lugar (Gueiros, 1956, p. 52). A determinação tinha um caráter de prudência. Haja vista que a maior parte das estradas do Nordeste tinha péssimas condições. Na Bahia, as chamadas estradas de rodagem eram tão ruins que o repórter da revista

⁸ Esse era o nome pelo qual a companheira de Lampião era conhecida no bando. Era chamada também pelo cognome Maria do capitão. Só passou a ser chamada de Maria Bonita após sua morte, em 1938.



O Cruzeiro, Victor Espírito Santo, as comparou a uma montanha-russa. Acidentes com automóveis eram comuns, como também era vê-los quebrados ao longo da estrada. Para termos uma ideia, uma viagem de pouco mais de 70 quilômetros, entre Paripiranga e a atual Cícero Dantas, que duraria pouco mais de duas horas em estradas regulares, foi realizada em 18 horas e 45 minutos (Santo, 1932).

Além da proibição do trânsito nas estradas, cangaceiros eram orientados a evitar uma série de coisas. Não podiam tomar banho agrupados por conta de um eventual ataque das volantes. O que impediria, assim, que ocorresse uma chacina. Quando pediam aos coiteiros para fazerem compras para eles orientavam para que não fizessem com assiduidade e em grandes quantidades para que não despertasse a atenção das pessoas. Evitavam também carregar dinheiro de níquel devido ao peso (Oliveira, 1970). Por isso, provavelmente para se livrar do excesso de peso, davam esmolas e conseqüentemente melhoravam sua imagem perante os *outsiders* do bando.

Por fim, vale assinalar que até mesmo as cangaceiras tinham que cumprir algumas normas. Uma das mais duras relacionava-se aos períodos em que elas estavam próximas a dar à luz. Lampião costumava afirmar “que maternidade ambulante não dava geito no sertão”. Por isso, quando as cangaceiras estavam nos meses finais de gestação, elas tinham que ir para a casa dos seus pais ou de algum amigo do grupo. Após o nascimento da criança, voltavam para o bando, mas deveriam entregar os bebês para amigos do bando ou a membros da própria família para criarem (Júnior, 1950); apesar de que dar o recém-nascido ao último grupo era algo raro. Sila, que foi mãe no cangaço, justifica que faziam aquilo porque não havia outra solução, era impossível criar uma criança naquela vida (Souza, 1997, p. 81).

Embora justifique a ação, a cangaceira revela que era muito difícil e triste para uma mãe fazer aquilo. Considerava a maior tristeza que uma cangaceira poderia passar. Entregar o filho a uma pessoa estranha, com pouca ou nenhuma possibilidade de revê-lo algum dia. Além disso,



geralmente, o recém-nascido não ficava com uma família conhecida por causa das perseguições que as volantes impunham. O que colocava em risco a vida da família e da própria criança (Souza, 1997, p. 81-82). A única filha de Lampião e Maria de Deá, Expedita, após o seu nascimento foi entregue a amigos do rei do cangaço. Segundo ela, na sua infância mudava-se constantemente de lugar porque seu pai temia alguma vingança (Correio da Manhã, 1969).

Instruções de combate, técnicas de obtenção de água e o estado de permanente alerta dos cangaceiros

Ao longo da carreira os cangaceiros aprendiam uma série de ensinamentos relativos à luta contra as volantes e maneiras de se obter água no meio hostil da caatinga. Aqueles que não eram familiarizados com as armas deveriam ter seu primeiro contato e recebiam treinamento dos mais experientes. Os cangaceiros neófitos que sabiam atirar deveriam aprender códigos de comunicação, modos de luta e de comportamento em campo de batalha. Aliado a essas instruções “militares”, os cangaceiros aprendiam que no bando de Lampião se exercia o ofício de cangaceiro 24 horas por dia. Desse modo, todos integrantes tinham que se manter vigilantes em todos os momentos do cotidiano.

Mulheres e crianças recém-chegadas ao bando usualmente não sabiam manusear armas. Embora não se exigissem que esses dois componentes guerreassem contra as volantes, era recomendado que se entregassem armas em caso de urgência. Sila contou que quando lhe deram um fuzil⁹ ela não tinha noção nem de como segurá-lo, mas

⁹ No início dos anos 1920, o bando de Lampião usava um rifle popular no sertão nordestino, o “papo-amarelo”, cruzetta 44, Winchesterers. Havia homens que usavam “parabelum” e pistolas Comblain. Após a ida a Juazeiro no Ceará, em 1926, todo o armamento do bando foi atualizado. Passaram, então, a usar um fuzil de uso exclusivo do Exército Brasileiro, o mauser, modelo 1908. Isso foi um grande avanço, pois nenhum dos bandos de cangaceiros anteriores ao de Lampião usava fuzil, todos atiravam com rifles e bacamartes (Oliveira, 1970, p. 111).

seu companheiro Zé Sereno prometeu que lhe daria as primeiras aulas assim que chegassem ao coito (Souza, 1997, p. 31). Volta Seca afirmou que Lampião lhe deu uma verdadeira aula de como se manejava um fuzil. Ficou dando vários tiros e em seguida pediu que o menino repetisse os exercícios (Gomes, 1958). Nesse primeiro treino Lampião pediu que o menino atirasse num alvo que estava a uma distância de mais ou menos dez metros. À medida que Volta Seca acertava, o alvo era distanciado. Quando já estava atirando bem, Lampião passava a movimentar o alvo de lado para o outro com uma linha de carretel. Se o cangaceiro acertasse, a dinâmica era a mesma, passava-se a distanciar o alvo, mas continuava movimentando-o (O Pasquim, 1973).

Quando o bando de Lampião estava em coitos tranquilos tratava-se de treinar os iniciados. Nessas ocasiões Lampião costumava ensinar como os cangaceiros deveriam atirar durante os combates. Instruía-os que atirassem de joelhos, com o tronco de lado, nunca deitado¹⁰ ou com o peito para frente do adversário. À medida que os iniciados realizavam os exercícios de treinamento, testava quem tinha desenvoltura e habilidade para fazer as posições táticas de vanguarda e retaguarda (O Pasquim, 1973). Socialização “profissional” semelhante à dos cangaceiros ocorria entre os ladrões “profissionais” do estudo de Sutherland (1937). Segundo ele, para que os iniciados desenvolvessem habilidades, códigos, atitudes e conexões era essencial que os “neófitos” fossem “tutelados” pelos mais experientes do grupo (p. 8).

Portanto, durante os treinos os cangaceiros neófitos entravam em contato com o modo de guerrear cangaceiro. Caracterizado principalmente pela movimentação constante e pelos ataques de emboscadas. A movimentação dos cangaceiros objetivava confundir o adversário, sempre buscando tirar a melhor posição no campo

¹⁰ Luiz Eduardo Pericás (2010) afirma que Lampião recomendava seus asseclas a atirar deitados, com a barriga no chão, para garantir a segurança (p. 83).



de batalha¹¹ (Souza, 1997, p. 36). Lampião gostava de atacar seus perseguidores pela retaguarda. E, para isso, ordenava que o bando aumentasse a velocidade e andasse em círculo para surpreender o adversário pelas costas. Se o bando fosse atacado de surpresa, a orientação era que os cangaceiros atirassem apenas em uma direção para que um determinado ponto fosse dizimado e oferecesse uma brecha para que a fuga ocorresse (Gomes, 1958).

Como percebeu o perseguidor do bando, Optato Gueiros (1956), raramente os cangaceiros trocavam tiros em campo aberto, só o faziam entrincheirados (p. 50). Por conta disso, como revela Labareda, o bando preferia lutar em terreno que conhecia, pois assim teriam vantagem (Lima, 1970, p. 255). Os cangaceiros davam preferência aos ataques em emboscadas e o enfrentamento contra o inimigo só acontecia quando tinham certeza de que a vantagem na luta era certa. Quando eram atacados de surpresa por numerosos oponentes só revidavam ou sustentavam o tiroteio até planejarem a fuga (Santo, 1932). Durante um eventual ataque surpresa do inimigo, se houvesse possibilidade, o bando optava pela fuga sem enfrentamento, mesmo que alguns objetos fossem deixados para trás. No dia 24 de dezembro de 1932, o Diário Carioca noticiava que o bando de Corisco fora atacado pela volante do tenente Campos Menezes na Bahia. Na ocasião, o grupo que contava com seis homens e duas mulheres não ofereceu resistência e na fuga “deixou mantimentos de boca, apetrechos de combate e 135 cartuchos”.

Essas ações não eram irrefletidas, fica claro no depoimento dos cangaceiros que eram saberes socialmente construídos. Igualmente, Sutherland (1937) percebeu que os “batedores de carteira” tinham reações similares ao encontrar vítimas em potencial. Reações

¹¹ Uma matéria da revista O Cruzeiro, de 5 de março de 1932, afirma que frequentemente os combates se davam na mata fechada, o que impedia os homens de se avistarem. Por conta disso, costumeiramente os dois lados trocavam insultos e imitavam os animais, uns latindo e outros relinchando.



comuns que ocorriam porque eles possuíam o mesmo *background* de experiências e pontos de atenção (p. 202).

Dessa maneira, os cangaceiros ao evitarem propositalmente um confronto demonstravam que a prudência era algo essencial naquele ofício. Agir com cautela evitava baixas desnecessárias no bando. O rastejador¹² Miguel Francelino revelou a Optato Gueiros (1956) que durante uma conversa com Lampião perguntou a razão pela qual o cangaceiro nunca havia lutado contra a Coluna Prestes; o rei do cangaço respondeu-lhe: “Ah menino! [...] isso aqui é “meio de vida”¹³. Se eu fôsse atirar em todos os “macacos” que eu vejo, já teria desaparecido” (p. 110).

Para dominar os métodos do guerrear cangaceiro era fundamental que os integrantes do bando dominassem os códigos de comando usados nas lutas. Ao longo dos anos os cangaceiros desenvolveram uma série de técnicas. Um simples olhar, um disparo de fuzil para o alto, um apito, um barulho de chocalho e/ou relincho serviam para a retirada. Após o comando, os cangaceiros deviam recuar vagarosamente até desaparecerem na vastidão das caatingas (Oliveira, 1970, p. 114). Com a entrada de Jurema no bando os comandos passaram a ser realizados por clarim. Jurema havia sido corneteiro da volante de Optato Gueiros e desempenhava bem essa função. No princípio, durante os combates houve muita confusão entre cangaceiros e soldados da polícia. Quem não aprovava a novidade era Luís Pedro, pois acreditava que acordar ao toque de alvorada era sinal de mau presságio, algo que dava azar. Lampião, porém, achava engraçado e continuou usando os comandos através do instrumento até a morte de Jurema (Luna, 1963, p. 55). Por um certo período o bando usou também o cincerro, um chocalho utilizado na criação de bodes. O seu ruído era usado como um código para

¹² O rastejador era um indivíduo que trabalhava nas forças volantes buscando rastros e vestígios deixados por algum grupo de cangaceiros. Embora, havia também os que trabalhavam para os cangaceiros e buscavam esconder os rastros. Mais à frente vamos descrever como esse trabalho ocorria.

¹³ Grifo nosso.



retirada. Mas também poderia ser usado para outros objetivos. Certa vez o bando usou o barulho produzido pelo objeto para confundir a tropa do tenente Arsenio, que achou que o som provinha de um rebanho de bodes. Os soldados só perceberam a aproximação do bando quando os cangaceiros abriram fogo contra eles (Santo, 1932). Além disso, o chocalho também era usado para juntar os cangaceiros que estavam espalhados no campo de batalha (Gueiros, 1956, p. 106).

Os asseclas de Lampião aprendiam que era primordial eliminar algumas formas de comunicação no sertão nordestino para dificultar a repressão policial. Em vista disso, a estratégia de guerra cangaceira implicava em cortar as linhas de telégrafos em cidades e impedir a construção de ferrovias no sertão. Labareda relata que logo após a invasão do município de Queimadas, na Bahia, o bando se dirigiu a estação de telégrafo para cortar os fios, impedindo qualquer pedido de socorro (Lima, 1965, p. 225). O mesmo motivo estimulava as ações do bando contra a construção de estradas de ferro no sertão. Na Transnordestina os cangaceiros assassinaram seis trabalhadores e mandaram uma intimação ao engenheiro, ordenando que as obras fossem paradas imediatamente. Como a ordem não foi obedecida, repetiram a matança por três vezes até que as atividades foram suspensas (Gueiros, 1956, p. 149). Um conjunto de técnicas semelhante a esses recursos dos cangaceiros é encontrado nas prostitutas de rua. Segundo Stéphanie Pryn, uma das habilidades desenvolvidas por elas são as “estratégias de evitamento”, que consistiam em reconhecer clientes potencialmente violentos para que pudessem ser evitados (1999 apud Petrarca, 2015, p. 164).

Além dos ensinamentos relativos às táticas de combate, os cangaceiros ao longo de sua carreira aprendiam técnicas para obtenção de água. Dominar esse conjunto de procedimentos era fundamental para sobreviver e resistir durante as correrias naquele meio hostil da caatinga. A vida no cangaço exigia extrema mobilidade, pois estavam sempre fugindo das volantes. Por essa razão, os cangaceiros



sempre sofreram com a falta de água. Eles recorriam até a cachaça ou a roer rapaduras para disfarçar a sede, mas essas alternativas não funcionavam por muito tempo. Assim, durante as andanças buscava-se caminhar próximo aos “caldeirões” para que pudessem consumir e reabastecer a água dos cantis e cabaças (Gomes, 1958).

Porém, muitas vezes, os cangaceiros sedentos encontravam apenas uma água suja nos açudes e caldeirões. Sila expôs que mesmo imprópria para consumo, eles recolhiam e coavam a “água barrenta e cheia de cisco” (Souza, 1997, p. 95). Em períodos de secas extremas nem isso poderiam encontrar. Então, recorriam a um processo de retirada de água do gravatá e/ou da “batata do umbu”. Para se obter água da primeira planta – que era bem comum no sertão nordestino – bastava arrancá-la do chão e beber a água que ficava entre suas folhas. Essa cactácea servia de recipiente para as águas do sereno noturno e das raríssimas chuvas do sertão. Já a retirada da água da árvore do umbuzeiro, porém, era mais difícil e elaborada. Para se tirar o líquido era preciso atear fogo na árvore para que o calor gerado pela fogueira fizesse com que uma seiva aquosa se dirigisse até a raiz da planta, conhecida entre os sertanejos como “batata do umbuzeiro”. Depois disso, desenterravam a raiz, que geralmente era do tamanho de uma abóbora grande, ralavam a “batata” cuidadosamente e colocavam a sua polpa num pedaço de pano. Em seguida, espremiam a polpa para conseguir vários litros de água. Seu sabor não era da melhor qualidade, assemelha-se a “água das cacimbas”, mas era útil para matar a sede (Bezerra, 1940, p. 97; Souza, 1997, p. 85).

Ademais, a vida de correrias do bando implicava em um permanente estado de alerta entre os seus membros. Adquiriam, assim, um senso de extrema cautela em seu cotidiano. Com isso, costumavam não revelar o destino de suas andanças a “paisanos” e despistavam os rastros que deixavam delas nas caatingas. Como percebeu o memorialista Luiz Luna (1963), cangaceiro tinha que ser prevenido e desconfiado (p. 118). Sila expôs que testemunhou Lampião usar diversos tipos de estratégias para despistar a presença ou passagem do bando por algum lugar.



Usualmente, utilizava o que ela denomina de “despistamento verbal”, que consistia em mentir para as pessoas que perguntavam o rumo que o bando iria tomar nas caatingas (Souza, 1997, p. 51). Logo, se o bando fosse se dirigir a localidade X, afirmava que iria para Y. Labareda reforça que o mesmo cuidado acontecia com coiteiros de confiança. Se fossem montar um acampamento demorado em um determinado lugar, por exemplo, não informavam a eles (Lima, 1965, p. 263).

Durante as caminhadas pelas caatingas o grupo também procurava apagar os vestígios que deixava ao longo do caminho. Isso se justificava em razão do trabalho dos rastejadores nas tropas volantes. O rastejador era um indivíduo que conseguia enxergar indícios da passagem humana e animal por um determinado local. Onde as pessoas comuns nada viam, ele notava passadas e sabia o número de pessoas que por ali transitavam. Para Frederico Pernambucano de Mello (2004), a arte de rastejar no mato os vestígios de qualquer natureza da passagem do inimigo era lição que os colonizadores luso-brasileiros aprenderam com os nativos. Quase três séculos depois esse rastejador estava presente nas campanhas de repressão ao “cangaceirismo” (p. 90-91).

Alguns rastejadores sabiam distinguir os rastros deixado por Lampião de outros cangaceiros. Segundo eles, isso só era possível porque o rei do cangaço possuía um “mal curado” no calcanhar esquerdo que fazia com que ele pisasse de maneira diferente dos demais membros do bando (Santo, 1932). Segundo o oficial João Bezerra (1940), os rastejadores conseguiam distinguir até os rastros de uma tropa policial e a dos “bandoleiros”. Haja vista que a tropa pisava com todo solado do pé no chão, já os “bandidos” pisavam com a ponta dos pés, ou com os calcanhares, ou ainda usavam o pisar de lado (p. 29).

Para dificultar ou impedir o trabalho dos rastejadores os cangaceiros elaboravam uma série de artimanhas. Uma delas baseava-se em deixar alguém para trás com um galho de árvore para desmanchar os rastros a medida em que o bando andava, inclusive, recolocando pedras que foram deslocadas de lugar (Souza, 1997, p.



29). Todavia, Optato Gueiros (1956) contou que essa manobra não era eficiente (p. 105). Por vezes, os cangaceiros optavam por um processo menos laborioso. Buscavam andar por lugares com o chão mais firme, ou, de preferência, em locais completamente cobertos de pedras miúdas (Bezerra, 1940, p. 96). Segundo o contemporâneo do grupo Ranulfo Prata (2010), para simular que havia pegadas de apenas uma pessoa, o bando andava em coluna única e todos os integrantes pisavam cuidadosamente na mesma pegada. Cangaceiros também invertiam as alpercatas e andavam com os calcanhares do calçado para frente. Desse modo, as pegadas evidenciavam uma direção, mas, na realidade, o bando estava se dirigindo para um rumo contrário. Quando julgavam que a tropa da polícia estava perto, trepavam nas cercas e como equilibristas passavam a se deslocar quilômetros suspensos do solo, sem deixar “vestígios delatores” (p. 110-111). Às vezes, colocavam pele de carneiro no solado das sandálias para não deixarem pegadas no chão. Consequentemente, por conta dessas estratégias, quem não conhecia as táticas acreditava que Lampião e os seus cangaceiros possuíam poderes sobrenaturais (Chandler, 1980).

A desconfiança e a cautela estavam presentes em todos os âmbitos da vida do cangaceiro. Ao fazerem pedidos de compras a viajantes só entregavam o dinheiro depois de receber as mercadorias, visto que já tinham sido vítimas de calotes. E, até no momento da refeição, os cangaceiros precisavam tomar cuidados. Quando um coiteiro dava algum alimento para o bando, Lampião enfiava um punhal ou uma colher de prata para certificar-se de que o alimento não estava envenenado. Se qualquer um dos objetos escurecesse era sinal de que havia veneno na comida (Luna, 1963). Gostava também de fazer os paisanos provarem a comida antes que os cangaceiros comessem. Certa vez, em passagem por Capela, Sergipe, Lampião e seus homens foram a uma venda e pediram um conhaque. Ao perceberem que serviriam a bebida em uma garrafa aberta Lampião falou: “Mude u conhaque, muleque, abra um litro i beba prémêro” (Lima, 1965).



Labareda declarou que o bando “nun sí discôidava um tico”, nem mesmo nos momentos de descanso ou lazer. Em passagem por “Maranduba”, na Bahia, após o almoço resolveram descansar, porém, eles tinham a informação de que poderia haver policiais na região. Então, enquanto alguns homens descansavam, outros dez cangaceiros ficaram em “emboscada” caso alguma volante se aproximasse (Lima, 1965, p. 264). Em Japarutuba, Sergipe, o bando decidiu assistir a um filme. Mas, para fazerem isso, tiveram que cortar os fios do telégrafo e colocar dois sentinelas na porta do cinema para que o restante do grupo pudesse ter um momento de descontração (O Pasquim, 1973). A mesma atitude era tomada em festas promovidas pelo bando. Em Queimadas, na Bahia, os cangaceiros realizaram um baile e obrigaram a presença de mulheres no local para dançar com os homens. Nessa ocasião, enquanto uns dançavam, outros ficavam de sentinelas e posteriormente se revezavam para que todos pudessem se divertir (Luna, 1963, p. 112).

Desse modo, quando os cangaceiros estavam em lugares que julgavam seguros eles tentavam ter alguma diversão ou distração. Nos acampamentos, conforme Antônio Gurgel (2006), o passatempo era jogar baralho apostado, na qual as cápsulas de fuzil serviam de ficha. Os cangaceiros se distribuíam em várias mesas de jogo; em uma, jogavam os mais endinheirados, Lampião, Sabino, Moreno e Luiz Pedro, com apostas firmadas em “800 mil réis a “boca””. Porém, a tranquilidade findava quando tomavam conhecimento de que alguma tropa de polícia estava nas proximidades. Diante desse aviso, o acampamento ficava em alerta e se reforçava as sentinelas em vários pontos. Todos ficavam de prontidão e no anoitecer certamente o sono seria escasso e interrompido, apesar de saberem que só haveria um eventual ataque ao amanhecer.

Percebe-se, assim, que estar em um bando de cangaceiros era viver em um permanente estado de alerta. Submetendo todos os aspectos do cotidiano a uma condição de vigilância, inclusive, nos momentos de repouso. Por isso, nos acampamentos, além das sentinelas humanas,



o bando utilizava-se de cachorros que ficavam de prontidão em uma eventual aproximação do inimigo (Oliveira, 1970). Ao redor de onde dormiam, colocavam também um sistema de alarme feito com linhas e chocalhos (Pericás, 2010, p. 82).

Farmacopeia e primeiros socorros

Uma das exigências para ser admitido e permanecer no bando era possuir um excelente preparo físico para suportar longas caminhadas e o peso dos equipamentos. Além disso, vale ressaltar que ser saudável era fundamental em um ofício em que os integrantes tinham grandes probabilidades de saírem feridos em um combate com a polícia. Entre os cangaceiros mais experientes do bando as marcas de ferimentos eram comuns. Ao longo dos anos Lampião acumulou uma série de lesões em seu corpo. Segundo Aglae Lima de Oliveira (1970), durante sua vida no cangaço Lampião foi ferido gravemente sete vezes. Com lesões no olho e no braço direito, no pé esquerdo, no quadril e no peito (p. 335). Benjamin Abrahão em conversas com o rei do cangaço citou outras lesões no corpo do cangaceiro. Em sua caderneta, elencou o local e o ano em que os ferimentos ocorreram:

1 – Em Taboleiro, M. de Conceição de Piancó, Paraíba, 1919 – no braço e na veria; 2 – No pé, na Serra do Catolé, M. de Belmonte, Pernambuco, em 1924; 3 – Em 1926, Tigre, M. de Floresta, Pernambuco; 4 – Ferimento leve no quadrilho, em Pinhão, M. de Taboiana, Sergipe, em 1930 (apud Mello, 2004, p. 325).

Nesses momentos, sem qualquer tipo de assistência médica no sertão, restava aos cangaceiros cuidarem de si mesmos. Recorriam, assim, aos saberes populares, remédios feitos com folhas e raízes; saber que ficou conhecido como a farmacopeia do cangaço (Souza, 1997, p. 97). O oficial de polícia João Bezerra (1940) percebeu que os cangaceiros faziam seus próprios curativos. Certa vez, identificou que o bando



havia passado por um determinado local porque os cangaceiros tinham deixado “páus raspados” que serviam para desinfetar feridas (p. 51-52).

Através desses ensinamentos os cangaceiros dispunham de um repertório de técnicas de primeiros socorros e receitas de remédios. Assim, quando algum integrante do bando ficava doente ou ferido era socorrido por seus companheiros¹⁴. Se fosse atingido por um tiro cobria-se a perfuração com raspas de tronco de goiabeira ou esterco de gado e cabelo de mocó, além de lavar o ferimento com folhas de quixaba e fumo. Quando julgavam que o ferimento era grande colocavam “sumo de cipó de folha de carne e emplastro de pimenta-malagueta pisada com casca de caroço”. Havia, também, a possibilidade de fazer o baleado beber o “chá de pinto”. Seu preparo consistia em colocar um pinto – de preferência vivo – em um pilão e esmagá-lo até se tornar uma pasta. Em seguida, misturava a pasta a um cozimento de casca verde de quixaba e coava tudo em um pano limpo. Após a ingestão do chá, sua eficácia seria comprovada se o baleado vomitasse, quando isso não ocorria os cangaceiros ficavam preocupados porque provavelmente o remédio foi inútil (Oliveira, 1970, p. 132-134). Caso o projétil permanecesse no corpo do cangaceiro, o próprio Lampião poderia retirar em um procedimento cirúrgico. Em um combate na Bahia, Volta Seca foi atingido por um tiro no braço. Coube ao rei do cangaço retirar a “bala” com uma tesoura. “Na raça”, sem anestesia ou assepsia do objeto (O Pasquim, 1973). Procedimentos cirúrgicos como esse só não eram realizados na hipótese de um tiro que perfurasse o intestino. Conforme Labareda, “fedeu a côco, fedeu a cimitéro” (Lima, 1965, p. 134).

Como o bando era constantemente perseguido pelas volantes era fundamental andar com remédios ou sua matéria-prima nos bornais

¹⁴ Geralmente, eram as cangaceiras quem cuidavam dos feridos do bando (Lima, 1965, p. 227). Mas, segundo Benjamin Abrahão, Lampião também poderia ser o médico, o parteiro e o enfermeiro do bando (Gueiros, 1956, p. 174). Outros integrantes desempenhavam funções diversas, como as de dentistas; entre esses estava o próprio Lampião, Labareda, Zé Baiano e Virgínio (Lima, 1970, p. 134).



para fabricá-los em qualquer emergência. Por vezes, o ataque da polícia poderia surpreender os cangaceiros e deixar eles sem suprimentos médicos. E foi exatamente isso que ocorreu durante a fuga do bando de Mossoró, Rio Grande do Norte. De acordo com Antônio Gurgel (2006), o grupo foi atacado repentinamente por uma força volante cearense, na confusão, os cavalos dispararam assustados, levando roupas, suprimentos, armamento e munição. No tiroteio Moreno foi atingido no braço, ficando com uma fratura exposta. Na ocasião nem se cogitou cuidar do ferimento, mesmo porque não havia remédio algum. Então, ataram o braço de Moreno e colocaram em uma tipoia (p. 67).

Além dessa tradicional farmacopeia, cangaceiros também recorriam a produtos convencionais. Andavam com um kit de primeiros socorros composto por: “água oxigenada, água boricada, cachaça canforada, álcool, ácido fênico para dores de dente, guaraiña, cafeaspirina, seringa de borracha, algodão, gaze e esparadrapo”. Segundo Sila, ferimentos podiam ser limpos com água oxigenada ou boricada. Caso estivessem com muito sangue, colocava-se iodo e atava-se com gaze; se inflamasse passava pomada “Maravilhosa” ou “São Lázaro”. E, quando o projétil se alojava no corpo, desinfetava-se o local com álcool e iodo (Souza, 1997, p. 97-98). Consequentemente, a medicina cangaceira tinha aspectos “arcaicos” e “modernos”. Ademais, sempre que podia, Lampião tentava ser atendido por um médico profissional, principalmente um oftalmologista que pudesse aliviar as dores e o incômodo em seu olho doente (Pericás, 2010, p. 173). Eventos como esses ilustram como Lampião e seu bando se apropriavam de todas as “modernidades” que fossem capazes de melhorar a vida no cangaço. Contrariando, assim, uma velha ideia corrente na literatura do cangaço que julga os cangaceiros como sujeitos que lutavam contra mudanças e se opunham à “modernidade”, buscando preservar uma realidade “arcaica”. De modo semelhante, se eles cortavam fios de telégrafo e impediam a construção de estradas de ferro, não estavam impedindo o “progresso”, mas o trabalho da polícia.



Considerações finais

Este artigo buscou, assim, demonstrar que ser um cangaceiro do bando de Lampião era mais do que atos isolados e frequentes de roubos, assassinatos e extorsões. Tornar-se cangaceiro era estabelecer um modo de vida em grupo, organizando-se em um complexo de técnicas, códigos, habilidades, atitudes e conexões. Nesse sentido, de modo semelhante a Sutherland (1937) em seu estudo sobre o ladrão “profissional”, defendemos que só se pode entender um cangaceiro através do seu conjunto de conhecimentos gerais do grupo ao qual ele pertence. Ou, dito de outro modo, só se pode conhecer um cangaceiro por meio da sua cultura “profissional”. Por essa razão, procuramos contrapor uma visão comum nos estudos do cangaço que concebem cangaceiros como pessoas incapazes de planejar e organizar suas vidas.

Filmografia

Viana, Lucas; Neto, Manuel. **O feminino no cangaço**. Salvador/BA: Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2016 (vídeo).

Referências bibliográficas

Barreira, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

Becker, Howard. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Bezerra, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Edição do autor: Rio de Janeiro, 1940.

Chandler, Billy Jaynes. **Lampião: o rei do cangaço**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 4ª ed.

Correio da manhã, Rio de Janeiro, 26-27 de outubro de 1969. p. 7.

Dubar, Claude. “A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional”. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.42 n.146 maio/ago, 2012, p.351-367.



Gomes, Bruno. “Como se forja um cangaceiro: IV - O amor de Lampião”. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1958, p. 1-2.

Gueiros, Optato. **Lampeão: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes**. 4º ed. Edição Progresso: Salvador, 1956.

Gurgel, Antônio. **Nas garras de Lampião**. Org. Raimundo Soares de Brito. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2006.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1962. p. 18.

Júnior, Berliet. “Lampeão chorou copiosamente a morte do padre Cícero”. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1950. p. 12.

Lima, Estácio de. **O mundo estranho dos cangaceiros**. Editorial Itapoã: Salvador, 1965.

Lourenço, Luiz Carlos. “Que fim levou: Antônio dos Santos, lugar tenente de Lampião”. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1995. p. 17.

Luna, Luiz. **Lampião e seus cabras**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1963.

Macedo, Nertan. **Lampião: capitão Virgulino Ferreira**. Editora Rennes: Rio de Janeiro, 1975.

Mello, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil**. São Paulo: A girafa editora, 2004.

Negreiros, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

O Pasquim, Rio de Janeiro, setembro/outubro de 1973. n° 221.

Oliveira, Aglae Lima de. **Lampião, cangaço e Nordeste**. 2º ed. Edições Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1970.

Pericás, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Petrarca, Fernanda Rios. “Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes”. In: Perssiotto, Renato; Codato, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, cap. 6, p. 151-181.

Santo, Victor Espírito. “Lampeão: o terror dos serões nordestinos”. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 12 de março de 1932, p. 15-19 e 40.

Souza, Amaury. “Cangaço e a política da violência no Nordeste brasileiro”. In: **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, IUPERJ, n° 10, 1973, p. 97-125.

Souza, Ilda Ribeiro de. **Angicos: eu sobrevivi - confissões de uma guerreira do cangaço**. São Paulo: oficina cultural Monica Buonfiglio, 1997.

Sutherland, Edwin Hardin. **The professional thief**. Chicago: Chicago Press, 1937.





COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

1

Parte IV

Defesa de causas, engajamentos e Estado



A LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO E GRATUITO EM SERGIPE: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NÃO PAGO¹

 Adrielma Silveira Fortuna dos Santos²

ESTE ARTIGO É PARTE de um estudo monográfico sobre a causa da mobilidade urbana, mais especificamente sobre a defesa do transporte público, gratuito e de qualidade, no estado de Sergipe entre o período dos anos 2000 a 2013. Ele tem como objeto a análise da trajetória do Movimento Não Pago no estado de Sergipe, mais especificamente na cidade de Aracaju e da Grande Aracaju, em torno da defesa da causa da mobilidade urbana do transporte público. O Movimento Não Pago surgiu em 2011, no entanto essa pauta já foi defendida e ainda é por outros movimentos sociais, como o Movimento Passe Livre (MPL), que já atuou em Sergipe, principalmente na cidade de Aracaju, mas que atualmente está desarticulado; o Levante Popular da Juventude (LPJ), que agrega várias causas e essa é uma delas; e o Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), que luta por moradia e apoia a causa da mobilidade urbana.

1 Este capítulo é parte integrante do estudo monográfico intitulado “Movimento Não Pago: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/SE”, que foi apresentado pela autora ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe em 2014.

2 Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFS e pesquisadora-colaboradora no Laboratório do Estudo do Poder e da Política. E-mail: adrielmac.s@gmail.com.



Muitos fatores, como os contextos político, econômico e cultural, convergem para a construção e a defesa de uma causa (Cefaï, 2009; Mische, 1997; Oliveira, 2008). Dessa forma, a causa da mobilidade urbana é uma demanda que está sempre articulada com outras, uma vez que se vincula diretamente com várias categorias (trabalhadores, estudantes, desempregados, pessoas com deficiências, etc.) e tem implicações na política, na economia e na cultura da sociedade. Sendo assim, outra questão está ligada ao perfil dos militantes que varia conforme o movimento que ele faz parte. No caso do Movimento Não Pago, os militantes são em sua grande maioria estudantes universitários ou secundaristas, jovens recém-formados, profissionais da área do direito, da comunicação, da economia, etc., mas todos fazem parte da categoria juventude, assim como essa é tematizada no Brasil e em estudos sobre juventude militante (Abramo, 1997).

O recorte temporal definido na pesquisa foi dos anos 2000 até 2013. A escolha desse período se deu por três fatores: primeiro, temos como contexto político não apenas eleições municipais e presidenciais, mas também o surgimento de movimentos sociais nacionais que lutavam pela tarifa zero do transporte público. Observando o contexto político da cidade de Aracaju durante esses anos podemos analisar como a causa da mobilidade urbana estava sendo tratada tanto pelas diferentes gestões como havia uma articulação nacional entre os movimentos sociais que estavam surgindo a partir do ano de 2003; o segundo fator trata-se do contexto econômico, a análise do aumento das tarifas do transporte público nessas diferentes gestões e sua relação com o surgimento de movimentos sociais que defendem a causa da mobilidade urbana. De forma mais direta, como o Movimento Não Pago, a partir de 2011, se torna o movimento que maior representa essa causa na cidade de Aracaju e Grande Aracaju; e, por fim, o terceiro fator se refere às condições de representação simbólica e às formas de organização do Movimento Não Pago desde sua criação. Neste trabalho, iremos focar apenas na trajetória do movimento em questão.



Sidney Tarrow (2009) demonstra através dos conceitos de ciclo de protestos e de estrutura de oportunidade política o ritmo dos movimentos sociais no espaço público e como eles se renovam diante de determinados contextos. Partindo dessa lógica, as abordagens do autor nos permitiram perceber como determinados movimentos sociais consolidam sua causa, organizam seus confrontos de protesto, enquanto outros desaparecem diante dos mesmos contextos. A partir disso, podemos pensar em ondas de protestos como as que ocorreram no impeachment de Collor em 1992 e as de junho de 2013, que teve como pauta principal a redução da tarifa do transporte público (Gohn, 2013; Maricato, 2013).

As teorias clássicas dos movimentos sociais permitem que façamos alguns questionamentos sobre as formas de organização do Movimento Não Pago, a relação do contexto político, econômico e as formas de representação, os aspectos simbólicos e de classe do movimento. Sendo assim, a Teoria de Mobilização de Recursos se faz importante, na medida em que oferece uma análise sobre os recursos organizacionais mobilizados pelo movimento (McAdam e Tarrow, 2011; Clemens, 2010). Assim, partindo dessa perspectiva podemos pensar os vínculos entre o movimento e os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, etc.

Já no caso da Teoria dos Processos Políticos, trata-se de ver o contexto político como transformador das dinâmicas de organização e estruturação dos movimentos sociais. Desse modo, podemos verificar de que forma diferentes modelos de governo (conservador, liberal, etc.) fazem emergir novos repertórios de ação, novos movimentos sociais, por exemplo. Outro conceito complementar a essa teoria é o de Estrutura de Oportunidades Políticas. A partir desse conceito podemos compreender como os atores “aproveitam” determinados eventos, contextos políticos, para fazer ou desfazer alianças, desenvolver modelos organizacionais e construir novas causas. (Tilly, 2010).

Por fim, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais permite colocar os atores em evidência, ou seja, está mais preocupada com aspectos



subjetivos, simbólicos, do movimento (Alonso, 2009; Mische, 1997; Gohn, 2001). Então, podemos pensar a formação da identidade dos participantes do movimento, quais são os símbolos utilizados pelos militantes, como também a classe social a qual os militantes pertencem e a análise dos seus discursos. Outro aspecto importante que pensamos a partir dessa teoria foram as formas de representação e como os militantes do Movimento Não Pago construíram suas causas e com quais condições as representaram ao longo do período que vai de 2011 a 2013.

Espaços e formas de atuação do Movimento Não Pago

Nesta seção refletiremos sobre os espaços e as formas de atuação do Movimento Não Pago. Dessa maneira, mostraremos como a causa do transporte público gira em torno de diversas outras causas e como isso habilita uma rede de relações entre os movimentos sociais, partido políticos, sindicatos, dentre outras entidades e categorias. Além disso, mostraremos como determinadas causas precisam de formas de representação diferentes, recursos materiais e humanos diferentes, como também um capital escolar por parte dos participantes que atuam como lideranças. No mais, apresentamos os momentos de apogeu e de dificuldades do movimento analisado.

A luta por mobilidade urbana e por um transporte público de qualidade na cidade de Aracaju vem sendo defendida há décadas. Desse modo, alguns dados coletados no blog do Movimento Não Pago mostraram que desde os anos 2000 houve aumentos tarifários no transporte público de Aracaju, e que o período mais longo sem aumento foi no período de 2012, no qual houve diversas denúncias através do Movimento Não Pago e outras entidades, contra as fraudes e a monopolização de três empresários que articulados com órgãos públicos e políticos controlam o transporte público da cidade de Aracaju e Grande Aracaju.



Em consonância com isso, analisando o Movimento Passe Livre e a Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público, o movimento aqui estudado foi o que conseguiu a legitimidade do discurso em defesa do transporte público na cidade de Aracaju. Antes de aprofundar na análise sobre a trajetória do Movimento Não Pago, é importante frisar que consideramos que a consolidação e legitimação do movimento diante da causa da mobilidade e do transporte público de qualidade da cidade de Aracaju e Grande Aracaju se deram por alguns fatores que a literatura nos permite destrinchar: o primeiro, forte capital escolar e militante por parte dos líderes e membros do movimento.

Segundo Bourdieu (2002), e alguns estudos de Coradini (1997) e Petrarca (2013), o título escolar é um recurso de legitimação de um conhecimento técnico especializado, no entanto, em determinadas situações, somente o título escolar pode ser invalidado. Isso significa que para o título escolar ter valor real, ele precisa ser reconhecido para quem ele é apresentado. Nas observações feitas, identificamos que os recursos escolar e militante dos membros do movimento nem sempre andam juntos, mas admitem a mesma importância, uma vez que os líderes não têm a mesma titulação escolar, nem o mesmo capital militante, mas em termos de representatividade no grupo e na mídia são colocados em posições semelhantes.

A segunda consideração é que as redes sociais dos militantes do movimento estão articuladas com movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, partido político e mídia. Considera-se que essa cadeia de relacionamento está ampliada nas redes virtuais na qual sua representatividade cresceu consideravelmente a partir do ano de 2012. Seus apoiadores na maioria são as entidades que faziam parte da Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público, que compartilhavam da mesma causa, mas nem sempre compartilhavam dos mesmos princípios do Movimento Não Pago.

O reconhecimento da população foi convertido em recursos materiais e humanos pelos militantes do movimento. Em uma



entrevista com Flávio Marcel, coordenador do Movimento Não Pago, ele ressalta essa importância e disse que alguns comerciantes do centro da cidade doavam materiais, como vara de bambu para fazer faixas, tinta, xerox e/ou ganhavam descontos nas compras. Além disso, segundo o mesmo militante, algumas pessoas foram pedir apoio ao movimento na organização em torno de uma causa específica. Um exemplo disso, citado por Flávio Marcel, foi dos moradores de rua que ficam na Praça da Catedral, eles pediram para que o movimento os ajudasse a se organizar para reivindicar direitos relacionados à moradia. O centro de Aracaju foi um dos locais que o movimento mais fez manifestações. Além disso, o número de militantes do movimento aumentou significativamente ao longo dos anos de 2011 a 2013.

Consideramos como terceiro fator, o modelo de organização, os repertórios de ação e a dinâmica de atuação do movimento (McAdam e Tarrow, 2011; Tilly, 2010; Tarrow, 2009). Segundo Mische (1992), as transformações nos contextos políticos provocam transformações nos repertórios de ação e no surgimento de novas demandas. Podemos lembrar das manifestações contra a ditadura militar, do impeachment de Collor em 1992 e as manifestações de junho de 2013. A dinâmica de atuação do Movimento Não Pago é ampla. O movimento se articulou por meios de várias redes sociais: blogger, Tumblr, Facebook, Orkut, Twitter; nas duas universidades de Aracaju, a Universidade Tiradentes e a Universidade Federal de Sergipe; na Câmara de Vereadores, na prefeitura, nos terminais rodoviários de toda Aracaju e Grande Aracaju, entre outros espaços de atuação, como o centro comercial da cidade, viadutos, avenidas, praças, etc.

Nosso quarto e último fator se dá pelas formas de representações simbólicas e materiais do Movimento Não Pago. A linguagem do movimento no mundo virtual, ao mesmo tempo em que alcança um público jovem, alcança também o público idoso, o que possibilita a eles uma maior popularização. Sendo que o seu “público-alvo” é a juventude e seus repertórios de ação são pensados de acordo com essa categoria.



O movimento se atenta em ser evidenciado em todos os meios de circulação online, aqueles supracitados, apesar de nem sempre ter muitos acessos ou comentários dos seus seguidores. Os símbolos, as cores, os debates, ora no centro da cidade, ora debaixo do viaduto, são estratégias e recursos simbólicos utilizados de formas diferentes em cada manifestação ou post que o movimento faz. Além disso, o perfil dos membros do movimento também está diretamente ligado com as formas de representação do grupo. A maioria dos participantes é universitário, alguns trabalham, são jovens e já tiveram uma militância anteriormente.

Três anos de história: dificuldades, desafios, conflitos e vitórias na trajetória do Movimento Não Pago

Feitas essas quatro considerações, partimos para análise da trajetória do Movimento Não Pago. Os dados referentes ao início do movimento foram escassos na internet, no entanto, tomando como recurso metodológico as entrevistas feitas com Demétrio Varjão e Flávio Marcel foi possível entender essa vinculação com a Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público. Segundo os entrevistados, e alguns dados recolhidos na internet, essa Frente era formada por várias entidades que lutavam pela defesa do transporte público de qualidade para a cidade de Aracaju e Grande Aracaju.

O termo Não Pago já era utilizado pela Frente, antes do movimento se tornar autônomo. Essa expressão simboliza o confronto com a ordem existente, o descontentamento com o aumento da passagem. O Não Pago só existia quando a Frente existia, não era como as outras entidades que podia se desarticular e ainda existir nas suas próprias regras. Desse modo, no início de 2011 o movimento ainda não existia de forma separada da Frente. A Frente, em 2011, deixou de fazer debates sobre a situação do transporte público em Aracaju e Grande Aracaju. Tendo em vista que, depois que houve o aumento da passagem de 2,10



para 2,25, aconteceu apenas duas manifestações organizadas pela Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público entre os meses de fevereiro e março de 2011, assim, após esse período, não houve mais mobilização e conscientização sobre a situação do transporte público por parte da Frente.

Após o aumento da tarifa para 2,25 no ano de 2011, Demétrio Varjão, Luiz Andrade e Alexis Pedrão, que participavam da Frente, resolveram então continuar a discussão sobre o transporte público e estudar a legislação dele. Essa situação demonstra os primeiros indícios da criação do Movimento Não Pago, como um movimento autônomo. Mas, além disso, essa situação demonstra como alguns conflitos, alianças, contextos político e econômico fazem emergir movimentos sociais.

Em uma observação participante no ano de 2013, num ato organizado pela Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público, foi possível perceber o descompromisso e os conflitos entre os grupos que a compõe. No ato observado em 14/03/2013, na Praça Fausto Cardoso, que terminou em uma panfletagem no Calçadão da Rua João Pessoa, na Rua da Frente e no Terminal do Centro, na cidade de Aracaju, estavam presentes as seguintes entidades: Movimento Não Pago, Coletivo Feminista Ana Montenegro, PSOL, Levante Popular da Juventude, Coletivo Feminista de mulheres de Aracaju e Sindijus, além da imprensa (Infonet e Jornal do Dia). O número de participantes nesse ato foi de aproximadamente 20 pessoas.

O ato não saiu como planejado, isso ficou evidente no atraso, marcado para começar às 15h, mas só teve seu início a partir das 16h30, pois Flávio Marcel, que acabou conduzindo a situação, estava esperando para ver se mais algum grupo chegava. Isso provocou algumas discussões, e os militantes do Sindijus foram embora e outros começaram a reclamar e pediam para que o ato começasse logo. Flávio Marcel pediu para que nós ficássemos em círculo e começou a decidir o que iriam fazer. Ficou decidido que ocorreria uma panfletagem em vez de um ato em frente à Câmara de Vereadores, nesse mesmo momento



algumas decisões foram tomadas para os próximos atos, como também foi passada uma caixa para recolher dinheiro de quem quisesse contribuir, pois, segundo Flávio Marcel, eles não têm ajuda de partidos políticos e de outros movimentos.

O orçamento do Movimento Não Pago funciona através da contribuição regular dos militantes efetivos, na quantia de no mínimo o valor de uma passagem e, além disso, é passada uma caixa em reuniões para quem quiser contribuir, com qualquer valor. Mais recentemente começou a confeccionar camisas do movimento, qualquer pessoa pode adquirir a camisa, militante efetivo do movimento ou não, no valor de 15 reais. Segundo Luiz Andrade, o dinheiro das vendas da camisa serve para a manutenção do movimento, ou seja, fazer faixas, xerocar panfletos, dentre outras coisas. As mobilizações de recursos financeiros externos são importantes para a manutenção e representação do movimento, segundo o mesmo militante, em algumas situações, como exemplo nas rodagens de uma cartilha que o movimento produziu no final de 2013, o movimento solicitou auxílio financeiro para alguns sindicatos como o Sindijus e o SINDIPETRO.

Os bastidores são sempre interessantes para observar os conflitos e os posicionamentos dos papéis desempenhados pelos atores sociais. (Goffman, 2009). Esse ato era organizado pela Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público, no entanto, aquilo que foi planejado anteriormente por ela não ocorreu, e os poucos grupos que estavam presentes tiveram de recorrer a outras estratégias de ação coletiva. Em consonância com isso, percebe-se que o Movimento Não Pago, mesmo depois de ter se desvinculado da Frente no segundo semestre de 2011, ainda continuava sendo a Frente. A linha que separa o Movimento Não Pago da Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público é tênue, uma vez que os principais representantes da Frente são hoje os líderes do Movimento Não Pago.

As intervenções feitas pela Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público quando o Movimento Não Pago ainda não tinha



se tornado “independente” foram poucas. Procuramos registros na internet de intervenções feita pela Frente no primeiro semestre do ano de 2011 e não encontramos, mas registros após esse período foram encontrados. Consideramos que essa escassez de informações, nesse determinado período, tenha sido pela pouca representatividade que a Frente detinha, já que ela, como já dito antes, se manifestava de forma pontual no início do ano e depois havia um esfriamento por parte das entidades que a compunham.

Enfim, o segundo semestre do ano de 2011 nos leva para outro momento do Movimento Não Pago, momento que ele se torna “independente”. Segundo os militantes, o movimento constrói suas próprias regras, seu próprio discurso, suas próprias formas de representação a partir desse momento. Quando o movimento era vinculado à Frente o modelo organizacional e as formas de atuação eram delineadas pelo conjunto de entidade que a compunha, sendo que cada entidade tinha uma leitura particular sobre formas de intervenção pública e sobre o transporte público. Segundo os militantes, é a partir do momento que o movimento ganha “vida” que eles conseguem se organizar de forma mais unificada e sólida, uma vez que passam a traçar seus próprios princípios de atuação e se aprofundam no estudo da legislação sobre o transporte público da cidade de Aracaju e Grande Aracaju. É no segundo semestre do ano de 2011 que o Movimento Não Pago surgiu como um movimento autônomo.

Foi lançado um vídeo no canal do YouTube, no dia 25 de dezembro de 2011, com o título “O transporte Público em Aracaju: Lançando Desafios!”. Esse vídeo tinha como objetivo apresentar a situação real do transporte público de Aracaju, como também apresentar o Movimento Não Pago à população. As estratégias de divulgação e de mobilização do movimento partiram tanto das mídias sociais, Facebook, YouTube, Blog, Tumblr, Orkut, como também de formas mais tradicionais como panfletagens e sessões de debates.



Redes sociais, velhas e novas mídias: um instrumento de mobilização e de representação do movimento não pago

Segundo Luiz Andrade, nas redes virtuais as informações chegam mais rápido para população, porém o movimento ainda prefere se mobilizar de forma tradicional, através de reunião, debates públicos, panfletagem, pois, segundo ele, isso que traria resultados efetivos. Abaixo um trecho da entrevista com Luiz Andrade, na qual ele expõe os pontos positivos e negativos das redes sociais para a dinâmica de atuação do Movimento Não Pago:

A principal função disso daí, é a gente tem percebido que é ter uma comunicação mais rápida, se comunicar mais rapidamente, por exemplo, quando aconteceu de um companheiro nosso ser detido lá na sementeira durante a oficina de estêncil, a gente publicou rapidão no facebook e aquilo ali meio mundo de pessoas visualizam. Mas ao mesmo tempo em que as redes sociais têm um potencial muito bom, agrega muitas pessoas, principalmente nos eventos que hoje em dia são uma sacada muito interessante, mas, ao mesmo tempo, tem um lado muito ruim é tudo muito rápido nas redes sociais. Então, você posta uma coisa se você não postar amanhã, e depois, e depois, já era, aquilo ali vai se perder no meio de tanta informação. E a outra grande limitação é porque as pessoas acabam apontando as redes sociais como se fossem a grande ferramenta de organização. E a gente acha que a melhor forma de organização é reunião presencial, você tá se encontrando sempre e a partir disso daí você tira algumas ações para as redes sociais e não só pras redes sociais como pras ruas, a gente tenta estar sempre aliando as redes sociais com as ruas.

Para Lima (Maricato, et al., 2013), as velhas mídias ainda são importantes para a representatividade dos movimentos sociais, pois é através delas que as manifestações, os movimentos e a causa se tornam públicas. De acordo com isso, os atores, nesse caso os militantes, são incluídos a participar do espaço formador de opinião



pública. Enquanto as novas mídias (sites, blog, Facebook, etc.) possibilitam mobilizações virtuais globais para aqueles que têm acesso a ela, possibilitando a circulação da informação de forma mais rápida e assim configurando novas formas de mobilização. Essas novas mídias não conseguem ainda superar as velhas mídias (televisão, rádio, jornal impresso, etc.) no que diz respeito ao alcance de todas as classes sociais e ao caráter de divulgação e de construção de quadros interpretativos.

Nesse sentido, percebe-se que as duas fontes de divulgação de informação e mobilização desempenham funções diferentes e limitadas, quando são utilizadas pelo Movimento Não Pago como um recurso de articulação. Um exemplo disso é notado nas redes virtuais do Movimento Não Pago, tendo em vista que o número de acesso na sua rede do Facebook não condiz com o número de pessoas que participam de suas manifestações, como também não condiz com o número efetivo de militantes do movimento. Por isso que é válido ressaltar o que Luiz Andrade fala sobre a preferência em fazer ações diretas, fazer reuniões presenciais, pois segundo o militante isso é o que consegue realmente formar o movimento.

Nesta era da informatização e globalização, a circulação de informação se tornou um recurso de mobilização e de organização valioso para o Movimento Não Pago. O movimento marca reuniões do movimento, manifestações de rua, através dessas redes virtuais, se comunica com outros movimentos sociais de outros estados, que organizam manifestações nacionais. Além das redes virtuais, como um instrumento de mobilização, de divulgação e de representação por parte do Movimento Não Pago, é importante salientar outros meios de articulação e alianças entre o Movimento Não Pago e outras organizações. Levando em consideração que o movimento estudado veio de uma Frente que não defendia apenas a causa do transporte, mas também a causa da moradia, que era composta por cerca de 30 entidades, o Movimento já surgiu com uma rede de apoiadores ampla



e diversificada. Além disso, a maioria dos seus militantes já tinha uma trajetória de militância ou militava também em outros movimentos sociais.

Alexis Pedrão fazia parte do Movimento Passe Livre em Aracaju, atualmente desarticulado no estado. Esse movimento não conseguiu se consolidar em Aracaju, assim como a Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público, apesar de ter a mesma pauta do Movimento Não Pago e formas e estratégias de atuação semelhantes. O que é interessante notar nesse fato é que algumas lideranças do Movimento Não Pago, hoje, eram lideranças ou participantes do Movimento Passe Livre. Mas, além disso, é importante perceber como estes outros dois movimentos (MPL e Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte público) contribuíram e influenciaram tanto o surgimento do Movimento Não Pago como a entrada de militantes no Movimento. O relato do entrevistado Flávio Marcel nos permite entender um pouco melhor isso:

Quando eu seguia o MPL a gente tentou realizar atos 2009, 2010, 2011, atos contra o aumento da passagem. E em si não tinha um efeito considerado né, não incomodava de fato o poder público para chamar atenção, já a gente não conseguia denunciar algumas irregularidades que a gente já visualizava, não conseguia de alguma forma dá uma vida, e não conseguia trazer a população pra próximo dessa luta do transporte público de qualidade. aí foram uns dos fatores que nós visualizou que não conseguimos em 2011, e que é necessário ter uma organicidade, que o movimento tinha que acumular sobre isso, estudar sobre isso, saber que por que nós conseguiu ver nos últimos anos a distinção do MPL, as coisas não tá mudando, não tinham como andar por que tinham limitações estas articulações dos outros movimentos, cada movimento tinha a sua leitura, sobre o transporte, e estas leituras não vinham dando, não vinham acrescentando na luta, é pela gratuidade, pela redução da passagem, aí foi também algo que norteou e a gente avaliou que era necessário ter um movimento específico popular, mais do que isso, para agregar todos os setores do transporte.



Os conflitos pelo discurso mais legítimo sobre a causa do transporte público em Aracaju foi um dos motivos para a Frente em Defesa do Transporte Público se diluir. Segundo o relato acima, cada grupo tinha sua própria leitura sobre o transporte público em Aracaju e o modelo de organização da Frente não possibilitava uma conscientização da população, como também não conseguia causar pressão nos seus opositores. As formas de atuação do movimento permitiam a eles uma maior aproximação da população, conseqüentemente uma popularidade e uma permanência na cena pública da cidade de Aracaju.

Os registros encontrados na Internet sobre o MPL em Sergipe, mais especificamente na cidade de Aracaju, são poucos, as poucas informações encontradas foram no blogger do MPL que atualmente está desatualizado. Na entrevista com Demétrio Varjão ele fala das relações e diferenças, e o porquê, do ponto de vista dele, o MPL em Aracaju não ter conseguido se manter:

Então na verdade o Movimento Não Pago é, O MPL era um movimento de fato, que existia aqui em Aracaju, e em várias cidades do Brasil. Algumas pessoas que fizeram parte logo no início do Não Pago, eram do MPL. Mas tinha diferença, o MPL era uma organização em si, era uma organização própria. O Não Pago, ele não tinha este caráter, ele não era uma organização própria, ele era um, uma frente, eram várias organizações que formavam a Frente que se chamava Não Pago. Mas tinha uma relação direta, pessoas que vieram do MPL e também por que o movimento que era referência, pra qualquer movimento social que luta pelo transporte, era o Movimento Passe Livre. Desde, não sei, mas desde o início da década de 2000, o MPL já vinha atuando, em outras cidades e aqui também. Então tem esta relação, a pauta é a mesma, na verdade, a forma de intervenção, de atuação, é a mesma, é muito parecida, muito mesmo. Mas o MPL, aqui acabou, acabou aqui. Não tenho certeza, mas o MPL, ele não, a forma de organização deles não era assim muito



proporcional assim a uma a, a organicidade dos militantes, eu acho, não sei bem. Mas ele não vingou aqui, mas tem esta relação direta, que alguns militantes vieram do MPL.

Os militantes do Movimento Passe Livre também eram bem articulados, alguns eram universitários, tinham representantes na OAB e, como o entrevistado ressaltou, o movimento era referência para qualquer movimento social que pautasse a causa do transporte público. Essa referência do Movimento Passe Livre fica evidente nas manifestações de junho de 2013. Os registros encontrados datam do ano de 2005 ao ano de 2010, o movimento é desarticulado um ano antes do Movimento Não Pago surgir. Apesar de não ter encontrado muitos dados sobre a trajetória do MPL em Sergipe, segundo Flávio Marcel, os debates que esse movimento trouxe para a cidade de Aracaju foram de suma importância para o surgimento e crescimento do Movimento Não Pago.

Diante do que já foi apresentado, podemos considerar que o Movimento Não Pago se tornou autônomo da Frente em Defesa do Transporte Público e renasceu do Movimento Passe Livre, porém com princípios, características e modelos organizacionais particulares que conseguiu alcançar espaços que esses outros movimentos não conseguiram. Essas conquistas nos levam para um dos momentos de apogeu e de conflitos do Movimento Não Pago.

Uma das preocupações e desafios do Movimento Não Pago para o ano de 2012 era tanto dialogar com os vereadores para não ocorrer os aumentos como também realizar manifestações de rua, conscientizar a população e fortalecer sua organicidade por meio de estudos. Então, o movimento se preocupou em ampliar suas redes de relações, definir suas pautas, regras e princípios, como também diversificar seus repertórios de ação diante das situações que iam sendo impostas ao movimento.

Com base nas próprias definições do movimento, ele é um movimento de classe, que luta pelos direitos da classe trabalhadora, principalmente pelo direito dessa classe se locomover dentro da cidade



de Aracaju, seja para ir trabalhar, estudar, seja para o lazer. Uns dos repertórios de ação do movimento é promover debates sobre temas voltados à mobilidade urbana em Sergipe, como também em todo país. Segundo Flávio Marcel, essa bagagem de conhecimento técnico e sobre a causa do transporte público, como da de mobilidade urbana e tarifa zero, vem dos debates feito pelo MPL quando ainda existia no estado.

Dessa maneira, quem controla o transporte público de Aracaju, segundo denúncias feitas pelo Movimento Não Pago, são três empresários, que estão articulados com o poder político e o poder econômico do estado de Sergipe. Diante disso, o confronto se estabelece quando o movimento resiste a esse controle e à autoridade dos dominantes, e quando já não reconhece mais essas instituições políticas que os representam socialmente (Tarrow, 2009). Segundo Demétrio Varjão, o movimento tentou dialogar com os vereadores e com o prefeito de Aracaju, para não aumentar a tarifa nesses últimos três anos de atuação, no entanto, como o movimento percebeu que não estava tendo êxito em suas ações, resolveu mudar de estratégia e fez confrontos mais “chamativos” com a finalidade de chamar a atenção da mídia e da população.

A estratégia de articulação e extensão das redes sociais do movimento foi traçada logo no seu início, quando ele ainda era a Frente em Defesa da Mobilidade do Transporte Público. Segundo Flávio Marcel, a intenção do Movimento Não Pago quando estava vinculado à Frente era criar um movimento que pudesse articular com vários grupos, para ele manter laços que pudessem ser acionados nas manifestações e assim haver uma massificação nos protestos contra o aumento da passagem em 2011. A partir das mudanças nos repertórios de ação, como também nas organizações dos atos, essas redes se ampliaram nos anos de 2012 e 2013. Ampliaram-se tanto no espaço da mídia quanto de articulações com partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e “militantes independentes”.

O que é interessante ressaltar nessa desarticulação da Frente após os aumentos da passagem do transporte público é tanto a dinâmica de



organização dela quanto os laços que o Movimento Não Pago conseguiu estabelecer com as outras entidades que também compunham a Frente em Defesa do Transporte Público de Qualidade. Desse modo, o acesso de alguns representantes do Movimento Não Pago, quando ele se torna autônomo no final de 2011, em alguns espaços de atuação foi sendo conduzido por essas alianças anteriormente feitas.

O engajamento individual e o aumento significativo do número de participantes que compõe as coordenadorias do Movimento Não Pago, a partir do ano de 2012, diz respeito ao que na estrutura tem sido referido a relações interpessoais, ou seja, vínculos que são criados (afetivos, familiar, de amizade, profissionais, etc.) durante sua trajetória de vida. Os agenciadores, aquelas pessoas que fazem a ponte entre o Movimento Não Pago e outros movimentos sociais, como também partidos políticos, sindicatos, ONGs, são bem delimitados neste movimento. Os agenciadores do movimento são aqueles que têm mais experiência na militância, os que participam da coordenação de articulação, que têm ou já tiveram algum vínculo com o agenciado. Segundo Flávio Marcel, as pessoas que hoje fazem parte da coordenadoria de articulação podem variar, já que a cada seminário de avaliação do movimento as pessoas mudam de coordenação. Ele antes, por exemplo, estava na coordenação de comunicação.

O ciclo de protesto do Movimento Não Pago atingiu seu pico nas manifestações de junho de 2013. Podemos considerar também que esse período foi o apogeu de sua trajetória até o presente momento, por alguns motivos: primeiro, pelo movimento ter sido referência como um dos movimentos sociais organizados que luta contra o aumento da passagem do transporte durante os quatro “Acorda Aracaju”; segundo, por ter sido reconhecido pelos opositores, população e mídia televisada (mesmo que tenha sido enquadrado negativamente em alguns momentos); terceiro, pelas transformações na forma de organização do movimento, pelo aumento de número de participantes que houve após essa onda de protestos, que chegou a cerca de 30 militantes que fazem parte do movimento de forma efetiva.



As manifestações de junho de 2013 foram o pico de um ciclo de protestos, no qual o Movimento Não Pago atuava como referência na cidade de Aracaju. Nos “Acorda Aracaju”, como ficaram conhecidos os protestos entre junho e julho de 2013 em Sergipe, muitos movimentos sociais fizeram parte, assim como partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais e outros grupos organizados. A população também participou de forma intensa, principalmente nas duas primeiras manifestações que foram as maiores. Nessas manifestações massificadas é típico que vários movimentos organizados se mobilizem e se manifestem. A diversidade de causas que estavam presente nos “Acorda Aracaju” denotava esse caráter de heterogeneidade.

A causa do transporte, pelo menos no contexto da manifestação nacional, era a principal reivindicação das manifestações de junho de 2013, as cidades brasileiras estavam se manifestando inicialmente contra a diminuição da passagem, pauta difundida pelo MPL, mas depois muitas outras pautas foram colocadas, tanto reivindicações individuais quanto coletivas (corrupção, volta da ditadura, contra a PEC 37, fora Feliciano, etc.). Na cidade de Aracaju não foi diferente, a reivindicação contra o aumento da passagem era a pauta do transporte, que foi o início para uma série de reivindicações que iam sendo colocadas durante os protestos. Mas assim como o MPL, o Movimento Não Pago, ao passar o primeiro “Acorda Aracaju”, sentiu a necessidade de fechar e delimitar sua ação na causa do transporte e evidenciar isso com maior intensidade nos atos seguintes.

O caminho delineado pelo Movimento Não Pago até chegar nesse pico de protesto e se tornar referência foi difuso. Durante os anos 2011, 2012 e os meses que antecederam junho de 2013, o movimento tinha mobilizado diversos setores da sociedade como movimentos sociais, população, partidos políticos, etc., da cidade de Aracaju e Grande Aracaju, isso contribuiu significativamente para seu desempenho nos “Acorda Aracaju”. Segundo Tarrow (2009), os ciclos de protestos são caracterizados por conflitos acentuados, ou seja, não apenas nas relações econômicas,



políticas, mas nas ruas, nas escolas, nos povoados, nas periferias. O Movimento Não Pago defende essa dinâmica de levar a causa e sua luta para todos os espaços que possibilitem a eles uma atuação.

Durante toda a trajetória do Movimento Não Pago a relação de conflito entre ele e as polícias civil e militar foi constante. Esse conflito não apenas dificulta o desenrolar de algumas manifestações de rua, mas também transforma e transformou a dinâmica de organização do movimento. É típica que em manifestações massificadas ou em manifestações de rua, como ato público, a presença da polícia como sendo a força opressora do Estado. Em todas as observações feitas em que o Movimento Não Pago estava organizando ou estava apoiando as polícias militar e/ou civil estavam presentes, mesmo em atos feitos com cerca de dez militantes.

É interessante notar que segundo Flávio Marcel um dos motivos para não haver lideranças dentro do movimento é justamente pelo fato deles buscarem proteger a integridade física dos militantes do movimento. Segundo os dados coletados na internet, em manifestações realizadas pelo movimento, 11 militantes do movimento foram presos sem justificativa por parte da polícia. Apesar de não ser difícil de identificar quem são as lideranças do movimento estudado, é preciso ressaltar que essa escolha de não hierarquização dos militantes revela como a organização, os repertórios de ação e as funcionalidades dos movimentos vão sendo construídas e reconstruídas diante dos contextos (culturais, políticos, econômicos, sociais) que estão inseridos.

O conflito também acontece entre o movimento e outros movimentos sociais. Em uma observação participante, que ocorreu no dia 14/03/2013, os militantes estavam reunidos na Praça Fausto Cardoso e planejavam seguir para Câmara de Vereadores e finalizar o protesto no terminal rodoviário do Centro da cidade de Aracaju. No entanto, esse roteiro não ocorreu, pois os manifestantes do bairro 17 de março estavam se manifestando na Câmara de Vereadores. Um dos representantes do Movimento Não Pago foi perguntar à líder do movimento do bairro 17



de março se o Movimento Não Pago poderia se manifestar no mesmo espaço, se eles poderiam levar sua pauta para dentro da Câmara de Vereadores naquele momento. Porém, a liderança do outro movimento não aceitou, achou que eles poderiam ser prejudicados com a presença do Movimento Não Pago naquele momento específico.

Essas tensões ficam explícitas principalmente nas manifestações de rua, e em reuniões na Câmara dos Vereadores. Nas manifestações de rua, além do exemplo dado acima, foi possível também perceber as tensões entre o movimento e alguns cidadãos que não apoiam os repertórios de ação que o movimento utiliza. Em outra manifestação observada no mesmo local da manifestação supracitada, a reação da população como um todo foi favorável, pois eles fizeram o “catracaço”, não deixando ninguém pagar a passagem. Porém, a tensão começou quando um cidadão não aceitou não pagar a tarifa e exigiu que o deixassem passar pela catraca, mas os manifestantes não deixaram, alguns populares e alguns militantes começaram a vaiar, mesmo assim o cidadão que não aceitava ficou reclamando e discutindo com Flávio Marcel que estava sentado na catraca com outra militante. No fim, o cidadão, que aparentava ser um trabalhador, não pagou a passagem, e saiu reclamando. Segundo relatos dos militantes essa reação não é muito rara de acontecer, porém eles já estão acostumados e sabem reagir a ela, e não perdem a paciência.

O Movimento Não Pago é um movimento recente, que apesar de já ter uma trajetória com vitórias e de destaque no cenário público da cidade de Aracaju, seus militantes constantemente estão reavaliando pautas, alianças, modelos de organização, repertórios de ação, como também as formas de apresentação e representação do movimento. Em vista disso, 2011 foi quando o movimento surgiu de fato, ano que ele não teve vitórias, mas que conseguiu se tornar um movimento “independente”; em 2012, o movimento consegue algo histórico, segundo suas lideranças, o congelamento da tarifa do transporte público, que desde a última década só teria tido aumentos. Em 2013 o movimento



não consegue o congelamento da tarifa do transporte público, mas se torna referência no “Acorda Aracaju”, no período das manifestações de junho de 2013.

Conclusão

Este artigo teve a intenção de apresentar a trajetória do Movimento Não Pago, especificamente no período de 2011 a 2013. Para tal, procuramos compreender como se deu a construção da causa da Mobilidade Urbana na cidade de Aracaju. Concluimos que essa causa foi sendo formada e defendida nesse espaço a partir do ano de 2003 com as manifestações contra o transporte público e a favor da tarifa zero ocorridas em Salvador/BH, que deram origem ao Movimento Passe Livre. A partir dessas manifestações surgiu no contexto político nacional uma nova dinâmica de mobilização a favor da tarifa zero e em defesa da mobilidade urbana do transporte público. De acordo com isso, o Movimento Passe Livre se tornou referência nacional para os movimentos sociais que quisessem pautar essa demanda. Porém, a dinâmica organizacional desse movimento não conseguiu se legitimar no cenário público de Aracaju como foi demonstrado, mas possibilitou a emergência do Movimento Não Pago, uma vez que lideranças dele também faziam parte do MPL e ressaltaram a importância da formação política sobre a questão da mobilidade urbana deixada pelo Movimento Passe Livre.

O Movimento Passe Livre foi desarticulado em Aracaju/SE no ano de 2010 e no início de 2011 formou-se uma Frente em Defesa do Transporte Público, que levava o nome “Não Pago”. Com a desarticulação da Frente ainda no primeiro semestre de 2011, surgiu o Movimento Não Pago como um movimento social independente de qualquer outra organização. Nesse sentido, foi válida a utilização das teorias clássicas dos movimentos sociais, uma vez que possibilitou estudar a emergência do Movimento Não Pago como um processo que é transformado e reorganizado a partir de estruturas políticas. Partindo disso, concluimos



que não são apenas os descontentamentos individuais ou o aumento populacional e a falta de ônibus público para comportar a demanda que fizeram emergir o Movimento Não Pago. Mas foi a partir das mudanças no contexto político, nas formas de participação dos jovens e através dos recursos disponíveis, bem como de suas redes interpessoais, que foi possível seu surgimento.

Outra conclusão diz respeito ao modelo de organização do movimento. O modelo é dinâmico, articulado e diversificado nas suas redes, nos seus símbolos, nos seus repertórios, nas suas causas, bem como no perfil dos seus militantes, sendo que esses possuem recursos individuais que são reconvertidos para a organização do movimento, como é o caso do recurso escolar. Em virtude disso, consideramos que um dos motivos para o movimento ter conseguido se legitimar e ter conquistado algumas vitórias, segundo o ponto de vista deles, é este dinamismo e diversidade. Na medida em que o movimento percebe que está precisando renovar suas demandas, adentrar em novos espaços, se reorganizar em termos de funções dos militantes, tirar ou colocar o modelo de divisão por coordenadorias, é uma forma de fazer o movimento permanecer na cena pública e não deixar com que os militantes se desengajem.

A partir da análise das redes virtuais do Movimento Não Pago foi possível perceber que elas constituem um instrumento de mobilização fundamental para o movimento, principalmente no que diz respeito à divulgação de informação sobre o movimento, como, por exemplo, eventos de protestos que são realizados. Porém, a partir do ponto de vista dos entrevistados, as redes virtuais não são determinantes para a consolidação do movimento uma vez que não permitem ter um contato direto com os atores e que nem todos que acessam as redes virtuais participam de fato do movimento. Esse resultado é importante na medida em que nos coloca no debate das inovações dos repertórios de ação. Vimos que os repertórios de ação são diversificados, mas que ainda preservam repertórios clássicos da ação coletiva direta como: passeata,



ato público, vigília, ocupação, abaixo-assinado, ato simbólico, etc. Diante disso, vimos que o Movimento Não Pago preserva a memória e se apropria tanto de repertórios de ação utilizados historicamente pelos movimentos sociais como também faz parte dessas novas configurações dos movimentos sociais contemporâneos que têm a internet como um recurso fundamental.

Referências bibliográficas

Abramo, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. **Revista Brasil de Educação**, nº 07, 1997.

Alonso, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, 2009, p. 49-86.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

Cefai, Daniel. “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva”. **Dilemas**, v. 2, n. 4, 2009, p. 11-48.

Coradini, Odaci Luiz. “Origens Sociais e Princípios de Hierarquização Escolar: a formação de “intelectuais à brasileira””. **Cadernos de Ciência Política**. Porto Alegre, n 6, 1997, p. 1-55.

Clemens, Elisabeth S. “Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. Brasília, 2010, p. 161-218.

Goffman, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Ed. 17. Petrópolis, Vozes, 2009.

Gohn, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª edição. Edições Loyola. São Paulo, 2001.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. Ed. 1.- Cortez, 2013.

Maricato, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Ed. 1.- São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Mische, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 6, 1997, p. 134-150.

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney. “Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação”. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2011, p. 18-51.



Oliveira, Wilson José Ferreira. “Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, 2008, p. 167-186.

Petrarca, Fernanda Rios. “Esfera Política e processos de consolidação dos saberes profissionais”. In: Seidl, E.; Grill, I. G. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Tarrow, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Tilly, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, 2010.



“A CIDADE FOI REPARTIDA E NÓS NÃO FOMOS CONVIDADOS”: AÇÃO COLETIVA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOÇÃO DE CIDADE NO COLETIVO DEBAIXO¹

 Jonatha Vasconcelos Santos²

 Wilson José Ferreira de Oliveira³

A TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS sobre movimentos sociais e formas de protestos e contestação tem se debruçado sobre diversos problemas teóricos e metodológicos e originado agendas de pesquisa bem variadas. Dentre essas cabe destacar as que se referem às oportunidades e aos constrangimentos para a ação coletiva, à caracterização dos repertórios de ação, aos modelos de organização, ao desenvolvimento de redes de movimentos sociais e aos processos de construção de atores engajados (Alonso, 2009; Gohn, 2014; Diani, 1992; Diani, Della Porta, 2006; Oliveira, 2010, 2013). Diante disso, a análise do processo de criação e

¹ A versão original deste capítulo foi publicada na revista Estudos Históricos (Santos & Oliveira, 2018) e faz parte de dissertação intitulada “As manifestações de junho pra gente não acabou”: um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju (Santos, 2017).

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe e integrante do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: vasconcelos.jonatha@gmail.com

³ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado 3 da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Ciências Sociais (DCS), no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA). Coordenador do Laboratório de Estudos so Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: etnografia.politica@gmail.com



difusão de “enquadramentos interpretativos” da ação coletiva tem recebido uma atenção renovada recentemente, sendo articulada com questões relativas à apreensão de uma gramática ou das “gramáticas políticas” das mobilizações e lutas coletivas (Benford, 1997; Benford, Snow, 2000; Silva, Cotanda, Pereira, 2017). Em consonância com essa renovação do interesse pelo estudo das “gramáticas políticas” das mobilizações coletivas, este artigo se volta para a análise das lutas pelo “direito à cidade”. Nesse sentido, a questão que está no centro de nossa preocupação consiste em compreender como determinados grupos sociais – a exemplo de movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, empresas, etc. – criam narrativas que identificam e propõem soluções para problemas sociais que afetam a cidade. Para isso, utilizaremos como material empírico alguns *fanzines* – pequenas revistas criadas e divulgadas de forma alternativa e independente por grupos marginalizados em relação ao mercado editorial e de circulação hegemônico – produzidos pelo Coletivo Debaixo da cidade de Aracaju.

As ferramentas metodológicas utilizadas para recompor a noção de cidade elaborada pelo grupo foram os *fanzines* publicados durante o período de atuação do coletivo (os anos de 2013 a 2016) e que possibilitam ter acesso a certas narrativas públicas sobre a noção de cidade compartilhada pelos integrantes do coletivo. Além disso, algumas informações adquiridas através de entrevistas semiestruturadas, publicações catalogadas em perfis virtuais, conversas informais e observações diretas realizadas durante os eventos promovidos pelo coletivo, ainda que não utilizadas diretamente no artigo, contribuíram para a recomposição do enquadramento interpretativo elaborado pelo grupo. É importante ressaltar que o pluralismo metodológico tem sido um desafio enfrentado por diversos autores que analisam os movimentos sociais e, em especial, as ocupações no espaço público. O estudo de Alviso-Marino (2015) sobre as mobilizações no Yemem é um exemplo de como a noção de “seguir o objeto” na busca pela compreensão das ocupações exige um olhar para os repertórios mobilizados, os processos



de ressignificação política do espaço, os modos como os grupos representam suas ações nas redes sociais virtuais, as trajetórias que são construídas a partir das ocupações, etc. Assim, ainda que este artigo tenha como foco analítico as narrativas no intuito de compreender os enquadramentos elaborados pelos atores, outros tipos de fontes de material empírico acompanharam a construção do texto.

Tal Coletivo era composto por uma grande maioria de estudantes universitários e seus integrantes possuem alguns traços semelhantes que possibilitam uma caracterização social de seu perfil do grupo: em primeiro lugar, o envolvimento em expressões artísticas consideradas marginais como o punk e o hip-hop; em segundo, o engajamento em partidos políticos, movimento estudantil e outros movimentos sociais mais alinhados a partidos de esquerda como o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e o Movimento Não Pago; em terceiro, a crítica às estruturas de poder oficiais como os partidos políticos – baseada em experiências de engajamento anterior – a partir das ideias de manipulação, profissionalização e burocratização da política.

O Coletivo iniciou um conjunto de ações intituladas Sarau Debaixo que acontecia toda terceira terça-feira do mês, entre os anos de 2013 e início de 2017, com intervenções artísticas e políticas embaixo de um viaduto localizado em uma área central e de muita movimentação da cidade. A partir disso, ele construiu toda uma narrativa de luta pelo “direito à cidade”⁴ a partir de várias pautas relacionadas aos problemas da cidade, como a mobilidade urbana, o genocídio da juventude negra e a presença dos corpos femininos e transexuais na cidade. A diversificação das pautas fazia referência não somente aos diversos fatores que compõem a cidade enquanto um problema público, mas também à rede de colaboração do Coletivo que foi composta por coletivos LGBT,

⁴ É necessário salientar que a expressão “direito à cidade”, por vezes, também é utilizada paralelamente ao uso teórico elaborado por Lefebvre (2001), autor responsável pela criação do termo que acaba de completar 50 anos.



mediativistas, grupos de hip-hop localizados na periferia da cidade e os acontecimentos sociais locais e nacionais que incluíam novas questões para as pautas. Sendo assim, a vinculação do Coletivo Debaixo com esses grupos também contribuiu para um processo crescente de diversificação da pauta mais geral do “direito à cidade”.

O ato de ocupar mensalmente o viaduto José de Carvalho Déda, mais conhecido como viaduto do DIA, por estar localizado no Distrito Industrial de Aracaju, ocorria através de um uso não negociado do espaço do viaduto – uma das características de intervenções ou ocupações que ocorrem sem a aprovação prévia de instâncias do Estado –, constituindo para eles uma dessas demonstrações de que é preciso se apropriar de uma cidade repartida e privatizada. O local escolhido era estratégico e simbólico: o viaduto do DIA, que fica localizado entre duas avenidas principais e ao lado de um dos terminais de ônibus mais movimentados no horário em que ocorria o Sarau Debaixo, de um supermercado e do maior teatro local, o Teatro Tobias Barreto. Entre esses espaços, o Sarau Debaixo ocorria em um estacionamento não utilizado, e a escolha do Coletivo em mobilizar esse espaço era simbólica à proporção em que resgatava um dos locais mais utilizados para a contestação nas manifestações de junho de 2013, mas também por considerarem um espaço sem “função social”. Além do Sarau Debaixo, outros repertórios de ação mais simbólicos foram utilizados pelo Coletivo como a produção de vídeos e materiais impressos, nos quais, através da poesia, da música e da encenação teatral também construíram uma narrativa sobre a cidade.

Na cidade de Aracaju, semelhante ao que estava ocorrendo em outras cidades do país, alguns acontecimentos e situações que antecederam a emergência do Coletivo Debaixo contribuíram para o processo de mobilização dessa noção de cidade pelo grupo. Primeiro, os debates que ocorreram em torno da causa pública das condições e gratuidade do transporte público através, primeiramente, do Movimento Passe Livre e, depois, do Movimento Não Pago, e a participação de



alguns militantes no Fórum Social Mundial de 2005, que constituiu um marco importante para as pautas do transporte público. Segundo, a circulação dos idealizadores do Coletivo Debaixo nos movimentos de Sarau, que ocorreu em várias capitais do Brasil. No caso dos integrantes do Coletivo analisado, o Sarau Bem Black, que ocorria em Salvador, foi uma referência importante para a construção do Sarau Debaixo em Aracaju. Terceiro, os confrontos entre os manifestantes e os agentes policiais durante o ciclo de protesto de 2013. E, por fim, a reivindicação pelo aumento da oferta do número de locais destinados ao lazer gratuito frente ao processo de crescimento de espaços e opções privadas.

É importante destacar ainda que, diante do crescimento da organização da reivindicação a partir de diversos olhares — como a presença dos corpos indesejados nos espaços públicos, a luta pela moradia nos centros urbanos através de ocupações de espaços não utilizados ou a disputa pela destruição de referências patrimoniais para a construção de empreendimentos e do processo internacional de luta pelo direito à cidade –, esta pesquisa busca compreender como uma causa mais geral (e até mesmo nacional) é traduzida e apropriada localmente por determinado grupo. Semelhante a outros movimentos locais que surgem posteriormente (tais como: o Ensaio Aberto, o Coletivo Entre Becos, o Cultura da Periferia e o Arte na Praça), o Coletivo Debaixo constitui uma expressão local dessa pauta mais ampla da reivindicação do espaço público. E, diferentemente de outros modelos de ação coletiva que atuam nessa mesma causa, o Coletivo Debaixo — assim como os demais citados — é caracterizado principalmente por um perfil de atores engajados, a utilização de repertórios e narrativa específica e que se distingue de outras formas de reivindicação do direito à cidade, como, por exemplo, a luta pela moradia.



Enquadrando a cidade nos fanzines: enquadramentos, narrativas e fatos de uma cidade em disputa

Em uma análise sobre os “portadores figurativos do significado” que compõem um protesto e outros tipos de ação coletiva, James Jasper (2016) elenca alguns elementos que ajudam a compreender o universo dos significados e das gramáticas construídas, como, por exemplo, as máximas e provérbios, as piadas, os hinos e slogans, os enquadramentos, as identidades coletivas, os personagens, as narrativas, os fatos, as regras e leis e as ideologias. Paralelamente a isso, utilizamos o conceito de enquadramento forjado, desenvolvido inicialmente por Goffman (2012) e apropriado nos estudos sobre os movimentos sociais por Benford (1997) e Benford e Snow (2000). A ideia central na utilização de ambas as propostas de análise é ampliar o escopo de possibilidades para a compreensão do processo de construção dos quadros interpretativos a partir da análise dos *fanzines*.

Esses “portadores figurativos do significado” são responsáveis por mobilizar sentimentos, manipular interpretações e propor uma série de regras e formas de identificação e ações individuais e coletivas. Ainda que utilizemos o termo “manipulação”, o autor destaca que o acionamento desses elementos – que constituem a dimensão simbólica e gramatical de uma ação coletiva – não ocorre necessariamente através de princípios racionalistas e estrategistas. Se, por um lado, a estratégia pode ser um princípio de mobilização desses significados, por outro, aspectos morais e emocionais também orientam a adoção ou restrição no uso desses elementos simbólicos⁵.

A crítica à noção de estratégia, por vezes empresarial, da elaboração e difusão de enquadramentos interpretativos para mobilizar possíveis atores engajados e/ou popularizar uma determinada demanda

⁵ Ver as críticas do autor sobre a ausência das dimensões da emoção na teoria da ação coletiva (Jasper, 2010; Jasper, Goodwin, 1999).



enquanto modelo majoritário de usos das narrativas dos problemas públicos e dos símbolos tem dificultado a análise de outros modelos de apropriação das emoções (Benford, 1997; Benford, Snow, 2000). No fundo, a ideia utilizada neste artigo é a de que a estratégia é um tipo de mobilização desses recursos, mas que ocorre paralelamente, por exemplo, à mobilização de símbolos e narrativas que estão relacionadas com experiências de vida marcadas por relações de violência e desigualdade da/na cidade.

Os *fanzines* (figura 1) foram produzidos pelo Coletivo Debaixo paralelamente ao período de existência do Coletivo e de suas ações de reivindicação e luta pelo direito à cidade entre os anos de 2013 e 2016. A proposta dos *fanzines* era a da possibilidade de “dar voz” aos “poetas da cidade”, aos “trabalhadores da cultura” e/ou aos “poetas marginais”, todos esses termos utilizados pelos integrantes do grupo para se referirem a uma produção específica dentro do universo da poesia. Através dos *fanzines*, foram publicadas várias poesias de jovens que já produziam e outros que começaram a praticar essa forma de narrativa a partir do contato com o evento realizado mensalmente pelo coletivo, o Sarau Debaixo.

Figura 1 – *Fanzine* produzido pelo Coletivo Debaixo

**“Todo chão será palco
Todo muro será mural
Toda cidade será poesia”**

Ilustrações: Alan Britto
Coletivo Debaixo
Aracaju-SE



Fonte: Ilustração Alan Britto – Coletivo Debaixo, Aracaju - SE



Os *fanzines* do Coletivo Debaixo se tornaram não somente um dos meios de divulgação de poesias marginalizadas em um circuito hegemônico de literatura, mas também um dos modos do Coletivo difundir aquilo que o grupo compreendia como “cidade”, “ocupação”, “política”, “ação contestatória”, “violência na cidade”, “desigualdade na cidade”, etc.

O quadrado de Pirro: uma cidade desigual, limpa e repartida

A higienização da cidade

Não é feita

Varrendo rua,

Mas sim,

Varrendo gente

Pra onde

O roteiro turístico não passa

E nem vai passar.

Mas essa gente é

Muito mais que isso

Pare pra ouvir

Ela vai te contar

(Poesia retirada do *fanzine* publicado em maio de 2015).

A expressão “quadrado de Pirro” se popularizou em Aracaju a partir da intervenção do engenheiro militar Sebastião José Basílio Pirro, que projetou, entre o final do século XIX e início do XX, a reconstrução do centro da cidade a partir de um quadrado de 32 quadras com 110 metros para cada rua. Isso construiu a imagem do centro de Aracaju que, vista de cima, parece um tabuleiro de xadrez. Todo esse processo foi construído com o interesse de modernizar e reservar um espaço para o centro comercial de Aracaju.

No entanto, esse projeto de modernização, para os integrantes do Coletivo Debaixo, constitui um dos marcos históricos de higienização do espaço público. O processo de higienização é interpretado



fundamentalmente enquanto um processo violento de segregação que aparece, por exemplo, na poesia anteriormente citada: a higienização não ocorre varrendo rua, mas varrendo gente. Antes do trecho destacado, a poetisa também registra alguns aspectos do modo como narra a cidade:

[...] que a cidade, meus queridos...
 não é só coisa linda não
 pode ter certeza é muita contradição
 E para torná-la menos visível
 quem tem poder faz quase o impossível...
 mas é pra manter os debaixo
 afastados, viu
 pra que sua visita seja bem confortável
 Vale bater em um camelô
 pra que desocupe a via, pois,
 pra projeto belíssimo de cidade
 qualquer discordância é rebeldia.

(Poesia retirada do *fanzine* publicado em maio de 2015).

As noções de “contradição”, “projeto belíssimo”, “afastar os debaixo” e de “rebeldia” anunciam aquilo que está na base da concepção de cidade e de ação política de luta em torno da causa. Como destacamos acima, as contradições para o Coletivo Debaixo, e que é evidenciada nesse poema do *fanzine*, constitui umas das qualidades utilizadas pelo grupo para definir aquilo que chamam de “cidade desigual”, na qual os atores menos favorecidos, “os debaixo”, são afastados para zonas periféricas. E é essa “desocupação das vias” que promove e permite um projeto de belíssima Aracaju.

É necessário salientar que, além das experiências de vida desses atores, a presença de um estudante do curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e sua expertise também contribuíram para a construção da crítica à cidade enquanto espaço de segregação.



Uma cidade de múltiplas violências e poucos direitos

No caso da luta pelo direito à cidade no Coletivo Debaixo, e utilizando o *fanzine* enquanto referencial empírico para a identificação de uma narrativa, percebe-se que as noções de cidade, todas como um problema social, são fragmentadas a partir das diversas experiências individuais. A noção de desigualdade aparece no tópico anterior enquanto demarcada por um espaço segregado. Agora, entramos em alguns outros elementos, relacionados com o anterior, e que constroem uma narrativa paralela de uma cidade de múltiplas violências e poucos direitos.

A rua é minha ou não é, até quando vou ter que ficar nessa de ficar andando depressa, da pressa eu tô cansada isso de andar de cabeça abaixada, de precisar tá acompanhada por um outro cara ou pro cara de pau poder me respeitar. [...]

A rua é nossa, a cidade é nossa, vou de cima a baixo, vou de bike, mas me dói muito saber que tem mulheres que saem e não voltam, pois encontram no caminho quem lhes faça mal.

(Poesia retirada do *fanzine* publicado em março de 2015).

Nessa edição do *fanzine* de março de 2015, uma poetisa (e também integrante do Coletivo Debaixo) inclui uma nova perspectiva de luta pelo direito à cidade. Nesse caso, através da ideia de um espaço público violento e agressivo com as mulheres. As violências simbólicas como o assédio sexual e a constante autovigilância em torno da possibilidade de ser violentada ou as violências físicas representadas pelas agressões sofridas pelas mulheres no espaço público fundamentam o diagnóstico elaborado com o protagonismo dos coletivos de mulheres sobre a cidade. Ao reivindicar as ideias de que “a rua é nossa, a cidade é nossa” e vincular essa pauta com as violências de gênero experimentadas no espaço público ao andar de bicicleta e às dificuldades em ter que circular no espaço público em qualquer horário, a poesia relaciona as problemáticas em torno da presença do corpo feminino na cidade.



As poesias a seguir trazem outras dimensões dessa noção de cidade violenta através de uma narrativa construída a partir de uma ideia fundamental que é a retirada das pessoas dos espaços públicos frente ao aumento da violência, como também a pauta amplamente reivindicada por diversos grupos em torno do debate da urbanidade e dos movimentos negros; o genocídio da população negra.

Construímos monumentos sobre a paisagem/ erguemos muralhas, criamos o lado de dentro/ espessam-se os muros e põe-se blindagem

[...]

Acuados num canto/ açoitados nas costas nuas/ acuados, nos perguntamos tanto/ quem nos tirou as ruas.

(Poesia retirada da edição 14 do *fanzine* publicado em abril de 2015).

É muita gente de PRETO/ Matando gente PRETO/ Mas no fundo tudo é PRETO/ Por conta do navio NEGREIRO/ Que ancorou no mangue PRETO/ Subiram pro morro todos os PRETOS [...]

Como quando mandaram recolher todos os mendigos PRETOS/ Da cidade mais limpa.

(Poesia retirada do *fanzine* publicado em abril de 2015).

As ideias de que estamos “acuados” e de que nos retiraram as ruas, o direito de estar nas ruas, como também a concepção de que “recolher todos os mendigos pretos”, matar gente preta nos morros com população negra são as bases da narrativa do grupo. Aqui, a violência é interpretada como um modo institucional de justificar a “limpeza da cidade”.

Essa concepção de cidade é aquilo que os estudos sobre os enquadramentos identificam enquanto os *frames* de diagnósticos que, paralelamente aos *frames* de prognósticos e motivação, compõem uma tríade dos *core framing talks* (Benford, Snow, 2000).

Os quadros de ação coletiva são construídos em parte como aderentes do movimento que negociam uma compreensão



compartilhada de alguma condição ou situação problemática que eles definem como precisando de mudança, fazem atribuições a respeito de quem ou o que é culpado, articular uma alternativa de arranjos, e induzem outros a agir em conjunto para afetar a mudança. (Benford, Snow, 2000, p. 615, tradução dos autores).

Articulado a ideia de “portadores figurativos de significado” em Jasper (2016), os *frames* de diagnósticos, prognósticos e motivações podem ser comparados à noção mais geral de enquadramentos. Para o autor, os enquadramentos são “um tipo de metáfora subjacente que inclui o diagnóstico de um problema, sugere soluções e, com sorte, motiva a ação” (Jasper, 2016, p. 73). Nessa definição, o autor inclui as três noções do *core framing talnks* de Benford e Snow (2000) sintetizadas na ideia de enquadramento.

Se as noções de cidade enquanto espaço de múltiplas violências, desigual e segregada, compõem o *frame* de diagnóstico identificado em algumas poesias do *fanzine* publicado pelo Coletivo Debaixo, e várias outras poesias podem nos mostrar algumas outras interpretações da cidade enquanto um problema social, as poesias do *fanzine* também apontam para alguns prognósticos e motivações para a construção de ações coletivas.

Nesse sentido, a definição de Blumer (1971) sobre as construções dos problemas sociais enquanto um “processo de definição coletiva e não um conjunto de condições sociais objetivas existentes independentemente” nos ajuda a compreender o processo, destacado aqui a partir da ideia de enquadramento, de mobilização de recursos simbólicos e ações contestatórias para a construção da cidade enquanto um problema social.

No próximo tópico destacamos como a concepção desse problema social específico e os processos de reivindicação se tornam, para o Coletivo Debaixo, uma oportunidade de construir modelos de resolução desse problema através da ocupação cultural da cidade.



A ocupação cultural do espaço público enquanto prática de contestação

Imagina como a cidade seria diferente se mensalmente duas bandas daqui se apresentassem de graça no Atheneu, se a cada segunda-feira um espetáculo teatral ou de dança se apresentasse no final de linha do Augusto Franco. Se na terça-feira fosse dia de cinema ao ar livre no Bugio, na quarta um recitam em baixo da Aracaju-Barra [ponte, grifo do autor] e assim por diante ocupando a cidade com cultura. Dá pra imaginar o quanto isso mexeria direta ou indiretamente com a vida das pessoas?

(Texto de integrante do Bagaceira Talhada retirado do *fanzine* publicado em março de 2015).

No tópico anterior, destacamos o que os estudos sobre os enquadramentos interpretativos identificam enquanto os *frames* de diagnóstico. Agora, ainda baseados em textos publicados nos *fanzines* publicados pelo Coletivo Debaixo e em algumas entrevistas publicadas em sites⁶, analisamos os *frames* de prognóstico e de motivação. Os *frames* de prognóstico se referem ao momento posterior ao diagnóstico do problema em que os diferentes grupos identificam as possíveis soluções e motivações para a construção de uma ação coletiva.

No entanto, antes de destacar o prognóstico, é necessário salientar que o blog Bagaceira Talhada foi fundamental para a divulgação do Sarau Debaixo e do Coletivo Debaixo. Além disso, o blog – que também era um coletivo de midiativista – compunha um dos parceiros da “rede de colaboradores”, termo utilizado por alguns integrantes do Coletivo Debaixo para se referir ao modo mais horizontalizado que estabelecia com outras organizações e que caracterizava a dinâmica do “coletivo” enquanto um modelo organizacional.

⁶ A utilização de entrevistas ocorreu devido ao pouco material em que podemos identificar prognósticos na luta pelo direito à cidade nos *fanzines*.



O texto retirado do blog Bagaceira Talhada nos ajuda a compreender a escolha dos modelos de ação coletiva construídos por parte desses coletivos culturais que se inserem nessa pauta. A partir disso, a ideia de “ocupar a cidade com cultura” enquanto uma representação da discordância dos modos tradicionais de organização da cidade emerge como modelo de contestação utilizado pelo Coletivo Debaixo. Sendo assim, a ocupação seria não somente o *frame* de prognóstico, como também o repertório de ação contestatória mobilizado pelo grupo.

Existem várias representações do ‘concreto acomodado’ da cidade por ali: o maior teatro da capital, vizinho do viaduto, que nasceu para ser o templo sagrado da cultura sergipana é, na verdade, carente de algo que lhe preencha com sustância; sem falar do ritmo frenético do cotidiano das pessoas que passam por ali, tudo precisa ser rápido, geométrico e sem contato. Sendo assim, aquelas estruturas rígidas de cimento caracterizam o nosso espaço divergente, o nosso espaço na luta de ressignificar uma cidade que se esqueceu de nós, o nosso espaço de retomar com arte, onde poesia, música, rima, grafite, teatro, dança e cinema estejam no comando das coisas. (Prata, 2015, p. 1).

A ideia de ocupar a cidade com cultura é central no prognóstico dos atores engajados, principalmente no que se refere à construção de modelos de ação contestatória. A concepção de que o espaço público é composto por “estruturas rígidas de cimento” de “concreto acomodado” e a possibilidade de criar um espaço diferenciado (as ocupações culturais e os saraus são alguns exemplos) com novas regras de dominação, ainda que seja momentaneamente, constituem alguns dos modos de ressignificação dos espaços.

Alguns estudos têm revelado como o processo de reivindicação da cidade ocorre paralelamente ao uso da ocupação enquanto o modelo de ação mobilizado pelos grupos dentro e fora do Brasil (Maricato, 2013; Dechezelles, Olive, 2017; Combes et al., 2016). A disputa do espaço



público acontece a partir de múltiplas práticas paralelas às ocupações; entre elas, o que buscamos destacar neste artigo é a construção de uma narrativa sobre a cidade. Com isso, é possível ir além da constatação internacional sobre esse universo de constatação e compreender como tais questões são traduzidas, ainda que estejam vinculadas a questões internacionais em um nível local.

Paralelamente à construção de novos espaços dentro da cidade que resultam, por exemplo, das ocupações organizadas por esses coletivos, esses grupos trazem em suas narrativas a ideia da cidade enquanto um “espaço divergente”, um “espaço de luta”, um espaço a ser “retomado”, no qual a arte “esteja no comando das coisas” e não os projetos de higienização e modernização ou a violência destacados anteriormente. Com base nesse prognóstico já ressaltado, emerge um conjunto de ocupações em Aracaju, região metropolitana e em algumas cidades do interior do estado. Todas com um discurso semelhante: a ideia de que é preciso retomar a cidade. Esse enquadramento também vai sendo adaptado a partir dos diversos contextos e dos grupos que se apropriam dele. Por exemplo, alguns grupos focam na ideia de que é preciso criar espaços de lazer na periferia e outros de que a pauta principal é a democratização da cultura. No entanto, diante dessa diversidade de propostas de pauta, a centralidade na ideia de que a cidade é um direito permanece nas mobilizações.

A partir disso, as ocupações são um modelo de contestação pelo qual se materializam essas indignações. No caso do Sarau Debaixo, o coletivo inicia uma rotina de ocupação mensal em que vários outros atores e grupos, como juventudes partidárias e movimentos sociais, experimentam essa forma de se fazer política. É importante ressaltar que, ainda que tenhamos focado a análise em algumas dinâmicas locais, como mostra Maricato (2013) e Harvey (2012) há, em níveis nacional e internacional, um conjunto de experiências semelhantes. Inclusive, como já salientamos anteriormente, a própria trajetória do Coletivo Debaixo e a idealização do Sarau a partir de alguns contatos anteriores



de atores com o “movimento de sarau”⁷ já explicitam a relação entre esses “ocupas”⁸.

Em suma, buscamos destacar neste tópico que é a concepção da cidade enquanto um espaço de disputa política, muito presente na ideia de ação contestatória no Coletivo Debaixo, que compõe o discurso motivador na construção de ações contestatórias como o Sarau Debaixo e várias outras experiências de ocupação do espaço público.

Conclusão

A proposta deste artigo foi analisar os processos de construção de gramáticas de contestação pelos movimentos sociais. Assim, a importância deste artigo se relaciona à compreensão, no âmbito dos coletivos que reivindicam o espaço público, dos elementos simbólicos que compõem a narrativa da cidade enquanto um problema social e, a partir disso, constroem uma demanda. Este trabalho pretende ir além dos estudos recentes sobre os movimentos sociais em disputa nessa pauta, que enfatiza dois aspectos relevantes: a resignificação física dos espaços através da construção de uma rotina de contestação e a relação entre as causas estruturais das desigualdades urbanas e a emergência das ações coletivas. Isso porque nossas reflexões sugerem que a relação entre as experiências de vida e a pauta mais ampla do “direito à cidade” é uma chave analítica para compreender o processo de diversificação do que tem sido mobilizado desde a tradicional luta pela moradia no Brasil. Todavia, elas estão articuladas também às mobilizações de grupos e coletivos de mulheres, feministas e/ou LGBT que reivindicam a igualdade na mobilidade dos corpos, como também dos jovens periféricos que exigem uma cidade cuja violência não atinja

⁷ O “movimento de sarau” é a forma como os atores identificam o circuito de Saraus por várias cidades do Brasil.

⁸ O termo “ocupas” tem sido utilizado por alguns militantes para se referir às ocupações.



exclusivamente a população negra e periférica e os equipamentos (como praças ou parques) também sejam implantados nas zonas periféricas.

Diante do amplo e fragmentado arcabouço teórico dos estudos sobre enquadramento interpretativos no campo de pesquisa sobre os movimentos sociais⁹, a proposta deste artigo foi a de perseguir alguns materiais públicos produzidos pelo Coletivo Debaixo para compreender o modo como o grupo “enquadrou” a cidade na construção desse processo de reivindicação. O material empírico utilizado foi quase que exclusivamente os *fanzines* produzidos entre 2013 e 2016, período de mobilização do coletivo, e uma entrevista publicada em um site.

A partir dos conceitos de *frames* de diagnóstico, prognóstico e motivação, reunimos algumas narrativas que são pertinentes ao Coletivo Debaixo na construção de uma concepção da cidade enquanto um problema social. A dupla categorização da cidade caracterizada, de um lado, pela segregação e higienização e, de outro, pela violência a grupos vulneráveis (as mulheres, os jovens negros e os LGBT), está na base do *frame* de diagnóstico que fundamenta e justifica a necessidade de um conjunto de ações e medidas organizadas pelo grupo. Já o *frame* de prognóstico elaborado pelo coletivo mobiliza a “metáfora” da cidade enquanto um espaço divergente e de disputa política.

No entanto, é importante destacar que os quadros interpretativos não são elaborações eminentemente individuais, e, sim, produtos sociais. Essa é uma das críticas que Benford (1997) e Benford, Snow (2000), ambos expoentes da análise dos *frames* nos estudos sobre movimentos, fazem ao desenvolvimento a partir de uma revisão “de dentro” desse campo de investigação. Para esses autores, os estudos dos *frames* na sociologia da ação coletiva utilizaram critérios individuais e demasiadamente “psicologizantes” para a explicação dos fenômenos sociais. Parte disso ocorre através da abertura à interdisciplinaridade com a área da Psicologia Social – inclusive a relação com outros campos

⁹ Ver a crítica de Benford (1997) ao desenvolvimento das análises de *frames*.



de estudo é uma reivindicação presente na análise de *frames* – e, com isso, a dimensão coletiva tornou um elemento secundário no estudo dos quadros interpretativos.

A segunda crítica elencada por Benford (1997) e outros autores como Mathieu (2002) e Cefaï (2009), esses últimos vinculados ao pragmatismo francês, é que a teoria dos enquadramentos interpretativos elaborou, ao longo do desenvolvimento da proposta, um arcabouço teórico bastante vinculado a uma visão estratégica e utilitarista da ação coletiva. Em parte, isso é uma consequência da concentração das pesquisas em investigar como as lideranças criavam enquadramentos com capacidade de mobilizar possíveis atores engajados e/ou difusão e popularização das causas. Diante dessa crítica, este artigo busca dialogar com esse desafio teórico e empírico através da compreensão do enquadramento não somente enquanto uma possibilidade de disputar uma causa, a reivindicação do direito à cidade, mas também como uma forma dos atores estabelecerem sentido para o engajamento nesse tipo de mobilização. Para isso, como buscamos demonstrar através das narrativas identificadas nos *fanzines*, os sentimentos de violação de direitos na circulação do espaço público constituem um dos elementos que unem os enquadramentos coletivos e as experiências de vida dos atores. Sendo assim, para além de uma visão estratégica, o artigo buscou compreender os elementos simbólicos que compõem os enquadramentos e, através da vinculação dos atores às molduras elaboradas pelo coletivo, possibilita o engajamento.

Em diálogo com isso, buscamos demonstrar que os *frames* elaborados no Coletivo Debaixo estão relacionados a alguns “fatos”. Os fatos no esquema dos “portadores figurativos de significado” em Jasper (2016) correspondem às interpretações que os atores e grupos criam a partir de uma realidade empírica e introduzem enquanto um elemento da narrativa. Sendo assim, os *frames* são interpretações e narrativas coletivas em que é possível também encontrar traduções individuais para o mesmo enquadramento. O exemplo da presença de



uma reivindicação do direito à cidade a partir da condição de um jovem negro ou uma mulher é um dos modos em que percebemos o cruzamento entre as histórias de vida individuais e um enquadramento coletivo, que é o “direito à cidade”. No caso do Coletivo Debaixo, é bastante evidente como as poesias e outros tipos de intervenção sobre o “direito à cidade” e as violências de gênero são demarcados por experiências femininas de vida na cidade.

Sendo assim, são fundamentais para compreender a emergência dos *frames* as motivações para a ação e os processos de engajamento, as conexões entre fatos empíricos relativamente diversificados, tais como a luta em torno da mobilidade urbana através da campanha contra o aumento da tarifa protagonizada em Aracaju pelo movimento Não Pago, o debate promovido por um professor universitário com o título de “Desobediência Civil e Transporte Público”¹⁰, os intensos conflitos entre instâncias policiais e os manifestantes que reivindicavam o direito de protestar e “ocupar” as ruas e as experiências de vida dos integrantes e idealizadores do coletivo em outros movimentos de ocupação em Salvador como Sarau Bem Black, entre outros.

Em artigo recente sobre o desenvolvimento da perspectiva das análises de *frames* e a recepção dessa abordagem nos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, Silva et al. (2017) destacam a capacidade da teoria do enquadramento para a problematização de alguns temas de pesquisa bastante ideologizados como a relação entre movimentos sociais e as mídias e as disputas internas e externas em torno das narrativas sobre questões, pautas e/ou problemas sociais. Em consonância com isso, entendemos que os estudos dos quadros interpretativos também são fundamentais, paralelamente a alguns princípios etnográficos dos estudos pragmatistas sobre as gramáticas e justificações (Cefaï, 2007, 2009; Oliveira, 2015), para a imersão do

¹⁰ Ver a matéria em <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/07/quatro-homens-sao-detidos-durante-manifestacao-em-aracaju.html>>.



pesquisador na busca pela compreensão das concepções políticas compartilhadas por grupos.

Além disso, nos últimos anos, os estudos sobre movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade têm analisado a relação entre os “novos” tipos de reivindicação do espaço público enquanto diferentes experiências de um ciclo global de protestos (Maricato, 2013; Dechezelles, Olive, 2017; Combes et al., 2016). Diante desse cenário, a perspectiva adotada neste artigo se insere em uma abordagem que busca compreender as traduções locais desses “problemas globais”. Nesse sentido, a proposta de realizar uma imersão etnográfica permitiu compreender o processo de construção de um conjunto de concepções compartilhadas pelo grupo sobre política, ação contestatória e “direito à cidade”. E, a partir da crítica realizada por Benford (1997) às abordagens individualistas e “psicologizantes” dos enquadramentos, demonstramos como essas molduras interpretativas são elaboradas paralelamente a um conjunto de experiências individuais presentes nas histórias de vida que motiva o engajamento, e também aos acontecimentos coletivos como debates sobre formas de rebeldia e mobilidade urbana, a difusão da ocupação do espaço público enquanto modelo de ação contestatória e, por fim, a participação nas manifestações de junho de 2013, acompanhada dos enfrentamentos entre os policiais e os movimentos sociais.

Portanto, ainda que o artigo problematize o processo de construção dos enquadramentos interpretativos em torno da luta pelo direito à cidade, o cenário de mobilizações após o fim do Coletivo Debaixo contribui para uma ampla agenda de pesquisa, como a investigação do processo de difusão de um modo de contestação, o desenvolvimento de novos enquadramentos e a apropriação dessa narrativa da cidade por outros coletivos com diferentes perfis de atores, a transformação desse tipo de ação contestatória em política pública através do projeto Ocupe a Praça recentemente desenvolvido pela prefeitura de Aracaju e como cada uma dessas ocupações passam a ser consideradas enquanto espaços de representação política tendo em vista que as juventudes



partidárias se apropriaram da ocupação enquanto não somente repertório de contestação, mas também espaço de socialização política.

Referências bibliográficas

Alonso, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. **Lua Nova** (São Paulo), n. 76, n. 1, 2009, p. 49-86.

Alviso-Marino, Anahi. “Faire d’un lieu un symbolique politique: la photographie engagée sur la Place du Changement à Sanaa”. **Les lieux de la colère: occuper l’espace pou contester, de Madrid à Sanaa**. Karthala Editeur, 2015, p. 35-71.

Benford, Robert. D. “An insider’s critique of the social movement framing perspective”. **Sociological inquiry** (Austin), v. 67, n. 4, 1997, p. 409-430.

Benford, Robert. D.; Snow, David A. “Framing processes and social movements: an overview and assessment”. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 1, 2000, p. 611-639.

Cefaï, Daniel. **Introduction générale. Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l’action collective**. Paris: La Découverte, 2007.

_____. “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva”. **Dilema: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 4, 2009, p. 11-48.

Combes, Hélène; Garibay, David; Goirand, Camile. **Les lieux de la colère. Occuper l’espace pour contester, de Madrid à Sanna**. Paris: Karthala, 2016.

Dechezelles, Séphanie.; Olive, Maurice. “Les mouvements d’occupation: agir, protester, critique”. **Politix** (Paris), v. 30, n. 117, 2017, p. 7-34.

Diani, Mario. The concept of social movement. **The sociological review** (Londres), v. 40, n. 1, 1992, p. 1-25.

Diani, Mario; Della Porta, Donatella. **Social movements: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

Goffman, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Gohn, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Jasper, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2016.

_____. “Social movement theory today: toward a theory of action?” **Sociology compass**, Oxford, vol. 4, n. 11, 2010, p. 965-976.



Jasper, James M.; Goodwin, Jeff. “Caught in a widening, snarling vine: the structural bias of political process theory”. **Sociological Forum** (Nova Iorque), v. 14, n. 1, 1999, p. 27-54.

Lefebvre, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

Maricato, Erminia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mathieu, Lilian. “Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l’analyse des mouvements sociaux”. **Revue Française de Science Politique** (Paris), v. 52, n. 1, 2002, p. 77-100.

Oliveira, Wilson. José. Ferreira de. “Posição de Classe, Redes e Carreiras Militantes”. **Revista Brasileira de Ciência Política** (Brasília), n. 3, 2010, p. 49-77

_____. “A Arte de Resistir às Palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla”. In: Seidl, E.; Grill, I. G. (Org.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013, p. 141-178.

_____. “Antropologia, política e etnografia: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos”. In: Perissinotto, R.; Codato, A. N. (Org.). **Como estudar elites**. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2015, p. 187-214.

Santos, Jonatha Vasconcelos. **“As manifestações de junho pra gente não acabou”: um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2017.

Santos, Jonatha Vasconcelos; Oliveira, Wilson José F. ““A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo”. **Revista Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 31, n. 65, 2018, p. 457-474.

Silva, Marcelo Kunrath; Cotanda, Fernando Coutinho; Pereira, Matheus Mazzilli. “Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais”. **Revista de sociologia e política** (Curitiba), v. 25, n. 61, 2017, p. 143-164.

Quatro homens são detidos durante manifestação em Aracaju. **G1 Sergipe**, Aracaju, jul. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/07/quatro-homens-sao-detidos-durante-manifestacao-em-aracaju.html>>. Acesso em: 20/04/2016.

Prata, Lucas. A força que vem debaixo. **Redbull Amaphiko**. Brasil, set. 2015. Disponível em <<https://amaphiko.redbull.com/pt-BR/magazine/a-forca-que-vem-debaixo>>. Acesso em: 20/05/2016.



ETNOGRAFIA POLÍTICA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SERGIPE¹

 Verônica de Barros Santos²

 Wilson José Ferreira de Oliveira³

Este estudo é um desdobramento da pesquisa Etnografia Política da Rede de Atendimento Disponível para Enfrentamento da Violência Doméstica Contra Mulheres em Sergipe. Tal pesquisa se inclui em um conjunto de investigações promovido pelo Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania (NAPSEC) da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, em convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica e Científica (FAPITEC) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O convênio faz parte de um projeto que tem como objetivo fomentar pesquisas que auxiliem na compreensão dos problemas que envolvem a segurança pública no estado, de modo a identificar esses problemas e apontar possíveis formas de solução. A colaboração desta investigação no convênio foi a realização de uma pesquisa voltada para

1 Trabalho apresentado no GT 2 – Dinâmicas do Poder e Práticas Políticas do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: veronica.barros@academico.ufs.br

3 Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: etnografia.politica@gmail.com



política de enfrentamento da violência doméstica no estado, a partir de um estudo voltado para a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Sergipe. O estudo aprofundado da rede possibilitou a identificação de alguns problemas na sua estrutura e funcionamento, principalmente, na articulação entre os principais órgãos estatais e na forma de atuação dos profissionais vinculados a essa política.

O trabalho de campo para fins deste trabalho foi realizado entre os anos 2018 e 2019 e durante esse período foram feitas visitas a instituições que compõem a rede na capital do estado, Aracaju, e em algumas cidades do interior que compõem a Grande Aracaju⁴ e o Alto Sertão⁵ sergipano. Durante as visitas foram realizadas entrevistas com profissionais que atuam diretamente com os casos de violência doméstica e consultas a documentos e registros relacionados com a política de enfrentamento da violência doméstica. Acompanhamos um grupo de trabalho, predominantemente formado por mulheres, sendo essas mulheres profissionais que atuam na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Sergipe⁶. O objetivo dessas reuniões era a elaboração de um protocolo de atendimento e funcionamento da rede que servisse de modelo de atuação para cada instituição. Esse protocolo consiste em uma tentativa de resolução dos problemas de operacionalização e prestação dos serviços oferecidos pela rede.

4 O Território da Grande Aracaju foi criado através do Decreto Estadual nº. 24.338, de 20 de abril de 2007, e contempla os seguintes municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga d' Ajuda, Maruim, Santo amaro das Brotas, Riachuelo, Pirambu e General Maynard.

5 O Alto Sertão engloba os seguintes municípios: Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes.

6 A rede é uma diretriz da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, criada pela SPM da Presidência da República, e consiste no aparato estatal, na forma de funcionamento desse aparelho disponível para o atendimento de mulheres vítimas de violência de gênero e da relação dessa estrutura estatal com a sociedade civil, então essa rede é formada por diversos serviços públicos, como de saúde, segurança, assistência social e jurídica, ou seja, é formada por instituições do Estado, mas também agrega outras organizações da sociedade.



A iniciativa foi motivada pelos múltiplos entraves à execução da política pública e ao bom funcionamento dos serviços. Como forma de resolver esse déficit, muitas redes estaduais e municipais buscam fortalecer a política pública por meio do bom funcionamento das suas instituições. Dessa forma, destacamos que as lideranças que atuam no enfrentamento da violência doméstica buscam encarar o problema investindo, principalmente, no funcionamento dos serviços e dando pouca atenção às questões sociais e culturais que contribuem para prevalência da violência doméstica.

A violência doméstica foi considerada por muito tempo uma questão emocional e afetiva, de foro íntimo e de âmbito privado. Mediante um processo de construção da violência contra as mulheres como uma causa pública é que os atos violentos contra as mulheres por questões de gênero, como a violência doméstica, passam a ser vistos como uma questão social. Nesse sentido, é importante reconhecer todo um trabalho político de publicização dessa causa que a tornou um problema da sociedade e, portanto, objeto da ação do Estado. A resposta governamental brasileira a esse problema foi a criação de uma estrutura pública que abriga serviços de justiça, assistência social, saúde e educação. Com o objetivo de ampliar as interpretações sobre a violência doméstica como causa pública e as respostas governamentais e sociais ao problema, examinamos a estrutura e o funcionamento da rede de atendimento disponível para o enfrentamento da violência doméstica em Sergipe, as dinâmicas de articulação entre os principais órgãos estatais que fazem parte dela e as formas de atuação dos profissionais a ela vinculados, em suas relações com o processo de construção social, política e cultural da violência doméstica como uma causa pública.

A análise aqui desenvolvida segue a tendência de outras pesquisas que consideram a relação entre dinâmicas de construção de causas e processos de implementação de políticas públicas. Desse modo, a discussão sobre as dinâmicas de formulação e operacionalização de



políticas de combate à violência doméstica pretende dar conta das relações entre o campo da política e do Estado, uma vez que a existência e o funcionamento das instituições administrativas e burocráticas de formulação e implementação de políticas públicas estão profundamente imbricados com clivagens políticas, ideológicas e partidárias.

Com base nessa perspectiva de análise buscamos responder algumas indagações que são centrais para compreender as condições sociais, políticas culturais de formulação e implementação de políticas públicas de combate à violência doméstica contra mulheres. Essa compreensão perpassa pelos mecanismos estruturais e institucionais que fundamentam a formulação e operacionalização de tais políticas, pelos atores envolvidos, pelas trajetórias e recursos sociais e políticos mobilizados por esses atores. A análise dessas dimensões contribui para a reconstrução dos processos históricos de configuração do campo da política e do Estado e de suas relações com outras esferas sociais.

As investigações sobre as ações estatais ainda têm sido predominantemente abordadas com base numa perspectiva normativa e em análises formalistas e estatísticas (Carade, 2009; Souza Lima; Castro, 2015). Essas análises deixam uma série de elementos descobertos e prejudicam a compreensão mais ampla da relação sociedade-Estado. A adoção de perspectivas “reflexivas” em relação ao próprio conceito de Estado, e uma maior atenção às categorias e práticas nativas dos operadores do Estado e das populações envolvidas, constitui ainda um desafio para este tipo de pesquisa (Carade, 2009; Souza Lima, 2012).

A imersão etnográfica na política governamental de enfrentamento à violência doméstica teve como enfoque os operadores da ação estatal em seus *locus* de atuação, a partir das categorias e práticas que definem essa atuação e os conflitos entre diferentes instituições (Oliveira, 2015; Oliveira e Petrarca, 2017). A investigação de uma realidade específica associada à sociogênese da violência doméstica como um problema público, a investigação das dinâmicas e rotinas de funcionamento das instituições existentes e a análise das principais lideranças e



profissionais da rede de atendimento (Petrarca, 2016) se apresentam como possibilidades para pensar questões específicas e locais para compreender o problema da violência doméstica em uma escala maior, ou seja, em nível nacional ou mundial.

Com base nisso, tal estudo pretende contribuir para a identificação das principais dificuldades envolvidas no funcionamento da rede de atendimento à violência doméstica contra as mulheres em Sergipe com vistas à elaboração de alternativas para o enfrentamento desse problema no estado.

Nesse sentido, a análise do processo de construção social da violência doméstica como uma causa pública tem como meta fornecer elementos aos formuladores de tal política pública para uma melhor avaliação do modo de constituição e da operacionalização do aparato legal, das instituições e das políticas de garantia dos direitos das mulheres e, principalmente, das principais mudanças ocorridas em termos dos tipos organizações, instituições, espaços e setores públicos envolvidos na constituição de tal causa como pública.

Por fim, temos como meta ainda fornecer um conhecimento aprofundado do modo de estruturação e de funcionamento cotidiano da rede de atendimento à violência doméstica contra mulheres existente no estado. Isso é muito importante para que os formuladores de políticas de combate à violência doméstica contra mulheres possam conhecer os principais problemas decorrentes de conflitos vinculados aos diferentes setores e espaços atuantes, assim como da diversidade de referenciais ideológicos, atores, instituições, procedimentos e setores colocados em prática nas discussões e medidas adotadas na política de “enfrentamento da violência contra a mulher”. Dessa forma, esta investigação pode contribuir para a análise e exame da situação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Sergipe e em outros estados e cidades do Brasil a respeito da sua eficiência. As questões aqui levantadas podem evidenciar alguns dos pontos principais que devem ser levados em conta para formulação de um



plano de combate à violência doméstica contra mulheres, com base no conhecimento de como a questão se tornou um problema público e das dinâmicas concretas de estruturação e funcionamento da rede.

Literatura sobre o tema

Com base na investigação das condições e dinâmicas sociais, políticas e culturais de formulação e operacionalização de políticas públicas, o principal problema que será abordado por esta pesquisa diz respeito às relações entre as condições de emergência e as modalidades de construção da violência doméstica como uma causa pública e os referenciais ideológicos, mecanismos político-institucionais e estruturas das redes de atendimento disponíveis para o enfrentamento de tal violência no estado de Sergipe. Tal formulação do problema de pesquisa remete a certas discussões teóricas e conceituais a propósito das relações entre “mecanismos institucionais”, “competências técnicas” e “redes sociais” nas dinâmicas de formulação e operacionalização de políticas públicas de combate à violência doméstica contra mulheres.

Em relação a isso, cabe lembrar que um dos principais avanços propostos pelo chamado “neo-institucionalismo” tem sido chamar a atenção para as lógicas próprias que respaldam o funcionamento das instituições e da burocracia estatal, em vez de deduzi-las dos comportamentos e das estratégias individuais. Com perspectivas teóricas e metodologias de análise diferenciadas, a maioria dos trabalhos pressupõe que as disputas relativas aos referenciais ideológicos, aos procedimentos e aos critérios que fundamentam a execução das políticas públicas são fortemente influenciadas pelas dinâmicas próprias de funcionamento das instituições político-administrativas e pelos interesses específicos dos atores estatais (Arretche, 2006). Tal pressuposto está presente tanto nas abordagens focadas mais diretamente nos tipos e nas estruturas das redes sociais que constituem a “comunidade” de políticas públicas (Marques, 2003)



quanto naquelas que enfatizam o papel dos referenciais ideológicos na conformação do sistema de atores e na constituição dos “mediadores” que desempenham as funções normativas e de liderança na condução da ação pública em determinado “setor” (Muller, 1995, Muller; Surel, 2002). Para isso, a utilização de recursos técnicos e científicos adquiridos com base na atuação profissional e administrativa no interior do próprio setor constitui o ingrediente-chave na compreensão do impacto dos mecanismos institucionais sobre a produção das políticas públicas. Em consonância com isso, a literatura pertinente tem salientado que, atualmente, as competências técnicas e científicas constituem um dos ingredientes principais na estruturação e na dinâmica de funcionamento do aparato governamental.

Segundo essas abordagens, tais atributos passaram a ter um impacto considerável sobre os processos de configuração das instituições administrativas, na medida em que influenciam fortemente o recrutamento, a seleção e a hierarquização das elites administrativas. No âmbito das políticas públicas, mesmo os trabalhos que recusam a ideia de “políticas setoriais autônomas”, a ênfase também recai sobre o peso dos recursos técnicos na formulação e operacionalização de tais políticas. Esse aspecto já tem sido amplamente destacado pela literatura nacional e internacional ao se referir ao papel preponderante da formação técnica e científica e à utilização de competências de expertise, adquiridas através da formação universitária, nas dinâmicas de formulação e de implementação das políticas públicas mais diversificadas. Segundo tais abordagens, os processos de formulação e operacionalização de políticas públicas evidenciam que cada vez mais são mecanismos, dispositivos e atores vinculados ao universo da técnica e da ciência os que assumem um papel destacado na construção e administração das reivindicações e dos problemas públicos (Lascoumes, 1994; Cefaï, 1996).

Outro contingente enorme de trabalhos tem salientado que uma das consequências principais dessa imposição da expertise na formulação



e implementação das políticas públicas é a institucionalização e a profissionalização do próprio ativismo, na medida em que a participação regular em instâncias formais (conselhos, fóruns, comitês, etc.) implicou o recrutamento de militantes e dirigentes dotados de elevada formação técnica e científica e a imposição de competências de expertise como um dos principais recursos militantes nas intervenções públicas (Reginato, 2014). No caso brasileiro, esse tipo de interpretação se faz presente naqueles trabalhos que enfatizam a maior difusão e institucionalização das causas e problemas públicos nas mais diferentes organizações e setores da sociedade e que, em consonância com isso, destacam a intensificação do processo de profissionalização das organizações em defesa das mulheres e contratação de técnicos como forma de legitimação de suas atividades e intervenções públicas (Reginato, 2014).

Em contraponto a isso, outras abordagens têm salientado que essa questão remete à investigação dos diversos tipos de recursos acumulados pelos dirigentes da burocracia estatal, na medida em que têm como base vínculos por eles estabelecidos com esferas sociais diversificadas no decorrer de seus itinerários familiares, escolares, profissionais, políticos e militantes (Bourdieu, 1984; Sawicki; Mathiot; 1999a; 1999b; Coradini, 1994). Segundo essa perspectiva, trata-se de examinar os vínculos estabelecidos entre a formação técnica e profissional mobilizada no exercício de posições dirigentes na administração pública e os recursos e vínculos decorrentes da inserção em diversas esferas e redes sociais (Muller; Surel, 2002).

Tais aspectos são particularmente interessantes, uma vez que estudos sobre a situação brasileira têm destacado o quanto a inserção e respectivos vínculos com redes e esferas sociais distintas têm uma forte incidência para o acesso à posição dirigente na estrutura administrativa do Estado (Pécaut, 1990; Love; Barickman, 2006; Conniff, 2006; Dezalay; Garth, 2002). Isso porque se trata de uma situação semelhante àquelas em que a constituição de organizações e agências governamentais



voltadas para a defesa de causas públicas é fortemente dependente da esfera estatal e da dinâmica político-partidária em termos de suas formulações ideológicas e de seus recursos humanos, organizacionais e financeiros. Tais aspectos remetem à hipótese de que, na sociedade brasileira, o “plano político” tem uma importância destacada na constituição dos recursos que respaldam as dinâmicas de formação e de ação dos grupos sociais.

Colocando-se numa posição intermediária entre as abordagens que focalizam a importância dos mecanismos institucionais e as que destacam o peso dos fatores externos às instituições administrativas, essa pesquisa examina os impactos dos recursos escolares e da formação profissional sobre a ocupação de postos dirigentes na estrutura da rede de atendimento à violência doméstica contra mulheres, tomando como referência espacial o estado de Sergipe. O desafio colocado nesta investigação consiste em utilizar uma abordagem “processualista” e “relacional” que dê conta dos processos diferenciados de configuração da administração pública em função dos vínculos e das influências recíprocas entre mecanismos político-institucionais e dinâmicas de inserção de seus quadros dirigentes em múltiplas redes e esferas sociais. Assim, trata-se de examinar as relações entre os diversificados recursos acumulados pelos atores interessados na elaboração e operacionalização de políticas de combate à violência doméstica contra mulheres e os respectivos vínculos estabelecidos com esferas sociais diversas no decorrer de seus itinerários familiares, escolares, profissionais, políticos e militantes. Trata-se de demonstrar que, nesse tipo de política, a inserção e os vínculos com redes e esferas sociais distintas têm tido uma forte incidência tanto para o acesso à posição dirigente na formulação e operacionalização de tais políticas quanto na conformação da base de recursos utilizados pelos seus principais mediadores.

Desse modo, a pesquisa se orienta, para a apreensão do modo de estruturação e funcionamento do Estado e respectivas instituições



políticas e administrativas, pela multiplicidade de atores e aliados e o grau de influência e de alinhamentos existentes entre eles, os conflitos e divisões entre as elites políticas e dirigentes (Tarrow, 2009; Alonso, 2009; Mcadam, McCarthy, Zald, 1996). Como salienta Mathieu (2010), a análise das relações de interdependência entre movimentos sociais e campo político (outros movimentos e organizações sociais, dinâmicas partidárias, eleitorais e administrativas, dispositivos jurídicos, etc.), constitui uma ferramenta fecunda para dar conta tanto dos embates e relações que os separam e distanciam quanto da diversidade de vínculos que os unem e os aproximam. Tais aspectos devem ser considerados em sua dimensão diacrônica, uma vez que requer examinar a evolução das organizações e mobilizações em suas relações com as mudanças favoráveis ou desfavoráveis nas estruturas e práticas políticas.

Procedimentos metodológicos

A operacionalização desta pesquisa desenvolveu-se mediante o levantamento de materiais, fontes de informação e procedimentos de investigação bastante diversificados: artigos de jornais, registros, análise de documentos, questionários, observação direta e entrevistas com os principais responsáveis das instituições pertencentes à rede de atendimento nos seis municípios selecionados. Assim, analisamos a implementação das ações, a atuação das lideranças nas organizações e as formas de operacionalização das políticas públicas para a desnaturalização do ciclo de violência em cada localidade.

Em primeiro lugar, procedemos ao levantamento e análise do material secundário de informações, registros e dados existentes sobre as condições de emergência e as transformações da violência doméstica como uma causa pública: campanhas, eventos, mobilizações, medidas e programas. Com base nisso, foi possível fazer uma sociogênese das dinâmicas de emergência e das formas de construção e transformação da violência contra a mulher como uma causa pública em Sergipe, a



partir do trabalho de levantamento, coleta e análise das informações existentes sobre os principais eventos, programas e medidas vinculados à emergência e consolidação da campanha pelo fim da violência contra a mulher em Sergipe. Elaboramos, com isso, uma espécie de “mapa” detalhado da multiplicidade de atores (organizações e lideranças), quadros de interpretação e repertórios organizacionais vinculados à construção de tal campanha e suas vinculações com as mobilizações em curso na esfera nacional. Desse modo, essa primeira etapa possibilitou o levantamento de informações complementares com o intuito de comparar a emergência e a consolidação de um conjunto de organizações, lideranças e causas públicas com transformações significativas no âmbito das estruturas sociais e políticas do estado e suas relações com dinâmicas mais gerais em curso na sociedade brasileira.

Num segundo momento, procedemos à coleta de informações sobre as instituições, de dados biográficos e a realização de entrevistas com as principais lideranças e profissionais da rede de atendimento. Para isso, iniciamos pela catalogação de informações no site da Coordenadoria da Mulher. Na plataforma digital encontramos dados sobre os equipamentos que compõem a rede, os tipos de violência doméstica, os relatórios de gestão lançados a cada dois anos e os programas da Coordenadoria que visam quebrar o ciclo da violência, por exemplo, o “Programa Interior em Rede” e o “Programa Acolher para Empoderar”. Através do site foram catalogados os órgãos de atendimento e as respectivas funções. Fizemos uma sistematização desses órgãos com base no mapa geográfico de Sergipe que resultou na confecção de um mapa-referência da rede. Tais informações foram complementadas com o levantamento de dados biográficos dos principais profissionais e lideranças que atuam na rede e com entrevistas com algumas dessas lideranças. Tais entrevistas foram orientadas para a coleta de informações sobre as origens sociais, as trajetórias escolares e profissionais e o ingresso e atuação em organizações e instâncias de operacionalização da política de combate à violência doméstica.



Com base nesse conjunto de dados, passamos à observação direta de secretarias, CREAS e órgãos responsáveis pela política no âmbito municipal. Foram priorizados os municípios de Itaporanga, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Monte Alegre. Para cada um desses municípios foi feito um levantamento preliminar de informações das principais campanhas e programas implementados, a data de criação e as mudanças ocorridas nos principais órgãos, os secretários e dirigentes institucionais de tais instituições e respectivos vínculos partidários e as principais formas de articulação entre tais instituições. Com a posse dessas informações fizemos sucessivas visitas aos referidos órgãos para observar as dinâmicas de funcionamento interno e coletar outras informações referentes aos critérios de seleção e treinamento de profissionais e os procedimentos de troca de informações entre tais órgãos.

Resultados da pesquisa e contribuição para políticas públicas

Um dos primeiros aspectos que se destaca na sociogênese da violência doméstica como uma causa pública é sua dinâmica de configuração como uma causa pública internacional: ou seja, sua conversão e publicização como problema público esteve primeiramente articulada a redes e arenas internacionais, passando depois para institucionalização e realização de políticas governamentais nacionais.

Nesse sentido, como bem demonstrou Keck e Skkink (1998), a violência contra as mulheres constitui uma causa que chegou meio tarde no movimento feminista, mas rapidamente se tornou o principal tema do movimento feminista internacional. Foi somente a partir da conferência de Nairóbi em 1981 que se começou a dar substancial atenção ao tema da “violência contra a mulher”. No entanto, não se pode atribuir às conferências internacionais a responsabilidade pela criação dessa mudança, ainda que se reconheça que elas tiveram um papel legitimador importante. Isso resultou de uma profunda convergência



entre as redes internacionais em torno dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. As fundações internacionais europeias e norte-americanas em torno da questão dos direitos humanos tiveram um papel facilitador para o crescimento de tais redes (1989-1993).

A Conferência dos Direitos Humanos de Viena, em 1993, exemplifica a habilidade e o trabalho de articulação da rede internacional de direitos das mulheres para chamar a atenção, definir uma agenda e influenciar a tomada de posições de estados e organizações internacionais para o tema dos direitos das mulheres. O tribunal pelo Direito das Mulheres é um resultado disso (Keck, Skkink, 1998). Importantes mudanças discursivas ocorreram tanto no nível internacional quanto nacional que resultaram na condenação da violência contra a mulher por diferentes governantes na conferência da ONU em Nairóbi. Isso foi acompanhado de mudanças também no nível nacional: posições discursivas, procedimentos inovadores e políticas (Keck, Skkink, 209). É justamente nesse contexto que a causa da violência doméstica emerge como um programa de governo no Brasil.

Do ponto de vista da sociogênese da causa, cabe primeiramente observar que esse percurso como uma causa pública constitui algo que pode gerar uma série de conflitos em termos de formulação e operacionalização de políticas públicas, uma vez que o forte reconhecimento e a legitimação da questão no âmbito internacional não são acompanhados por semelhantes condições e lógicas de sua operacionalização como política pública. Como já tem sido salientado a respeito de outras políticas, isso manifesta uma série de defasagens institucionais e administrativas (tanto materiais quando cognitivas) no âmbito nacional e local para sua operacionalização.

Outro aspecto diretamente vinculado a essa forma de publicização da causa é que seu enquadramento no internacional âmbito dos direitos humanos conduziu ao privilégio de instituições e atores do mundo jurídico (instituições policiais, advogados, especialistas do direito, etc.) na prevenção e tratamento das práticas de violência. Isso



pode ser visto na transformação ocorrida nas Delegacias das Mulheres que emergiram como instâncias mediadoras dos conflitos privados para as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher que funcionam como uma instância de apuração de crimes e delitos (Nobre, 2008). Nesse sentido, a experiência brasileira no enfrentamento da violência doméstica sofreu uma clara mudança a partir da Lei Maria da Penha em 2006: o tratamento jurídico e policial tornou-se a prática dominante, configurando-se mais precisamente como uma política executada pela polícia. Tal enquadramento retirou, entre outras, a sua definição como “problema de saúde” e os respectivos profissionais do aparato institucional de tratamento desse tipo de violência.

Quando passamos das dinâmicas de configuração da violência doméstica como uma causa pública para sua análise enquanto ação estatal, observa-se que há uma série de conflitos e defasagens entre as instituições e órgãos públicos envolvidos, como também no tocante às dimensões federal, estadual e municipal da ação estatal.

Um primeiro aspecto que confirma a relação entre o enquadramento da causa e as dinâmicas de formulação e operacionalização das políticas públicas pode ser visto pela análise dos profissionais que atuam na política de combate à violência doméstica. Nesse sentido, observa-se uma clara predominância dos profissionais com formação em Direito, que representam 43,6%, seguido do Serviço Social com 26,9% e da área da Saúde com 11,5%. Essa predominância da área do direito está associada também a um claro predomínio de mulheres na atuação profissional nas políticas de combate à violência doméstica. Nesse sentido, observamos que 93,2% dos que atuam na área são mulheres e somente 6,8% são homens. Isso é particularmente interessante porque nos indica que esse grande predomínio da área jurídica não é acompanhado de uma significativa distribuição entre homens e mulheres no próprio espaço do direito. Pelo contrário, faz sentido afirmar que o envolvimento com a referida causa ainda parece ser concebido como um problema que concerne mais às mulheres, em



vez de um problema da sociedade como um todo, de modo que homens e mulheres deveriam estar igualmente engajados em tal tipo de política.

Quando passamos da análise dos tipos de profissionais que atuam nessa política para uma análise das próprias instituições e órgãos de enfrentamento da violência doméstica, um aspecto que chama atenção é o ano de criação das principais instituições. Quando se considera isso, o que se destaca é uma grande disparidade e falta de continuidade institucional. Tomando como base o ano de 1986, que constitui um marco do aparecimento das primeiras instituições, observa-se que é justamente nos anos de 2004 e 2006 e de 2011 e 2012 que foram criadas as principais instituições no estado de Sergipe. No tocante aos tipos de instituições 35,8% diz respeito à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 18,2% à Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, 17% aos Organismos de Políticas para Mulheres e 13,9% ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Além da distribuição dos profissionais e dos órgãos como um aspecto que marca a política de enfrentamento da violência doméstica em Sergipe, a distribuição geográfica das instituições no estado sinaliza para uma clara concentração na capital. Assim, Aracaju aparece com 10,3%, depois estão cidades como Itabaiana, Estância, Lagarto e Nossa Senhora da Glória com 3,0%. Um outro grupo é formado por Barra dos Coqueiros, Boquim, Carmópolis, Cristinápolis, Japarutuba, Laranjeiras, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo, Poço Verde, Riachão do Dantas, Ribeirópolis e Rosário do Catete, que estão como 2,4%.

Quando o enfoque da pesquisa é voltado para o nível municipal e local os principais problemas na operacionalização da política de combate à violência doméstica se tornam mais claros. Isso porque eles revelam uma grande disparidade em termos de recursos humanos e institucionais para colocar em prática tal política. Quando analisamos os órgãos a nível federal, observa-se uma maior continuidade em termos profissionais e institucionais. Nesse sentido, pode-se falar até



na existência de um corpo de profissionais com grande experiência na questão e qualificação no tratamento desse tipo de causa. Algo semelhante ocorre no nível estadual, embora ainda esteja mais sujeitos às mudanças e descontinuidades da política partidária. Mesmo assim, ainda se pode observar nesse nível uma certa continuidade em termos dos investimentos profissionais e das estruturas organizacionais para tratamento desse tipo de violência. Já no caso dos municípios há uma descontinuidade recorrente tanto em termos dos profissionais quanto dos recursos institucionais utilizados.

Isso se mostra através de uma grande variabilidade em termos dos recursos humanos e institucionais disponíveis nos municípios, como percebido na observação direta dos municípios do Alto Sertão Sergipano, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Monte Alegre de Sergipe, e, posteriormente, os localizados na Grande Aracaju, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro.

Os municípios do Alto Sertão Sergipano, comparativamente aos localizados na Grande Aracaju, foram os que apresentaram maior variabilidade e descontinuidade em termos pessoais e institucionais. Nesse sentido, são neles que se observou a existência de instituições com um grande período de inatividade, criadas há alguns anos e somente entrando em funcionamento quatro, cinco, seis anos depois. Do mesmo modo, algumas foram recentemente desativadas, “deixando a cidade com um sentimento de derrota”, uma vez que todos os esforços das equipes profissionais e da população foram perdidos. Acrescenta-se a isso que foram nesses municípios que observamos um número reduzido das equipes profissionais, ausência de local próprio para funcionar, em que, em muitos casos, está localizado em uma sala dentro da Secretaria de Assistência Social, o que dificulta as atividades da coordenadoria. Em alguns desses casos a mudança na política partidária municipal ocasiona uma série de mudanças em termos do pessoal e da estrutura institucional vinculada à política. Um bom exemplo disso é a grande variação das instituições que compõem a



rede em cada uma dessas localidades: um exemplo é o caso em que a rede é formada pelo CRAS, CREAS, CREAM, CAPS, Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, Ministério Público, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, que tem ainda a colaboração do Movimento Sem Terra e do Sindicato de Servidores Municipais; em outros casos conta apenas com um CRAS, um CREAS, um CREAM, uma Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres e um Ministério Público. É importante salientar essa variação, pois isso demonstra a dependência das ações da política pública com os arranjos políticos locais e dos laços que muitas vezes as lideranças estabelecem com outras esferas e que possibilitam uma maior articulação institucional. Todavia, isso não se institucionaliza, ficando muito à mercê das boas relações estabelecidas pelas lideranças e de certa “boa vontade” de outras entidades de participar.

Um pouco diferente dessas situações são aquelas dos municípios da Grande Aracaju, portanto, mais próximos à capital do estado onde não há um desnivelamento institucional entre o âmbito estadual e municipal, com a existência de órgãos como o CREAS, que é um exemplo de órgão da rede que recebe financiamento federal. Nesses casos, é interessante salientar que em quase todos participam da rede as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e hospitais. Como exemplo disso, a rede de Nossa Senhora do Socorro é composta por: DEAM, CAPS, CRAS, CREAM, Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, o Ministério Público, Núcleo de Segurança do paciente (NUSEP), Secretaria de Educação, Secretaria do Trabalho, através do Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT), as Unidades básicas de Saúde (UBS) e os hospitais.

É interessante observar que as maiores dificuldades em matéria de operacionalização dessas políticas dizem respeito justamente à capacidade do Estado de chegar nas regiões mais distantes, nos municípios rurais onde os índices de violência são maiores. Ao contrário disso, a expansão parece seguir justamente aquela tendência que



inicialmente observamos sobre a concentração institucional na capital do estado, enquanto quanto mais nos dirigimos para longe da capital mais observamos um aumento da precariedade dos serviços. Essa forte tendência relembra aqueles diagnósticos sobre as dificuldades de o Estado brasileiro chegar nas regiões mais distantes dos centros urbanos. Ao mesmo tempo, exemplifica a grande disparidade entre os níveis municipal, estadual e federal nos processos de formulação e implementação de políticas públicas (Arretche, 2006; Oliveira, 2014).

Conclusões

A acentuada fragmentação e desarticulação institucional constitui um dos traços principais da dinâmica de configuração da política de enfrentamento da violência doméstica em Sergipe, apresentando-se como aspectos importantes para a compreensão dos principais problemas e dos desafios que deverão ser enfrentados para uma melhor eficiência nesse tipo de política.

No tocante à forte predominância da abordagem criminal e dos profissionais do direito, um dos desafios principais consiste na necessidade de “reenquadramento da causa”, dando maior espaço para as abordagens vinculadas à questão da “saúde”, da “assistência às vítimas”, ao acompanhamento “psicoafetivo”, etc. Em certa medida, a abordagem legal e do direito tem sido contestada no âmbito internacional, chamando-se a atenção justamente para a necessidade de uma abordagem mais complexa do problema que dê conta das diferentes dimensões envolvidas. Isso deve estar associado, em certa medida, a um maior investimento na difusão do envolvimento com a causa para o público masculino, evitando que ela seja reduzida a uma espécie de “problema de mulheres”. Sem dúvida, isso faz parte de uma compreensão mais complexa do problema.

Em segundo lugar, cabe salientar a grande disparidade entre os níveis municipal, estadual e federal. Considerando que o nível municipal



constitui uma das principais dimensões na operacionalização da política, ela é justamente a que apresenta maiores instabilidades institucionais, variabilidade nas estruturas organizativas vinculadas à política e falta de continuidade em termos de recrutamento e formação das equipes técnicas para atuar na rede. Talvez, uma das formas de conseguir maior efetividade nesse nível de operação da política seria um maior investimento na criação de estruturas intermediárias que possibilitem uma melhor articulação com os níveis federal e estadual e continuidade em termos de política de recrutamento e formação das equipes técnicas.

De certa forma, são nos municípios onde a articulação é um pouco maior (os da Grande Aracaju) que a continuidade da política se faz mais clara. Nos demais, as formas de articulação entre diferentes instituições são muito contextuais e dependentes muitas vezes das “boas relações” que as lideranças das instituições têm com outras esferas e organizações, como também da “boa vontade” política dos que assumem as prefeituras, etc. No que pese a relevância e importância disso, elas não são suficientes para manutenção e continuidade da política. Pelo contrário, nessas situações elas acabam fortemente influenciadas pelas mudanças no âmbito da política partidária e eleitoral.

Sem dúvida, a análise da dinâmica de construção social da violência doméstica como uma causa pública oferece aos formuladores de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres alguns elementos para uma melhor avaliação do modo de constituição e da operacionalização do aparato legal, das instituições e das políticas de garantia dos direitos das mulheres e, principalmente, das principais mudanças ocorridas em termos dos tipos organizações, instituições, espaços e setores públicos envolvidos na constituição de tal causa como pública.

Por outro lado, a análise dos processos de transformação da causa em ação estatal oferece alguns conhecimentos aprofundados sobre o modo de estruturação e de funcionamento cotidiano da rede



de atendimento à violência doméstica contra mulheres existente no estado. Isso é muito importante para que os formuladores de políticas de combate à violência doméstica contra mulheres possam conhecer os principais problemas decorrentes de conflitos vinculados aos diferentes setores e espaços atuantes, assim como da diversidade de referenciais ideológicos, atores, instituições, procedimentos e setores colocados em prática nas discussões e medidas adotadas na política de “enfrentamento da violência contra a mulher”.

Acreditamos que a abordagem da violência doméstica feita neste estudo permite uma apreensão diferenciada da política de enfrentamento, posto que geralmente as pesquisas sobre a violência doméstica voltam-se mais para a análise dos índices e registros de violência do que para o exame aprofundado da forma como a política pública está estruturada e funcionando no seu cotidiano.

O esforço em resolver o problema via Estado empregado pelas lideranças da política pública investe de forma quase exclusiva no aprimoramento institucional buscando melhorar os serviços prestados. Dessa forma, pouca atenção é dada aos problemas práticos do dia a dia, como os que nos deparamos durante esta pesquisa, por exemplo, o desequilíbrio regional na distribuição dos aparatos da política pública no estado.

A pesquisa mostrou que há um esvaziamento na política decorrente da desestruturação progressiva dos serviços no interior do estado, pois nos deparamos com fechamento de instituições, com abandono de projetos, com a falta de orçamento e com o deslocamento dos casos de violência doméstica para instituições que tratam de uma diversidade de assuntos e que não são especializadas em violência doméstica. Essa pode ser uma das razões para que a atenção ao problema da violência doméstica esteja mais voltada para os atendimentos institucionais e menos para os processos sociais e culturais que produzem esse problema.



Referências bibliográficas

Alonso, Ângela. “As Teorias dos Movimentos Sociais - um balanço do debate”. São Paulo, **Lua Nova**, v. 76, 2009, p. 49-86.

Arretche, M. “Capital Social, Política Partidária e Racionalidade dos Atores”. **Encontro Anual da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte. Anais da ABCP, 2006.

Bourdieu, P. **La Noblesse d’État. Grandes Écoles et Éprit de Corps**. Paris, Minuit, 1989.

Carade, H. O. S. “Políticas Públicas: uma abordagem teórico-metodológica nos campos da ciência política e da antropologia”. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 3. n. 8, dez. 2009, p. 150-172.

Cefai, Daniel. “La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques”. **Réseaux**, 1996, volume 14 n°75, p. 43-66.

Conniff, M. L. “A Elite Nacional”. In: Heinz, F. M. **Por Outra História das Elites**. São Paulo, FGV, 2006, p. 99-121.

Coradini, O. L. ““Crise” Conjuntural das Políticas “Sociais” ou de Referenciais”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (15) 2, 1994, p. 489-510.

Dezalay, Y. & Garth, B. **La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d’État en Amérique Latine, entre notables du droit et “Chicago Boys”**. Paris, Seuil, 2002.

Keck, Margaret E., Sikkink, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1998.

Lascoumes, P. **L’Éco-Pouvoir: Environnements et politiques**. Paris, La Découverte, 1994.

Love, J. L. & Barickman, B. J. “Elites Regionais”. In: Heinz, F. M. **Por Outra História das Elites**. São Paulo, FGV, 2006, p. 77-97.

Mathieu, Lilian. “Contexte Politique et Opportunités”. In: Fillieule, Olivier; Agrikoliansky, Eric; Sommier, Isabelle. **Penser les Mouvements Sociaux. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris, La Découverte, 2010, p. 39-54.

Mcadam, Doug, Mccarthy, John D., Zald, Mayer N. (eds.). **Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, mobilizing structures and cultural framings**. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1996.



Muller, P. “Les politiques publiques comme construction d’un rapport au Monde”. In: A. Faure; G. Pollet & P. Warin (org.). **La construction du sens dans les politiques publiques, débats autour de la notion de référentiel**. Paris: Éditions L’Harmattan, 1995, p. 153-177.

Muller, P., Surel, I. **Análise das políticas públicas**. Pelotas, EDUCAT, 2002.

Oliveira, W. J. F. “Antropologia, Política e Etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo”. In: Perissinotto, R. M.; Codato, A. N. (Eds.). **Como estudar elites**. Série Pesquisa. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR, 2015.

Oliveira, Wilson José F. de. “Dinâmicas Institucionais e Competência Técnica no Zoneamento Ambiental da Silvicultura no Rio Grande do Sul”. **Análise Social**, v. 211, 2014, p. 382-407.

Oliveira, Wilson José F. de; Petrarca, F. R. “Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas”. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, 2017, p. 191-224.

Pécaut, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.

Petrarca, Fernanda Rios. “Carreira Profissional e Ativismo Social: as lógicas de engajamento na defesa de causas”. **Estudos de Sociologia**, v. 21, 2016, p. 99-116.

Reginato, Andréa Depieri De A. **Obrigação de punir: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher**. Tese, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

Sawicki, F., Mathiot, P. “Les membres des cabinets ministériels socialistes en France: recrutement et reconversion. 2) Passage en cabinet et trajectoires professionnelles”. In: **Revue française de science politique**, 49e année, n°2, 1999a, p. 231-264.

Sawicki, F., Mathiot, P. “Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993): recrutement et reconversion. 1) Caractéristiques sociales et filières de recrutement”. In: **Revue française de science politique**, 49e année, n°1, 1999b, p. 3-30.

Souza Lima, A. C. De. Dossiê Fazendo o Estado: “O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal”. **Revista de Antropologia**, v. 55, 2012, p. 559-564.

Souza Lima, A. C. De; Castro, J. P. M. “Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s)”. **Revista Antropológicas**, 2. v. 26, 2015, p. 17-54.

Tarrow, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Vozes, 2009.



A Coleção Sociologias Necessárias é formada por sete livros, organizados por diferentes docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe. Os volumes abordam algumas das principais discussões realizadas durante o III Seminário Nacional de Sociologia, promovido pela mesma instituição, realizado no ano de 2020. Cada livro conta com a colaboração especial de pesquisadores nacionais ou internacionais, que participaram do seminário. Vivemos tempos difíceis com os novos desafios gerados pela crise sanitária mundial, pelas radicalizações no campo da posição de ideias na política e pela ampliação das desigualdades sociais. Os entendimentos se tornaram mais difíceis e as animosidades mais exaltadas, incluindo aí certa crise na produção científica e na análise sociológica. A reflexão proposta pela organização e pelos volumes desta coleção atravessam tais desafios, com temas como política, juventudes, trabalho, cidade, migrações, economia e africanidades.

